



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARTHA WERNECK POUBEL

**Os Primeiros Processos Censitários Brasileiros e o
Desenvolvimento da Matemática-Estatística no Brasil de
1872 a 1938**

Vitória

2013

Martha Werneck Poubel

**Os Primeiros Processos Censitários Brasileiros e o
Desenvolvimento da Matemática-Estatística no Brasil de
1872 a 1938**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, na área de Educação e Linguagem Matemática do programa de doutorado.

Orientador: Prof^a Dr^a Lígia Arantes Sad

Vitória

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P872p Poubel, Martha Werneck, 1959-
Os primeiros processos censitários brasileiros e o desenvolvimento da Matemática-Estatística no Brasil de 1872 a 1938. / Martha Werneck Poubel. – 2013.
270 f. : il.

Orientadora: Lígia Arantes Sad.
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Estatística – História. 2. Matemática. 3. Estatística. 4. Métodos estatísticos. 5. Brasil - Censo demográfico. I. Sad, Lígia Arantes. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARTHA WERNECK POUBEL

**"OS PRIMEIROS PROCESSOS CENSITÁRIOS
BRASILEIROS E O DESENVOLVIMENTO DA MATEMÁTICA-
ESTATÍSTICA NO BRASIL DE 1872 A 1938"**

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Educação da
Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutor(a) em
Educação.

Aprovada em 18 de Setembro de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Lúcia Arantes Sad
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Circe Mary Silva da Silva Dymnikov
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Regina Helena Silva Simões
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Dirley Moreira dos Santos
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Moysés Gonçalves Siqueira Filho
Centro Universitário Norte do Espírito Santo

Professora Doutora Bernadete Barbosa Morey
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Aos meus pais, às minhas filhas e a meu esposo.

AGRADECIMENTOS

À Professora Lígia Arantes Sad, minha orientadora, por quem tenho muita admiração, em virtude do trabalho que realiza e da pessoa que é, pela orientação, dedicação e fundamental contribuição científica no desenvolvimento do nosso trabalho.

Aos professores da minha banca avaliadora, que muito contribuíram para esta pesquisa:

Profa. Bernadete Barbosa Morey;

Profa. Circe Mary Silva da Silva Dynnikov;

Profa. Dirley Moreira dos Santos;

Prof. Moisés Gonçalves Siqueira Filho;

Profa. Regina Helena Silva Simões.

Aos meus colegas de doutorado, que muito contribuíram no progresso do trabalho:

Alex Jordane;

Andressa Cesana;

Arildo Castelluber.

Ao Prof. Alejandro Pineda Aguilar, do Departamento de Estatística da UFES, pelo seu apoio e confiança no meu trabalho.

Ao Departamento de Estatística e ao Centro de Ciências Exatas da UFES, pela autorização do meu afastamento das atividades para a realização e a conclusão da tese.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

O objetivo central é elaborar uma trajetória histórica dos primeiros censos demográficos brasileiros, com questionamentos relacionados à elaboração e à realização desses processos censitários. Uma das delimitações foi o recorte temporal, estabelecido entre o primeiro censo brasileiro e a criação do IBGE. Avaliamos como, quando e quais conhecimentos de matemática e estatística foram destaques na realização dos primeiros censos. Assim, procedemos a uma reflexão histórica relacionada à constituição do campo de conhecimento da *Estatística* no Brasil, em busca de vestígios de sua inserção e de seu estado de desenvolvimento no ensino superior, como um meio de conhecer as bases estatísticas que estavam sendo introduzidas na educação brasileira oitocentista. Entre os referenciais teóricos utilizados, destacam-se Marc Bloch e Nelson Senra, adicionados por contribuições importantes referenciadas por outros autores. A metodologia é a de uma pesquisa histórica e documental. Entre as conclusões, observamos que, nos três primeiros censos, foram utilizados conhecimentos de Estatística Descritiva (conhecimentos matemático-estatísticos básicos), como contagens, proporções e tabulações; no quarto censo, a inovação foi por conta do uso da contagem com auxílio de máquinas calculadoras e de algumas representações gráficas da Estatística Descritiva. Nesses primeiros censos, as ferramentas foram, principalmente, observações de párocos, de agentes censitários, listas de família e formulários. As pessoas envolvidas mais diretamente na elaboração dos censos tinham formação variada (eram políticos, advogados, engenheiros, médicos), mas não se utilizaram de conhecimentos matemático-estatísticos e métodos que já tinham sido desenvolvidos e disponibilizados pela comunidade científica internacional dessa área. Notamos a importância de aprofundar conhecimentos da história da Estatística e os reflexos culturais dessa história para o desenvolvimento estatístico no Brasil.

Palavras-chave: História da Estatística. Conhecimentos matemático-estatísticos. Censos demográficos brasileiros. Métodos estatísticos.

ABSTRACT

The aim is to elaborate a historical trajectory of the first Brazilian censuses with questions related to the preparation and implementation of these census survey processes. One of the boundaries was the time frame established between the first Brazilian census and the creation of the IBGE. We evaluated how, when and which knowledge of mathematics and statistics were highlights in the realization of the first censuses. Thus, we proceed to a historical reflection related to the constitution of the field of statistical knowledge in Brazil, to meet its development in higher education, to learn about the statistics that had been introduced in nineteenth Brazilian education. Among the theoretical framework stands out Marc Bloch and Nelson Senra, with important contributions that were referenced by other authors. The methodology used here is that of a historical and documentary research. Among the conclusions we observed that basic descriptive statistics (mathematical-statistical knowledge) such as counts, proportions and tabulations were used in the first three censuses, and in the fourth census, the innovation was the use of counting with the aid of calculators and some graphical representations of data. In these early censuses the tools were mainly observations of vicars, census agents, family lists and forms. The people most directly involved in the preparation of the censuses had varied backgrounds (they were politicians, lawyers, engineers and doctors), but they did not use knowledge and statistical methods that had been developed and made available by the international scientific community. We note the importance of deepening knowledge of the history of statistics and its cultural reflexes for statistical development in Brazil.

Keywords: History of Statistics. Mathematical-statistical knowledge. Brazilian censuses. Statistical methods.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Palácio de Cristal	41
Figura 2 –	Torre Eiffel	42
Figura 3 –	Le Brésil em 1889	44
Figura 4 –	Pavilhão da Estatística	45
Figura 5 –	Calculadora de Colmar	81
Figura 6 –	Academia Real Militar/ Escola Central	100
Figura 7 –	Traité Élémentaire Du Calcul des Probabilités – Lacroix - Livro que consta no catálogo de 1837 da Academia Militar	103
Figura 8 –	Essai Philosophique sur les probabilités – Laplace - Livro que consta no catálogo de 1837 da Academia Militar	103
Figura 9 –	Théorie Analytique des probabilités – Laplace - Livro que consta no catálogo de 1837 da Academia Militar	104
Figura 10 –	Éléments de Statistique	105
Figura 11 –	1º Livro de Estatística em português (Volume I)	106
Figura 12 –	1º Livro de Estatística em português (Volume II)	107
Figura 13 –	Domesday Book	118
Figura 14 –	Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá	142
Figura 15 –	Máquinas Hollerith	166

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Livro <i>O Brasil</i>	43
Fotografia 2 – Catálogo da Escola Politécnica de 1900	109
Fotografia 3 – Catálogo da Escola Politécnica de 1900 – Programa de Sociologia	110
Fotografia 4 – Catálogo da Escola Politécnica de 1900 – Programa de Ciências Naturais	110
Fotografia 5 – Livro Números – Antigo Testamento	116
Fotografia 6 – Evangelho de S. Lucas	117
Fotografia 7 – Carta Régia de 8 de julho de 1800	145
Fotografia 8 – Relatório do recenseamento de 1872	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Estimativas da População Brasileira de Giorgio Mortara, em décadas (1770 a 1870) e 1872	132
Gráfico 2	Estimativas da População Brasileira, de Souza e Silva, em determinados anos	141
Gráfico 3 –	População do Brasil, em certos anos, de 1776-1920	168
Gráfico 4 –	População do Brasil de 1776-1920	169
Gráfico 5 –	Distribuição do percentual da população em relação ao gênero e à condição servil – Brasil – Censo 1872	180
Gráfico 6 –	Distribuição do percentual da população escolar de 6 a 15 anos em relação ao gênero – Brasil – Censo 1872	184
Gráfico 7 –	Distribuição do percentual da população em relação ao gênero e à raça – Brasil – Censo 1872	186
Gráfico 8 –	Distribuição do percentual da população quanto a condição servil e à nacionalidade – Brasil – Censo 1872	189
Gráfico 9 –	Distribuição do percentual da população em relação ao gênero e à religião – Brasil – Censo 1872	191
Gráfico 10 –	Distribuição do percentual da população em relação à raça e ao gênero – Brasil – Censo 1890	199
Gráfico 11 –	Distribuição do percentual da população em relação ao estado civil e ao gênero – Brasil – Censo 1890	200
Gráfico 12 –	Distribuição da raça da população em relação ao Censo – Brasil	201
Gráfico 13 –	Distribuição da religião em relação ao Censo – Brasil	208
Gráfico 14 –	Distribuição do analfabetismo em relação ao Censo – Brasil	216
Gráfico 15 –	Distribuição da nacionalidade em relação ao Censo – Brasil	218

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Estatística

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais

a. C. – antes de Cristo

CCE – Centro de Ciências Exatas

CDDI – Centro de Documentação e Disseminação da Informação

CNE – Conselho Nacional de Estatística

CNEFE – Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CT – Centro Tecnológico

DGE – Diretoria Geral de Estatística

EE – Educação Estatística

EM – Educação Matemática

ENEM – Encontro Nacional de Educação Matemática

ENCE – Escola Nacional de Ciências Estatísticas

FUNAI – Fundação Nacional de Amparo ao Índio

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IIE – Instituto Internacional de Estatística

INE – Instituto Nacional de Estatística

INPES – Instituto de Pesquisa e Ensino em Saúde

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPPA – Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico

MEC – Ministério de Educação e Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDA – Assistente Pessoal Digital

SBC – Sociedade Brasileira de Cartografia

SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática

SINAPE – Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativas da População Brasileira de Félix de Contreiras Rodrigues, segundo cor, 1600, 1660, 1798	128
Tabela 2 – Estimativa da População Brasileira de João Pandiá Calógeras, segundo cor, 1583	129
Tabela 3 – Estimativas da População Brasileira de Thomas Ewbank, nos anos de 1766, 1798 e 1819	130
Tabela 4 – Estimativas da População Brasileira de Giorgio Mortara, em décadas	131
Tabela 5 – Estimativas da População Brasileira de Dauril Alden, 1776, 1770/79 e 1798	132
Tabela 6 – Estimativas da População Brasileira de Alexander Von Humboldt, segundo cor, 1800	133
Tabela 7 – Estimativas populacionais anteriores aos censos gerais, 1808 e 1823	134
Tabela 8 – Estimativa da População Brasileira de Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, segundo sua condição 1819	135
Tabela 9 – Estimativa da População Brasileira de Henry Hill, segundo cor, 1817	135
Tabela 10 – Estimativas da População Brasileira de João Maurício Rugendas, segundo cor, 1827	136
Tabela 11 – Estimativa da População Brasileira de Conrad Malte-Brun, segundo cor, 1830	137
Tabela 12 – Estimativa da População Brasileira de Tomás Pompeu de Souza Brasil, segundo condição, 1869	138
Tabela 13 – Relações entre estimativas de não brancos e brancos, e de escravos e não escravos	139
Tabela 14 – Estimativa da População Brasileira, por condição, levada para a Exposição Internacional de Paris, 1867	139
Tabela 15 – Estimativa da População Brasileira, de Souza e Silva, em determinados anos	140
Tabela 16 – Estimativas da População Brasileira do trabalho <i>Estatísticas</i>	

	<i>Retrospectivas</i> e do trabalho de Joaquim Norberto de Souza e Silva	143
Tabela 17 –	Distribuição da população livre em relação ao gênero e ao grau de instrução – Brasil – Censo 1872	183
Tabela 18 –	Distribuição da população escrava em relação ao gênero e ao grau de instrução – Brasil – Censo 1872	183
Tabela 19 –	Distribuição da população em relação ao gênero, estado civil e à raça – Brasil – Censo 1872	185
Tabela 20 –	Distribuição da população indígena 1500, 1600, 1700, 1800 – Brasil Colônia	188
Tabela 21 –	Distribuição da população em relação ao gênero, à nacionalidade e à condição servil – Brasil – Censo 1872	189
Tabela 22 –	Distribuição da população em relação ao gênero, condição servil e à religião – Brasil – Censo 1872	191
Tabela 23 –	Distribuição das profissões na população – Brasil – Censo 1872	193
Tabela 24 –	Distribuição da população, de acordo com gênero, raça e estado civil – Brasil – Censo 1890	198
Tabela 25 –	Distribuição da população em relação ao gênero e à nacionalidade – Brasil – Censo 1890	202
Tabela 26 –	Distribuição da população em relação à religião – Brasil – Censo 1890	202
Tabela 27 –	Distribuição da população em relação ao analfabetismo e à nacionalidade – Brasil – Censo 1890	203
Tabela 28 –	Distribuição da população segundo o grau de instrução e o gênero – Brasil – Censo 1900	206
Tabela 29 –	Distribuição da população segundo a nacionalidade e o gênero – Brasil – Censo 1900	207
Tabela 30 –	Distribuição da população segundo a religião e o gênero – Brasil – Censo 1900	207
Tabela 31 –	Distribuição das profissões na população segundo o Censo 1900 – Brasil .	209
Tabela 32 –	Quadro da taxa de crescimento da população no período entre os censos – Brasil	214

Tabela 33 – Distribuição comparativa das populações em relação ao gênero – Brasil – Censo 1872, 1890, 1900, 1920	215
Tabela 34 – Distribuição comparativa das populações em relação ao analfabetismo – Brasil – Censo 1872, 1890, 1900, 1920	215
Tabela 35 – Distribuição da nacionalidade da população – Brasil – Censo 1920	217
Tabela 36 – Distribuição da população em relação ao gênero e ao estado civil – Brasil – Censo 1920	219
Tabela 37 – Distribuição das profissões na população segundo o Censo 1920 – Brasil .	219
Tabela 38 – Distribuição da população segundo a caracterização profissional, excluída a faixa etária de 0 a 14 anos – Brasil – Censo 1920	221
Tabela 39 – Distribuição da população segundo a profissão de acordo com os censos 1872, 1900, 1920 – Brasil	221

SUMÁRIO

1	PLANEJAMENTO DO PERCURSO	19
2	PESQUISAS PERTINENTES EM FOCO	31
2.1	SOBRE O CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E CULTURAL DO BRASIL	35
2.2	SOBRE A HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS ESTATÍSTICOS NO BRASIL	47
2.3	SOBRE OS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS	50
3	ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	54
3.1	FUNDAMENTOS PRINCIPAIS	57
3.2	PROCEDIMENTOS ARTICULADOS COM APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ..	71
4	UMA AMOSTRAGEM DE CONHECIMENTOS DE ESTATÍSTICA NA EDUCAÇÃO OITOCENTISTA BRASILEIRA	78
4.1	DESENVOLVIMENTO DE TEORIAS MATEMÁTICO-ESTATÍSTICAS ANTERIORES AO PROCESSO CENSITÁRIO	79
4.2	ASPECTOS CONTEXTUAIS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XIX	91
4.3	A INSERÇÃO DE CONHECIMENTOS ESTATÍSTICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	98
5	AO ENCONTRO DOS PRIMEIROS CENSOS BRASILEIROS	112
5.1	SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE OS CENSOS	112
5.2	ESTIMATIVAS POPULACIONAIS ANTERIORES AOS PRIMEIROS CENSOS	124
5.3	OS PRIMEIROS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS	144
5.3.1	O censo de 1872	152
5.3.2	O censo de 1890 e de 1900.....	159

5.3.3	O censo de 1920	162
6	ANÁLISES RELACIONADAS AOS PRIMEIROS CENSOS – TRAÇADOS DE UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA	173
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
8	REFERÊNCIAS	234
	SITES PESQUISADOS	241
	ANEXOS	248

1 PLANEJAMENTO DO PERCURSO

A história nova ampliou o campo do documento histórico; [...] uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, [...] são, para a história nova, documentos de primeira ordem (LE GOFF, 2005, p. 36).

As primeiras aplicações socializadas com denominações de estatística estavam voltadas para as necessidades de Estado, na formulação de políticas públicas, fornecendo dados demográficos e econômicos à administração pública. Contudo, seus fundamentos matemáticos remontam ao século XVII, com o desenvolvimento da teoria das probabilidades, por Pascal, Fermat e Huygens, que, entre outros, estudaram os jogos de azar e apostas que ocorriam entre jogadores da época. Esses desenvolvimentos matemático-estatísticos¹ instigaram o desenvolvimento e a divulgação da Estatística como ciência, além da sua introdução no ensino. Por isso, trazemos, a seguir, uma síntese histórica que também serviu de sustentáculo em outras partes que abordamos neste trabalho.

Blaise Pascal (1623-1662) e Pierre de Fermat (1601-1665), matemáticos franceses, chegaram à mesma solução do célebre problema da divisão das apostas, em 1654, com a utilização de caminhos diferentes, lançando os fundamentos matemáticos da teoria das probabilidades. O problema apresentado foi o seguinte: *“Dois jogadores com igual perícia são interrompidos enquanto jogam um jogo de azar para ganharem uma certa quantia de dinheiro. Dada a pontuação do jogo naquela altura, como deve ser dividida a aposta?”*. Esse problema foi apresentado a Pascal por Antoine Gombaud, conhecido como Cavaleiro De Méré, famoso jogador profissional da época. Um século antes, esse mesmo problema já havia chamado a atenção dos matemáticos italianos Pacioli (1494), Tartaglia (1556) e Cardano (1545). Gerolamo Cardano (1501-1576), médico e matemático italiano, escreveu o primeiro livro relativo a probabilidades – *Liber de Ludo Aleae* – (Livro dos jogos do azar), só publicado em 1663. Publicou o seu primeiro trabalho sobre probabilidade 100 anos antes de Pascal e Fermat. Esse

¹Neste trabalho, o termo “matemático-estatísticos” está sendo usado para melhor significar a junção, nessa época (século XVII), entre a matemática e a estatística, pois inclusive o ensino e o aprendizado dos conceitos iniciais de estatística no Brasil estavam inseridos em disciplinas matemáticas.

trabalho é considerado por muitos como a primeira produção significativa sobre a teoria das probabilidades (BARRETO, 1999).

Porém, segundo Katz (1993), foi de autoria de Christiaan Huygens (1629-1695), matemático, astrônomo e físico holandês, o primeiro tratado sistemático sobre probabilidade – *De Ratiocinnis in Ludo Aleae*² (1657) – contendo 14 proposições, com detalhadas discussões, fórmulas e provas matemáticas, inclusive sobre o problema de De Méré, e cinco outros exercícios. Em 1669, Huygens construiu uma curva de mortalidade, envolvendo probabilidade e estatística, a partir de dados publicados em Londres, e definiu conceitos como “vida média” e “duração provável de vida” (BARRETO, 1999, p. 27). Contudo, Wussing (1998) comentou que Huygens não empregou o conceito de probabilidade, mas o “valor da esperança”, como Pascal. Além disso, esse historiador afirmou que os desenvolvimentos fundamentais relativos ao cálculo de probabilidades foram elaborados por Jacob Bernoulli (1654-1705), matemático suíço, e publicados por seu sobrinho Nicholas Bernoulli, em 1713, após sua morte, na obra *Ars Conjectandi* (Arte de conjectura), a qual continha relacionamentos entre permutações e combinações, o modelo da distribuição binomial e os denominados números de Bernoulli.

Também John Locke (1632-1704), médico, filósofo e político inglês, em seu pensamento sobre probabilidade, apresentou contribuições para o desenvolvimento da teoria das probabilidades. Considerava que existiam três graus de certeza: a certeza da nossa existência (intuição), a certeza da existência de Deus (demonstração) e a existência das outras coisas (sensação). Entendia que a probabilidade é a aparência da concordância ou da discordância das ideias, por meio da intervenção de provas.³ Gottfried Leibniz (1646-1716), filósofo, cientista, matemático, diplomata e bibliotecário alemão, foi outro que apresentou pensamentos no campo das probabilidades, quando escreveu *De Arte Combinatória* (1666), onde formulou um modelo precursor teórico da computação moderna.⁴ No final do século seguinte, Pierre Simon Laplace (1749-1827), matemático francês, enunciou, pela primeira vez, a definição de medida de probabilidade e juntou-a aos principais resultados na sua publicação intitulada *Théorie Analytique des*

² Traduzido por “Sobre os cálculos em jogos de sorte”.

³ Disponível em: <<http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?sec=40&art=99>>. Acesso em: 19 set. 2010.

⁴ Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/gottfried-leibniz/>>. Acesso em: 30 set. 2010.

Probabilités (1812), onde também demonstrou o teorema conhecido por *Teorema de Moivre-Laplace*, utilizando seus resultados de distribuição normal em problemas aplicados à estatística e à astronomia (LAPLACE, 1814). Todavia, foi Carl Friedrich Gauss (1777-1855), matemático alemão, quem implementou as aplicações do cálculo das probabilidades voltadas para as ciências. No entanto, apesar das variadas produções, foi somente no século XX que uma teoria mais aprofundada sobre probabilidades foi desenvolvida, baseando-se em axiomas, definições e teoremas.⁵

Essa parte histórica, aliada às situações de acaso e incerteza, que sempre enfrentamos no nosso cotidiano, são motivações ao estudo das probabilidades e da estatística, sendo para nós questões decisivas no tocante à escolha profissional. Desde os primeiros anos escolares, sempre nos encantamos com a Matemática, com os seus conceitos e a sua praticidade, possibilitando a solução de problemas do nosso cotidiano. Um pouco mais tarde, adquirimos os conhecimentos básicos de Probabilidade e Estatística e mais encantados ficamos com a possibilidade de poder descrever fatos atuais utilizando tabelas e gráficos, como também de inferir dados sobre o futuro, tomando decisões. Optamos, então, para a nossa formação na graduação, pelo Curso de Estatística, que iniciamos, em 1977, no Instituto de Matemática da UFRJ. De acordo com a citação de Bloch (2001a, p 43), “[...] todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte”.

Naquele tempo em que começamos a graduação em Estatística e ainda hoje, em boa parte dos currículos brasileiros de Estatística, os conceitos estatísticos são desvinculados das suas constituições práticas respectivas, ou seja, sem a valorização do aspecto histórico associado à construção desses conceitos, frutos de determinadas exigências humanas. Segundo Cordeiro (2009) e Barreto (1999), ocorre uma falta de relação entre a presença da Estatística em nosso cotidiano e o conhecimento de suas concepções históricas.

Atualmente, vários cursos de Estatística já analisam os seus currículos tendo a preocupação com a inclusão da história da Estatística e de aplicações da Estatística no cotidiano dos alunos. Mas,

⁵ Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/icm/icm98/icm25/pag1.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

por que é tão importante aprender sobre o passado? Podemos ter como uma das respostas as palavras de Bloch (2001a, p. 25), segundo o qual, “a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente, comprometendo, no presente, a própria ação”. Podemos, ainda, complementar essa asserção citando Auguste Comte⁶, quando afirma que “não se conhece completamente uma ciência, a menos que se saiba sua história”.

Com esse pensamento, considerando também, segundo Barreto (1999, p. 89), “que estudos históricos sobre a Estatística no Brasil são praticamente inexistentes”, desenvolvemos um trabalho que busca sua problemática no veio da história da Estatística no Brasil, porém relacionada ao seu desenvolvimento no campo educacional e, principalmente, na realização dos primeiros censos demográficos brasileiros. Uma pretensão central é destacar quais eram os interesses e os conhecimentos matemático-estatísticos predominantemente envolvidos em tais processos.

Por questão de delineamento para as investigações, o recorte para o período do estudo foi limitado de 1872, época da realização do primeiro censo demográfico brasileiro, até o ano de 1938, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – órgão a serviço do governo central, sob poder político e cultural. Esse recorte temporal se justifica pelo fato de que, a partir de então, os censos foram mais elaborados, inaugurando-se a moderna fase censitária brasileira. Porém, questiona-se: Até chegar a esse desenvolvimento, no final do período em questão, como certa parcela de brasileiros tinha contato com os conhecimentos estatísticos para poder utilizar técnicas estatísticas? Conhecimentos estatísticos já faziam parte também do campo educacional brasileiro? Nesse sentido, entendendo a dimensão educacional como fundamental para o desenvolvimento e continuidade dos processos censitários brasileiros ao longo dos anos, bem como para a utilização e compreensão de outros resultados estatísticos que passaram a envolver várias áreas essenciais (tais como militares, de engenharias, econômicas e sociais), demos atenção particular ao que se refere a proeminentes formações educativas, que tinham iniciado o ensino de conhecimentos estatísticos em seus currículos. Esta parte da pesquisa sobre os conhecimentos de estatística naquela época torna-se enriquecida via história da criação

⁶ Do *Cours de Philosophie Positive*. Citação extraída do livro *Histoire de la Démographie*, de Jacques et Michel Dupâquier – Paris: Librairie Academique Perrin, 1985, p.17.

de instituições de ensino superior, inauguradas com a vinda de D. João VI e da corte portuguesa para o Brasil Colônia, em 1808. Designadamente, no que se refere a essas instituições, direcionamos a atenção para os documentos como currículos, manuais e textos voltados à formação, que continham registros sobre conhecimentos estatísticos.

A metodologia utilizada em nossa investigação é a de uma pesquisa histórica e documental. Nossa pesquisa é de natureza qualitativa; no entanto, utilizamo-nos de números em diversas análises, dada a temática em foco. Um dos principais teóricos que contribuem nesta investigação é Bloch (2001a), que nos faz refletir sobre o método histórico, a partir da compreensão do desenvolvimento histórico da estatística, buscando, entre outras coisas, examinar as ferramentas estatísticas utilizadas na realização dos primeiros censos. Temos também, em De Certeau (2010), que o historiador deve buscar a compreensão com a utilização de instrumentos metodológicos. No caso deste trabalho de pesquisa, escolhemos fazer uma triagem entre as variedades da história e a diversidade dos documentos em torno da época escolhida, analisando-os para formar uma compreensão.

Ao direcionarmos o olhar ao objeto central desta pesquisa – os censos –, observamos que uma definição de censo é a de uma enumeração de pessoas, casas, empresas ou outros importantes itens de um país ou região em um particular momento. Usado sozinho, o termo usualmente se refere ao censo populacional.⁷ Podemos dizer que censo ou recenseamento demográfico é o conjunto de dados estatísticos sobre a população de um país. Atualmente, no Brasil, os censos demográficos são realizados praticamente com a regularidade de 10 em 10 anos, desde a criação do IBGE, que é, ele, por lei, o órgão responsável pela sua realização. As informações que compõem os questionários dos censos variam a cada 10 anos, porque tais informações refletem a realidade de um decênio e podem não refletir a realidade dos 10 anos seguintes.⁸ Esses dados são utilizados cada vez mais para a formulação de políticas públicas pelos governantes. Esta é a definição de censo segundo a ONU:

Um recenseamento de população pode ser definido como o conjunto das operações que consistem em recolher, agrupar e publicar dados demográficos, econômicos e sociais

⁷ Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/102022/census>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

⁸ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/duvidas/censodemografico.html>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

relativos a um momento determinado ou em certos períodos, a todos os habitantes de um país ou território.⁹

Para SENRA (2010), censo é uma investigação de ampla cobertura temática em todo o país e em toda a população, de longa tradição, antes mesmo da cristandade, pois já aparecia no Velho Testamento. Hoje é uma prática mais avançada, na qual geralmente se separam censos antigos (anteriores ao IBGE) e censos modernos.

Os censos são tratados até mesmo em poesias e crônicas de grandes poetas, como Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). Drummond, focando nos censos, usou a pesquisa como motivo para escrever a crônica *Caso de Recenseamento* e a poesia *Assanhamento*, em que suspira por uma recenseadora.

*Assanhamento*¹⁰
 Que venha o censo de 70
 e com ele venha
 a recenseadora mais bacana,
 aquela que ao dizer, com voz de açúcar
 (a doce voz é a melhor senha):
 “Preencha direitinho
 este questionário, por favor”,
 tenha sempre dos homens a resposta:
 “Por você, minha flor,
 preencho tudo, sou capaz até
 de reclamar duzentos questionários,
 passando a vida inteira a preenchê-los,
 mesmo os mais complicados e mais vários,
 tendo-a a meu lado, é claro, a me ajudar”.
 Ah, por que o governo
 não faz todo ano um censo cem por cento
 com uma garota assim, a censear?
 Por que não reformula
 a engrenagem severa da Fazenda
 e bota a coleção dessas meninas
 cobrando a domicílio
 (pois resistir quem há-de ao seu veneno)
 todas as taxas, todos os impostos,
 inclusive – terrível – o de renda?

⁹ Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/censo-contagem-populacao.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.dejovu.com/mensagens/ver/?68>>. Acesso em: 18 set. 2011.

*Caso de Recenseamento*¹¹

O agente do recenseamento vai bater numa casa de subúrbio longínquo, aonde nunca chegam as notícias.

- Não quero comprar nada.

- Eu não vim vender, minha senhora. Estou fazendo o censo da população e lhe peço o favor de me ajudar.

- Ah moço, não estou em condições de ajudar ninguém. Tomara eu que Deus me ajude. Com licença, sim? E fecha-lhe a porta.

Ele bate de novo.

- O senhor, outra vez? Não lhe disse que não adianta me pedir auxílio?

- A senhora não me entendeu bem, desculpe. Desejo que me auxilie mas é a encher este papel. Não vai pagar nada, não vou lhe tomar nada. Basta responder a umas perguntinhas.

- Não vou responder a perguntinha nenhuma, estou muito ocupada, até logo!

A porta é fechada de novo, de novo o agente obstinado tenta restabelecer o diálogo.

- Sabe de uma coisa? Dê o fora depressa antes que eu chame meu marido!

- Chame sim, minha senhora, eu me explico com ele.

(Só Deus sabe o que irá acontecer. Mas o rapaz tem uma idéia na cabeça: é preciso preencher o questionário, é preciso preencher o questionário, é preciso preencher o questionário).

- Que é que há? - pergunta o marido, sonolento, descalço e sem camisa, puxado pela mulher.

- É esse camelô aí que não quer deixar a gente sossegada!

- Não sou camelô, meu amigo, sou agente do Censo...

- Agente coisa nenhuma... Eles inventam uma besteira qualquer, depois empurram a mercadoria! A gente não pode comprar mais nada este mês, Ediraldo!

O marido faz-lhe um gesto para calar-se, enquanto ele estuda o rapaz, suas intenções. O agente explica-lhe tudo com calma, convence-o de que não é nem camelô, nem policial, nem cobrador de impostos, nem enviado de Tenório Cavalcanti. A idéia de recenseamento, pouco a pouco, vai-se instalando naquela casa, naquele espírito. Não custa atender ao rapaz, que é bonzinho e respeitoso. E como não há despesa nem ameaça de despesa ou incômodo de qualquer ordem, começa a informar, obscuramente orgulhoso de ser objeto - pela primeira vez na vida - da curiosidade do governo.

- O senhor tem filhos, seu Ediraldo?

- Tenho três, sim senhor.

- Pode me dizer a graça deles, por obséquio? Com a idade de cada um?

- Pois não. Tenho o Jorge Independente, de 14 anos; o Miguel Urubatã, de 10. E a Pipoca, de 4.

- Muito bem, me deixe tomar nota. Jorge...Urubatã. E a Pipoca, como é mesmo o nome dela?

- Nós chamamos ela de Pipoca porque é doida por pipoca.

- Se pudesse me dizer como é que ela foi registrada...

- Isso eu não sei, não me lembro. E voltando-se para a cozinha:

- Mulher, sabes o nome da Pipoca? A mulher aparece, confusa.

- Assim de cabeça eu não guardei. Procura o papel na gaveta. Retiram a gaveta, não acham a certidão de registro civil.

- Só perguntando à madrinha dela, que foi quem inventou o nome. Pra nós ela é Pipoca, tá bom?

- Pois, então fica se chamando Pipoca, decide o agente. Muito obrigado, seu Ediraldo, muito obrigado, minha senhora, disponham.

¹¹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/revista3.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2011.

No estudo dos primeiros censos demográficos brasileiros, estaremos, de certo modo, avaliando a sociedade científica da época quanto às possíveis inserções de ciências de natureza matemático-estatística. Nesse sentido, afirma Bloch:

Nada mais legítimo, nada mais constantemente salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em um de seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou dos grupos, crises políticas (BLOCH, 2001a, p. 30).

Como professora de Probabilidade e Estatística do Departamento de Estatística do CCE/UFES, sentimos o compromisso de provocar nos alunos a valorização da importância do aspecto histórico contido na Estatística, e este trabalho, relacionado aos primeiros censos brasileiros, está convergindo para isso, já que estatística lembra contagem, aplicação de métodos, análises de dados. Além disso, sentimo-nos estimuladas a expor a situação dos conhecimentos de estatística da época oitocentista. Como pesquisadoras, temos o compromisso de apresentar um trabalho que contribua para um conhecimento científico relevante. Assim, desenvolvemos um trabalho com o qual procuramos evidenciar, aprofundar e complementar conhecimentos e relações entre outras ciências e a Estatística (no Brasil), concernentemente aos primeiros censos demográficos brasileiros.

A primeira lei do censo (Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846 – Anexo A) previa que o governo deveria proceder ao arrolamento geral da população do Império, de 8 em 8 anos. Porém, o primeiro censo só ocorreu em 1º de agosto de 1872, mandado proceder pela Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870 (Anexo A), que previa a realização dos censos gerais de 10 em 10 anos. Mesmo com essa lei, as ocorrências dos censos gerais no Brasil não tiveram exatamente essa regularidade, tendo eles ocorrido nos seguintes anos: 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 a 1980 (decenais), 1991, 2000 e 2010. Ao todo foram 12 censos gerais; destes, o trabalho focaliza os 4 primeiros, que aconteceram até 1938, data de estabelecimento do IBGE.¹²

Neste trabalho de pesquisa, reforçamos a história como base contextual da temática, que se orienta pela seguinte questão: *A partir de um olhar histórico, como aconteceu o processo*

¹² A data oficial de criação do IBGE foi 29 de maio de 1936, ocasião em que foram regulamentadas as atividades do Instituto Nacional de Estatística – INE (PENHA, 1993, p. 19).

censitário brasileiro até a criação do IBGE e que conhecimentos de matemática e estatística foram envolvidos nesse processo? Traçamos o propósito de investigar, compreender e escrever a respeito das circunstâncias históricas que possam responder a essa questão. Nesse sentido, o problema conduziu aos seguintes objetivos:

- i. Analisar historicamente as situações (por exemplo, situação social, política e econômica) em que foram realizados os primeiros levantamentos estatísticos brasileiros até a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- ii. Identificar e analisar os instrumentos¹³ e fundamentos matemáticos e estatísticos que foram utilizados nos censos ocorridos no período, 1872-1938.
- iii. Avaliar possíveis articulações dos conhecimentos matemáticos com os conhecimentos estatísticos da época investigada.
- iv. Produzir conhecimentos históricos a respeito dos censos brasileiros, desde o primeiro censo até a criação do IBGE, articulando às informações trazidas pelos censos a compreensão do contexto histórico.

O delineamento desses objetivos provoca a investigação histórica de trajetórias relacionadas aos censos demográficos. Mas, por que este marco estabelecido pela criação do IBGE? Durante o período imperial, o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística (DGE), criada em 1871, porém com atuação limitada. Com a Proclamação da República, a DGE foi reativada a fim de se realizar o 2º Recenseamento Geral do País e de se reorganizar o serviço de estatísticas. Nas décadas de 1920 e 1930, essa diretoria foi reformada no sentido de racionalizar as estatísticas (GONÇALVES, 1995). Com a criação do Instituto Nacional de Estatística (INE), criado em 1934 para articular e coordenar as pesquisas estatísticas, a carência por um órgão capacitado ficou resolvida parcialmente, e novos órgãos foram criados até o estabelecimento do IBGE. Para esse empreendimento, foi de significativa importância, pelos seus conhecimentos estatísticos, a figura de Bulhões Carvalho, médico demógrafo-sanitarista, que comandou as atividades estatísticas da DGE na realização do censo de 1920

¹³ Por *instrumentos* entendemos objetos de determinada natureza, como anotações em papel, informações de pessoas que conheciam o local, observação direta dos agentes censitários, máquinas mecânicas de cálculo, fotografias, depoimentos, uma vez que hoje esses instrumentos foram aperfeiçoados e estão por conta de uma tecnologia muito mais avançada (mapeamentos, computadores, palmtops) não existente naquela época.

(GONÇALVES, 1995). Como demógrafo-sanitarista, médico que lidava com estatísticas vitais, Bulhões Carvalho refletia sobre a atividade estatística, tendo até mesmo escrito um manual de estatística – *Estatística: método e aplicação*.¹⁴

Depois de sua institucionalização, esse órgão, por meio de seus membros diretores, passou oficialmente a gerir e a realizar levantamentos estatísticos e a sistematizar informações do quadro territorial em todos os seus aspectos: físico, econômico, jurídico, político e populacional; realizar trabalhos cartográficos em variadas escalas; a divulgar a cultura geográfica brasileira e a promover a reorganização do quadro das unidades político-administrativas do país (PENHA, 1993). O IBGE foi criado, constituído e planejado por Mário Augusto Teixeira de Freitas, baiano, que idealizou o sistema estatístico nacional a partir de 1936 (SENRA, 2010). Assim, com a criação do IBGE, em 1938, inaugurou-se a moderna fase censitária no Brasil, caracterizada pela periodicidade decenal dos censos demográficos, pela introdução de novos quesitos para análises e pela ampliada abrangência temática. Com a sua criação o IBGE tornou-se o órgão responsável pelos trabalhos estatísticos oficiais do Brasil, incluindo os censos e a elaboração dos índices econômicos e sociais do governo, passando a publicar anualmente o Anuário Estatístico do Brasil, com os principais dados demográficos, energéticos, econômicos, sociais, etc. (PEREIRA; MORETTIN, 1991).

Constituiu-se o IBGE em um

núcleo administrativo central, com a tarefa de organizar e incrementar os fluxos de informação em todo o território brasileiro, com flexibilidade para intervir, através de procedimentos técnicos e científicos, sobre as estruturas político-administrativas em vias de serem inseridas dentro de uma perspectiva de integração nacional (PENHA, 1993, p. 14).

O italiano estatístico – com título de livre docência em Estatística pela Universidade de Roma –, economista e demógrafo, Giorgio Mortara (1885-1967) chegou ao Brasil em 1939, a convite do governo brasileiro, para colaborar na preparação do recenseamento de 1940, que foi o primeiro após a institucionalização do IBGE e seu grande trabalho, que englobava vários aspectos

¹⁴ Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/estatisticametodoeaplicacao.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2011.

demográficos, econômicos e sociais, assim como censos diversos: demográfico, agrícola, industrial, comercial, de transportes e comunicações, de serviços e de indicadores sociais (PEREIRA; MORETTIN, 1991).

Após esta primeira parte de introdução do trabalho, com a problemática apresentada e a contextualização histórica inicial sobre o desenvolvimento dos conhecimentos estatísticos, indicaremos as demais partes do trabalho, desenvolvidas em sete capítulos. No Capítulo 2, é discutido o levantamento bibliográfico, onde estão descritos os trabalhos escolhidos por seus relacionamentos ao contexto social, político, econômico e cultural do Brasil oitocentista, a história do desenvolvimento dos conhecimentos estatísticos no Brasil e os primeiros censos demográficos brasileiros. O Capítulo 3 contém o embasamento teórico e metodológico, no qual são articulados os fundamentos para a pesquisa de cunho histórico e documental. Foram utilizados autores consagrados, como Bloch, De Certeau, Ginzburg, Le Goff, Burke e Senra. No entanto, escolhemos as direções e bases principais entre as ideias teóricas de Bloch e trabalhos de pesquisas de Senra.

No Capítulo 4, é tratado o desenvolvimento de algumas importantes teorias matemáticas e estatísticas no mundo, desde o século XVII até a introdução dos conhecimentos de estatística na educação no Brasil do século XIX, o que teve início nas instituições de ensino inauguradas com a vinda de D. João VI e a família real portuguesa, seguindo-se seu crescimento e aprimoramento nas escolas de Engenharia. É tratada, ainda, a contextualização sobre como era a sociedade que recebeu e desenvolveu os conhecimentos de estatística. O Capítulo 5 se inicia com um histórico sobre os primórdios da utilização da estatística nos primeiros levantamentos mundiais. Em seguida, é apresentado um levantamento das estimativas populacionais realizadas antes dos primeiros censos gerais brasileiros e é feita uma problematização do processo dos quatro primeiros censos demográficos brasileiros – como foram organizados, como foram aplicados, quem eram os responsáveis e que resultados apresentaram, de acordo com as metodologias e instrumentos matemáticos e estatísticos utilizados.

No Capítulo 6, são realizadas análises relacionadas aos quatro primeiros censos gerais, envolvendo algumas variáveis¹⁵ investigadas, na tentativa de atender aos objetivos da pesquisa, intercalando o contexto histórico da época. Finalmente, o Capítulo 7 contempla as considerações finais da pesquisa, baseadas em análises e interpretações fundamentadas em uma compreensão geral do estudo realizado.

¹⁵ Essas variáveis são diversificadas de acordo com cada censo e estão agrupadas em uma tabela de acordo com as suas respectivas inserções nos censos (Anexo D).

2 PESQUISAS PERTINENTES EM FOCO

Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência, que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor (DE CERTEAU, 2010, p. 67).

Investigações científicas e tecnológicas ligadas a sistemas de informações geram grande quantidade de dados de variados tipos. Assim, deve-se ter todo cuidado na manipulação e seleção dessas informações, necessitando serem elas criticadas antes da sua organização, apresentação e análises para a devida utilização. Daí o crescente interesse da comunidade Estatística, em seu processo de ensino e aprendizagem, já que a Estatística tem uma maneira própria de organizar e analisar informações.

O ensino de Estatística no Brasil inicia-se, segundo Pardal (1993), em 1810, na Academia Real Militar, com conteúdos do cálculo de probabilidades contidos nas disciplinas de Matemática. Mas, até a década de 1960 e início de 1970 a Estatística não era tratada com a devida importância dentro das ciências exatas; esta situação mudou, porém, nas décadas seguintes, devido principalmente às inovações tecnológicas (CORDEIRO, 2006).

Em todos os tempos, realizaram-se pesquisas estatísticas com a finalidade de satisfazer as necessidades da administração. A Estatística foi-se desenvolvendo progressivamente, desde os anos anteriores a Cristo. Vários autores já discutiram se a estatística constitui-se somente em um método ou em ciência ou se combina método e ciência. A estatística como método pode ser aplicada a muitas ciências, e também se constitui em uma ciência com método próprio.¹⁶ Tem-se que, entre os estatísticos, há uma maior preocupação em aperfeiçoar a técnica do método para torná-lo uniforme e universal (CARVALHO, 1933). Várias definições foram enunciadas para a estatística. Sebastião Ferreira Soares (1820-1887), pioneiro da estatística econômica no Brasil,¹⁷ escritor da obra *Elementos de Estatística compreendendo a teoria da ciência e a sua aplicação à*

¹⁶ Essa discussão encontra-se em Carvalho (1933).

¹⁷ Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/memorial/rs.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

estatística comercial do Brasil, em 2 volumes, definiu, no 1º volume da sua obra, a Estatística como “ciência que se ocupa da enumeração, comparação, análise e estudo de todos os fatos que têm relação com a marcha social dos povos em referência a épocas determinadas” (SOARES, 1865a, p. 5).

A pesquisa em Estatística no país, contemporaneamente, ainda é reduzida, se a comparamos, por exemplo, com as pesquisas no âmbito da Matemática. As preocupações de investigação sobre os conteúdos estatísticos no Ensino Fundamental e Médio eram quase inexistentes até meados dos anos 1990; já no Ensino Superior, a preocupação com investigações voltadas ao ensino de estatística é mais acentuada nos espaços relacionados com a própria Estatística e organizados por estatísticos (WODEWOTZKI & JACOBINI, 2005).

A Associação Brasileira de Estatística (ABE), criada em 1984, tem sido importante para o desenvolvimento da área de Estatística no Brasil e na América do Sul e constituiu-se a partir da realização do Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística (SINAPE), iniciado em 1974. Com a sua criação, a comunidade estatística presenciou um crescimento em nível acadêmico e profissional. A ABE tem como maior objetivo promover o desenvolvimento, a disseminação e a aplicação da Estatística no Brasil, tendo como missão incentivar essa aplicação, por meio dos eventos organizados, do intercâmbio entre professores, pesquisadores, profissionais e estudantes de diversas áreas que necessitem da Estatística, bem como profissionais do setor produtivo.¹⁸

Após cursar Estatística na graduação (1980) e estando inserida no campo do ensino da Estatística desde 1982, tendo como base currículos de Estatística, programas de disciplinas e livros didáticos de Probabilidade e Estatística, observamos que, de um modo geral, o ensino de Estatística não tem privilegiado uma visão histórica aliada à apresentação dos seus conteúdos, pois a maioria dos currículos com que tivemos contato não contemplam a teoria e a prática aliadas à parte histórica. Até mesmo nas pesquisas da Educação Estatística não se discute a história. Temos, assim, uma área aberta para novos estudos – a Estatística com uma visão histórica.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.redeabe.org.br/abe.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2011. E também em Campos, Wodewotzki e Jacobini (2011).

Além de considerarmos importante essa visão histórica da Estatística, principalmente pela amplitude, relacionamentos e desafios que provoca, consideramos também que a vinculação dos conceitos estatísticos a problemas reais é interessante e uma motivação para os alunos. O pensamento matemático e estatístico, em seu desenvolvimento, organiza-se por meio da escolha do método adequado, de cálculos e análises, para a solução de um trabalho quantitativo e/ou qualitativo em suas interpretações. Nessa direção, os conceitos e os métodos são apresentados, quase sempre, desvinculados dos problemas reais, para a situação dos quais eles foram produzidos.¹⁹ Além disso, existe a preocupação de se investigar o desenvolvimento do raciocínio estatístico incluído na produção desses conceitos, para proporcionar uma maior importância à interpretação, em lugar da automatização de cálculos (WODEWOTZKI & JACOBINI, 2005).

No Brasil, pesquisas sob a denominação “Educação Estatística”, têm sido apresentadas desde 2001,²⁰ com discussões sobre o ensino e a aprendizagem da Estatística, ou sobre conceitos e aplicações estatísticas, em vários eventos científicos relacionados à “Estatística na Educação e Educação em Estatística”. No entanto, poucos são os trabalhos relacionados ao ensino da Estatística apresentados em congressos e seminários da área de Educação. Em programas de pós-graduação em Educação Matemática, um número ainda pequeno de trabalhos está relacionado com os conhecimentos ou a história da Estatística.

Entre os grupos de estudos sobre a Educação Estatística (EE), destaca-se o Grupo de Pesquisa em Educação Estatística do programa de Pós-graduação em Educação Matemática da UNESP –

¹⁹ Alguns exemplos da vinculação entre a origem prática do problema e a teoria para solucioná-lo: “O princípio dos mínimos quadrados surgiu devido à análise de dados de astronomia e ao problema de se determinar a distância entre as cidades de Berlin e Köln. Os testes de hipóteses surgiram da necessidade de saber se os planetas descreviam órbitas distribuídas aleatoriamente. O problema de determinação da população da França deu origem aos estimadores de razão. Os conceitos de regressão e correlação surgiram com estudos desenvolvidos por Francis Galton sobre a hereditariedade genética. O famoso teste t de Student foi decorrente da tentativa de melhorar a qualidade da cerveja. A análise de variância (proposta por Fisher) decorreu do problema de verificar se havia interação significativa entre as diversas variedades de batatas e fertilizantes. O planejamento de experimentos originou-se do problema de melhoramento de técnicas agrícolas” (CORDEIRO, 2006).

²⁰ Embora aconteçam encontros sobre o ensino da Estatística na graduação desde 1997, a denominação “Educação Estatística”, passou a ser utilizada a partir do Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM/2001) (WODEWOTZKI & JACOBINI, 2005, p. 236-238).

Rio Claro,²¹ que promove estudos e discussões sobre o ensino dos conteúdos estatísticos e de probabilidade no Brasil, em seus fundamentos filosóficos e científicos direcionados à Educação Matemática (EM).

Conscientes da abrangência que o enfoque de uma pesquisa na área de Educação articulada à Estatística pode ter, não teremos por pretensão, neste trabalho, explorar o ensino e a aprendizagem da Estatística, embora façamos, no Capítulo 4, uma incursão e um estudo sobre os conhecimentos estatísticos presentes no Brasil do século XIX, época da inauguração das primeiras instituições de ensino superior e de ocorrência dos primeiros censos gerais brasileiros. Isso porque este campo educacional está intrinsecamente presente ao tratarmos a temática da nossa investigação, uma vez que nos interrogamos como os resultados do processo censitário eram entendidos, que instrumentos e métodos eram utilizados, e que conhecimentos estatísticos as pessoas envolvidas poderiam ter.

Próximos a esses direcionamentos que acabamos de realçar, serão comentados, neste capítulo, alguns trabalhos pertinentes à problemática de pesquisa apresentada. Três focos principais chamaram a atenção para a busca desses trabalhos: a situação social, política e econômica do Brasil, bem como a cultura da época, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil Colônia, passando pela Independência e início da República; a história do desenvolvimento dos conhecimentos estatísticos no Brasil; e os censos demográficos brasileiros. Sabemos da importância, para o pesquisador, de apoiar-se em um referencial teórico, no tratamento de seu problema, de investigar os achados sobre a temática proposta, pois é nessa busca que, segundo Laville e Dionne (1999, p. 112), ele pode “[...] encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afirmar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual”.

²¹ Este grupo de pesquisa da UNESP foi criado em 2004. Destaca-se também o GT 12 da SBEM, criado em 2001, que foca o ensino de Estatística e Probabilidade, e o grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Estatística da UNICSUL – SP, organizado em 2009, dentre outros (CAMPOS, WODEWOTZKI, JACOBINI, 2011).

2.1 SOBRE O CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E CULTURAL DO BRASIL

Com relação ao primeiro foco, iniciaremos com os autores que trazem a situação social, política, econômica e cultural do Brasil na época de domínio pela corte portuguesa, dando início à caracterização dos traços da nação brasileira recém-firmada, berço para a idealização dos censos. Vários historiadores retratam, de uma forma acessível, fazendo um cuidadoso trabalho de investigação, a história da corte portuguesa no Brasil Colônia, Brasil independente de Portugal até a Proclamação da República. Escolhemos algumas dessas obras, mencionadas a seguir, para destaques contextuais de interesse à presente pesquisa.

Lima (2006), em sua obra *D. João VI no Brasil*, trata muito bem essa questão, relatando não somente a vinda da família real com a corte portuguesa para o Rio de Janeiro de 1808, mas também as condições sanitárias e de saúde do país, com instrução pública praticamente nula, sem atividades culturais e dependente do trabalho escravo. O autor, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), embaixador do Brasil em diversos países, escritor e crítico, escreveu várias obras como historiador. A obra mencionada foi um longo trabalho de pesquisa histórica, que apresenta como destaque as realizações de D. João VI. Seu texto tem como base documentos originais e inéditos encontrados em arquivos nacionais e estrangeiros. O livro, publicado em 1909, contém uma reconstituição da vida em torno da corte de Dom João no Brasil. Foi escrito no contexto do centenário da transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil. Lima (2006, p. 16) confere a D. João VI o título de “o fundador da nacionalidade brasileira”. O trabalho é uma detalhada pesquisa histórica, composta de trinta capítulos, englobando treze anos de permanência de Dom João VI no Brasil até o retorno a Portugal, em 1821. Nessa obra chamou-nos a atenção a constituição do povo brasileiro, mostrando as suas transformações – a terra, o homem, a sociedade, os costumes, a economia – com a vinda da corte portuguesa, que trouxe para cá outra cultura. Com a obra, temos uma reconstituição histórica da vida brasileira na época de Dom João no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, quanto à criação da imagem de nacionalidade brasileira, Chauí (2000) tem opinião mais crítica. A publicação de Chauí (2000), intitulada *Brasil Mito fundador e sociedade autoritária*, aborda de maneira crítica a construção e o desenvolvimento do Brasil. Marilena de Souza Chauí é filósofa e historiadora de filosofia brasileira, nascida em 1941, em São Paulo. Na opinião de Chauí, essa construção do Brasil contribuiu para uma representação ideológica do mito fundador, apresentado por historiadores como um povo pacífico, ordeiro, inimigo da violência, com uma terra rica, de clima agradável e como uma nação sem preconceitos, quando, na realidade, existiam aspectos polêmicos em relação a essas características assim representadas. Para Chauí (2000, p. 9), “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.

De 1880 a 1918, a “religião cívica” transformou o patriotismo em nacionalismo. Assim, o patriotismo se tornou estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária. O processo de invenção da nação brasileira ajudou a entender a passagem da ideia de “caráter nacional”, cujos elementos principais foram o território, a densidade demográfica, a expansão de fronteiras, a língua, a raça, as crenças religiosas, os usos e costumes, o folclore e as belas-artes, para a ideia de “identidade nacional”, entre 1830-1918. A segunda passagem corresponde ao período da “questão nacional”, ocorrida entre 1918-1960 (CHAUÍ, 2000).

A obra de Chauí traz, para o período citado, a fé e o orgulho de ser brasileiro; os símbolos nacionais – a bandeira nacional construída como símbolo da grandeza e da riqueza do país –; o “verde-amarelismo”, ideologia dos senhores de terra do sistema colonial, do Império e da República Velha, com a imagem de um “país essencialmente agrário”, que via no mapa do Brasil uma maneira de criar o sentimento nacional, associando patriotismo e representação gráfica do país; do IV ao V centenário da descoberta do Brasil, a primeira reatualização do mito fundador; a criação do mito fundador, que foi uma crença, não necessariamente uma realidade, foi uma paixão, mesmo abrigoando uma sociedade com relações entre um superior que manda e um inferior que obedece. Observamos que foi nessa época da ideologia da formação do caráter e da

identidade nacional que ocorreram os primeiros censos demográficos nacionais no Brasil, com intuito de reforçar a ideia de apresentação do país e o seu progresso.

Também Holanda (1995), em sua obra *Raízes do Brasil*, ensaio lançado em 1936, abordou a identidade nacional, buscando a essência do homem brasileiro, nomeando-o de “homem cordial”, fruto da nossa história com a colonização portuguesa, de uma estrutura política, econômica e social instável, de famílias patriarcais e escravagistas. Pontuou aflições da nossa vida social, política e afetiva. Sua obra é uma reflexão sociológica sobre a formação brasileira. Mostra como o estudo do passado pode abrir caminho aos grandes movimentos democráticos que contam com a iniciativa do povo trabalhador, tentando, por meio do nosso passado, ver o futuro. *Raízes do Brasil* é uma obra que traça o perfil da formação da sociedade brasileira, apontando as contribuições dos países europeus na composição da nossa cultura, permitindo uma visão geral do processo de colonização do nosso país, bem como da formação da sociedade e da mentalidade brasileira. A obra é considerada fundadora da moderna historiografia e das ciências sociais brasileiras, pelo seu método de análise, pelo estilo da escrita e pela sensibilidade do tema. Holanda (1995) critica a visão hierárquica e autoritária da sociedade, em virtude da não adaptação do Brasil ao regime legitimamente democrático.

Esse autor, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), foi um dos mais importantes historiadores brasileiros e também crítico literário e jornalista. Trabalhou em diferentes órgãos de imprensa e em universidades do Brasil e do exterior, tendo-se tornado em 1956, catedrático de História da Civilização Brasileira. Escreveu várias obras, sendo *Raízes do Brasil* o seu escrito mais conhecido. A obra é composta de sete capítulos, com reflexões de toda uma geração, utilizando-se de uma análise historiográfica.

Na contribuição para a cultura científica brasileira, temos como marco a vinda da Real Biblioteca portuguesa para o Brasil. Schwarcz (2002), historiadora e antropóloga, em *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, teve como objetivo maior recuperar a história do imenso acervo dessa biblioteca da monarquia portuguesa, hoje pertencente à Biblioteca Nacional. Lilia Moritz

Schwarcz é paulista, nascida em 1957, doutora em Antropologia Social pela USP e professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Nessa obra, composta de onze capítulos, é contada a história da Real Biblioteca, desde a sua destruição pelo terremoto de 1755, ocorrido em Lisboa, passando pela sua reestruturação e pela sua vinda para o Brasil Colônia, até o momento do processo de independência brasileira, sendo narradas as aventuras, as políticas, os contratemplos profissionais que por ela passaram. A biblioteca fazia parte da representação oficial do Estado; personificava o orgulho nacional diante de sua cultura, vinculada à figura do rei. Ela reunia em seu acervo os livros dos primeiros monarcas da dinastia de Avis, século XIV, mas foi somente a partir do século XVIII, no reinado de D. João V, que a biblioteca adquiriu proporções grandiosas. Possuía rico acervo de livros e manuscritos, que cobriam diversas áreas do conhecimento, com coleções iconográficas, compostas de estampas de escolas europeias. Era considerada “uma das maiores bibliotecas da Europa” (SCHWARCZ, 2002, p. 73), composta de milhares de volumes, abrangendo Teologia, Filosofia, História, Direito Canônico e Civil, Filosofia, Literatura, Medicina e Ciências.

Em 1821, D. João VI retornou a Portugal e deixou seu filho, D. Pedro I, levando da biblioteca apenas parte dos “manuscritos da Coroa” referentes à história de Portugal (SCHWARCZ, 2002, p. 356), já que D. Pedro não quis devolver a rica coleção de livros – símbolo da cultura nacional –, tendo, dessa forma, que pagar caro por ela na ocasião da independência. Em 1884, a biblioteca funcionava na Rua do Passeio, no Rio de Janeiro, com cerca de 200 mil obras, entre as quais livros antigos e preciosos, impressos até 1536, referentes à história antiga portuguesa e espanhola. Estava dividida em três seções: a de impressos e cartas geográficas, a de manuscritos e a de estampas. Em 1910, a biblioteca teve nova sede, na Avenida Rio Branco, onde se encontra até hoje. A biblioteca trazida de Portugal transformou-se de Real para Imperial e, depois, para Biblioteca Nacional (SCHWARCZ, 2002).

Aliada à história da Biblioteca, Schwarcz (2002) contou também uma história da nossa nação com a vinda da família real portuguesa até a independência do Brasil, do nosso colonizador – Portugal. Para essa importante publicação, a autora buscou suas fontes de pesquisa na Biblioteca

Nacional, bem como nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty, do Gabinete Português de Leitura e do Museu Histórico Nacional. Em Portugal, a pesquisa foi realizada na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Museu da Cidade de Lisboa, no Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (IPPA), na Biblioteca da Ajuda, no Museu Nacional de Arte Antiga e na Documentação de Divisão Fotográfica. O acervo da Biblioteca Nacional constituiu-se em patrimônio científico bibliográfico de maior vulto no período objeto do nosso estudo, daí a relevância em mencionar um pouco da sua história.

Outra obra de destaque que trata do período colonial e imperial do Brasil é *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, de autoria de Costa (1995). A pesquisa foi desenvolvida em seis partes, que documentam a trajetória do monarca e do homem D. Pedro I, no plano político, geográfico e amoroso. Seu autor, Sérgio Corrêa da Costa (1919-2005), advogado, diplomata e historiador brasileiro, teve sua obra, especializada em história da diplomacia brasileira, concentrada na figura do imperador D. Pedro I.

Apesar de não se considerar culto, D. Pedro I muito beneficiou a cultura, promovendo a isenção de taxas alfandegárias a toda espécie de livros e a supressão da censura prévia (COSTA, 1995). D. Pedro I promoveu a criação, em 1827, de cursos jurídicos universitários, incentivando, assim, o ensino no país. Das quatro coroas ofertadas para D. Pedro I, duas foram recusadas – Grécia, Espanha – e às outras duas – Brasil, Portugal – colocou-se a serviço, com uma grande afinidade, cumplicidade, fidelidade e dedicação às suas duas nações.

Em outra obra de pesquisa, *As Barbas do Imperador*, baseada em documentos inéditos e iconografia, Schwarcz (1998) retratou a monarquia brasileira de uma forma original, com foco no período do Segundo Reinado²². Esta obra de Schwarcz é composta de dezenove capítulos, percorrendo o império de D. Pedro II, diretamente envolvido com a ciência, e indo até a Proclamação da República. Especificamente, a obra retrata o governo de D. Pedro II (1840-

²² O segundo reinado é um período na história do Brasil que compreende 58 anos, se computado o período regencial (1831-1840). Iniciou em 1840, com a antecipação da maioridade de D. Pedro II, e teve o seu término em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República (SCHWARCZ, 1998).

1889), imperador aos catorze anos, primeiro monarca nascido no Brasil, cuja imagem pública era tida como um símbolo da pátria. Nesse período, foi fundado um modelo de nacionalidade, destacado pela criação de ícones nacionais, como o hino, medalhas, emblemas, monumentos, dísticos e brasões. Várias características da população foram investigadas, sendo a educação a marca distintiva da elite. De acordo com a obra, o recenseamento de 1872 revelou que 16% da população era alfabetizada, e na população escrava o índice de analfabetismo chegava a 99,9% (SCHWARCZ, 1998, p. 118). Famílias de mais recursos contratavam tutores para a preparação de seus filhos para a entrada em liceus. O imperador propôs a criação de gramáticas e dicionários e começou a estudar o tupi e o guarani. Ele patrocinava, particularmente, projetos de pesquisa de documentos relevantes para a história do Brasil, ajudando o trabalho de cientistas e financiando profissionais de áreas diversas. Ficou famosa a frase do monarca: “A ciência sou eu” (SCHWARCZ, 1998, p. 131), como um onipotente, o todo poderoso Deus provedor da ciência.

Com esse intuito de promoção da ciência, formou-se em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, que congregava a elite econômica e literária carioca. O imperador frequentava com assiduidade esse Instituto e incentivava o seu funcionamento. A partir de 1850, o instituto tornou-se um centro de estudos, favorecendo a pesquisa literária e estimulando a vida intelectual, com a pretensão de fundar a história do Brasil, de criar uma historiografia e de imprimir um “caráter brasileiro” à nossa cultura (SCHWARCZ, 1998, p. 127). D. Pedro II tinha predileção especial pelo Colégio Pedro II, como também pelo Imperial Observatório, pelo Museu Nacional, pelo Arquivo Público, pela Biblioteca Nacional, pelo Laboratório do Estado, pelo Jardim Botânico e pela Academia Imperial de Belas-Artes. Criou, em 1857, a Imperial Academia de Música e a Ópera Nacional (SCHWARCZ, 1998).

Foram inauguradas, nesse período, meados do século XIX, as exposições universais, locais de exibição de produtos, de técnicas e de novas ciências dos países participantes. Essas exposições promoviam desenvolvimento econômico e expansão de mercado. D. Pedro II investiu pessoalmente na participação do Brasil nessas feiras, para a formação de uma imagem de caminho ao progresso para o país no exterior. As exposições eram sempre precedidas de mostras nacionais, que também apresentavam dados estatísticos sobre variados aspectos do

desenvolvimento da nação brasileira e que eram organizadas e patrocinadas diretamente pelo imperador. A primeira exposição universal ocorreu em 1851, em Londres, e criou um símbolo que marcou a época – o Palácio de Cristal. Porém, o Brasil só iniciou a sua participação internacional após a primeira exposição nacional do Rio de Janeiro, ocorrida em 1861. Participou, assim, da terceira exposição universal, ocorrida em Londres, em 1862, mostrando o seu potencial natural.



Figura 1 – Palácio de Cristal

Fonte: <<http://thaa2.wordpress.com/category/daniel-rodrigues-pascoal/>>

As cidades onde ocorriam as exposições eram os centros da modernidade, agregando arte, ciências, arquitetura, costumes e tecnologia e refletindo as mudanças sociais. Essas exposições apresentavam novidades que vinham do mundo inteiro, formando uma grande feira de negócios e de divulgação. Aconteciam, nessas exposições, congressos científicos e apresentações de novas invenções e grandes monumentos. Máquinas e novos inventos eram a atração principal. As colônias tiveram seu espaço nas feiras, porém a sua imagem era de atraso e de exotismo.²³ Todos

²³ Disponível em:

<[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Exposicoes Universais Sociedade no seculo XIX 0.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Exposicoes%20Universais%20Sociedade%20no%20seculo%20XIX%200.pdf)>.

Acesso em: 6 jul. 2012.

os países revelavam suas realidades distantes, por meio dos números, expostos em quadros, gráficos, cartogramas. Muitos países distribuía monografias – corografias – baseadas em números e os países promotores construíam, entre seus pavilhões temáticos, um pavilhão dedicado às estatísticas.

A presença brasileira em Paris, 1867, e em Viena, 1873, foi ainda pequena. Somente em 1876, na Filadélfia, é que a qualidade da participação brasileira se destacou, tendo havido a apresentação de dados estatísticos do primeiro recenseamento brasileiro de 1872. A exposição de 1889, em Paris, foi a maior mostra em que o Império do Brasil participou apresentando os seus produtos. O Brasil e seu imperador fizeram sucesso nessa exposição, cujo símbolo foi a Torre Eiffel, porta de entrada para a realização do evento, que celebrava o centenário da Revolução Francesa (SCHWARCZ, 1998). O imperador investiu pessoalmente na elaboração da apresentação brasileira na exposição.

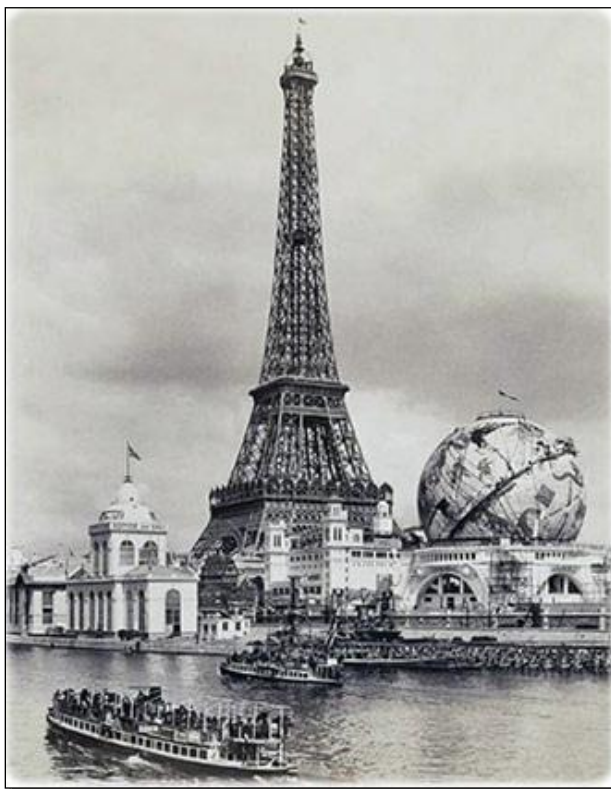
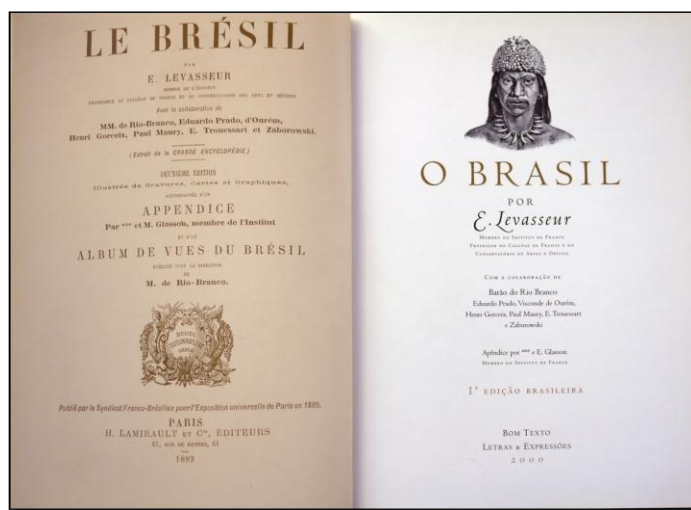


Figura 2 – Torre Eiffel

Fonte: <<http://www.franca-turismo.com/eiffel.htm>>

Nessa exposição, o Imperador D. Pedro II queria apresentar um país aberto aos imigrantes e ao capital estrangeiro.²⁴ A feira mostrou as riquezas do Brasil, suas terras para o cultivo e seus minerais – riquezas naturais. O número de participantes foi de 28 milhões de pessoas, o que correspondia ao dobro da população brasileira da época.²⁵ Foi publicado o catálogo oficial do Brasil – *O Império do Brasil 1889 (L'Empire du Brésil 1889)*. Dentre outras obras referentes à participação do Brasil, destaca-se *Le Brésil*, monografia extraída de *La Grande Encyclopédie*, publicada pelo Sindicato Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris, em 1889. O livro esgotou-se antes do término da exposição. *Le Brésil* foi organizado por Émile Levasseur (1828-1911), historiador, geógrafo, estatístico e economista político francês, com a colaboração do Barão do Rio Branco – José Maria da Silva Paranhos Júnior –, Eduardo Prado, Visconde de Ourém, Henri Gorceix, Paul Maury, E. Troussart e Zaborowski. O autor apresentou um resumo sucinto e metódico da geografia física, política e econômica, da história e dos progressos sociais do Brasil. A obra foi traduzida para o português por Luiz Cavalcanti de M. Guerra e José Augusto Carvalho, e publicada por Bom Tempo Editora e Produtora de Arte Ltda e Editora Letras & Expressão, em 2000 (LEVASSEUR, 2000).



Fotografia 1 – Livro *O Brasil*
Fonte: LEVASSEUR, 2000

24

Disponível

em:

<[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Exposicoes Universais Sociedade no seculo XIX 0.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Exposicoes%20Universais%20Sociedade%20no%20seculo%20XIX%200.pdf)>.

Acesso em: 6 jul. 2012.

25 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/república/exposicao-universal-paris-torre-eiffel.shtml>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

Outra publicação do Sindicato do Comitê Franco-Brasileiro sobre o Brasil foi *Le Brésil em 1889*, que teve a colaboração de escrivães do Brasil, dentre eles o barão de Sabóia, Louis Cruels, barão de Teffé, Eduardo Prado e o engenheiro André Rebouças, e direção do barão Frederico José de Santa-Anna Nery (1848-1901), intelectual e historiador brasileiro. A publicação registrou, em suas primeiras páginas, que a participação do Brasil na exposição de Paris, em 1889, foi incentivada pelo Imperador do Brasil – D. Pedro II –, com o apoio da opinião pública brasileira.

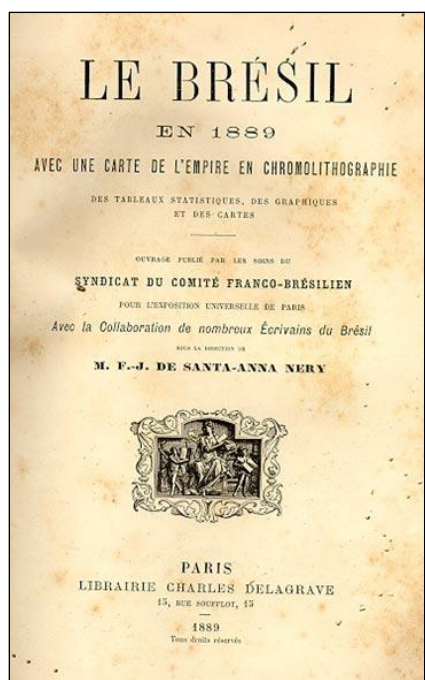


Figura 3 – *Le Brésil em 1889*

Fonte: <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/acervo/LVF100/colecao_08_10.shtm>

O Brasil participou também das Exposições Internacionais, no início do século XX: Saint Louis (1904), Bruxelas (1910), Turim (1911). Sediou a exposição de 1922, centenário da sua Independência, no governo de Epitácio Pessoa – época dos primeiros resultados do censo geral de 1920. O Brasil teve um pavilhão estatístico centrado no Censo de 1920.

Na exposição de 1922, além dos pavilhões de cada um dos 13 países convidados e dos expositores de todos os estados da Federação Brasileira, a exposição contou com mais 11 pavilhões, estando entre eles o Pavilhão da Estatística, um palacete destinado a expor a riqueza

do Brasil expressa em números. Chamado também de Pavilhão da Ciência da Certeza, foi projetado pelo professor da Escola Nacional de Belas Artes, Dr. Gastão da Cunha Bahiana (1879-1959), que escolheu para esse palacete um sóbrio estilo Luís XVI.



Figura 4 – Pavilhão da Estatística

Fonte: <<http://www.ermakoff.com.br/banco/displayimage.php?album=71&pos=7>>

A construção do pavilhão sofreu alterações em sua fachada, com a retirada de sua cúpula, a pedido do próprio Gastão Bahiana, e com a colocação de uma marquise na entrada. Hoje, funciona no local o Centro Cultural da Saúde.²⁶ A ciência estava em evidência – expressa na confiabilidade dos dados estatísticos, principalmente populacionais, na química, na eletricidade.²⁷

Também sobre as Exposições Universais tratou a dissertação de Santos (2009), com o título *O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócio e publicações*, que foi defendida em 24 de julho de 2009, no Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, do Instituto de Geociências da UNICAMP. A pesquisa teve como objetivo estudar a participação do Brasil nas Exposições Universais que aconteceram entre a segunda

²⁶ Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/rickipanema/46397337/>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

²⁷ Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliansa/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=722&sid=14>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

metade do século XIX e a primeira década do século XX. Como já foi comentado anteriormente, a participação das nações nessas exposições era uma forma de divulgação do país, principalmente apresentando as suas estatísticas, sendo este um importante espaço para a difusão dos avanços ocorridos na ciência e na tecnologia. A primeira participação oficial do Brasil na Exposição de Londres, em 1862, foi marcada por uma nova ética de trabalho, vinculada ao progresso, e por um discurso de modernização que buscava romper com o passado colonial português. As exposições tiveram como resultado uma relevante produção escrita, além dos catálogos e relatórios. A imprensa cotidiana, as revistas especializadas, a literatura promocional mostravam às nações participantes aspectos da economia, da sociedade, da organização política e institucional do Brasil. Santos (2009) abordou o envio de minerais do Brasil para esses eventos, começando pela Exposição de Londres e terminando na Exposição de Turim, em 1911.

Paulo Coelho Mesquita Santos é pesquisador com experiência na área de História.²⁸ Seu trabalho de dissertação divide-se em quatro capítulos, que refletem os momentos distintos da participação do Brasil nessas exposições. No Capítulo 1, é feita uma revisão sobre a historiografia das Exposições Universais. O Capítulo 2 trata do Brasil Império com as exposições de Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1876). O Capítulo 3 aborda o momento da transição do Império para a República, com o envio de minerais pelo Brasil, nas exposições de Berlim (1886), Paris (1889) e de Santiago do Chile (1894). Finalmente, o Capítulo 4 apresenta as exposições do início do século XX: Exposição Pan-Americana (1901), de Saint-Louis (1904), Nacional (1908) e de Turim (1911). O autor utilizou como fonte principal da pesquisa pequenos folhetos promocionais realizados para as exposições pelo governo brasileiro ou pelos comissários do Brasil, bem como catálogos, relatórios, livros, material empírico, jornais brasileiros e revistas brasileiras e estrangeiras especializadas em mineração. A dissertação tratou, especificamente, da divulgação e negociação dos minerais brasileiros. Concluiu que essas exposições possibilitaram negócios, articularam redes, permitiram a expansão dos empreendimentos editoriais e mostraram os limites entre empresários, cientistas, negociantes, indústrias minerais, mercado internacional, público e privado.

²⁸ Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/72227/paulo-coelho-mesquita-santos/>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

2.2 SOBRE A HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS ESTATÍSTICOS NO BRASIL

Relativamente ao segundo foco – a história do desenvolvimento de conhecimentos estatísticos no Brasil –, buscamos trabalhos que tratam desses conhecimentos, que chegaram ao Brasil fortemente influenciados por Portugal e foram aqui explorados.

Nesse sentido, como investigação inicial, temos a tese de Papança (2011), que tem como título *A Matemática, a Estatística e o ensino nos estabelecimentos de formação de oficiais do exército português no período 1837-1926: uma caracterização*. O objetivo da tese foi estudar o desenvolvimento da formação de oficiais do exército português no período referido, focando a formação matemática e estatística. Uma das importantes conclusões desse trabalho é que a Estatística acompanhou a formação de oficiais do exército português desde os estabelecimentos que precederam a Escola do Exército Português, fundada em 1837, até a atualidade, revelando-se elemento essencial da gestão do ensino. Temos, na tese de Papança, o interesse relacionado ao período evidenciado, a importância do ensino da estatística na educação, a influência de Portugal nos ditames governamentais do Brasil.

Filipe José Loureiro Lopes Papança nasceu em Lisboa, em 1966. É matemático com doutorado em Ciências de Educação. Em sua tese, efetuou uma análise baseada em fontes documentais obtidas em bibliotecas do exército, encontrando dados sobre o ensino, regulamentos, estatísticas variadas, organização curricular, professores, cerimoniais, visitas de estudos, livros e manuais escritos por docentes, naquele período em que ocorreu a reestruturação da formação do oficial, com a extinção da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e a criação da Escola do Exército, até o final da Primeira República. Papança (2011, p. 10) afirmou que “um melhor conhecimento do ensino militar nesse período, de certo, contribuirá para uma melhor visão da evolução da sociedade portuguesa e, ao mesmo tempo, ajudará a perspectivar o futuro”, com a Estatística desempenhando um papel importante como fator organizativo. O trabalho realça a mudança para o ensino prático, desde os tempos da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, visando à aplicação das matérias lecionadas na teoria, com a realização de trabalhos de

projetos pelos alunos. De modo semelhante, foi estabelecida, na colônia brasileira, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, cujos elementos de estatística vieram a ser ensinados posteriormente. A respeito dessa educação, comentaremos no Capítulo 4. Tal estratégia de aliar o teórico ao prático, no nosso entender, faz parte da realidade, ainda hoje, como uma maneira didática motivadora para os nossos alunos.

No caso do Brasil, Oliveira (2005), em seu livro *D. João VI Adorador do Deus das Ciências?*, descreveu a importância da vinda da família real para o Brasil em relação às transformações ocorridas na Colônia, no período, 1808-1821, antes da Independência. Essas transformações, realizadas com a promulgação de decretos, leis, alvarás, decisões, resoluções, cartas régias, foram instituídas por D. João VI, com a finalidade de desenvolvimento da educação científica no Brasil. Foram inauguradas, por exemplo, instituições de ensino superior, escolas técnicas, laboratórios, museus, revistas científicas, a imprensa régia, a academia de artes. Afirma o autor:

Contudo, afirma-se que as medidas de D. João criaram condições para a introdução de um novo pensar sobre a ciência e que a cultura científica em gestação, mesmo marcada por uma orientação pragmática, estimulou o estudo da ciência, algo ausente no Brasil colonial (OLIVEIRA, 2005, p. 106).

José Carlos de Oliveira é formado em engenharia eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA e doutor em História Social pela USP. Atua em História da Ciência e História da Ciência no Brasil. A obra acima citada é organizada em três partes, a saber, a cultura científica e história das ciências no Brasil, a política científica de D. João, e, por último, a cultura científica no período joanino.

O autor conclui que, no campo da cultura científica, houve de fato um salto relacionado à qualidade e à quantidade das atividades científico-educacionais, tais como a criação de instituições, de cursos e a divulgação da ciência; a emancipação da cultura científica, com a liberdade de expressão; o intercâmbio de ideias; novas instituições de ensino e de cultura; uma imprensa atuante e divulgação das produções educacionais. A principal atividade científica no período foi a absorção de conhecimentos vindos do exterior, com um aumento do número de pessoas dedicadas à ciência. Para esse desenvolvimento, o país contou com membros da Academia de Ciência de Lisboa e com intelectuais que estudaram em Portugal e em outros países

européus. Porém, muitos desses intelectuais se dedicaram mais às tarefas governamentais do que às atividades científicas para as quais tinham sido treinados. A obra de Oliveira permite, de modo geral, compreender as condições em que se deu o processo de institucionalização de uma ciência luso-brasileira e dos conhecimentos que com ele foram sendo constituídos, como os matemático-estatísticos.

Relacionado ao desenvolvimento da Estatística no Brasil, temos o trabalho de dissertação de Barreto (1999), que apresentou interessante panorama histórico do desenvolvimento da Estatística no Estado de São Paulo. Sua dissertação, defendida em 1999, foi elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Educação Matemática, área de concentração em Ensino e Aprendizagem da Matemática e seus Fundamentos Filosófico-Científicos, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, tendo como título *Uma Abordagem Histórica do Desenvolvimento da Estatística no Estado de São Paulo*. Em seu trabalho, o autor coloca a Estatística em evidência como uma manifestação cultural, relacionada às práticas diárias, com aplicações nas áreas médica, agrônômica, econômica, educacional, sociológica, psicológica, entre outras, com destaque para a área médica e agrônômica. A dissertação retrata a evolução histórica da Estatística em um contexto global, principalmente nos séculos XIX e XX, investiga suas origens no Brasil e centraliza sua atenção no Estado de São Paulo.

Antonio Rodolfo Barreto é professor com atuação no Ensino Fundamental, Médio e Superior, com experiência em Matemática, Educação Matemática e Física.²⁹ O seu trabalho de dissertação está constituído basicamente em quatro capítulos: introdução; panorama histórico do desenvolvimento da Estatística e um breve olhar sobre alguns colaboradores; o panorama histórico da Estatística no Estado de São Paulo; e as considerações finais. O autor teve como um dos seus objetivos o de que o seu trabalho viesse a “contribuir, despertar e estimular o interesse de outros pesquisadores para trabalhos futuros, tendo em vista que estudos históricos sobre a Estatística no Brasil são praticamente inexistentes” (BARRETO, 1999, p. 89).

²⁹ Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/39451/antonio-rodolfo-barreto/>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

A dissertação de Barreto evidencia a importância da utilização da Estatística em outras áreas, abrindo-se possibilidades de sua aplicação. A Estatística, desenvolvida a partir do século XIX, teve como necessidade conhecimentos básicos de matemática desenvolvidos nessa época. De modo semelhante, em nosso trabalho, temos como um dos objetivos avaliar os conhecimentos de Estatística que estavam presentes quando da realização dos primeiros censos demográficos brasileiros, articulados aos conhecimentos matemáticos que também se desenvolviam no âmbito educativo.

2.3 SOBRE OS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS

Quanto ao terceiro foco – censos demográficos brasileiros –, leituras iniciais das obras de Senra (2006a, 2006b, 2006c) apontaram que fomos influenciados pelos censos europeus, seguindo as orientações dos Congressos Internacionais de Estatística. Nesse aspecto, em Portugal, a primeira contagem populacional foi realizada em 1527. Após esse censo, houve uma interrupção nos levantamentos globais da população com objetivos estatísticos, econômicos, militares ou administrativos. Foi somente a partir de meados do século XVIII que os censos periódicos da população começaram a ser realizados na Europa, motivados por necessidades fiscais e militares (SCHWARCZ, 2002). No entanto, em Portugal, os recenseamentos regulares tiveram início apenas no século XIX, no reinado de Dom Luís I. O primeiro recenseamento geral da população de Portugal ocorreu em 1º de janeiro de 1864, tendo por base as orientações do Congresso Internacional de Estatística, ocorrido em Bruxelas, em 1853.³⁰

Pelas investigações empreendidas no banco de teses e dissertações da Capes, sobre a nossa temática, observamos que se pode considerar escassa a quantidade de dissertações e teses envolvendo o tema dos censos brasileiros. Entre essas, uma dissertação que tem alguma interseção com nossos estudos é a de Silva, J. H. da (2009), cujo título é *Viabilidade da utilização do Google Earth na construção de mapas de setores urbanos para fins censitários*,

³⁰ Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1864>. Acesso em: 28 nov. 2011.

tendo sido defendida em 1º de outubro de 2009, na UERJ, no programa de Engenharia de Computação. Silva, J. H. da (2009) propõe uma metodologia para melhorar a qualidade dos Mapas de Setores Urbanos, com a utilização de imagens Google, periféricos e aplicativos de conversão disponíveis no IBGE, estabeleceu-se uma nova rotina de trabalho para a produção e a substituição dos mapas de setores urbanos, de forma a garantir uma maior representatividade territorial dos dados estatísticos para divulgação. O autor explica a importância do seu trabalho, por meio da história dos censos no Brasil, devido à preocupação, surgida no recenseamento de 1940, com a componente territorial em levantamentos estatísticos, já que, nos censos anteriores, não foram utilizados mapas territoriais.

Abrimos parênteses para comentar sobre a importância da história como uma justificativa motivadora no trabalho desse pesquisador com os mapas territoriais utilizados nos censos e, conseqüentemente, com instrumentos de maior precisão tecnológica. Com isso, o autor reafirma que a preocupação de mapeamento territorial não fez parte dos quatro primeiros censos. Além disso, corrobora a compreensão histórica sobre a precariedade de utilização de instrumentos na época oitocentista.

Silva, J. H. da (2009) compôs sua dissertação em seis capítulos: introdução; histórico dos censos no mundo e no Brasil, ressaltando sua importância e sua evolução ao longo dos anos; bases territoriais no Brasil, analógicas e digitais; apresentação do Sistema Google Earth, seu aplicativo e sua utilização no trabalho; a metodologia empregada e, finalmente, as conclusões e recomendações. O autor enfatiza a importância atual de informações cada vez mais detalhadas e geograficamente posicionadas, uma vez que órgãos de planejamento governamentais e políticos dependem hoje, como nunca, dos censos para definirem suas políticas públicas, com base em informações sobre a população. Demandas por informações partem também de setores não governamentais, aumentando a relevância dos censos e dos resultados de pesquisas estatísticas.

O autor conclui que a metodologia proposta propicia a elaboração de mapas para aplicações estatísticas mais atualizadas, que sejam compatíveis com a realidade local e que contenham informações mais precisas no que se refere às questões de geometria e posicionamento, além de

possibilitar a interpretação da realidade espacial e a integração dos níveis urbano e rural da informação censitária. Com base na sua metodologia, as imagens Google Earth, de alta resolução nos processos de elaboração de mapas de setores urbanos para fins censitários, são viáveis, pois permitem observar com precisão os elementos geográficos, como áreas urbanas e agrícolas, estrutura viária, relevo e hidrografia. As imagens de alta resolução permitem também a visualização de novos loteamentos e o acompanhamento da tendência de expansão da ocupação urbana. O uso das imagens – para o mapeamento censitário – pode orientar o recenseador nas atividades de campo, melhorando a precisão dos dados coletados durante os censos e nas pesquisas estatísticas e a estimativa de unidades residenciais para inferência de população, em períodos intercensitários.

Outro trabalho, com mais aproximações do nosso, é a tese de Botelho (1998), *População e Nação no Brasil do Século XIX*, defendida, em 1º de dezembro de 1998, na USP, no programa de pós-graduação em História Social. Tarcísio Rodrigues Botelho, professor e pesquisador do CNPq na área de Geografia e História Demográfica do Brasil,³¹ dividiu seu trabalho de tese em três partes, que tratam do desenvolvimento demográfico brasileiro ao longo do século XIX, reunindo o projeto de construção do Estado e da Nação no Brasil. Na Parte I, Botelho (1998) analisa por que e como foram realizados os principais levantamentos populacionais brasileiros até que se chegasse ao recenseamento geral do Império, em 1872. Na Parte II, trata dos resultados obtidos pelos diversos censos parciais realizados ao longo do período em questão, analisando cada província, traçando um rápido painel da realidade brasileira através dos diversos censos parciais. Na Parte III, é traçado um paralelo, utilizando os censos gerais, entre a necessidade da elite local de realizar censos gerais e o processo de construção da nação e construção do Estado.

O autor conclui que, com os diversos censos parciais realizados ao longo do século XIX, foi possível uma visão mais clara e dinâmica das transformações que estavam em curso, tais como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, as migrações e o impacto das transformações econômicas sobre os habitantes das províncias brasileiras.

³¹ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=8064879032964307>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

Diferentemente da pesquisa de Botelho, que enfatiza mais os censos parciais, em nosso trabalho focaremos os censos gerais brasileiros, realizados depois da metade do século XIX até o momento da criação do IBGE, analisando os fundamentos matemáticos e estatísticos utilizados na realização desses censos e os recursos até então disponíveis.

Outra fonte de pesquisa que merece ser mencionada foi o site do IBGE,³² onde encontramos informações importantes sobre trabalhos estatísticos, entre elas as concernentes aos censos gerais brasileiros. Ao acessar a biblioteca digital, encontramos informações oficiais digitalizadas sobre os censos gerais realizados, bem como trabalhos estatísticos realizados pelo IBGE. Nesse site, obtivemos as tabelas com os dados apurados sobre os quatro primeiros censos. Trouxemos informações também do site da Câmara dos Deputados,³³ onde buscamos decretos, cartas régias e leis do Império (1808-1889) e da República (1889-2000), relacionados aos nossos estudos históricos e estatísticos.

As leituras e estudos empreendidos contribuíram na pretensão de articular a pesquisa dos quatro primeiros censos demográficos brasileiros com os conhecimentos matemático-estatísticos, tendo em consideração os contextos social, cultural, político e econômico no Brasil dessa época, com o intuito de alcançar os objetivos iii e iv desta pesquisa (Capítulo 1).

³² Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

³³ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

3 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção (BLOCH, 2001a, p. 79).

A palavra “história” é muito antiga; surgiu há mais de dois milênios, e mudou muito o seu entendimento nesse tempo. Está voltada preferencialmente para o indivíduo ou para a sociedade, para a descrição das crises momentâneas ou para a busca dos elementos mais duradouros. O dicionário de língua portuguesa Houaiss (2009) hoje define história como o conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade, segundo o lugar, a época e o ponto de vista escolhido ou como a ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico. Porém, não relaciona a história do passado com a história do presente, numa ligação passado-presente que deveria ser analisada ao longo do tempo.

Historiadores se interessam pelo passado e pelo que dele ainda não foi desvendado ou ainda é ignorado. Ter consciência do passado é um direito do ser humano, embora muitos pensem no passado apenas como algo a ser lembrado ou esquecido, e não como uma identidade de um povo, como uma fonte rica de dados. O passado pode confundir-se com a história de uma cidade, de um Estado ou mesmo de uma nação. Por isso, a história, como ciência, não é mais vista simplesmente como uma ciência do passado, em que os acontecimentos eram narrados de forma descritiva e factual, desconectada de críticas, como uma história realística e neutra, já posta e sem possibilidades de novas interpretações. Os fatos devem ser entendidos ao longo do tempo, estabelecendo-se suas relações processuais, pontuadas de discontinuidades, possibilidades e diversas interpretações. Segundo Bloch (2001a, p. 11), “[...] fica a ausência gritante de um ponto final”, embora saibamos que temos que dar um final para a nossa história.

Existe, hoje, uma abordagem histórica que visa a análises que partem de mais de uma interpretação, em escalas antes pouco consideradas, com inclusão da cultura, detalhamentos da estrutura econômica e social e modos de ser e de sentir de pessoas comuns. A necessidade de

uma história mais abrangente evidencia-se no conjunto das possibilidades de abordagens históricas, que ampliam a visão do homem, aproximando-o das ciências vizinhas. Das leituras de Duby (1993, p. 14), extraem-se dois ensinamentos:

Que o historiador não deve fechar-se em sua toca, mas acompanhar atentamente o que acontece nas disciplinas vizinhas. Que realizar uma investigação com todo o rigor necessário não impõe a obrigação, no momento de divulgar os resultados do levantamento, de escrever com frieza, que o cientista cumpre tanto melhor sua função na medida em que agrada ao leitor, prendendo-o e conquistando-o pelos encantos de seu estilo.

Ou seja, a interrelação entre as ciências – movimento dinâmico da multidisciplinaridade presente na história – e a aproximação entre o historiador e o seu leitor são os conhecimentos transmitidos pelo autor. Esse movimento de renovação histórica surgiu na França, depois da Revolução Francesa (1789), no momento em que ficou aguçada a sensibilidade histórica do povo francês com a presença da história do cotidiano (BURKE, 1997). Tal movimento culminou com a criação, em 1929, da revista *Annales*³⁴ por um grupo – Escola dos *Annales* – formado por “Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie” (BURKE, 1997, p. 11). Essa revista, que tem mais de oitenta anos, foi criada com o objetivo de divulgar uma nova história, incentivando inovações.

Entre as possibilidades abertas para a interpretação e a continuidade da escrita histórica, pretendemos utilizar a própria história para compreendermos mais as questões contemporâneas e o presente, procurando entender, nesse nosso estudo, a utilização da estatística nos censos gerais brasileiros. Nesse sentido, somos instigados a refletir e a investigar como e para que foram realizados os primeiros levantamentos estatísticos censitários no Brasil. Portanto, trazemos em cena os primeiros censos, explorando que tipos de fundamentos matemático-estatísticos foram utilizados, e qual seria o provável conhecimento de estatística das pessoas envolvidas nesses censos, na época em que foram realizados. Para tanto, escolhemos embasamentos em relevantes concepções, conceitos e estudos dos renomados autores que neste capítulo abordamos.

³⁴ Ideias sumariadas das diretrizes da revista são: substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema; a história de todas as atividades humanas, e não apenas história política; a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a antropologia social e outras (BURKE, 1997).

Diante da importância de princípios que sustentam o raciocínio teórico das atividades históricas, durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, concentramos mais os nossos estudos nos ensinamentos de Marc Léopold Benjamin Bloch, com suas ideias e fundamentações teóricas a respeito da história, e em fundamentos e considerações de Nelson de Castro Senra, mais diretamente relacionados à história da Estatística como ciência e aos princípios matemático-estatísticos na elaboração e realização dos censos gerais brasileiros. A partir deles direcionamos as bases de sustentação para o nosso trabalho. No entanto, outras ideias reforçam às desses autores, e, assim, consideramos pertinente utilizar algumas perspectivas de Carlo Ginzburg, Michel de Certeau, Jacques Le Goff e Peter Burke, que, por meio de seus fundamentos e pesquisas, contribuíram para a construção da análise histórica epistemológica deste trabalho.

Nessa teia que envolve conhecimentos da estatística utilizados na realização dos censos no período referido (1872 a 1938), pareceu-nos relevante investigar como esses conhecimentos foram sendo introduzidos na educação brasileira. Isso porque temos como hipótese desses conhecimentos não terem sido um ponto de reforço para o processo estatístico e para o entendimento dos seus resultados. Assim, examinamos rastros históricos desde a instalação das primeiras instituições brasileiras de nível superior, que foram inauguradas com a vinda da família real para o Brasil, avaliando por quem e de que forma os conhecimentos matemático-estatísticos foram ou não utilizados na elaboração dos censos.

O teórico principal – Marc Léopold Benjamin Bloch (1886-1944)³⁵ – presente em nossas análises provocou um “diálogo” de ideias e conceitos com maior destaque e interesse para os argumentos e alicerces deste trabalho. Bloch foi um historiador francês de destaque, um dos fundadores, em 1929, da escola dos Annales, que teria papel fundamental na constituição de um novo modelo de historiografia, inaugurando a noção de “história como problema”. Foi um dos grandes responsáveis pelas inovações do pensamento histórico. Bloch foi considerado o maior medievalista de todos os tempos, e, na opinião de muitos pesquisadores, um dos maiores historiadores do século XX. Focalizou em suas pesquisas e cursos a história rural francesa e europeia, desde os tempos mais remotos até o século XX (BLOCH, 2001b). Escreveu vários

³⁵ Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/marc-bloch/>>. Acesso em: 13 out. 2012.

livros, entre os quais, uma obra de referência para os historiadores é *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, obra em que apresenta uma discussão teórica sobre a ciência histórica e o trabalho do historiador (BLOCH, 2001a). Bloch destaca, nessa obra, a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa, e explica que, “na linguagem corrente, “presente” quer dizer passado recente” (BLOCH, 2001a, p. 60). O passado serve, assim, para a compreensão do presente, e “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente, compromete, no presente, a própria ação” (BLOCH, 2001a, p. 63).

O conhecimento do presente é o fator mais importante para a compreensão do passado e pode ser escrito de maneira diferenciada por cada historiador, pois o conhecimento está em um constante processo de ampliação. Assim, a história não é o passado, mas uma compreensão do presente pelo passado, e vice-versa. Bloch é uma eterna referência para os historiadores e, notoriamente, um dos maiores intelectuais de século XX. Sua obra e vida são objetos de pesquisa e fontes de referência. Sua obra *A Sociedade Feudal*, publicada em 1939, teve grande destaque. Dentre outras obras, também destacamos: *Os Reis Traumatúrgos* (1924), *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931), *La transición del eslavismo al feudalismo* (1989), *História e Historiadores* (1995), *Rois et serfs et aures écrits sur le servage* (1996), *Écrits de guerre 1914-1918* (1997), *Melanges Historiques* (2011). Sua última obra foi *A Estranha Derrota* (1946), uma avaliação da derrota francesa a partir da invasão alemã.

3.1 FUNDAMENTOS PRINCIPAIS

Tornou-se célebre o conceito de Bloch (2001a, p. 55) acerca do que é a **História**: “*É a ciência dos homens no transcurso do tempo*”. Ele completa afirmando que, quando estudada rigorosamente, a história alimenta a imaginação, mas também permite alcançar uma compreensão da história humana. O autor prefere ver a história como algo em movimento, desfavorável às certezas. Bloch (2001a) reconhece a especificidade do conhecimento histórico ao considerar que a História não é uma ciência como as outras, pois, na construção desse conhecimento, não se pode desprezar o simbólico, a subjetividade, a particularidade expressa em

toda realidade social e histórica. Sua perspectiva de história é assim definida, de acordo com o prefácio escrito por Le Goff:

A história é uma ciência, mas uma ciência que tem como uma de suas características, o que pode significar sua fraqueza mas também sua virtude, ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, a leis, a estruturas (BLOCH, apud LE GOFF, 2001a, p. 19).

Bloch foi um dos primeiros historiadores a defender a história como ciência relacionada de maneira multidisciplinar e lutou “por uma história maior e mais humana” (BLOCH, 2001a, p. 39). Não pensa ele em uma história atrelada apenas aos fatos, às datas, aos relatos. Critica a busca dos historiadores tradicionais pela origem dos fatos, pois não considera a história uma simples acumulação de acontecimentos. Busca, dessa maneira, uma História que consiga compreender as relações que se deram através dos fatos, suas problemáticas e seus contextos históricos, indicando que o seu objetivo não era o passado, mas os homens no tempo. Sendo assim, o trabalho do historiador tem início com a análise histórica e ele pode, muitas vezes, mudar o modo de compreender o passado, podendo este ser escrito de maneiras diferentes, de acordo com a visão do pesquisador.

Mas, por que é tão importante aprender sobre o passado? Para Bloch, o passado é um dado que não mais se modificará, “mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001a, p. 75). Como o passado não pode ser modificado, mas pode sempre ser reavaliado de acordo com os interesses da pesquisa e a compreensão do pesquisador, pensamos que ele se encontra em processo e suscetível a várias interpretações, contrapondo-se à visão do passado como um dado rígido e inalterado. Com essa orientação de Bloch, constatamos a importância do processo contínuo de operacionalização da história, de não ignorar o estudo do passado, pois “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001a, p. 65).

Apesar de o passado não mudar, já que não podemos mudar o que já aconteceu e que está documentado, o importante é saber interrogar os documentos de acordo com os interesses da nossa pesquisa. Para interrogar os documentos, o historiador, muitas vezes, precisa auxiliar-se de

outras disciplinas; daí a multidisciplinaridade envolvida em um trabalho de pesquisa histórica. Portanto, o objeto não é o passado, mas os homens no tempo, aliando passado-presente. Com a história dos censos e sua evolução no tempo, podemos observar como a utilização de procedimentos matemático-estatísticos foi se aprimorando, permitindo investigações mais completas, apesar dos fracassos iniciais, que também contribuíram para o processo de ampliação do conhecimento.

Esses estudos levaram a uma nova visão historiográfica, com reformulações e indagações críticas identificadas pela Pós-modernidade, que trouxe para a História questionamentos como a validade do método histórico, os limites entre a verdade e a ficção e colocou em debate a escrita da História. Como Bloch, De Certeau foi um historiador que teve destaque em seus estudos, pois, por intermédio dele, questões relacionadas à História e à historiografia foram reformuladas nas décadas de 1970 e 1980, assumindo novos contornos.

De Certeau (2010) também nos fala sobre a busca de possibilidades como um dos papéis do historiador. Como não existe uma verdade única, deve-se considerar a possibilidade de múltiplas verdades. Dessa forma, De Certeau refuta a ideia de uma verdade universal, considerando que a História poderia produzir ‘verdades’ de acordo com as pesquisas. Assim, o trabalho do historiador consiste na busca de possibilidades, de hipóteses, ligadas ao seu trabalho específico; daí a existência de múltiplas verdades, para compreendermos o presente de forma adequada, entendermos o conjunto da realidade social e humana e projetarmos nossas ações futuras. Temos, na obra de De Certeau (2010, p. 34), que “[...] uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise de documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”. No decorrer dessas leituras do passado, não encontrando evidências suficientes, podemos até elaborar sugestões, inferindo sobre possibilidades do que possa ter ocorrido, formulando uma possível verdade. A essas considerações, Duby (1993) acrescenta, enfático:

Cabe perguntar se o historiador encontra-se alguma vez mais próximo da realidade concreta, dessa verdade que anseia por atingir e que lhe escapa permanentemente, do que no momento em que tem diante de si, examinando-os atentamente, estes restos de escrita que emanam do fundo das eras, como destroços de um completo naufrágio, objetos cobertos de signos que podemos tocar, cheirar, observar na lupa, e aos quais ele dá o nome de “fontes”, em seu jargão (DUBY, 1993, p. 28).

Estudamos o passado para compreendermos o presente através da observação histórica que encontramos nos relatórios antigos, nos arquivos públicos, nos arquivos governamentais, nos livros históricos e científicos, nos arquivos digitais. Bloch (2001a) coloca como base da história a verdade, a moral e a ética, evidenciando o compromisso do historiador em identificar a verdade, aquilo que é falso e aquilo que é provável. “Compreender e não julgar. Eis o objetivo da “análise histórica” pela qual começa o verdadeiro trabalho do historiador depois da observação e da crítica histórica prévias” (BLOCH, 2001a, p. 30).

O historiador precisa das **fontes** para escrever a história, e Bloch amplia a noção de fonte, ao dizer que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita” (BLOCH, 2001a, p. 79). Considera ele que as fontes de informação podem ser diversas e que, além de escritas, podem ser obtidas atentando para as evidências ou vestígios contidos nos documentos a serem interrogados e analisados. Para esse autor, as fontes ou documentos são vestígios que não falam senão quando se sabe interrogá-los, já que toda investigação tem de antemão uma direção orientadora para as suas buscas.

Assim como Bloch (2001a), Ginzburg (2002) reconhece a interdisciplinaridade como de fundamental importância na pesquisa histórica, e esse é um traço importante que marca os seus trabalhos. Converte também com Bloch (2001a) na noção de fonte ampliada, e metaforicamente nos alerta para o modo como considerá-la.

A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo (GINZBURG, 2002, p. 44).

Precisamos saber até que ponto uma evidência se relaciona com a realidade social, pois a relação, geralmente, não é óbvia e análises devem ser feitas.

Como a história aborda as origens dos homens, de uma sociedade e de seus acontecimentos, seu estudo geralmente engloba a análise de **documentos** e/ou de testemunhos, que devem ser

analisados de uma forma mais criteriosa, não somente pelo que está registrado, devendo eles, segundo Bloch (2001a), ser tratados também como vestígios, ou, no sentido dado posteriormente por Ginzburg (1989), como pistas ou indícios para a constituição dos conhecimentos históricos. Desde o século XIX, o conceito e a abrangência do termo “documento histórico” foram sendo ampliados. Documento passou a ter uma conotação de prova histórica, base para o julgamento histórico. Mas o documento não fala por si, ele deve ser interrogado para obtermos informações apropriadas ao nosso estudo, para que possamos interpretá-las, mesmo que venhamos a não concordar com as respostas obtidas dessa interpretação.

Desses vestígios deixados ao longo do tempo fala o poeta, contista e cronista brasileiro Carlos Drumond de Andrade (1902-1987), em seu poema *Resíduo*.

[...]

Mas de tudo fica um pouco.
Da ponte bombardeada,
de duas folhas de grama,
do maço
- vazio - de cigarros, ficou um pouco.

Pois de tudo fica um pouco.
Fica um pouco de teu queixo
no queixo de tua filha.
De teu áspero silêncio
um pouco ficou, um pouco
nos muros zangados,
nas folhas, mudas, que sobem.

[...]

Se de tudo fica um pouco,
mas por que não ficaria
um pouco de mim? no trem
que leva ao norte, no barco,
nos anúncios de jornal,
um pouco de mim em Londres,
um pouco de mim algures?
na consoante?
no poço?

Um pouco fica oscilando
na embocadura dos rios
e os peixes não o evitam,
um pouco: não está nos livros.

[...]

E de tudo fica um pouco.
Oh abre os vidros de loção
e abafa
o insuportável mau cheiro da memória.

[...]

e sob as bibliotecas, os asilos, as igrejas triunfantes
e sob tu mesmo e sob teus pés já duros
e sob os gonços da família e da classe,
fica sempre um pouco de tudo.
Às vezes um botão. Às vezes um rato.³⁶

De “tudo” que ficou a respeito dos censos, o que podemos destacar e analisar? Especialmente pensando nos objetivos desta pesquisa, nos documentos referentes aos censos que são analisados considerando as variáveis centrais envolvidas no contexto social da época, eles trazem um pouco, ou muito, da sociedade local. Neles estão presentes variáveis tais como cultura, produção, consumo, exportação e, principalmente, população – relacionadas com o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residência, o grau de instrução, a religião e enfermidades aparentes.

Ao utilizar fontes documentais na leitura do passado dirigida por uma leitura do presente, o trabalho é intercalado de questões e dúvidas. A preocupação fica, então, em tentar responder às necessidades dos inquéritos levantados e em conhecer os fatos registrados, na tentativa de compreender uma realidade histórica, que não pode ser entendida como um dado definitivo e acabado.

Nosso trabalho investigativo abrange um recorte temporal que está entre dois séculos, com documentos produzidos entre o início do século XIX e a primeira metade do século XX, que foram utilizados para compreender o fenômeno histórico dos quatro primeiros censos gerais brasileiros, embora concordemos com Bloch (2001a, p. 60) quando afirma que “[...] nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”. No caso desta pesquisa, a grande maioria dos documentos investigados, quase todos originais, está localizada

³⁶ Do livro de poemas *A Rosa do Povo*. José Olímpio, 1945. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond39.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

em arquivos e bibliotecas públicas. Muitos desses documentos não podem ser manuseados senão pesquisando microfílmagens, cópias ou fotografias. Esses, segundo Bloch (2001a), devem ser olhados de forma interrogativa, não deixando indícios escaparem às análises. Ginzburg (1989) reforça a ideia, afirmando a necessidade em se atentar para tudo que não seja tão visível. Nesse sentido, Bloch (2001a) nos faz refletir sobre as **lacunas** na história, ao questionar e responder: “Será que um dia poderei preencher essas lacunas? Nunca inteiramente, receio” (BLOCH, 2001a, p.11).

No entanto, ausências podem ser resgatadas, não só por meio dos documentos, atentando para o que está oculto, mas também a partir de memórias. Estas são importantes, principalmente quando colocadas como a capacidade de conservar certas informações, de atualizar impressões ou informações passadas. Sendo a memória um fenômeno individual e psicológico que varia em função da presença ou da ausência da escrita, é uma forma de conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produzindo diversos tipos de documentos. A memória coletiva é materializada em forma de história, tendo como material básico os documentos e os monumentos. Um documento vira **monumento** quando é selecionado para ser utilizado na nossa pesquisa sem nos esquecermos da crítica desse mesmo documento. A noção de monumento é apresentada em uma relação intrínseca e de transformação do documento em monumento, por meio de elaborações críticas, às quais uma sociedade imprime historicamente certa proeminência ou *status*.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento (LE GOFF, 2003, p. 535).

Do mesmo modo que Bloch, Le Goff (2005) amplia o campo do documento histórico, considerando uma história baseada numa multiplicidade de documentos escritos de todos os tipos, como documentos orais, documentos figurados, fotografias, filmes e estatísticas.

A multiplicidade das fontes históricas e uma escrita da história elaborada a partir de vestígios, marcas, sinais, indícios, são, entre outros, aspectos que marcam a proposta metodológica presente nas obras de Bloch (2001a) e de Ginzburg (1989) – principalmente na visão do

documento. A diversidade de documentos é quase infinita, uma vez que “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001a, p. 79). Reunir esses documentos ou vestígios não é tarefa fácil nem rápida para o historiador, e a leitura desses documentos é um desafio, pois os documentos devem ser criticados depois de interrogados, devendo-se desconfiar das respostas imediatas; tem-se que realizar várias leituras atentas, como também fazer uma leitura dos documentos em suas entrelinhas, tentando compreender o que está subentendido no texto.

Assim, é preciso ter o espírito crítico no sentido de estar consciente sobre a propensão às fraquezas, por exemplo, tratar de modo ingênuo os discursos velados ou tendenciosos sobre as questões políticas, sociais e culturais, bem como sobre a fragilidade da memória. Muitos resultados dos censos investigados, tidos como “verdades”, mostram, após serem analisados – Capítulo 6 –, possíveis ausências ou inclusões de dados em tabelas, acarretando outras interpretações. Um exemplo de leitura ingênua é a classificação dos escravos como católicos na totalidade, bem como a exclusão dos indígenas nas avaliações desses censos.

Tomando como base a existência de fontes variadas, as fontes da nossa pesquisa foram encontradas principalmente em arquivos públicos, documentos obtidos por meios digitais, livros de historiadores renomados, livros relacionados aos censos brasileiros, dissertações e teses, ou seja, trabalhamos com documentos impressos e digitais. Essas fontes foram interrogadas de acordo com o nosso problema de pesquisa e analisadas seguindo a orientação de Bloch (2001a), ou seja, no sentido de ler as entrelinhas; ademais, estamos atentos aos sinais, às pistas, conforme orientações de Ginzburg (1989).

Em relação aos documentos da Internet, verificamos que a pesquisa em história passou por uma grande evolução devido ao surgimento dos suportes tecnológicos, tais como biblioteca virtual, CD-Rom, banco de dados, e à utilização das ferramentas e recursos da Internet na nova era digital, causando impacto na pesquisa e na formação do pesquisador em história. A transição

para essa nova era digital correspondeu a uma radical transformação da história intelectual desde a invenção do alfabeto grego.³⁷

O fenômeno da Internet nos abre as portas da informação global, que é incalculável, com a liberdade de percorrer caminhos diferenciados. A princípio, atentando para a segurança das informações, realizamos pesquisas, exploramos conteúdos, mas nem sempre fica fácil distinguir se a informação obtida é ou não fidedigna. Um dos “perigos” dessa nova tecnologia está relacionado também à rápida desatualização dos recursos tecnológicos. Com o surgimento de novos conhecimentos tecnológicos e com o descuido na preservação dos equipamentos de suporte, passa a existir certa fragilidade na guarda de informações ao utilizarmos um suporte digital. No entanto, entendemos que preservar não significa guardar tudo, pois muitas informações podem e devem ser descartadas, abrindo espaço para o novo, mais completo e atual.

A linguagem digital tem permitido a construção de outras práticas de escrita e leitura, oferecendo algumas facilidades, com novas maneiras de organizar, hierarquizar e distribuir a informação, combinando estímulos visuais e sonoros, que não são possíveis no papel. Isso acarreta novas maneiras de ler, novas relações com a palavra escrita, novas técnicas intelectuais mais interativas, percebidas na Internet, onde as possibilidades de manipulação da informação são múltiplas. Vivemos um momento histórico de transição de uma cultura escrita para uma cultura mais digital e visual.

Atualmente, as bibliotecas virtuais e a Internet são largamente utilizadas como fontes documentais para pesquisas. As publicações na Internet são mais fáceis de ser obtidas e mais baratas, mas ainda não existe mecanismo de controle aparente que garanta que a informação fornecida seja acurada, diferentemente da publicação de um livro, em que existe um conjunto de critérios que a distinguem, garantindo certa confiabilidade às informações.

A Internet, assim, vem se tornando a prioritária fonte de informação para um contingente cada vez maior de leitores. Nessa perspectiva cabe refletir sobre como criar uma espécie de identificação que reconheça em algumas páginas a acuidade dos dados ou como gerar

³⁷ Disponível em: <<http://www.methodus.com.br/artigo/922/ler-e-escrever-na-era-digital.html>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

filtros de busca que indiquem os endereços eletrônicos de tais sites (FARIA FILHO, 2000, p. 43).

Atentamos, assim, para o fato de que se colocam como tarefas do método em História a autenticidade das fontes e sua análise correta, a seleção dos fatos individuais que possam ser relevantes, a possibilidade de obter a “verdade”. Bloch (2001a) cria um novo método para os historiadores, o qual é contra o positivismo anterior, com sistematizações atreladas a datas, fatos de um passado considerado intocável. Expõe de forma simples o seu “**método regressivo**”, em que temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado, mas não de maneira intocada. Conclui que a história seria, talvez, a “ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo” (BLOCH, 2001a, p. 55), um tempo contínuo sempre em transformação. Esse novo método busca a interdisciplinaridade e um diálogo com as Ciências Sociais. Não se atém aos fatos, mas à problematização desses fatos, aliando-se a outras áreas de conhecimento. Com esse seu método, busca-se uma história que consiga compreender as relações que foram obtidas, um novo caminho rumo à verdade, que não é absoluta. Historiadores são considerados investigadores em busca da “verdade” ou mesmo construtores de representações aproximadas da “verdade”. A obra de Bloch traz reflexões sobre método, objetos e documentação histórica, tendo a capacidade de transformar o presente vivido em reflexão histórica. Ele enfatiza a importância de um método ou processo, que deve ser claro, senão poderão surgir problemas, por exemplo, problemas éticos, políticos, epistemológicos.

Ginzburg (1989), no ensaio *Sinai*, também reconhece a busca de evidências, como a busca de pistas ao longo de uma variedade de documentos. Esse ensaio trata do surgimento de um modelo epistemológico, no final do século XIX, denominado por ele de paradigma indiciário ou método indiciário. O “paradigma indiciário” foi uma proposta de método investigativo centrado nos detalhes pouco visíveis, nos pormenores, nos resíduos, nos rastros mais tímidos, considerados reveladores de uma realidade oculta. Esse seu método histórico, “de grande valor para várias ciências, inclusive na elaboração das estatísticas” (SENRA, 2005, p. 37), aproxima-se muito do método de um crítico de arte, de um médico ou de um detetive, que precisam extrair informações que só aparecem de forma indireta. Considera que, nos fatos mais aparentemente sem importância, é que podem ser encontradas as respostas mais abrangentes. No que diz respeito ao

paradigma indiciário, “trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas” (GINZBURG, 1989, p. 179).

Mesmo sem a pretensão de um conhecimento sistemático e generalizado, Ginzburg, em seu método indiciário, considera o documento lido a contrapelo, ou seja, lendo também o que está fora do texto. Afirma o autor: “Se a realidade é opaca existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). A característica fundamental do seu método é a decifração do mundo e de nós mesmos, buscando retirar de detalhes imperceptíveis uma realidade complexa, que não são conclusões gerais sobre a humanidade, e sim conclusões específicas. Reconhece que o rigor do seu método é inatingível e mesmo indesejável, no caso da História, devido à sua flexibilidade, pois se constitui a partir de regras não previamente formalizadas, em que entram elementos como faro, golpe de vista e intuição.

Um terceiro autor que nos leva a refletir sobre o método histórico é De Certeau (2010). A sua obra, *A Escrita da História*, tem como objetivo trazer a visão sobre a História e o trabalho historiográfico e destacar as características das operações que regulam a escrita da história – período, objeto, lugar. Nesse sentido, coaduna-se com a delimitação do momento do fenômeno histórico, segundo Bloch. Essa operação que o historiador faz – passar da prática da investigação à escrita da história – é um trabalho complexo, pois o processo de investigação pode ser interminável, ao passo que o texto tem que possuir um final.

Ainda com referência ao período histórico de uma pesquisa, sabemos que o historiador, com muita frequência, faz recortes temporais para as suas análises, utilizando-se de variados aspectos e metodologias. Bloch (2001a) nos alerta para que tomemos cuidado com o recorte temporal considerado, pois “a verdadeira exatidão consiste em se adequar, a cada vez, à natureza do fenômeno considerado” (BLOCH, 2001a, p. 150). Contudo, sabemos que ele é necessário e, mesmo com ele, não é possível abranger todo o conhecimento do passado, uma vez que o conhecimento é ilimitado e temos limitações inerentes ao processo da pesquisa. O nosso recorte temporal está definido – de 1872 a 1938 – devido à pretensão de analisarmos os meandros da

estatística durante os primeiros processos censitários gerais brasileiros, antes da criação do IBGE.

Além da possibilidade de variação na elaboração do texto, temos também a variação dos sujeitos que o leem, podendo gerar leituras até mesmo opostas, dependendo da interpretação. Indivíduos distintos podem gerar leituras distintas, e o foco sobre o documento pode variar em função do recorte feito. Podemos enfatizar que Bloch (2001a) considera que nada é mais legítimo e salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em um de seus aspectos particulares, ou em um dos problemas precisos. No caso deste trabalho, assim procedemos ao fazermos uma abordagem histórica dos primeiros censos gerais, avaliando possíveis articulações entre o conhecimento estatístico utilizado nessas ocasiões e o conhecimento estatístico constante na formação educacional dessa época.

Assim, um fato histórico deve ser entendido, problematizado, contextualizado. Bloch alerta: “A história, não esqueçamos, ainda é uma ciência em obras” (BLOCH, 2001a, p. 151). Cabe a nós realizá-la, pois “ela é uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro dos homens. A vida, como a ciência, tem tudo a ganhar se esse encontro for fraternal” (BLOCH, 2001a, p. 128). Desta forma procuramos entender os documentos analisados, considerando a época em que foram produzidos e os recursos utilizados, apreendendo-os para novas construções, que podem ser revistas, acrescidas ou substituídas por novos conhecimentos que respondam às necessidades do momento histórico, pois o saber não se esgota.

Nesse sentido, para a compreensão da história dos primeiros censos demográficos brasileiros, sentimos necessidade de recorrer aos conhecimentos sobre a história da estatística no Brasil e ampliá-los. O teórico escolhido para essa empreitada foi Nelson Senra.

Nelson de Castro Senra, nascido em 1948 em Mar de Espanha, Minas Gerais, é economista com doutorado em Ciência da Informação pela UFRJ, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e pesquisador no IBGE. Realiza pesquisas históricas – da informação estatística, da atividade estatística, das instituições estatísticas, dos sistemas estatísticos. Sua obra

de grande importância para a história da Estatística é o minucioso trabalho *História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)*, que realizou como pesquisador do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) do IBGE. Nesse estudo, o autor conta a trajetória da atividade estatística brasileira, desde a Independência, analisada pela ótica da Sociologia das Estatísticas. Sua obra reúne informação e reflexão sistemática, relacionadas à lenta e difícil construção da Estatística no Brasil. Esse período de estudo abrange a atividade censitária brasileira focada na nossa pesquisa.

Senra faz um meticuloso estudo da história da Estatística em quatro volumes, dos quais priorizamos estudos dos primeiro e segundo volumes, que contemplam o período do nosso estudo. O volume 1 – *Estatísticas Desejadas* – abrange o período de 1822-1889, pois destaca a atividade censitária como um desejo do Estado para uma melhor atuação. Nesse período, a produção estatística teve um caráter amador, pois não eram profissionais da Estatística os responsáveis por ela. No entanto, isso não significava improvisação sem conhecimento, pois, embora os estudos estatísticos fossem promovidos por não especialistas, eram produtores estudiosos e muitas vezes amantes da Estatística com vastos conhecimentos em suas diversas áreas, tal como o demógrafo e sanitarista, Bulhões Carvalho, que apresentaremos no Capítulo 5, que comandou com bastante dedicação o 4º censo geral brasileiro (SENRA, 2006b). No período de abrangência desse volume, foi realizado o primeiro Censo Geral do Brasil (1872), marcado pelas dificuldades, mas com bons resultados para a época. Utilizando os estudos de Senra (2006a, 2006b), narraremos sobre esse e demais censos, no Capítulo 5. O volume 1 percorre os vários períodos do desenvolvimento da atividade estatística no Brasil, com os diversos personagens e órgãos envolvidos, desde a independência até a Proclamação da República. O destaque, nesse período, foi a ocorrência do 1º censo geral brasileiro. O volume 2 – *Estatísticas Legalizadas* –, abrange o período de 1889-1936, no qual ocorreram os três censos seguintes. Foca aí as tentativas de consolidação da atividade estatística pela legislação, que só viria com a criação do IBGE. O desejo pelas estatísticas é reforçado pelo positivismo republicano, porém a produção continua amadora, embora com experiências acumuladas (SENRA, 2006b). O volume 2 percorre desde a restauração da Diretoria Geral de Estatística (DGE), os censos gerais

seguintes até o 4º censo, finalizando com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que passou a ser responsável pelas estatísticas brasileiras.

Senra (2006a, p. 34) fala sobre a utilização e o mérito das estatísticas:

Reduzir para ampliar. Extrai-se, elabora-se, distribui-se informações, mais e mais, com tempo, através de métodos refinados. A cada instante, em laboriosos processos de trabalho, cientificamente explicáveis e defensáveis, as informações geradas querem-se capazes de se transformarem em conhecimento. Tudo se inicia com inscrições simplificadas, conforme as necessidades, segundo orientações científicas; depois, passa-se aos centros de cálculos (gabinetes, escritórios, laboratórios, comissões, comitês) onde são combinadas e comparadas, configurando inscrições superiores, mais e mais refinadas e sofisticadas. Aparecem nos relatórios, nos artigos, nos livros, tendo a forma de textos, de desenhos, de imagens, de tabelas, de gráficos, de mapas, dentre outras, conforme as circunstâncias. Ao cabo desse ciclo, informações potentes e robustas oferecem-se aos conhecimentos necessários ao exercício atento do poder. Tem-se os saberes desejados e desejáveis; sabe-se, pensa-se, governa-se.

É propósito de nosso trabalho ampliar a pesquisa de Senra (2006a, 2006b) no tocante aos censos, focando em conhecimentos matemáticos e estatísticos utilizados, com cruzamentos de informações dos relatórios censitários e outras análises, relacionadas, por exemplo, ao contexto histórico. Segundo Senra (2005), são as ciências e os métodos de pesquisa que definem os limites dos nossos olhares, limites estreitos e rígidos sob intenso controle. Dessa maneira, compreender devidamente as estatísticas pressupõe aplicação e empenho de quem as elabora e de quem as recebe.

Com essas orientações epistemológicas, examinamos diversos documentos, com foco, principalmente em análises de natureza estatística e educacional, realçando certos aspectos culturais do comportamento humano da sociedade da época oitocentista. O propósito é entender aspectos do processo censitário, bem como o ferramental matemático-estatístico utilizado. Buscamos possíveis relações com o desenvolvimento dos conhecimentos estatísticos no ensino superior brasileiro oitocentista, que foram, durante anos, trabalhados junto às disciplinas de matemática.

Essas bases teóricas foram guia para essa pesquisa, contribuindo nas argumentações das análises dos dados e interpretações que possam conduzir às conclusões (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Reafirmamos, portanto, que as bases que norteiam este trabalho de pesquisa estão apoiadas em considerações e fundamentações de Bloch sobre o que é história e na pesquisa sobre a história da estatística de Senra.

3.2 PROCEDIMENTOS ARTICULADOS COM APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A questão metodológica diz respeito aos procedimentos e instrumentos que o pesquisador utiliza. Já a questão epistemológica presente em uma pesquisa refere-se às bases do conhecimento – sua natureza, seu desenvolvimento e suas formas, como o conhecimento pode ser constituído e como pode ser comunicado a outras pessoas. A fonte de informação para a nossa pesquisa são os documentos – impressos, recursos audiovisuais, bem como todo vestígio deixado pelo homem. Sabemos que uma pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, que abrange toda a bibliografia pública relacionada ao tema de estudo – publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, rádio, gravações, filmes, televisão (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Os documentos utilizados neste trabalho são de variada natureza – documentos oficiais (ordens régias, leis, decretos, relatórios), publicações parlamentares (textos de diferentes atividades das Câmaras e do Senado), fontes estatísticas e imagens. A reunião dos documentos foi feita mediante um processo dialético com relações e entrelaçamentos, provocando reflexões advindas dos estudos sucessivos dos fragmentos e tornando a elaboração histórica um fazer entremeado por avanços e recuos. Mesmo nos dados de um recenseamento, ao avaliarmos determinadas variáveis, aspectos sociais, econômicos e culturais de nossas vidas podem ser obtidos.

Na pesquisa histórica, a clareza dos objetivos nos move a identificar e examinar as fontes de dados; a avaliar a confiabilidade dos dados obtidos das fontes; a organizar os dados relevantes em termos de uma abordagem interpretativa; a apresentar a interpretação de modo elaborado para análises de outros pesquisadores (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Dessa forma, o método utilizado nesta pesquisa foi o de análise histórica e documental, com a observação histórica de documentos oficiais. O passado ficou reinterpretado de acordo com a nossa visão. Esse método é chamado por Bloch (2001a) de método regressivo, em que temas do presente condicionam e delimitam o retorno ao passado, com a possibilidade de variadas interpretações. Dessa forma, estamos de acordo com Burke (1992) quando afirma que o historiador escreve para o seu tempo, consciente de que uma próxima geração vai fazer seu trabalho de outra maneira, preocupado em examinar uma maior variedade de evidências, entre elas a estatística – dados comerciais, dados populacionais, dados eleitorais, etc.

Iniciamos a nossa pesquisa por uma abordagem analítica da trajetória histórica, social, política e econômica dos primeiros censos demográficos brasileiros, iniciados no século XIX. Esses censos, devido à importância instituída, podem ser utilizados para um estudo histórico que envolve a educação para além dos âmbitos escolares, incluindo um olhar para as influências ligadas aos processos de natureza tanto social, como política e econômica.

Embora o período de abrangência deste estudo vá até a criação do IBGE (1938), cabe ressaltar que o ponto alto da história quantitativa em geral ocorreu, segundo Burke (1992), nas décadas de 1950 e de 1960, quando alguns pensadores entusiasmados pelas estatísticas e imbuídos de uma filosofia cientificista afirmavam que apenas os métodos quantitativos eram confiáveis. No entanto, houve reação contra tal afirmação e contra os métodos quantitativos, embora o interesse em uma história quantitativa continuasse a crescer. A estatística, auxiliada pelos computadores, rapidamente conquistou a história. A introdução de grande quantidade de estatísticas no discurso histórico fez surgir os defensores e os opositores pela sua utilização, pois, como os textos podem ser falsificados, a estatística, que é produzida também por textos, pode também ser falsificada, manipulada, mal interpretada. Assim, é necessário descobrir os tipos de estatísticas mais próximas da realidade, como e para que propósito utilizá-las. Sabemos que os dados estatísticos nem sempre são fiéis no sentido de bem traduzir a realidade da ocasião em que foram coletados, como também ocorre com os manuscritos. Precisamos, assim, ler os documentos em suas entrelinhas, em suas lacunas, ou seja, ler o que não está dito diretamente.

Do mesmo modo, até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo (BLOCH, 2001a, p. 78).

A(s) pergunta(s) que fazemos ao pesquisar, juntamente com a escolha das fontes, é que condicionam as análises. Sendo assim, essa idealização e essa escolha fizeram suscitar reflexões antecedentes à busca dos documentos e, outras, posteriores, provocadas pelas leituras deles, como as que revelam as seguintes questões: Qual o interesse e o(s) processo(s) envolvido(s) nos primeiros censos brasileiros? Eram usadas bases estatísticas e matemáticas de que tipo? Quem eram os responsáveis por essa tarefa censitária? Será que havia intelectuais com conhecimentos suficientes ou treinados o bastante para o desenvolvimento e a realização desses censos? Existiam pessoas com formação matemática e estatística que pudessem avaliá-los? Houve prejuízo no desenvolvimento desses censos pela ausência de pessoal suficientemente treinado? Será que a metodologia adotada nos censos associava os conhecimentos científicos a aplicações práticas? E sobre o contexto histórico da época, algo sobressaiu? Essas questões serão abordadas no decorrer deste trabalho. Algumas delas são de difícil resposta; por isso, nossa intenção foi levantar tais questões para problematizar esse campo de pesquisa, que é um campo em aberto, mesmo sabendo que não iremos obter todas as respostas ou que algumas respostas são ainda parciais. Atentando às palavras de Bloch, temos que

[...] mais de uma investigação de boa vontade destinou-se ao fracasso ou à insignificância.

Naturalmente, é necessário que essa escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas. [...] O explorador sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto (BLOCH, 2001a, p. 79).

Entendemos que a história é a ciência que estuda o passado com uma interpretação no presente, submetendo também o presente à compreensão do passado. Tal compreensão vem a partir das pesquisas e experiências do historiador e de seus interesses, dependendo das fontes e dos documentos que são analisados no seu tempo. Para este trabalho, estudamos sobre a História da Estatística e a História da Probabilidade em fontes de instituições de ensino, instituições públicas e órgãos governamentais.

Uma vez que as fontes para o conhecimento histórico podem ser diversas (BLOCH, 2001a), dependendo do interesse do historiador em analisar o que revelam sobre as sociedades às quais pertencem, tomamos como locais de buscas a Biblioteca e o Arquivo Nacional, que reúnem documentos históricos oficiais da História do Brasil; a Biblioteca de Obras Raras da UFRJ; o IHGB; os documentos, relatórios censitários digitalizados ou guardados no IBGE; o site do Senado Federal e a Internet em geral.

Com a finalidade de localizar os documentos relacionados com a História do Brasil, a História da Estatística, a História da Educação Estatística, a História dos Censos Gerais Brasileiros, fomos diretamente a esses locais de pesquisa. Isso exigiu paciência para descobrir o que desejávamos entre um enorme volume de documentos, que foram organizados de maneiras variadas; paciência para termos um atendimento satisfatório, embora nem sempre com presteza, agradecendo pela sorte, por vezes, de ser esse atendimento feito por pessoas capacitadas, que pudessem realmente nos ajudar. Além disso, tivemos atenção especial na leitura e transcrição das informações, com as devidas referências, de forma cuidadosa.

Como os documentos devem também ser analisados em suas minúcias, consideramos que o paradigma indiciário de Ginzburg (1989) é de grande relevância para o nosso trabalho, pois chama a atenção justamente para os indícios contidos nos documentos oficiais, com a sua proposta de ler os documentos a contrapelo, buscando as ferramentas estatísticas que foram utilizadas para as análises dos censos. Por meio de pistas e sinais, obtidos nos documentos, vamos confeccionando o trabalho, que se constituirá em uma pesquisa histórica, não nos esquecendo dos pontos e acabamentos a serem dados na elaboração dessa costura, que são aspectos importantes, tais como o vocabulário, a terminologia e a nomenclatura. O paradigma indiciário é de grande valor para o fazer científico, em geral, e, em especial, para a elaboração das estatísticas.

A pesquisa, assim sistematizada, tem como objetivo principal conhecer o funcionamento do que existe para melhor controlar, compreender e fazer previsões (LAVILLE; DIONNE, 1999). É importante uma boa dose de curiosidade e ceticismo, confiança na razão e no procedimento

científico e também aceitação de seus limites. O exame conjunto dos documentos e seus possíveis relacionamentos ou confrontos constituem a fonte principal que subsidia a parte das análises e da escrita histórica.

Os caminhos históricos para a Estatística como prática e como objeto de estudo existem e ampliam-se. No caso deste trabalho, o objeto de estudo mereceu ações investigativas principiadas pelo processo dos censos gerais brasileiros iniciais, que nasceram por uma demanda crescente de interesses políticos e governamentais pelas estatísticas, com a finalidade de divulgação da nação, de suas riquezas, de seus registros e, principalmente, para a arrecadação de impostos. O campo de pesquisa histórica da Estatística hoje está em construção, com uma comunidade de pesquisadores ainda pequena e sem muita unidade, na qual nosso estudo histórico se entrelaça, ao menos em termos da escolha temática.

Os documentos encontrados para serem analisados foram separados e avaliados de acordo com os interesses da pesquisa, interrogados e criticados. Isto é, houve “uma constante interação entre a recuperação, armazenamento e uso das informações. O investigador não é apenas um colecionador de dados” (SAD; DYNNIKOV, 2008, p. 44). Na busca dos dados, em uma primeira visita, ocupamo-nos com a localização dos possíveis documentos de interesse, para um retorno posterior. Em alguns locais de pesquisa, como no Centro de Documentação e Disseminação da Informação do IBGE, descobrimos que muitos dos documentos requeridos já estavam digitalizados nos sites, facilitando o nosso trabalho. Porém, muitas vezes, a localização dos documentos por meio dos catálogos foi difícil, como a localização de uma carta régia de 1800, encontrada no Arquivo Nacional após a procura em uma coletânea de vários livros manuscritos. Quando foi permitido, fizemos a fotografia do documento que utilizamos para coletar informações ou para a ilustração do trabalho. Fotografamos um grande número de documentos, principalmente no IBGE e na Biblioteca de Obras Raras da UFRJ, no Fundão. Quando a fotografia não era permitida, solicitávamos fotocópias ou fazíamos anotações em folhas avulsas, como ocorreu na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional.

No tocante à localização de leis, decretos e resoluções, a pesquisa ficou facilitada pelo acesso ao site da Câmara dos Deputados, que possui documentos digitalizados do período imperial e do pós-república. Este site foi constantemente visitado, pois está bem equipado, com documentos antigos sobre os censos brasileiros, digitalizados desde o primeiro censo, com muitos documentos produzidos pela Diretoria Geral de Estatística. Alguns relatórios ainda estavam por ser digitalizados na época da nossa visita de pesquisa ao IBGE, em julho de 2011, mas tais relatórios foram fotografados. Desses documentos, relacionados aos quatro primeiros censos, colhemos importantes informações para as nossas análises. Com essas informações, fizemos algumas análises estatísticas, baseando-nos na conjuntura social, política e econômica da época, que foi marcada por importantes acontecimentos históricos tais como a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Lei Euzébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei Saraiva (1881), a Lei Áurea (1888), a Proclamação da República (1889), a Era Vargas (1930-1945), entre outros. Essas análises estão no Capítulo 6.

As informações trabalhadas foram obtidas nas tabelas dos relatórios de divulgação dos censos avaliados, que foram construídas com o intuito de conhecimento das sociedades da época, para melhor planejamento e construção de seu futuro. Dessa maneira, informações cada vez mais detalhadas e mais reais são requeridas; daí a relevância dos resultados dos censos. Em cada um desses censos, consideramos algumas variáveis, quando possível, como gênero, condição servil³⁸, raça, grau de instrução, religião, nacionalidade, profissão, e fizemos o cruzamento de duas ou mais dessas variáveis para as análises.

Tendo em vista as questões levantadas anteriormente neste item 3.2, para a escrita dessa história preocupamo-nos também com a história dos conhecimentos estatísticos em termos internacionais, na época de abrangência do nosso estudo, e com a introdução de conhecimentos estatísticos no Brasil, via instituições de ensino superior.

A historiografia que estamos apresentando não pretende ser apenas uma descrição de uma história relacionada aos censos demográficos brasileiros, mas uma escrita com interpretações

³⁸ Condição servil, neste trabalho, tem significado classificatório dos sujeitos em “livres” ou “escravos”.

desse passado, agregada a um estudo crítico, incorporando aspectos interdisciplinares. Por isso, concordamos com Bloch (2001a), que defende uma historiografia não positivista, não mais uma história factual, atrelada às datas, aos relatos. Procuramos analisar o passado com os olhos do presente e os ensinamentos dos teóricos envolvidos.

4 UMA AMOSTRAGEM DE CONHECIMENTOS DE ESTATÍSTICA NA EDUCAÇÃO OITOCENTISTA BRASILEIRA

De forma bem ampla pode-se dizer que toda sociedade possui uma cultura científica, seja ela autóctone ou em sua grande parte importada. Na verdade ela nunca é exclusivamente isenta de influências externas, ou então, exclusivamente importada (OLIVEIRA, 2005, p. 29).

Neste capítulo, apresentamos resultados de investigações das teorias e métodos estatísticos desenvolvidos anteriormente aos processos censitários brasileiros, o contexto social e educacional dos indivíduos que trabalhariam com esses conhecimentos e relacionamos também as primeiras instituições brasileiras de ensino que contemplaram assuntos pertinentes à Estatística em seus currículos, no período delimitado no nosso estudo dos primeiros censos. Essa dimensão educacional relacionada aos conhecimentos de Estatística é fundamental na questão da nossa elaboração e da nossa compreensão vinculadas aos processos censitários, uma vez que concordamos com Bloch (2001a) sobre a importância do conhecimento do passado, pois, apesar de ele não poder ser modificado, o seu conhecimento não se esgota, está sempre transformando-se.

Afirma Bloch:

Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha [...] (BLOCH, 2001a, p.52).

Adicionamos essa ideia à de Ginzburg quanto ao olhar do historiador:

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado (GINZBURG, 2006, p. 11).

A teoria e os métodos matemáticos e estatísticos foram desenvolvidos gradualmente entre os séculos XVII e XIX. Mas foi a partir do século XX, devido ao maior desenvolvimento científico e tecnológico, que eles tiveram grande expansão. Segundo Stigler (2003), a Estatística Moderna

é mais do que uma caixa de ferramentas, uma sacola de truques ou uma mistura de técnicas isoladas, utilizadas em diversas ciências. Existe uma unidade, que são os métodos estatísticos. Ou seja, os métodos estatísticos foram desenvolvidos como uma mistura de ciência, tecnologia e lógica para a solução e a investigação de problemas em várias áreas do conhecimento. Durante o século XX, segundo Salsburg (2009), a Estatística revolucionou a ciência por meio da construção de modelos úteis que sofisticaram o processo de pesquisa na definição dos parâmetros de investigação. Com os computadores, foi dinamizado o emprego dos métodos estatísticos, permitindo a manipulação de uma grande quantidade de dados. No próximo item, abordaremos, de modo sintético, o desenvolvimento histórico dos principais métodos.

4.1 DESENVOLVIMENTO DE TEORIAS MATEMÁTICO–ESTATÍSTICAS ANTERIORES AO PROCESSO CENSITÁRIO

Desde que a história é constituída, sua interpretação muda continuamente, em um tempo contínuo e não uniforme, de acordo com Bloch (2001a). Nessa construção dinâmica, novos fatos são encontrados em documentos como cartas, arquivos e livros, e novas interpretações são oferecidas através do desenvolvimento da teoria da probabilidade, estatística e história das ciências (HALD, 2003).

Nos séculos XVII e XVIII, muitos problemas foram formulados como desafio, e as respostas foram alcançadas sem demonstrações. A Estatística não era ainda reconhecida como uma ferramenta matemática, segundo Hald (2003, p. 3): “Estatística antes de 1750 não era matemática”. Uma teoria matemática de erros e estimação surgiu após essa data. A primeira análise matemática de chances em jogos de azar foi obtida por matemáticos italianos ainda no século XVI. Como já foi visto na introdução do Capítulo 1, os principais resultados foram os de Cardano, em 1566. A teoria de probabilidade só foi tratada novamente 100 anos depois, por Pascal e Fermat, que fundamentaram a teoria de probabilidade, em 1654. Esse trabalho foi continuado por Huygens (em 1657), que publicou o primeiro trabalho sobre a teoria de probabilidade com aplicações para os jogos de azar. Um modelo de análise estatística descritiva

de dados demográficos foi produzido com as observações políticas e naturais de Graunt, feitas a partir das Tábuas de Mortalidade em 1662. Contudo, Graunt (em 1662) realizou uma análise estatística da população de Londres, sem nenhum conhecimento da teoria da probabilidade.

As pessoas que contribuíram para fundar a teoria da probabilidade e estatística eram filósofos com grande conhecimento científico, principalmente matemático. A utilidade da teoria da probabilidade foi convincentemente demonstrada com a sua aplicação a problemas de seguro de vida. As primeiras contribuições matemáticas para seguros de vida foram de Halley (em 1694), combinando a teoria de probabilidade de Huygens com a tabela de vida de Graunt. Por volta de 1750, a teoria da probabilidade foi reconhecida como uma disciplina matemática, com forte fundamentação, com problemas e métodos próprios (HALD, 2003). Observamos que novo desenvolvimento veio com a introdução da probabilidade inversa, por Bayes e Laplace (STIGLER, 2003). Assim, junto com a teoria de probabilidade e estatística, foram estudados e desenvolvidos métodos próprios.

A seguir, conforme foi afirmado anteriormente, apresentamos um panorama histórico resumido, comentando alguns dos principais métodos e respectivos produtores no campo da Estatística. Os métodos estatísticos desenvolveram-se ao longo dos séculos, solicitados geralmente por pessoas que estavam no poder, como os imperadores, que encarregavam os seus funcionários de realizar cadastros da população para a determinação de impostos e tributos cobrados às regiões conquistadas (BARRETO, 1999).

Uma importante ferramenta que alavancou o desenvolvimento dos métodos estatísticos, permitindo análises mais sistematizadas, foi a máquina de calcular. Assim, é pertinente destacar Leibniz que desenvolveu um protótipo de máquina de calcular – a “Calculadora Incremental” –, construída em Paris em 1674. Esse protótipo foi ignorado por mais de dois séculos e permaneceu oculto na Universidade de Göttingen, na Alemanha, até 1879.³⁹ No entanto, uma das primeiras máquinas de calcular bem-sucedidas foi construída por Charles Xavier Thomas de Colmar

³⁹ Disponível em: <<http://www.ime.unicamp.br/~calculo/history/leibniz/leibniz.html>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

(1785-1870) na França, baseada nos princípios da máquina de Leibniz.⁴⁰ No campo da probabilidade, Leibniz publicou trabalho sobre a “arte combinatória” e sobre aplicações às questões financeiras.



Figura 5 – Calculadora de Colmar (1848)

Fonte: <<http://history-computer.com/MechanicalCalculators/19thCentury/Colmar.html>>

A primeira tentativa de tirar conclusões a partir de dados coletados na prática foi feita por John Graunt (1620-1675), cientista e demógrafo britânico, precursor na construção de Tábuas de Mortalidade. Essas tábuas consistiam em exaustivas análises de nascimentos e mortes, utilizando-se razões e proporções e observando-se a regularidade estatística, ou seja, à medida que mais e mais observações eram feitas, as proporções de ocorrências de certas características tendiam a se estabilizar em um valor constante. Por meio dessas tábuas, Graunt mostrou que nasciam mais homens do que mulheres (COSTA, 2005). Preocupou-se ele, em especial, com o estudo numérico dos fenômenos sociais e políticos. Graunt é considerado o primeiro estatístico a utilizar o tratamento estatístico de dados demográficos e a tentar aplicar a teoria a problemas reais.⁴¹

⁴⁰ Disponível em: <<http://history-computer.com/People/ColmarBio.html>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.alea.pt/html/nomesEdatas/swf/biografias.asp?art=10>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

Em 1693, o astrônomo e matemático inglês Edmond Halley (1656-1742) elaborou a primeira tábua de sobrevivência construída cientificamente, tendo sido considerado o criador do cálculo atuarial⁴² (MEMÓRIA, 2004).

Considera-se, no entanto, que o cálculo de probabilidades se originou da correspondência entre os dois grandes matemáticos franceses na primeira metade do século XVII – Blaise Pascal e Pierre de Fermat –, para solucionar problemas com jogos de azar, refletindo no desenvolvimento da análise combinatória e no cálculo de probabilidades para casos igualmente prováveis (MEMÓRIA, 2004). Conforme o historiador da matemática Katz (1993), a probabilidade com base nos jogos era pensada via dois direcionamentos: como uma maneira de compreender as frequências estabelecidas em um processo de chances e como um método para obter graus de certeza.

A família “Bernoulli” foi uma das mais conhecidas na história das ciências matemáticas. Pelo menos cinco deles escreveram sobre probabilidades e um – Jacob Bernoulli – foi denominado o pai da quantificação das incertezas (STIGLER, 2003). O matemático suíço Jacob Bernoulli levou 20 anos para provar que, jogando uma moeda um grande número de vezes, daria um resultado próximo da razão 50:50 entre cara e coroa, embora esse resultado fosse óbvio. Muitas vezes, é muito mais difícil provar alguma coisa do que descobri-la e decidir que ela é quase certamente verdadeira. Bernoulli apresentou um tratamento formal para o cálculo de probabilidades com o seu teorema, conhecido hoje como a Lei Fraca dos Grandes Números, em que justifica a noção intuitiva de probabilidade pela frequência relativa. Em notação de probabilidade,

$$P(|X/N - p| < \varepsilon) \rightarrow 1, \text{ quando } N \rightarrow \infty. \text{ Assim, } \lim X/N = p, \text{ quando } N \rightarrow \infty.$$

Ou seja, a frequência relativa de ocorrências (X/N) de determinado resultado particular, quando repetimos um experimento um grande número de vezes, tende a se estabilizar em um valor constante, chamado probabilidade (p).

⁴² Cálculos realizados por indivíduos especializados em cálculos financeiros, que utilizam técnicas específicas (matemática, estatística e financeira) de análise de riscos e expectativas, principalmente na administração de seguros e fundos de pensão. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/atuarios/>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

Bernoulli definiu também a distribuição Binomial (MEMÓRIA, 2004). Além disso, ele incorporou, em seu trabalho *Ars Conjectandi*, parte do trabalho de Huygens a respeito de problemas probabilísticos – como o de sorteio de bolas coloridas em urnas, que, atualmente, ainda encontramos em textos básicos de probabilidade (KATZ, 1993).

Em seguida, coube ao matemático francês Abraham De Moivre (1667-1754) chegar à curva normal como limite da Distribuição Binomial, apresentada pela primeira vez no apêndice da segunda edição de sua obra intitulada *The Doctrine of Chances* (STIGLER, 2003). De Moivre tinha interesses em muitos aspectos de probabilidades e problemas atuariais. Para ele, o método que atribuía maior certeza na estimativa probabilística era através da utilização de experimentos. No entanto, segundo Katz (1993), faltou a De Moivre dedicar seus resultados às aplicações em inferência estatística e atribuir importância especial à curva normal.

O avanço das necessidades estatísticas acarretou também o desenvolvimento da estruturação do seu aprendizado. O ensino da Estatística, como estudo da ciência do Estado, começou em 1660, na Alemanha. Entretanto, somente entre 1748 e 1749, coube ao professor alemão Gottfried Achenwall (1719-1772), da Universidade de Göttingen, o registro em seu livro – *Introdução à Ciência Política* – da palavra alemã *statistik*, que vem de *status*, que, em latim, significa *estado* (LOPES e MEIRELES, 2005, p. 2). Os alemães ampliaram os estudos com melhor sistematização e definição da orientação descritiva da Estatística. Devido ao rigor científico vindo com o Renascimento, em meados do século XVII foi despertado um maior interesse pela coleta de dados estatísticos, principalmente por suas aplicações na administração pública, que outorgavam poder de validação científica de seus resultados.

Nos séculos XVII e XVIII, aumentou o interesse e condições tecnológicas em obter medidas mais precisas de pesos, distâncias e outras grandezas físicas. Muito do trabalho dos matemáticos do fim do século XVIII e início do XIX consistia em compreender e quantificar os erros aleatórios, levando à nova área da estatística matemática, que teve como avanço a teoria da medição (MLODINOW, 2009). Para analisar medidas científicas, criaram-se métodos

estatísticos importantes, tais como a análise descritiva dos dados com a utilização de tabelas, gráficos e cálculos de medidas estatísticas.

No início do século XVIII, Thomas Bayes (1702-1761), matemático e pastor presbiteriano inglês, utilizou a probabilidade de forma intuitiva e estabeleceu as bases para a inferência estatística, tornando-se conhecido por ter formulado o Teorema de Bayes.⁴³ Bayes e o matemático e astrônomo francês Pierre Simon Laplace enunciaram a primeira teoria geral de inferência estatística baseada em probabilidade inversa, ou probabilidade *a posteriori*, que busca valorar o grau de certeza de uma crença subjetiva dada a forma como se comporta a realidade circundante (*a priori*). Porém, Laplace conseguiu resolver por integração, facilitando o que Bayes calculava expandindo em séries de potências (KATZ, 1993).

Importantes contribuições à estatística, à teoria dos números, à álgebra e à análise matemática foram dadas pelo matemático francês Adrien-Marie Legendre (1752-1833). Em 1805, esse matemático propôs uma técnica que se tornou conhecida como o método dos mínimos quadrados, com ampla aplicação à regressão linear, ao processamento de sinais, à estatística e ao ajuste de curvas. Ele tomou valores que minimizavam as somas dos quadrados dos desvios em um conjunto de observações a partir de um ponto, linha ou curva traçada através deles (STIGLER, 2003).

Durante o século XVIII, os problemas de estatística aplicada eram, principalmente, de demografia (taxas de mortalidade e frequência de nascimentos de meninos) e de ciências naturais (distribuição de erros e leis da natureza). Entre 1774 e 1786, Laplace, matemático, astrônomo e físico francês, cujos interesses principais eram a astronomia e a probabilidade, solucionou o problema de encontrar a distribuição da média pela fórmula da convolução⁴⁴ (1781) e desenvolveu uma teoria de teste, estimação e predição, dados o modelo e as observações

⁴³

Disponível

em:

<http://www.dmat.uevora.pt/index.php/pt/sobre_a_matematica/matematicos_famosos/thomas_bayes>. Acesso em: 27 jan. 2012.

⁴⁴ Convolução, em matemática, é um operador linear que, a partir de duas funções dadas, resulta numa terceira que mede a área subentendida pela superposição das mesmas em função do deslocamento existente entre elas. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/engcart/PDASR/conceitos.html>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

(HALD, 2004). Enunciou o Teorema Central do Limite, um dos maiores resultados na teoria da probabilidade, e sintetizou as suas contribuições na obra *Théorie Analytique des Probabilités*, publicada em 1812 (STIGLER, 2003). Gauss, matemático, astrônomo e físico alemão, muito influenciado por Laplace, chegou à distribuição Normal, conhecida como a curva de Gauss, contida em seu trabalho publicado em 1809, *Theoria Motus Corporum Coelestium in Sectionibus Conicis Solum Ambientium*. Enunciou, mais tarde, em 1823, o Princípio dos Mínimos Quadrados (MEMÓRIA, 2004; KATZ, 1993; STIGLER, 2003). Alguns dos trabalhos de Gauss na teoria dos números e na teoria estatística completam os de Legendre. Em 1809, interessou-se pelo método de Legendre e mostrou que obteria melhor estimativa se assumisse os erros nas medidas como tendo distribuição Normal. O método dos mínimos quadrados foi aplicado em todos os campos da Estatística e tornou-se a ferramenta principal dos estatísticos do século XIX (ROONEY, 2012).

No início do século XIX, houve um crescimento rápido dos métodos matemáticos que envolviam estatística. Durante esse período oitocentista, as ciências agrárias, humanas e comportamentais também se basearam em fundamentos estatísticos para resolver questões de natureza e interesses variados, para responder a perguntas tais como estas: Qual a relação entre as alturas de pais e filhos? Uma nova variedade de trigo produz melhores safras do que a antiga? É possível medir a capacidade mental e o comportamento de uma pessoa da mesma forma que se mede a altura e o tempo de reação? “A hereditariedade dos talentos, analisando famílias notáveis, é um mito?” (BARRETO, 1999, p. 39). Os métodos efetivos para tratar tais problemas desenvolveram-se lentamente ao longo dos séculos XIX e XX.

O progresso da estatística foi impulsionado pelos matemáticos, que criaram instrumentos cada vez mais sofisticados para os empreendimentos estatísticos, ampliando o campo de aplicação da estatística a diversas áreas do conhecimento (BARRETO, 1999). A probabilidade matemática necessitada pelos estudiosos estatísticos continuou a ser desenvolvida após o tempo de Laplace e Gauss. No entanto, as técnicas práticas para o uso dos matemáticos na análise de dados numéricos foram trabalhadas com grande sofisticação, durante as primeiras décadas do século XIX, na forma da teoria dos erros, utilizada em geodésia e astronomia. O desenvolvimento

matemático foi base para os estudos de Quételet, Galton e Gauss, no campo da teoria dos erros (PORTER, 1986).

Assim, a estatística foi perdendo, dia a dia, o caráter meramente registrador. O predomínio da escola matemática impôs-se, com a fundamentação matemática para a estatística. Nesse sentido, Quételet revelou os grandes horizontes da Estatística, tornando universal a sua aplicação com bases matemáticas. Lambert Adolphe Jacques Quételet (1796-1874), foi aluno de Laplace. Matemático, astrônomo, estatístico e sociólogo belga, fundou em Bruxelas os primeiros serviços governamentais de estatística do mundo. É considerado o “pai das estatísticas públicas”, e é dele o conceito controvertido de “homem médio”⁴⁵ e o ajustamento de distribuições, por exemplo, da distribuição Normal (STIGLER, 2003). Quételet observou que as populações humanas se distribuem com estranha regularidade em torno da média da variável que representa certa característica da população, tendo essa variável, habitualmente, Distribuição Normal de Gauss.⁴⁶ Quételet utilizou o cálculo das probabilidades, auxiliar importante no método estatístico, abrindo novos caminhos no progresso desse estudo na vida das coletividades. Os estudos de Laplace, Gauss e Quételet foram fundamentais para o desenvolvimento do cálculo de probabilidades.

Abrindo um paralelo na observação do contexto estatístico brasileiro, temos a notar que esses novos caminhos de uma estatística fundamentada cientificamente demoraram um pouco mais a ser percorridos. Com essa preocupação, vamos encontrar citações de brasileiros, como Bulhões Carvalho, algumas décadas depois, as quais envolvem a utilização da estatística.

Houve a princípio a ideia de reunir apenas os técnicos, isto é, os funcionários oficialmente encarregados do serviço de estatística nos vários países; prevaleceu, porém, o alvitre de ampliar o convite universalmente aos sábios ou especialistas na matéria, a fim de assim aproveitar o concurso de todos os competentes (CARVALHO, 1933, p. 113).

No entanto, essa utilização da Estatística com a concorrência de especialistas nos processos censitários avaliados neste trabalho, somente começou a ocorrer com as implementações viabilizadas pelo IBGE, conforme realçamos ao analisar os censos, no Capítulo 6.

⁴⁵ Homem médio, segundo Quételet, era um valor matemático: a média de todos os homens – em altura, peso, inteligência. Quanto mais próximo alguém estivesse do “homem médio”, mais perto estaria do equilíbrio, da harmonia, um homem sem excessos e sem carências.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.alea.pt/html/nomesEdatas/swf/biografias.asp?art=1>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

Os primeiros trabalhos estatísticos de Quételet envolveram pesquisas populacionais (STIGLER, 2003). Quételet era a favor da elaboração de um programa estatístico comum entre os países, para possibilitar comparações, com a unificação das estatísticas oficiais. Para resolver essa questão, foram criados os Congressos Internacionais de Estatística para debates e deliberações. Foi Quételet quem organizou, em 1853, o primeiro Congresso Internacional de Estatística, em Bruxelas, e foi o fundador da Statistical Society of London, em 1834, posteriormente Royal Statistical Society (MEMÓRIA, 2004). A Royal Statistical Society publica, hoje, artigos em revistas de alta exigência científica (SALSBURG, 2009). Ocorreram vários Congressos Internacionais de Estatística durante o século XIX: em Bruxelas (1853), em Paris (1855), em Viena (1857), em Londres (1860), em Berlim (1863), em Florença (1867), em Haia (1869), em São Petersburgo (1872), em Budapeste (1876) (SENRA, 2005).

Outro estudo significativo em Estatística foi elaborado por Siméon-Denis Poisson (1781-1840), físico e matemático francês, conhecido pelo seu trabalho sobre integrais definidas, teoria eletromagnética e de probabilidade. Poisson estudou questões de probabilidade, generalizando a lei dos grandes números (empregada em eventos, como na questão que envolvia um número quase ilimitado de moléculas gasosas), desenvolvendo o Processo de Poisson e chegando à Distribuição de Poisson, importante distribuição em probabilidade.⁴⁷

Foi Florence Nightingale (1820-1910), enfermeira britânica, famosa pelo tratamento a feridos de guerra, pioneira na Enfermagem (foi a fundadora da profissão de enfermeira), que utilizou o modelo biomédico baseando-se na medicina praticada pelos médicos. Foi estatística autodidata na utilização de métodos de representação visual de informações para apresentar dados em uma forma clara – gráfico setorial ou pizza, muito utilizado na apresentação visual de resultados estatísticos. Ela considerava a estatística essencial para entender qualquer problema social⁴⁸ e procurou introduzir a Estatística na educação superior (MOORE, 2000).

⁴⁷ Disponível em: < <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/466561/Simeon-Denis-Poisson> >. Acesso em: 11 jan. 2012.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biografia/florence-nightingale.htm>>. Acesso em: 3 maio 2012.

O inglês Francis Galton (1822-1911), antropólogo e especialista em estudos de eugenia (estudo de meios para a melhoria da espécie humana), tinha como ambição aperfeiçoar a raça humana física e mentalmente. Desenvolveu os conhecimentos estatísticos com a enumeração explícita e parcialmente quantitativa dos conceitos de regressão e correlação, fazendo da regressão um método geral para o estudo de relações. Entretanto, a fórmula atual do coeficiente de correlação só foi determinada em 1896, por Karl Pearson (1857-1936), matemático inglês, biometrista e estatístico. O pensamento de Pearson fundamentou muitos dos métodos estatísticos que são utilizados atualmente, como regressão linear e correlação, classificação das distribuições de probabilidade, teste qui-quadrado de Pearson, coeficiente de correlação, análise de componentes principais. Em 1901, Pearson criou a revista *Biometrika*, primeira revista de estatística moderna.⁴⁹ Pearson e Galton foram editores da revista *Biometrika*, que, inicialmente, tinha como objetivo a publicação de dados de todo o mundo com a determinação de suas distribuições. Em 1904, Galton fundou o laboratório de pesquisas Galton Laboratory of National Eugenics, destinado à coleta de dados para a estatística humana, e, junto com Karl Pearson, fundou a Escola Biometrika⁵⁰ (MEMÓRIA, 2004).

Um dos orientandos de Pearson em suas pesquisas, William Sealy Gosset (1876-1937), químico e matemático inglês, mais conhecido como Student, marcou os estudos das pequenas amostras (MEMÓRIA, 2004). Examinando dados da empresa de cerveja em que trabalhava, determinou que a contagem de células de levedura poderia ser modelada com uma distribuição probabilística conhecida – a Distribuição de Poisson. Gosset publicou essa sua primeira descoberta na revista *Biometrika*, sob o pseudônimo de Student (SALSBURG, 2009). Por esse motivo, a distribuição desenvolvida por ele é conhecida por *Distribuição t de Student*.

Outro cientista importante, influenciado por Galton, que utilizou o conceito de correlação como principal ferramenta em seus estudos, foi Charles Spearman (1863-1945), psicólogo inglês

⁴⁹ Disponível em: < <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/448102/Karl-Pearson> >. Acesso em: 11 jan. 2012.

⁵⁰ A Escola Biometrika nasceu na Inglaterra no final do século XIX, tendo, inicialmente, como um dos principais objetivos impulsionar o estudo da estatística e o desenvolvimento de métodos (MEMÓRIA, 2004).

conhecido pelo seu trabalho na área de estatística, pioneiro da análise fatorial e pelo coeficiente de correlação de postos, de Spearman.⁵¹

Ainda no século XIX, a escola russa de teoria da probabilidade teve grande desenvolvimento (WUSSING, 1998). Destaques especiais podem ser dados ao matemático russo Pafnuty Lvovich Chebyshev (1821-1894), com o teorema de limites para variáveis aleatórias independentes, uma generalização da lei dos grandes números e a consolidação dos conceitos de variável aleatória e esperança, além da propagação do avanço de suas ideias entre brilhantes alunos, como Liapunov e Markov.

Um avanço na teoria da probabilidade foi alcançado pelo matemático soviético Andrey Nikolaevich Kolmogorov (1903-1987), que lançou as bases da teoria dos processos aleatórios de Markov. Sua monografia foi sobre teoria da probabilidade, construída de forma rigorosa, partindo de axiomas básicos.⁵² Entretanto, foi o matemático russo Andrei Andreyevich Markov (1856-1922), cujos primeiros trabalhos foram em teoria dos números e análise e, depois, em teoria da probabilidade, quem provou rigorosamente o teorema do limite central. Deve-se a ele a construção das *cadeias de Markov*, que foram a base para a teoria dos processos estocásticos.⁵³

Junto com o matemático russo Kolmogorov, Ronald Aylmer Fisher (1890-1962), estatístico e geneticista inglês, impulsionou o estudo da teoria das probabilidades, desenvolvendo os primeiros métodos para tratar uma sequência de observações. Apresentou os princípios de planejamento de experimentos, introduzindo os conceitos de aleatoriedade e da análise de variância. No início do século XX, formulou critérios de consistência, eficiência e suficiência para estimadores, definindo as propriedades dos bons estimadores. Assumindo normalidade, ele derivou as distribuições t de Student, Qui-quadrado e F de Snedecor e mostrou como usá-las em testes de hipóteses e estimação por intervalo. Derivou também a distribuição do coeficiente de correlação e dos coeficientes de correlação parciais em amostras normais. Trabalhou com ajustes de curvas de frequência, com coeficientes de correlação na análise de variâncias e nas técnicas de

⁵¹ Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$charles-spearman](http://www.infopedia.pt/$charles-spearman)>. Acesso em: 16 jan. 2012.

⁵² Disponível em: <<http://www-history.mcs.st-and.ac.uk/Biographies/Kolmogorov.html>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

⁵³ Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/365793/Andrey-Andreyevich-Markov>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

estimação de um parâmetro. Uma grande parte da estatística matemática desde 1922 foi elaborada com base nas ideias de Fisher, na teoria e na prática (HALD, 2004). Os trabalhos e artigos de Fisher contribuíram para a organização da Estatística como um campo distinto de estudo, com métodos que se aplicam a problemas práticos de várias disciplinas (MOORE, 2000).

Assim, resumidamente, desenvolveu-se a história do pensamento estatístico entre cientistas sociais, biólogos, físicos, astrônomos, antropólogos e matemáticos, entre os séculos XVII e XX. A Estatística ficou conhecida, no século XX, como uma ferramenta matemática para analisar experimentos e dados observacionais. Conforme compreendemos historicamente, as bases da estatística matemática foram trabalhadas entre 1890 e 1930, e as principais técnicas de análise numérica foram estabelecidas nesse período. Em torno das décadas de 1830 e de 1840, com forte influência positivista, “estatísticas” significava simplesmente números, utilizados para a apresentação de fatos sociais como uma forma de evidenciar a saúde e a força do Estado (PORTER, 1986). Inicialmente, os estatísticos não tinham muito o que fazer com uma coleção de números, a não ser descrevê-los, construindo tabelas numéricas. É difícil estabelecer quando a Estatística começou a ser vista como uma ciência. As contribuições no desenvolvimento da Estatística no século XIX permitiram o avanço nos métodos de análise estatística.

O moderno período dos censos foi introduzido, na maioria dos estados avançados da Europa e da América, no começo do século XIX, e espalhou-se pelo mundo com o propósito principal de promoção da eficiência burocrática. As informações que os números apresentavam eram vitais para o controle da população e para a implementação de políticas públicas. As ferramentas estatísticas utilizadas nas ciências modernas foram desenvolvidas durante o último século. Em particular, métodos cada vez mais precisos têm-se desenvolvido para a aplicação nos recenseamentos populacionais, econômicos e industriais atuais.

Diante de nossos conhecimentos da história da Estatística, propiciados pela formação superior, tem-se como hipótese que muito pouco dos métodos estatísticos construídos, principalmente no século XIX, contribuíram para a elaboração das estatísticas brasileiras nos primeiros censos. Por exemplo, essa história nos conta que as técnicas amostrais só passaram a ser utilizadas

regularmente pelas instituições estatísticas na segunda metade do século XX, e muitos métodos somente foram utilizados em pesquisas ou de forma acadêmica. Mas será que outras técnicas foram utilizadas? Na elaboração das estatísticas dos censos iniciais, quanto da ciência estatística com seus métodos esteve presente? Mesmo assim, noções de probabilidade e estatística começaram a ser levadas para as formações superiores no Brasil já na primeira década do século XIX (PARDAL, 1993).

O desenvolvimento matemático e estatístico, neste item (4.1) sintetizado, de alguma forma se relacionou com os conhecimentos estatísticos brasileiros por meio da educação que foi trazida pelos colonizadores. Noções de probabilidade e estatística começaram a ser disseminadas para as formações superiores no Brasil, conforme apresentaremos ainda neste capítulo. Antes, porém, sentimos interesse em investigar sobre o contexto social e educacional que se apresentava no Brasil. Por isso, observamos as raízes do Brasil desde o ano em que a Corte Portuguesa se transferiu para a Colônia até as primeiras décadas do século XX, conforme será apresentado no item seguinte.

4.2 ASPECTOS CONTEXTUAIS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Embora o foco desta pesquisa esteja no período de 1872-1938, para compreendermos o que era o Brasil no século XIX temos que pensar nos moldes em que o Estado Nacional brasileiro foi se construindo. Em finais do século XVIII, Portugal, nosso colonizador, assumiu uma posição de neutralidade perante a França e a Inglaterra, que brigavam pelo poder. D. Maria I e o príncipe regente D. João optaram por uma diplomacia que oscilava entre as duas potências. Portugal tinha o seu império ameaçado. Alinhando-se à Inglaterra, teria proteção política e preservação de seus domínios ultramarinos. A França exigia o fechamento dos portos portugueses à Inglaterra; caso contrário, Portugal seria invadido pelas tropas franco-espanholas (SCHWARCZ, 2002).

Com o golpe de 1798, para a derrubada do regime monárquico, Napoleão Bonaparte assumiu a chefia do governo francês e decretou guerras para tornar-se imperador absoluto europeu. Com a

continuação das guerras napoleônicas, no início do século XIX foi decretado o Bloqueio Continental, que proibia todas as nações europeias de comprar qualquer produto vindo da Grã-Bretanha. Portugal deveria decidir-se sobre sua aliança, e o traslado da Família Real para o Brasil Colônia era uma possibilidade, cogitada em momentos de ameaça da soberania portuguesa. Portugal tinha sua economia presa ao sistema extrativista e mercantilista, por meio da exploração das suas colônias, sem investimentos para melhorias de infraestrutura e educação dessas colônias. De acordo com Schwarcz (2002, p. 86), “Portugal se contentava em sugar suas colônias de maneira bastante parasitária”.

Em 1807, esse plano de mudança da corte teve que ser colocado em prática sem muitos preparativos. Portugal era um país pequeno e sem recursos, ao passo que o Brasil era uma colônia com riquezas naturais, mão de obra escrava, com chances de abrigo e de defesa contra os invasores do reino. O príncipe regente de Portugal, D. João, não teve escolha, em virtude da eminente invasão de seu país pelas tropas francesas de Bonaparte. Como Portugal não tinha exército forte para combater as tropas, nem experiência bélica, o príncipe teve duas escolhas, ou saía de Portugal ou, com uma grande probabilidade, seria derrotado. Assim, a família real decidiu vir para o Brasil (SCHWARCZ, 2002).

A viagem para o Rio de Janeiro, com todos os seus imprevistos, limitações de instalações e dificuldades de navegação e com cerca de 20 mil pessoas em navios levou quase três meses e meio. Devido à pressa pela partida para o Brasil, muitas caixas com pratarias foram esquecidas no porto de Lisboa, como também centenas de caixas de livros pertencentes à Biblioteca Real. Em 22 de janeiro de 1808, D. João chegou à Baía de Todos os Santos, em Salvador (SCHWARCZ, 2002).

Nessa época, o Brasil era formado por um conjunto de regiões quase que autônomas, cada uma delas com o seu governante, sua pequena milícia e seu pequeno tesouro. Devido à grande extensão territorial, a comunicação entre essas regiões era precária, principalmente pelo imenso território, com muitas matas e pouco povoado.

A população, que era semelhante à de Portugal, contabilizava entre 3 milhões e 4 milhões de habitantes (NOVAIS, 1997). Concentrava-se no litoral e em algumas cidades no interior de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e ao longo do Rio Amazonas. Minas Gerais era a cidade mais populosa, seguida pelo Rio de Janeiro. O interior da Colônia era habitado principalmente por índios e garimpeiros. A população compunha-se também por grande número de escravos africanos, uma grande quantidade de analfabetos – com desprezo e aversão por parte dos dominadores e sem acesso a meios educacionais –, em uma sociedade desigual (LIMA, 2006). A educação era desprezada e as universidades proibidas pelo império português. Oficialmente, havia somente aulas de Artilharia e Arquitetura Militar e algumas “escolas ou aulas régias” (SCHWARCZ, 2002, p. 233). Parte do ensino era administrada por ordens religiosas, localizadas em conventos e seminários.

No Brasil Colônia, a classe da nobreza não tinha atração pelo trabalho. Segundo Holanda (1995, p. 59), “assim, qualquer pessoa com fumaças de nobreza podia alcançar proveitos dos trabalhos mais humildes sem degradar-se e sem calejar as mãos”. Na estrutura de poder, o senhor local era o verdadeiro mandatário, com a manutenção das desigualdades e com a riqueza concentrada nas mãos de poucos. O objetivo do império era explorar toda a riqueza disponível sem esforço e sem pensar no futuro: “O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (HOLANDA, 1995, p. 49).

Nos tempos coloniais, quem desejasse uma educação superior deveria ir para a Europa, especificamente para Portugal, para obter diploma de bacharel na Universidade de Coimbra (PEREIRA; MORETTIN, 1991). A política que vigorava até então na Colônia mantinha o Brasil na ignorância e no isolamento, para que somente Portugal usufruísse de suas riquezas. Durante sua permanência no Brasil, D. João incentivou o aumento das escolas régias, com cursos de Filosofia, Latim, Retórica, Matemática; apoiou o ensino de primeiras letras e as cadeiras de artes e ofícios. Uma das primeiras medidas de D. João na sua chegada ao Brasil, uma promessa feita para a Inglaterra, foi a abertura dos portos para o comércio. O Rio de Janeiro tornou-se o mais importante centro naval e comercial do Império. Em 1815, a Colônia transformou-se em Reino Unido, tendo o príncipe regente chamado de “rei do Brasil” (SCHWARCZ, 1998). Foi nessa

época que a Imprensa Régia, criada pelo decreto de 13 de maio de 1808 por D. João, tornou-se a responsável pela documentação oficial e pela impressão de todas e quaisquer obras, sobretudo daquelas que ajudassem a divulgar a monarquia (SCHWARCZ, 2002). Relacionado à manifestação cultural, o teatro da corte tinha entre seus objetivos criar uma memória, dar visibilidade e engrandecer a figura do príncipe D. João. Vieram diversos artistas portugueses, e, em 1816, chegou a Missão Artística Francesa (PRIORE; VENANCIO, 2010). Foram inaugurados também o Museu Real, o Real Horto e a Biblioteca Real.

Em relação à produção de conhecimentos científicos, da segunda metade do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, a Europa apresentou forte evolução nos campos teóricos e práticos do saber: novos métodos de ensino e investigação, aumento do número de laboratórios, lançamentos de revistas científicas, aplicações de descobertas. Esse período foi chamado, na França, de napoleônico, ocorrendo nele uma aceleração e concentração de um esforço científico. A França promoveu uma renovação na educação, com a criação de escolas técnicas e laboratórios de altos estudos. No Brasil, o reflexo disso ocorreu com o desdobramento das atividades científicas, impulsionadas com a chegada do príncipe regente D. João, pois o governo precisava formar localmente os seus quadros de pessoal. Entre 1808 e 1821, foram criados o ensino de engenharia, o de medicina e as academias militares (OLIVEIRA, 2005).

O primeiro estabelecimento de ensino superior brasileiro foi a Escola de Cirurgia, na Bahia, em 1808. No Rio de Janeiro, destacava-se a Academia Militar, ao passo que, na Bahia e no Maranhão, fortaleciam-se as escolas de artilharia e fortificação (PRIORE; VENANCIO, 2010). A Colônia era carente de pessoal qualificado para a difusão da ciência, estando, mesmo assim, muitos intelectuais envolvidos em outras atividades diferentes dos conhecimentos científicos de suas formações, por exemplo, desviados para atividades políticas. O Brasil, nesse período, não apresentou posições significativas na busca de uma modernização científica, já que não parecia interessar a Portugal o desenvolvimento intelectual da sua Colônia. Dessa forma, a ciência ficou restrita ao ensino e à instalação de instituições próprias (OLIVEIRA, 2005).

Pode-se considerar 1808 como o ano de transformação na atividade científica no Brasil, promovida por meio do ensino ou da inauguração de instituições (OLIVEIRA, 2005). Entre as instituições científicas criadas na época, e que funcionam até hoje, temos, por exemplo, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro; o Jardim Botânico, denominado, naquela época, Jardim de Aclimação; o Museu Nacional da UFRJ; o Observatório Nacional; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nesse tempo, a Universidade de Coimbra e a Academia Real de Ciências de Lisboa foram responsáveis pela formação de muitos brasileiros (OLIVEIRA, 2005), que se estabeleceram no Brasil e se dedicaram ao ensino, como José da Silva Lisboa e Joaquim José Rodrigues Torres.

Com a Corte instalada, cresceu o número de livrarias, com uma maior divulgação de livros importados, alguns jornais e diversos tipos de publicações de mais fácil acesso, considerando a criação da Imprensa Régia pelo príncipe regente D. João, responsável pela impressão de livros, folhetos e periódicos – entre 1808 e 1821 (FERREIRA et al., 2011). Autores nacionais e estrangeiros começaram a ter publicações nas quais não eram, por vezes, respeitadas regras de autoria, embora submetidas ao controle das autoridades imperiais (FERREIRA et al., 2011). Os autores portugueses eram bem editados, pois seus livros eram vendidos com facilidade no Brasil, provavelmente devido ao idioma e em razão do poder dominante. Mas as obras que tiveram grande destaque nas primeiras instituições superiores de ensino foram as de autores franceses e de suas traduções, como pode ser observado em Saraiva (2007); Silva, C. M. (2009) e Sad (2011b).

Não havia uma comunidade científica propriamente dita nesse período – início do século XIX, existiam pequenos grupos de intelectuais que se ocupavam do ensino para os cursos de Engenharia, Medicina e ensino militar, preocupados com a difusão do saber científico e aplicação de seus conhecimentos (OLIVEIRA, 2005). Sem estatísticas oficiais sobre a educação no Brasil nessa época, a alta taxa de analfabetismo pôde ser estimada por referências indiretas, confirmadas com os primeiros censos gerais. As condições da instrução pública no Brasil colonial eram deficientes, tendo recebido um forte golpe com a expulsão dos jesuítas, na segunda metade do século XVIII. Em 1810, criou-se a Academia Militar com a finalidade de garantir o

ensino de ciências matemáticas e físicas, química, história natural, técnicas de guerra e fortificações e defesas (SCHWARCZ, 2002).

A independência pareceu uma resposta do Brasil à corte de Lisboa à tentativa de recolonização. Os decretos de março de 1821 determinavam o regresso do rei a Lisboa e a permanência do príncipe real D. Pedro I, encarregado do governo provisório, cuidando ele da educação pública, da agricultura, do comércio e exigindo respeito às leis e à vigilância. No entanto, com a volta de D. João VI para Portugal, os cofres nacionais foram esvaziados; faltavam, no país, dinheiro, instrução, armas, soldados e munição. Seu filho, o imperador D. Pedro I, assumiu um governo pobre, com um povo carente, com muitas questões para serem resolvidas, entre elas a criação de uma constituição. Em quase todo o Império, existia grande tensão, e a palavra de ordem era “independência moderada pela união nacional” (SCHWARCZ, 2002, p. 371). Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamou a independência do domínio de Portugal e, em 1824, outorgou a primeira constituição, com uma melhor distribuição de rendas e melhores oportunidades sociais. Porém, o Brasil continuava dependente da mão de obra escrava.

Após a independência brasileira, foi realçado o interesse pelas estatísticas, principalmente as da população, que foram utilizadas para a cobrança de impostos e para fins políticos. Na obtenção desses dados, as dificuldades eram muitas, e os ministros do Império solicitavam cada vez mais informações estatísticas. Eram os párocos, juízes de paz, delegados de polícia os encarregados dessas informações. Assim, foram organizadas ações bem determinadas na construção do saber estatístico e de um sistema de registro estatístico no país que pudesse proporcionar maior visibilidade e um traço de certeza quantitativa na análise de dados e das pesquisas. Contudo, a construção do saber estatístico no Brasil ocorreu num processo lento, com influências sociais, políticas e econômicas, permeadas por rebeliões e repressões.

Em 1831, D. Pedro I abdicou e partiu para Portugal para assumir o trono em nome de sua filha, D. Maria da Glória, deixando no Brasil o seu filho D. Pedro II, futuro imperador. Decretada a maioridade de D. Pedro II, o novo imperador do Brasil foi coroado imperador, em 18 de julho de 1841. Com a estabilidade financeira e o momento de paz vigente, a popularidade do imperador

foi aumentando, e ele foi considerado um estadista popular. Foram construídos palácios, edifícios, monumentos e amplas avenidas, destacando-se a Academia Imperial de Belas-Artes, o Palácio do Comércio, o Campo de Santana, o Passeio Público, a Quinta da Boa Vista (SCHWARCZ, 1998). Foi a partir de 1850 que o imperador passou a garantir a realeza, a destacar uma memória e a impulsionar a cultura, apoiando pesquisas, a imprensa, a ampliação do acervo bibliográfico e a divulgação do Brasil nas exposições universais, com a apresentação de estatísticas mais elaboradas, obtidas por meio dos primeiros censos demográficos brasileiros.

Nosso estudo se coloca nesse período do Brasil independente em transição para os primeiros anos da República, precisando retornar também à época do Brasil Colônia, que trazia as características de um povo explorado pela metrópole, com grande quantidade de indivíduos submetidos ao trabalho escravo, analfabetos às margens da sociedade, não sendo reconhecidos como cidadãos. Por exemplo, no primeiro recenseamento geral brasileiro, a investigação foi feita utilizando boletins ou listas de famílias, e, se a família era definida como a pessoa livre, então os escravos ou mesmo os índios não eram famílias?

O ensino era proporcionado a poucos – Brasil Colônia/Independente – e mais voltado para a área militar. A sociedade disciplinar nasceu em meados do século XVIII na Europa, passando a existir aí as instituições disciplinares, para treinar os indivíduos em certas habilidades. Posteriormente, no século XIX, nasceu a biopolítica, para cuidar da população. Sociedade disciplinar e biopolítica (a aplicação e o impacto do poder político sobre todos os aspectos da vida humana) são dois conceitos que representavam poder, os quais foram utilizados por Foucault para estudar o poder na modernidade, em suas múltiplas formas, visando à fabricação do indivíduo por meio da utilização de técnicas disciplinares.⁵⁴ A biopolítica descreveu e quantificou a população por intermédio da Estatística. Ambas ideias chegaram ao Brasil Colônia antes mesmo da vinda da família real, em 1808. O despertar do interesse pelo campo da Estatística traduziu-se também em termos acadêmicos. A mais antiga das instituições de ensino superior brasileira foi a Real

⁵⁴Disponível em:

<http://www.mundofilosofico.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247:michel-foucault-sociedade-disciplinar-e-biopolitica&catid=3:filosofia&Itemid=2> e em <<http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/004e4.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 17 de dezembro de 1792. Destacaremos, no próximo item, o ensino de Estatística nessas instituições.

4.3 A INSERÇÃO DE CONHECIMENTOS ESTATÍSTICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792 no Rio de Janeiro, foi moldada na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, criada em Lisboa, em 1790 pela rainha D. Maria I de Portugal, posteriormente à criação de várias escolas de formação de oficiais do exército português. Como sucessoras dessas academias, podemos citar a Escola Politécnica no Rio de Janeiro e a Escola do Exército em Lisboa, entre outras escolas portuguesas de formação militar. Essas escolas portuguesas tinham como conteúdo, na área de Matemática, o estudo da Geografia e Estatística Militares. Segundo Papança (2011), os únicos programas que foram encontrados dentro do período em estudo no seu trabalho foram do regime de ensino especial, em vigor entre 1916-1919, em que a formação na Estatística assumia já papel relevante, mas seu ensino era distribuído por diversas cadeiras, que chamamos hoje de disciplinas. Não havia uma visão unificada quanto ao ensino da Estatística, ficando ela relacionada à sociologia, à história militar, à tática e ao tiro, incidindo também conteúdos em matérias relacionadas com a teoria das probabilidades. A formação de oficiais e engenheiros em Portugal, no século XVIII, teve influências do modelo francês da Escola Politécnica de Paris. A Estatística acompanhou a formação dos oficiais do exército português, desde os estabelecimentos que precederam a Escola do Exército até a atualidade, revelando-se um elemento essencial na gestão do ensino militar em Portugal (PAPANÇA, 2011).

Em fevereiro de 1808, o príncipe regente no Brasil, D. João VI, criou a aula de Economia Política, tendo como professor José da Silva Lisboa (1756-1835), economista, historiador, jurista, publicista e político brasileiro. Lisboa, com formação em Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra, ocupou diversos cargos na administração econômica e política do Brasil, tendo apoiado D. João VI e D. Pedro I. A aula não chegou a ser inaugurada, mas Lisboa

escreveu um livro, editado em 1819 pela Imprensa Régia, intitulado *Estudos do bem-comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado*, que foi reeditado pelo IPEA/INPES em 1975 (SENRA, 2006a). Nesse livro, Lisboa (1819) traz relacionamentos com a Estatística, em pequenas menções em que associava a Estatística à Economia Política. A obra trata de Economia Política, que tinha por objeto a Economia do Estado ou a Administração Civil, relativamente à indústria e riqueza do Estado. A Economia Política compreende parte do Direito que estabelece os fundamentos do Sistema Social ou da boa Ordem Civil e se estende para o Reino da Justiça Universal, inquirindo as Leis Naturais que regulam a produção, a acumulação e a distribuição dos frutos da terra, a indústria dos Estados e a sua população.

Em 4 de dezembro de 1810, por Carta de Lei⁵⁵ (Anexo B), D. João VI criou a Academia Real Militar, que substituiu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, instalada na Casa do Trem em 23 de abril de 1811. Um ano depois, a Academia foi transferida para o Largo de São Francisco de Paula e funcionou nesse local até 1858, conciliando o ensino militar e o ensino da Engenharia. Essa Academia trocou de nome várias vezes: Imperial Academia Militar, em 1822; Academia Militar da Corte, em 1832, e Escola Militar, em 1839 (BENTO, 2009). Além dos cursos militares, funcionavam também os cursos de Matemáticas, Pontes e Calçadas e de Construção Naval. Em 1858, a Escola Militar foi transferida para o Forte da Praia Vermelha e criada a Escola Central, dedicada somente à engenharia, continuando a ser um estabelecimento militar (BOLETIM DA SBC, 2003).

⁵⁵ Segundo a Casa Civil da Presidência da República do Brasil, as “Cartas de Lei – constituem normas legais pelas quais o Príncipe Regente disciplinava, em caráter permanente, as várias matérias próprias de lei (fórmula menos usada do que o alvará e o decreto) e as Cartas Régias – constituem respostas do Príncipe Regente a consultas de seus súditos, nas quais determina as providências a serem adotadas nos vários casos que lhe são submetidos: medidas administrativas concretas, nomeações de autoridades, declarações de guerra e medidas sobre sua condução, instituição de impostos, etc.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_03/ordenamento%20jur%20brasil.htm>. Acesso em: 28 set. 2011.



Figura 6 - Academia Real Militar/ Escola Central
Fonte: <http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php>

Com o Decreto⁵⁶ (Anexo B) de 1858, a Escola Militar da Corte passou a denominar-se Escola Central, que continuou sendo um estabelecimento militar até 1874, quando, então, foi transformada na Escola Politécnica. Em 1965, a Escola Politécnica, antiga Escola Central, já na Cidade Universitária no Fundão, passou a chamar-se Escola de Engenharia. Em 2003, o nome voltou a ser Escola Politécnica e continua com essa denominação até hoje.⁵⁷

A Escola Central era, na época, a única escola de Engenharia do país. O ensino abrangia três cursos distintos: Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais; Engenharia e Ciências Militares; e Engenharia Civil. O Curso de Engenharia Civil era voltado para as técnicas de construção de estradas, pontes, canais e edifícios. Em 1874, a Escola Central passou do Ministério do Exército para o Ministério do Império, com o nome de Escola Politécnica. Com a desvinculação da origem militar, passou a funcionar apenas para alunos civis. A formação dos oficiais de Engenharia e de Artilharia continuou na Escola Militar da Praia Vermelha até 1904, quando foi transferida para o Realengo. Em 1928, foi criada a Escola de Engenharia Militar para a formação de artilheiros, eletrotécnicos, químicos e de engenheiros de fortificação e construção, tornando-se Escola Técnica do Exército em 1933. Finalmente, em 1941, foi criado o Instituto Militar de Tecnologia, com programas de estudo, pesquisa e controle de materiais para a indústria bélica

⁵⁶ Decreto nº 2.116 de 1º de março de 1858 (Anexo B).

⁵⁷ Disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php>. Acesso em: 10 maio 2011.

(BOLETIM DA SBC, 2003). Em 1959, a Escola Técnica do Exército fundiu-se com o Instituto Militar de Tecnologia, formando o Instituto Militar de Engenharia.⁵⁸

Segundo Pardal (1993), em 1810, a Academia Real Militar já continha, no seu programa de Matemática, o conteúdo do cálculo de probabilidades. A Carta Régia de criação da Academia Real Militar, continha Doze Títulos e especificava detalhadamente, no seu Título Segundo, os programas e livros que deveriam ser adotados nas diversas cadeiras. No currículo do 2º ano, estava contido o cálculo diferencial e integral com aplicações à física, à astronomia e ao cálculo das probabilidades. A Carta de Lei dizia o seguinte quanto ao ensino do 2º ano: “[...] passará depois ao cálculo diferencial e integral, ou das fluxões e fluentes, mostrando os mesmos, e as suas aplicações até aonde tem chegado nos nossos dias nas brilhantes aplicações à física, astronomia e ao cálculo das probabilidades”. Provavelmente, como a grande parte dos livros sugeridos era de autores franceses e como o livro de Lacroix era indicado, pela Carta de Lei (Título Segundo), para ser utilizado no 2º ano, para as aplicações ao cálculo das probabilidades, possivelmente foi adotado a partir da sua publicação. Sylvestre François Lacroix (1765-1843), matemático francês, professor do Colégio de França e da Escola Politécnica de Paris – primeira instituição especializada no ensino e pesquisa das diversas engenharias no século XVIII – escreveu o livro *Traité Élémentaire du Calcul des Probabilités*, traduzido como Tratado Elementar do Cálculo das Probabilidades (1816). Esse livro pode ter sido utilizado na Academia, pois consta no seu catálogo de 1837 (SAD, 2011a). O programa do livro de probabilidade de Lacroix é composto de uma parte inicial introdutória intitulada “Noções preliminares sobre o sentido das palavras certeza e probabilidade”, e de outras duas seções, cujos tópicos estão assim distribuídos:

Primeira seção: Determinação da probabilidade, quando o número de chances de cada evento é atribuído, e pode-se deduzir a priori do enunciado da questão; determinação das probabilidades em provas repetidas da mesma maneira, ao acaso; conseqüências da probabilidade matemática; da regra de aposta, e da esperança matemática; da esperança moral. Segunda seção: Determinação da probabilidade a posteriori, isto é, quando o número total de chances é ilimitado, e suas relações com o número de chances de cada

⁵⁸ Fato importante, em 1º de janeiro de 1944 em Resende, foi a criação da Escola Militar de Resende com o objetivo de aperfeiçoar a formação de oficiais do exército, denominando-se, em 1951, Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <http://www.technonews.com.br/2011/newintegra.php?corpo=conteudointegra.php&tabela=tabram07&pg=1&cod=31>. Acesso em: 10 maio 2011.

evento são designadas; determinação da probabilidade das causas (ou hipóteses) pelas observações; determinação das probabilidades da vida humana; das pensões vitalícias e dos seguros de vida e de coisas; da probabilidade de testemunhos e de decisões; da avaliação moral das probabilidades⁵⁹ [Tradução nossa a partir de Lacroix, 1816, p. 12-15].

Mesmo com o conteúdo especificado no programa, não se sabe, ao certo, quando e com que profundidade o cálculo das probabilidades foi ministrado na Academia Real Militar, mas esse tópico está incluído como indicação aos estudos de 1810 da Academia (PARDAL, 1993). Além dessa obra, consta, na relação de livros de 1837 dessa Academia, o livro *Essai Philosophique sur les Probabilités*, de Laplace, que foi publicado, em 1814, na sua segunda edição. Esse livro foi traduzido para o português como *Ensaio Filosófico sobre as Probabilidades*, por Pedro Leite de Santana, professor do Departamento de Engenharia Química da Universidade Federal de Sergipe, e publicado pela Editora PUC do Rio de Janeiro, em junho de 2010. Nessa obra, Laplace apresenta, sem os recursos da análise, “os princípios e os resultados gerais da teoria das probabilidades, aplicando-os às questões mais importantes da vida, as quais são, na maioria das vezes, problemas de probabilidade” (LAPLACE, 2010, p. 41). Anteriormente a esse livro, Laplace escreveu *Théorie Analytique des Probabilités* (Teoria Analítica das Probabilidades), em 1812. A obra foi publicada, em 1814, em segunda edição. Nessa obra Laplace já utiliza vários recursos de análise matemática para o cálculo das probabilidades. Entre os métodos matemáticos, são utilizados, principalmente, a teoria das combinações e o cálculo das diferenças finitas; bem como interpolação, séries, funções de várias variáveis e integração (LAPLACE, 1814).

⁵⁹ Notions préliminaires sur le sens des mots Certitude et Probabilité. Section Première: Détermination de la probabilité, lorsque le nombre des chances de chaque espèce est assignable, et peut se déduire à priori de l'énoncé de la question; détermination des probabilités dans les épreuves répétées des mêmes hasards; conséquences de la probabilité mathématique; de la règle des paris, et de l'espérance mathématique; de l'espérance morale. Section Seconde: Détermination de la probabilité à posteriori, c'est-à-dire, lorsque le nombre total des chances est illimité, et que ses rapports avec le nombre des chances de chaque espèce sont inassignables; détermination de la probabilité des causes (ou des hypothèses) par les observations; détermination des probabilités de la vie humaine; des rentes viagères et des assurances sur la vie et sur les choses; de la probabilité des témoignages et des décisions; de l'évaluation morale des probabilités. (LACROIX, 1816, p. 12-15).

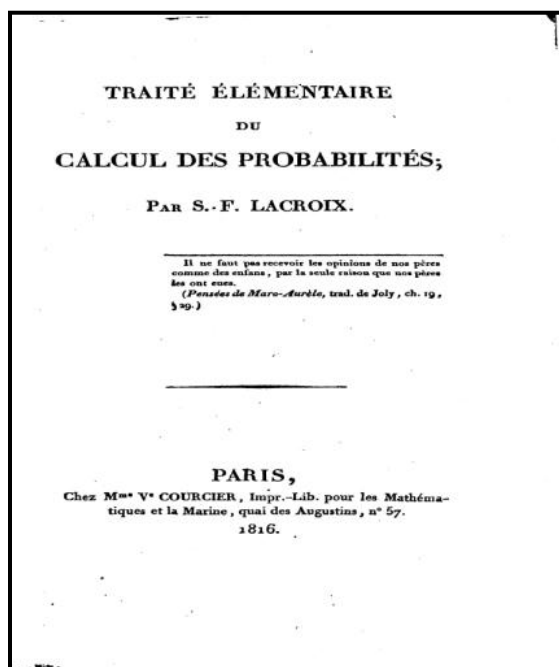


Figura 7 – *Traité Élémentaire Du Calcul des Probabilités*, por S. F. Lacroix - livro que consta no catálogo de 1837 da Academia Militar.
Fonte: Google Books

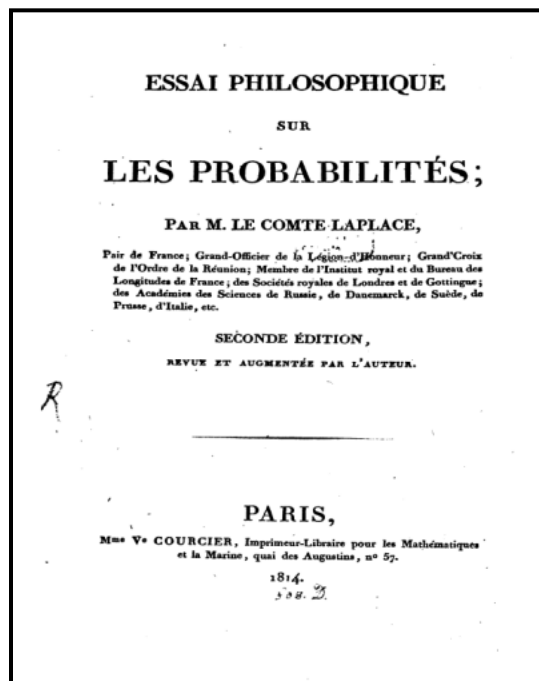


Figura 8 – *Essai Philosophique sur les Probabilités*, por M. Le Comte Laplace - livro que consta no catálogo de 1837 da Academia Militar
Fonte: Google Books

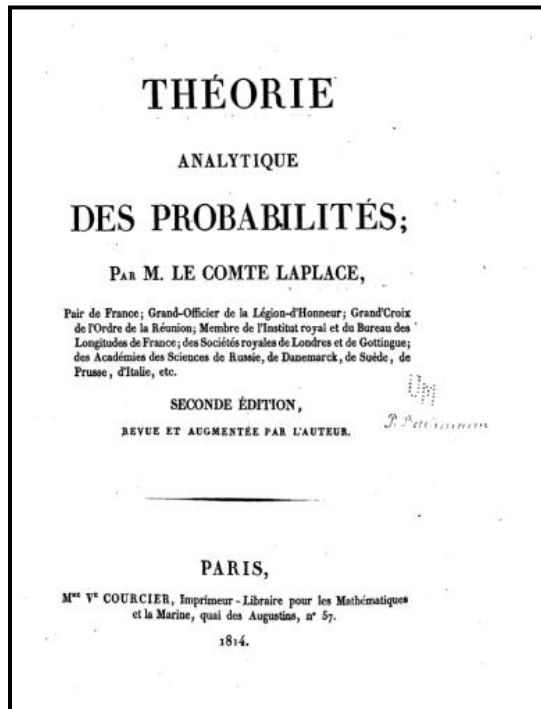


Figura 9 – Théorie Analytique des Probabilités, por M. Le Conte Laplace – livro que consta no catálogo de 1837 da Academia Militar
Fonte: Google Books.

Já no ano de 1858, o Cálculo das Probabilidades constava na 1^a cadeira do 2^o ano do Curso de Matemáticas e de Ciências Físicas e Naturais, da Escola Central, do Rio de Janeiro. Cerca de poucos anos depois, os programas foram modificados, e, em 1863, foi criada a cadeira de Economia Política, Estatística e Princípios de Direito Administrativo, lecionada no 6^o ano, cujo professor fundador foi o futuro Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) (BOLETIM DA SBC, 2003), formado pela Escola Militar em Engenharia (1845) e doutor em Ciências Matemáticas (1846).⁶⁰ No entanto, devido a vários encargos políticos e administrativos, Silva Paranhos pouco lecionou a cadeira e foi substituído por Américo Monteiro de Barros, mas deve ter sido o autor do primeiro programa da cadeira. A parte do programa que correspondia ao tópico de Estatística tinha os seguintes itens: noções, objeto e divisões da Estatística; confrontação da Estatística e da Economia Política; métodos da Estatística; fontes

⁶⁰ Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=131:jose-maria-da-silva-paranhos-visconde-do-rio-branco&catid=53:personalidades-historicas&Itemid=87>. Acesso em: 26 out. 2012.

estatísticas; confrontações e deduções; utilidade da Estatística prática; utilidade da Estatística abstrata ou transcendente; estatísticas do Brasil (SENRA, 2006a). Monteiro de Barros indicou como livro texto para o tópico de Estatística, a obra *Éléments de Statistique*, de Alex Moreau de Jonnés (1778-1870) – chefe dos trabalhos de Estatística do Ministério do Comércio Francês, que fez reflexões importantes sobre a natureza das estatísticas e foi responsável pela elaboração das estatísticas francesas ao longo dos reinados de Luís Felipe e de Napoleão III. Essa obra foi publicada em Paris, em segunda edição de 1856, pela Guillaumin et Cie., Libraires, sendo a primeira edição de 1847. O autor abordou “os princípios gerais dessa ciência: sua classificação, seu método, suas operações, seus diversos graus de certeza, seus erros e seus progressos; com aplicações à constatação dos fatos naturais, sociais e políticos, históricos e contemporâneos.”⁶¹ [Tradução nossa a partir de JONNÈS, 1856, p. 10].

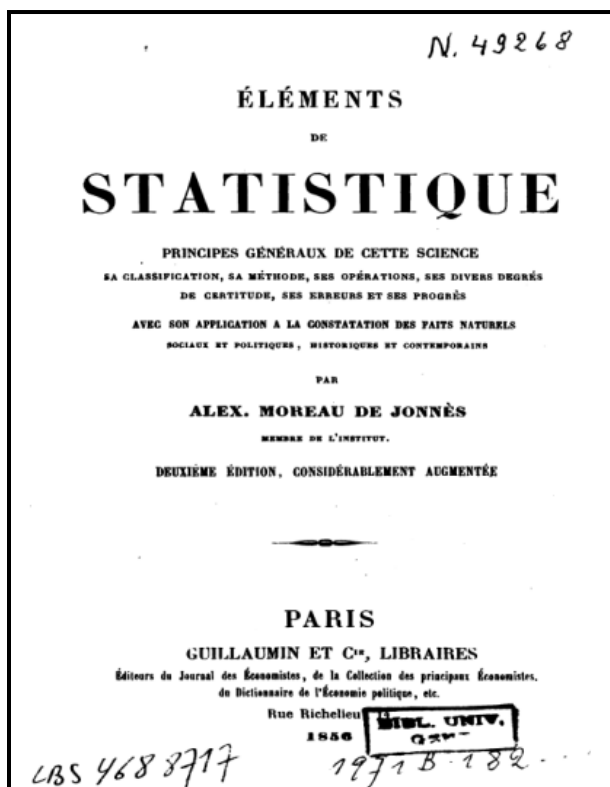


Figura 10 – *Éléments de Statistique* (Moreau de Jonnés, 1ª edição – 1847, 2ª edição – 1856)
Fonte: Google Books

⁶¹ Principes généraux de cette science: sa classification, sa méthode, ses opérations, ses divers degrés de certitude, ses erreurs et ses progrès, avec son application à la constatation des faits naturels, sociaux et politiques, historiques et contemporains (JONNÈS, 1856, p.10).

Grande parte das publicações utilizadas era principalmente em francês. O primeiro escrito de estatística publicado no país, por um brasileiro, foi a obra de Sebastião Ferreira Soares⁶², *Elementos de Estatística compreendendo a teoria da ciência e a sua aplicação à estatística comercial do Brasil*, Tomo I e Tomo II (SENRA, 2006a). Essas obras foram publicadas pela Imprensa Régia, em 1865. No Tomo I, Soares (1865a) fez, em sua dedicatória ao Dr. Antonio Francisco de Paula Souza⁶³, a seguinte citação: “A ciência estatística ainda não tem sido estudada no Brasil como convém e é do interesse geral da administração; e, portanto, penso que o meu modesto trabalho, se bem seja um simples ensaio, não é desapreciável”. O Tomo I é composto por 13 capítulos, sendo apresentadas no primeiro capítulo, definições gerais da ciência. A Estatística é aí definida como “a ciência que se ocupa da enumeração, comparação, análise e estudo de todos os fatos que têm relação com a marcha social dos povos em referência a épocas determinadas” (SOARES, 1865a, Tomo I, p. 40). O Tomo II do livro de Soares (1865b) é composto de 20 capítulos, com as estatísticas comerciais do Brasil por província.

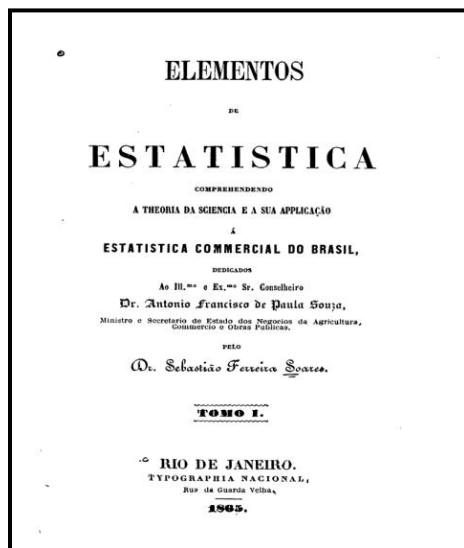


Figura 11 - 1º Livro de Estatística em português (Volume I)

Fonte: Google Books

⁶² Soares (1820-1887), com formação em ciências físico-matemáticas pela Escola Militar, foi o fundador do Clube dos Guarda-Livros, entidade destinada ao estudo e interpretação dos regulamentos e da legislação comercial de diversos países e a teoria e a prática do comércio no Brasil. Ele é considerado o grande pioneiro da Estatística Econômica no Brasil, além de grande contador e líder de classe no período imperial. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/memorial/rs.htm>>. Acesso em: 30 maio 2011.

⁶³ Paula Souza (1893-1917) foi engenheiro e político brasileiro, grande defensor do ensino público e incentivador da criação da Escola Politécnica de São Paulo, da qual foi o 1º diretor. Disponível em : < <http://www3.poli.usp.br/a-poli/historia/galeria-de-diretores/196-prof-dr-antonio-francisco-de-paula-souza.html>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

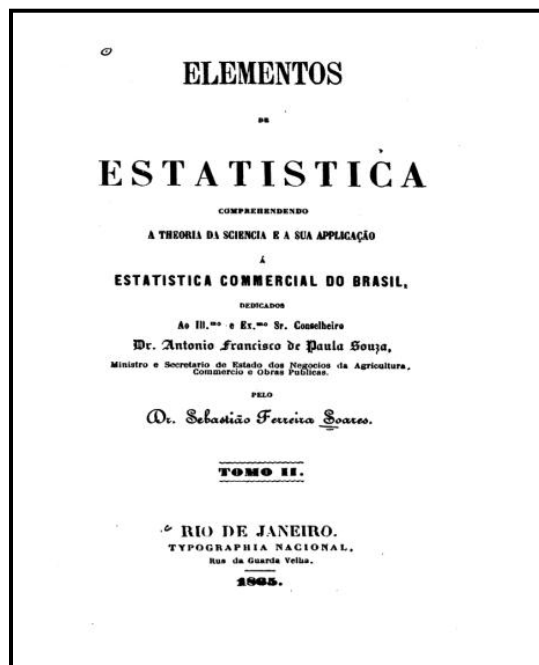


Figura 12 – 1º Livro de Estatística em português (Volume II)
Fonte: Google Books

A Escola Central⁶⁴ passou, em 1874, a denominar-se Escola Politécnica, uma escola somente para civis, com influências da Escola Politécnica de Paris e de Portugal. A Escola Politécnica, além de formar bacharéis em ciências e engenheiros civis, iniciou a formação de outras especialidades na engenharia. No início da sua criação, a Politécnica ofertava um curso geral e os seguintes cursos específicos: Ciências Físicas e Naturais; Ciências Físicas e Matemáticas; Engenheiros Geógrafos; Engenheiro Civil; Engenheiro de Minas; Artes e Manufaturas. De acordo com o decreto de criação da Escola Politécnica, o Cálculo das Probabilidades deveria estar presente na 1ª cadeira (disciplina, cátedra) do 1º ano do Curso de Ciências Físicas e Matemáticas, que foi lecionada, em 1875, por Benjamin Constant Botelho de Magalhães⁶⁵. Na 2ª cadeira do 3º ano do Curso de Engenharia Civil, do Curso de Minas e do Curso de Artes e Manufaturas, estava a disciplina *Economia Política, Direito Administrativo e Estatística*,

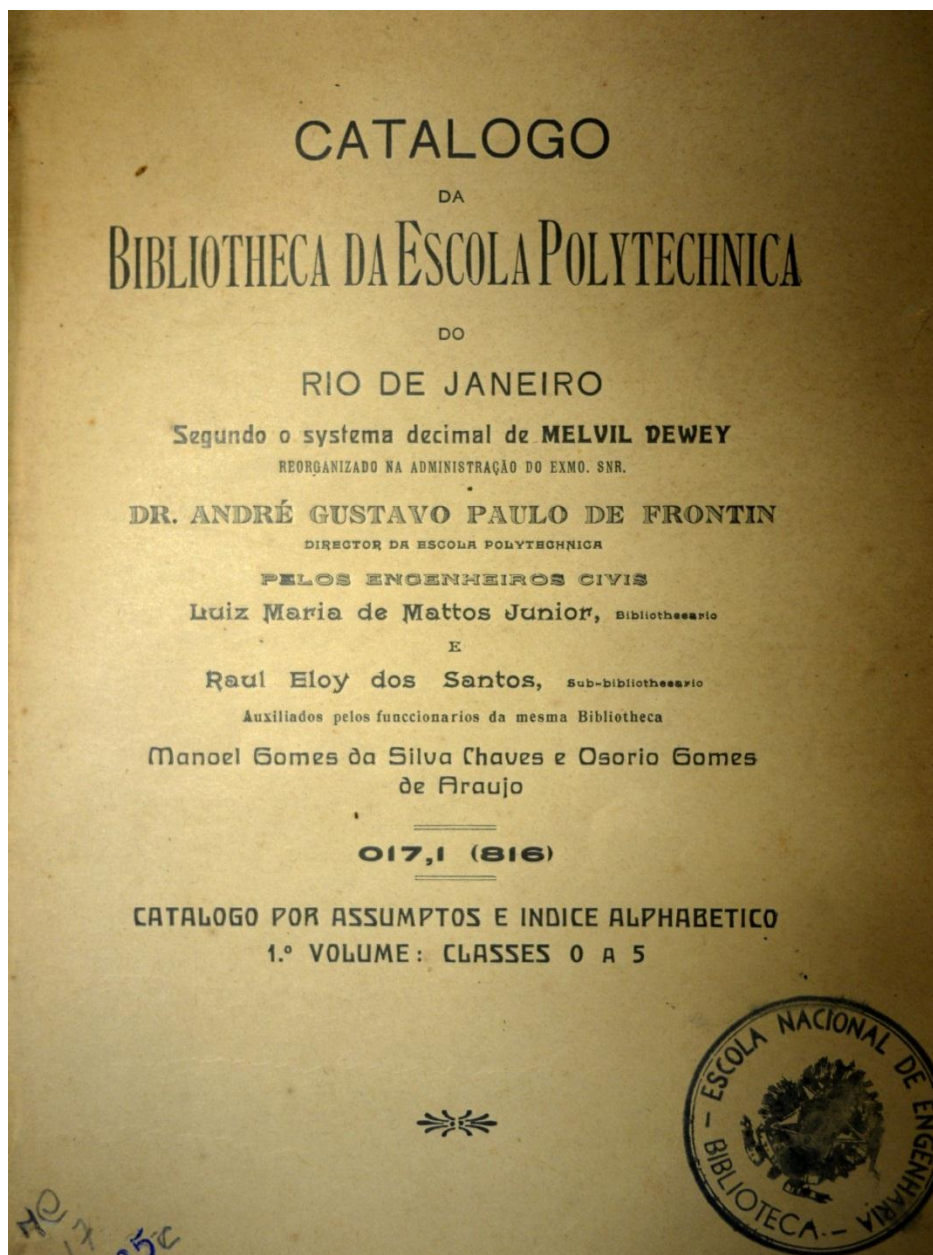
⁶⁴ Decreto nº. 5.600, de 25 de abril de 1874 – dá estatutos à Escola Politécnica (Anexo B).

⁶⁵ Benjamin Constant (1837-1891) foi personagem brasileiro de destaque na Proclamação da República, político, militar e professor de matemática na Escola Militar do Rio de Janeiro e um dos divulgadores do positivismo no Brasil. Estudou engenharia na Escola Central e astronomia no Observatório do Rio de Janeiro. Foi o primeiro a ocupar um cargo de ministro de Educação na primeira República (Em SILVA, C. M. S. da. Benjamin Constant e o Ensino da Matemática no Brasil. *Revista Brasileira de História da Matemática*, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 86-98, 2001. E também disponível em: < <http://www.algosobre.com.br/biografias/benjamin-constant.html>>. Acesso em: 10 jun. 2011).

lecionada por José Maria da Silva Paranhos. A ementa de estatística dessa disciplina era a mesma da cadeira *Economia Política, Estatística e Princípios de Direito Administrativo*, criada em 1863 (SENRA, 2006a). Em 1880 essa disciplina desdobrou-se em *Economia, Política e Finanças*, ministrada por Luis Rafael Vieira Souto (1849-1922), engenheiro e com título de bacharel em ciências físicas e matemáticas pela Escola Central,⁶⁶ e na disciplina *Direito, Estatística e suas aplicações à engenharia*, com o catedrático engenheiro José Agostinho dos Reis. Em 1911, essas duas cadeiras fundiram-se novamente em *Economia Política, Direito Administrativo e Estatística*, ministrada por Aarão Reis, engenheiro geógrafo, de 1914 até 1924, quando tornou a desmembrar-se na disciplina *Organização, Contabilidade e Direito Administrativo* e na disciplina *Estatística, Economia Política e Finanças*, ministrada por Tobias Moscoso e, depois, por Jorge Kafuri. Em 1952, esta última disciplina desdobrou-se em *Economia, Política e Finanças*, e na disciplina *Probabilidade, Erros e Elementos de Estatística Matemática*, denominada também *Estatística Industrial*, em 1972, e *Probabilidade e Estatística*, desde 1978, tendo sido ministrada, de 1953 a 1987, pelo professor Paulo Pardal (PARDAL, 1993). Ou seja, a estatística/probabilidade levou um longo tempo para constituir-se em uma disciplina.

O Catálogo da Biblioteca da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, elaborado, em 1900, pelo bibliotecário e engenheiro João Cancio Pova e pelo sub-bibliotecário, o engenheiro Luiz M. de Mattos Junior, atualizando o catálogo impresso em 1882, apresenta a referência *Estatísticas*, localizada dentro do tópico denominado “Sociologia”, e a referência *Probabilidades*, dentro do tópico de “Ciências Naturais”. Estão citados, nesse Catálogo, os livros dos seguintes autores: Lacroix, *Traité Élémentaire du Calcul des Probabilités*; Alex Moreau de Jonnés, *Éléments de Statistique*; Laplace, *Théorie Analytique des Probabilités* e *Essai Philosophique sur les Probabilités*, entre outros livros de Estatística.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=31>. Acesso em: 27 out. 2012.



Fotografia 2 – Catálogo da Escola Politécnica – 1900
Fonte: Biblioteca de Obras Raras/UFRJ

SOCIOLOGIA	
300 SOCIOLOGIA	337 Protecção e commercio livre
301 Philosophia	338 Produção, Manufacturas
302 Compendios	339 Pauperismo
303 Dictionarios	340 LEIS, DIREITO
304 Ensaio. Estudos	341 Internacional
305 Periodicos	342 Constitucional
306 Sociedades	343 Criminal
307 Educação	344 Marcial
308 Polygraphia	345 Leis dos Estados Unidos
309 Historia da Sociologia	346 Leis Britannicas
310 ESTATISTICAS	347 Tratados inglezes e americanos
311 Theoria. Methodos	348 Leis canonicas
312 População	349 Leis estrangeiras
313 Especial por assumptos	350 ADMINISTRAÇÃO
314 Europa	351 Governo central
315 Asia	352 Governo local. Cidade
316 Africa	353 Estado e Estados Unidos
317 America do Norte	354 Estados estrangeiros
318 America do Sul	355 Exercito. Sciencia militar
319 Oceania	356 Infantaria
320 SCIENCIA POLITICA	357 Cavallaria
321 Fôrma de governo	358 Artilharia
322 Religião e governo	359 Armada. Sciencia naval
323 Interior. Relações domesticas	360 ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES
324 Suffragio	361 Caridade
325 Colonias e imigração	362 Hospitales. Asylas
326 Escravidão	363 Policia
327 Relações estrangeiras	364 Reformadora
328 Corpo legislativo	365 Prisão. Disciplina
329 Politica	366 Sociedades secretas
330 ECONOMIA POLITICA	367 Clubs sociaes
331 Capital. Trabalho	368 Seguros
332 Banco. Moeda. Credito	369 Outras
333 Terras. Direitos de propriedades	370 EDUCAÇÃO. ENSINO
334 Cooperação	371 Professores. Methodo. Disciplina
335 Socialismo e Communismo	372 Elementar
336 Finanças. Taxação. Fundos publicos	

Fotografia 3 - Catálogo da Escola Politécnica – 1900 – Programa de Sociologia
Fonte: Biblioteca de Obras Raras/UFRJ

SCIENCIAS NATURAES	
500 SCIENCIAS NATURAES	537 Electricidade
501 Philosophia	538 Magnetismo
502 Compendios	539 Physica molecular
503 Dictionarios	540 QUIMICA
504 Ensaio	541 Theorica
505 Periodicos	542 Practica e experimental
506 Sociedades	543 Analytica
507 Museos. Educação	544 Qualitativa
508 Polygraphia	545 Quantitativa
509 Historia	546 Inorganica
510 MATHEMATICA	547 Organica
511 Arithmetica	548 Christallographica
512 Algebra	549 Mineralogia
513 Geometria	550 GEOLOGIA
514 Trigonometria	551 Geologia, physica e dynamica
515 Geometria descriptiva	552 Lithologia. Petrographia
516 Geometria analytica	553 Economia geologica
517 Calculo	554 Europa
518	555 Asia
519 Probabilidades	556 Africa
520 ASTRONOMIA	557 America do Norte
521 Theoretical	558 America do Sul
522 Practica e spherica	559 Oceania. Regiões polares
523 Descriptiva	560 PALEONTOLOGIA
524 Mappas e observações	561 Plantas
525 Terra	562 Invertebrados
526 Geodesia	563 Protozoarios. Radiados
527 Navegação	564 Moluscos
528 Ephemerides	565 Articulados
529 Chronologia	566 Vertebrados
530 PHYSICA	567 Peixes. Batrachios
531 Mechanica	568 Reptis. Aves
532 Hydraulica	569 Mammiferos
533 Pneumatica	570 BIOLOGIA. ETHNOLOGIA
534 Acustica	571 Archeologia
535 Optica	
536 Calor	

Fotografia 4 – Catálogo da Escola Politécnica – 1900 – Programa de Ciências Naturais
Fonte: Biblioteca de Obras Raras/UFRJ

Ao analisar o conteúdo dessas obras, podemos destacar alguns aspectos. No livro de Jonnès, *Éléments de Statistique*, são apresentados os princípios gerais da ciência estatística, não sendo tratado na obra o ensino dos métodos em si, nem o desenvolvimento de métodos matemáticos; são aí apresentadas tabelas com a constatação de fatos sociais e políticos na Europa. A obra de Laplace, *Essai Philosophique sur les Probabilités*, traz a filosofia das probabilidades, com uma seção de caráter matemático, na qual Laplace fornece um resumo das técnicas da análise matemática e do cálculo que devem ser utilizados nas resoluções dos problemas que envolvem probabilidades. Os procedimentos descritos encontram-se detalhados em seu livro *Théorie Analytique des Probabilités*, obra matemática destinada ao público especializado. Lacroix, em *Traité Élémentaire du Calcul des Probabilités*, desenvolveu o seu trabalho apresentando o cálculo das probabilidades baseado em séries e binômios.

Também nos dois volumes de Sousa, *Elementos de Estatística compreendendo a teoria da ciência e a sua aplicação à estatística comercial do Brasil*, não são estudados os fundamentos matemáticos e estatísticos, mas são apresentados os dados brasileiros aplicados ao comércio. Podemos notar que a estatística contida nos livros desse período oitocentista estava mais diretamente ligada à apresentação dos dados tabelados, com informações sociais, políticas, econômicas e históricas. Já o estudo da probabilidade, iniciado no século anterior, era desenvolvido por poucos, com a utilização de métodos matemáticos, que não eram simples, mas que embasavam toda a teoria.

O ensino sistemático de Estatística é relativamente recente em todos os países. No Brasil, o primeiro curso oficial foi o do Instituto de Educação no Rio de Janeiro, no começo da década de 1930. Antes dessa data, noções separadas de Estatística, especialmente Tópicos de Probabilidade e Teoria dos Erros, eram ensinadas nas escolas militares e de engenharia (PEREIRA; MORETTIN, 1991), como vimos anteriormente. Nesse contexto social, político e econômico, em que estimativas populacionais já estavam sendo realizadas e em que pesquisadores e entusiastas das estatísticas estavam aperfeiçoando-se em suas áreas, ocorreu, em 1872, o primeiro censo geral brasileiro. Chegaremos, no próximo capítulo, aos primeiros recenseamentos brasileiros.

5 AO ENCONTRO DOS PRIMEIROS CENSOS BRASILEIROS

Pouco a pouco, com novas noções chaves, além da noção de crescimento econômico (desenvolvimento econômico, desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável, dentre outras) cresce a demanda por registros estatísticos; os estaticistas pontificam (SENRA, 2006a, p. 39).

Desenvolveremos, neste capítulo, um panorama histórico desde os primórdios da utilização da estatística até os importantes métodos estatísticos iniciais que foram desenvolvidos por estudiosos da área dentro do período objeto do nosso estudo. Em sequência, trataremos, especificamente, dos quatro primeiros censos gerais brasileiros, focando em como esses censos foram planejados, elaborados e realizados, bem como nos resultados obtidos.

5.1 SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE OS CENSOS

Não é tarefa fácil saber quando se originou a história de qualquer ramo do conhecimento, e nem queremos isso. Origem é começo? Segundo Bloch (2001a), para a maioria das realidades históricas, a ideia que se tem sobre esse ponto inicial é simplesmente uma definição, apesar de que, “para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica, ... que basta para explicar” (BLOCH, 2001a, p. 56). A ideia não é buscar uma marca cronológica, mas compreender criticamente as matrizes de constituição do objeto da pesquisa no tempo (BLOCH, 2001a). No caso da constituição histórica da ciência estatística, algumas matrizes iniciais merecem ser destacadas.

Desde o momento em que o homem começou a contar e a ponderar socialmente os resultados da contagem, temos a prática da estatística. No sentido mais corrente do termo, sobretudo entre os leigos, compreende-se por “estatística” “toda apresentação de fatos, considerados segundo as condições numéricas de sua ocorrência”, ou “toda forma de expressão quantitativa sob a qual se apresentam os resultados de uma observação” (O SENTIDO ..., 1941, p. 109). A estatística era, a

princípio, praticada de modo empírico, e somente depois, lentamente, envolveu profissionais, até vir a tornar-se o método para a análise e estudo dos fenômenos sociais, revelados numericamente. Ainda nos dias atuais, a concepção popular restringe a estatística a dados numéricos apresentados em tabelas e/ou gráficos, considerando que “a Estatística constitui a ciência dos dados” (MOORE, 2000, p. 8). No dicionário da língua portuguesa Houaiss (2009), com a nova ortografia, encontramos *Estatística* definida como “ramo da matemática que trata da coleta, análise, interpretação e apresentação de dados numéricos”. No entanto, existem definições que diferem desta, como as que consideram que a Estatística é constituída por um sistema complexo de técnicas ou ferramentas para o tratamento e análise de informações, em função de uma variedade de causas. Assim sendo, a concepção do que é *Estatística* apresenta-se de maneiras diferentes pelos diversos autores – ramo da matemática, ciência, método. Evidenciamos que a estatística é, atualmente, uma ferramenta poderosa para qualquer profissional que necessita analisar informações em sua tomada de decisões diárias, no seu trabalho ou na sua vida pessoal. Temos três áreas entrelaçadas de interesse para a estatística: a estatística descritiva, com a descrição, resumo, apresentação e análise descritiva dos dados; a teoria das probabilidades; e a estatística inferencial, com a análise e interpretação de dados amostrais para a tomada de decisões. No nosso primeiro contato com a estatística, ela nos foi apresentada inserida dentro de uma disciplina de Matemática. Com o tempo, com a opção pela graduação em Estatística, apresentou-se como uma ciência independente com métodos próprios para o tratamento das informações, um ramo profissional.

A etimologia da palavra *Estatística* vem do latim *status* (estado), designando coleta e apresentação de informações de interesse do Estado. Ou, segundo o estatístico britânico George Udny Yule (1871-1951), um conjunto de métodos apropriados ao tratamento de dados (MEMÓRIA, 2004).

Apesar da Estatística, como ciência, ser considerada relativamente recente, a utilização de estatísticas remonta há muitos anos antes de Cristo, quando as necessidades do conhecimento numérico começaram a surgir. Nesse período, as informações de interesse dos governos estavam relacionadas à população e às riquezas. Logo após, o interesse recaiu sobre a análise descritiva

das informações estatísticas, por meio da organização e apresentação dos dados em tabelas e/ou gráficos. A coleta de informações sobre o número de pessoas que habitam determinada área é algo que tem sido praticado por milhares de anos. Esses registros são de grande interesse até hoje e obtidos de uma forma mais ampla por intermédio dos recenseamentos. Os babilônios, os chineses, os egípcios, os gregos e os romanos, fizeram censos da população. Somente no início do século XX é que teve início a Estatística moderna, com a aplicação da estatística nas diversas áreas do conhecimento (MEMÓRIA, 2004). O interesse hoje pelos métodos estatísticos está presente cada vez mais nas variadas áreas.

Sem dúvida, os povos da antiguidade contribuíram bastante para o desenvolvimento científico dos métodos estatísticos, principalmente na astronomia ou astrologia, com a utilização de tabelas para detalhar os movimentos celestes e fazer previsões. Contar e recensear, ao longo da História, configurava-se como uma preocupação e interesse pelos mais diversos povos, para caracterizar o desenvolvimento econômico. Temos uma comparação bem destacada por Figueiredo (1959):

O Recenseamento se assemelha mais a uma radiografia do que a uma fotografia, porque, além de fotografar as ocorrências, revela ainda, tal como o Raio X, realidades ocultas aos simples exames superficiais (FIGUEIREDO, 1959, p. 151).

Os Estados queriam conhecer seus territórios e principalmente suas populações, promovendo os censos, que não eram simples de realizar, por isso levaram muitos séculos para se aprimorarem e se consolidarem.

Censo ou recenseamento demográfico é uma pesquisa sobre a população que possibilita a coleta de várias informações, tais como o número de habitantes, o número de homens, o número de mulheres, de crianças, de idosos, onde vivem os habitantes, o nível de instrução, o seu trabalho, o nível social e econômico, o estado civil, entre outras variadas informações. Segundo o IBGE, a palavra censo vem do latim *census* e significa “conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação”.⁶⁷ No Egito antigo, os faraós fizeram uso sistemático de informações de caráter estatístico, por exemplo, os registros egípcios de presos de guerra, que

⁶⁷ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_apresentacao.php>. Acesso em: 12 set. 2011.

datam de 5.000 a.C., e registros da falta de mão de obra relacionada à construção de pirâmides, em 3.000 a.C. Diferentemente, a finalidade dos primeiros censos elaborados pelos chineses e romanos era militar e fiscal, considerada aí a palavra “censo” como derivada da palavra “censere”, que, em latim, significa taxar.⁶⁸ Na China, em 2.238 a.C., Yao (2356 – 2255 a. C.), imperador da unificação do Império chinês, ordenou o primeiro recenseamento, pois desejava conhecer seus governados, suas opiniões e seus problemas sociais. Interessava a ele conhecer o número de habitantes para repartir o território, cobrar impostos e realizar o recrutamento militar.⁶⁹ Já os romanos levavam ao governo central as informações sobre o estado geral da população por meio dos registros, por exemplo, dos nascimentos e das mortes, com o objetivo de promover a taxaçoão e a cobrança de impostos, como também para realizar o censo do número de homens aptos a guerrear (LOPES; MEIRELES, 2005).

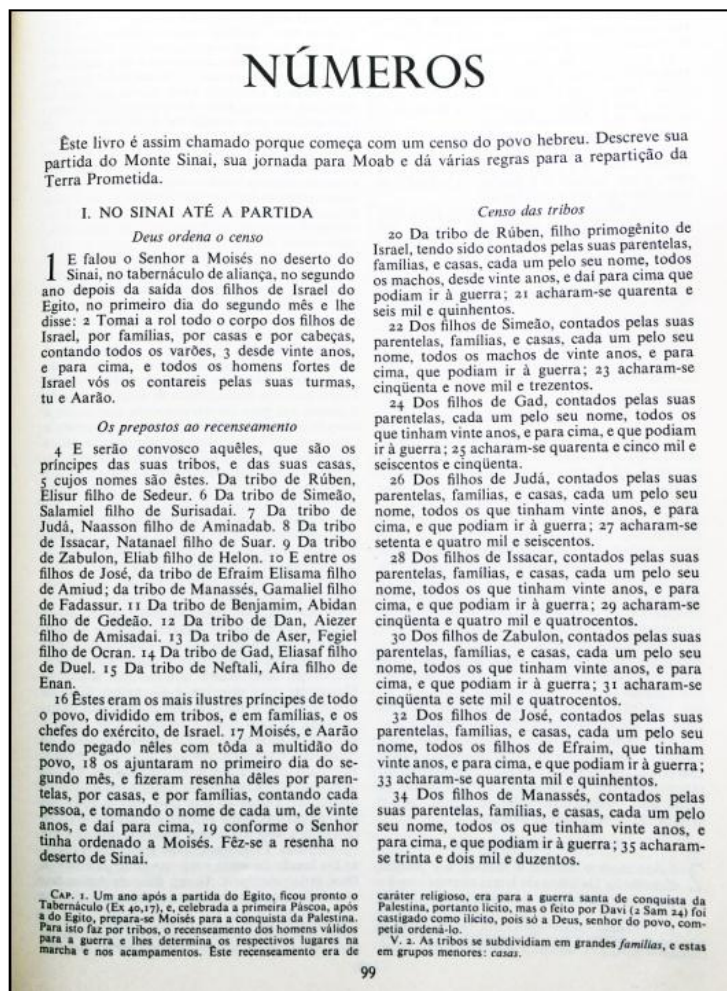
Antes do nascimento de Jesus Cristo, no livro *Números*, do Antigo Testamento, na Bíblia Sagrada, encontramos a passagem em que Deus falou a Moisés no deserto do Sinai, ordenando a realização do que pode ser considerado o primeiro recenseamento:

Levantai o censo de toda a congregação dos filhos de Israel, segundo as suas famílias, segundo a casa de seus pais, contando todos os homens, nominalmente, cabeça por cabeça (BÍBLIA SAGRADA: Antigo Testamento, Nm 1, 2).

Também na Bíblia Sagrada, em *Êxodos* 30, 11-16, temos que Deus ordenou a Moisés o recenseamento dos israelitas para que cada um pagasse um imposto fixo ao Senhor, e, em *Números* 26, 1-4, um novo recenseamento (segundo recenseamento) dos israelitas foi ordenado pelo Senhor para a divisão de terras, por sorteios, entre as famílias recenseadas. No Segundo Livro de Samuel 24, 1-9, Deus diz a Davi para realizar o censo de Israel e de Judá, a fim de saber os seus números.

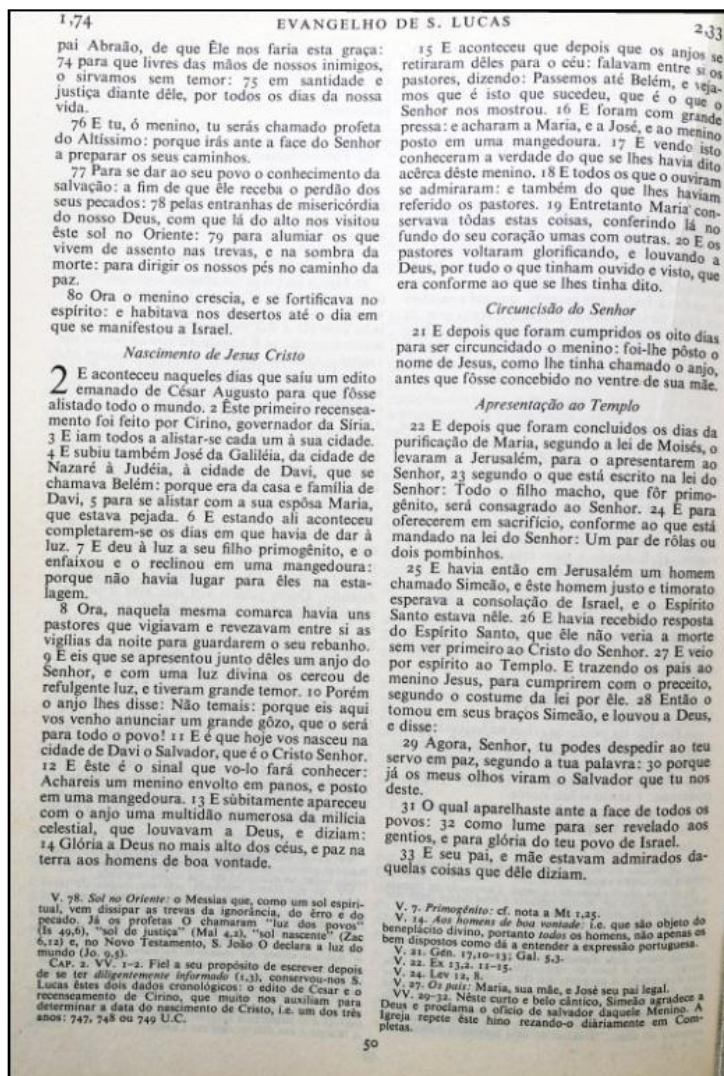
⁶⁸ Disponível em: <<http://www.estatistica.ccet.ufrr.br/historia.php>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1629.html>. Acesso em: 1º out. 2011.



Fotografia 5 – Do livro *Números* – Antigo Testamento
Fonte: Bíblia Sagrada

Quando do nascimento de Jesus Cristo, em Belém, estavam sendo realizados, na Judeia, grandes trabalhos censitários, de acordo com a Bíblia Sagrada. Em todo o Império Romano, procedeu-se ao recenseamento por ordem do imperador César Augusto. José e Maria viajaram da Galileia para a Judeia para serem recenseados, na época do nascimento de Jesus, pois, pela lei, as pessoas deveriam ser recenseadas na sua terra de origem (BÍBLIA SAGRADA: Novo Testamento, Lc. 2). Os romanos utilizavam um instrumento para a contagem – o ábaco –, para fins de contabilidade, de cobrança de impostos, de censo populacional e para outras finalidades.



Fotografia 6 – Evangelho de S. Lucas – Novo Testamento
Fonte: Bíblia Sagrada

Na Idade Média, na Europa, houve diversos censos, não muito frequentes devido à falta de estrutura administrativa dos governantes. No continente americano, os registros estatísticos foram utilizados também pelas civilizações pré-colombianas dos maias, dos astecas e dos incas, conforme pesquisas arqueológicas (MEMÓRIA, 2004). O livro *Domesday Book* foi o maior registro estatístico (413 páginas, manuscritas em latim) feito na Idade Média na Inglaterra, tendo finalizado em 1086. Foi elaborado por ordem de Guilherme I, *o conquistador* (em francês: *Guillaume le conquérant*; em inglês: *William the conqueror*), sendo similar a censos posteriores.

Nele eram registradas as informações sobre o país conquistado para levantamento de riquezas, com o objetivo de taxação e de recolhimento de impostos.⁷⁰



Figura 13 – *Domesday Book*

Fonte: <<http://www.historyofinformation.com/index.php?id=262>>

Diante da complexidade das relações humanas e comerciais que envolvem territórios e riquezas, os registros foram tornando-se cada vez mais importantes e desejados para a administração dos acontecimentos. Desejava-se conhecer cada vez mais, por meio dos números, a natureza e as populações. Os números – que são estatísticas – ajudam a tornar pensável e conhecido o mundo distante, ajudando a governá-lo. Governar é deter o poder, dispor da capacidade de controlar os outros, com a renovação permanente dos saberes (SENRA, 2005). Foram muitos os registros realizados e utilizados nesses séculos antigos, gerando variadas informações estatísticas.

No século XVII, os censos começaram a adquirir uma forma mais organizada para a contagem da população. Foi na província de Québec que ocorreu o primeiro censo oficial, em 1666. Já no século XVIII, ocorreram os censos da Islândia (1703) e da Suécia (1749), que permitiram a obtenção de informações sobre o número e a classe social de seus cidadãos. O primeiro censo dos Estados Unidos foi realizado em 1790, cumprindo a determinação da constituição Americana de 1787, que determinava que o censo deveria ser realizado dentro de 3 anos, seguindo em intervalos de 10 anos. O levantamento determinaria o número e o formato dos distritos congressionais em um dado Estado, com o propósito de criação de impostos e representação

⁷⁰ Disponível em: < <http://www.historylearningsite.co.uk/domesday.htm> >. Acesso em: 16 jan. 2012.

política, pois se desejava saber o número de deputados que se podia eleger em cada região. Esse censo ocorreu às vésperas da Guerra da Independência dos EUA, e o interesse foi obter informações a respeito de homens qualificados para o exército. A tecnologia começou a fazer parte do censo americano de 1890, e o primeiro computador moderno foi utilizado no censo de 1950.⁷¹

O início da normatização internacional dos recenseamentos populacionais, com a recomendação de serem realizados de 10 em 10 anos, ocorreu na metade do século XIX, em 1853, durante o Congresso Internacional de Estatística, em Bruxelas.⁷² Contudo, a partir do século XX, tem-se, com o acordo internacional, outra recomendação, de que sejam adotadas regras comuns de coleta, apuração e representação dos dados, para a possibilidade de comparação das estatísticas de vários países.⁷³

Em Portugal, alguns cadastros da população ocorreram a partir de 1527. No entanto, considera-se que foi somente na segunda metade do século XIX que tiveram início os recenseamentos regulares, em intervalos de cerca de 10 anos. O primeiro recenseamento geral da população de Portugal ocorreu em 1864, tendo por base as orientações do Congresso Internacional de Estatística em Bruxelas. Esse recenseamento abrangeu todo o território nacional e arquipélagos dos Açores e da Madeira, menos as colônias. Nele foi utilizado o método da coleta direta, nominativa e simultânea, baseada em boletins de família.⁷⁴ No período dos quatro primeiros censos brasileiros, que abrange o nosso estudo, seis censos gerais foram realizados em Portugal (1878, 1890, 1900, 1911, 1920 e 1930). No censo de 1890, novas orientações metodológicas foram utilizadas, de acordo com o Congresso Internacional de Estatística de São Petersburgo (1872), com uma caracterização mais completa de população e da família, maior cuidado na coleta, no tratamento e na apresentação dos dados. Nos censos de 1900, 1911 e 1920, as orientações foram as mesmas do censo anterior, e, no censo de 1930, ocorreram poucas

⁷¹ Disponível em: <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/censo-eua1.htm>>. Acesso em: 18 maio 2012.

⁷² Disponível em: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_bhistoria>. Acesso em: 17 jan. 2012.

⁷³ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 12 set. 2011.

⁷⁴ Disponível em: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt>. Acesso em: 10 ago. 2011.

alterações na categorização das variáveis. Como no Brasil, em Portugal o censo de 1940 foi considerado um marco na história dos censos portugueses. Foi efetuado pela primeira vez pelo Instituto Nacional de Estatística (no Brasil foi pelo IBGE), utilizando uma nova tecnologia de execução, com a introdução de novos elementos que deram origem a novas variáveis e uma melhor especificação das anteriores.⁷⁵

Sendo assim, não causa estranheza que, até a metade do século XIX, praticamente não existissem estatísticas gerais oficiais no Brasil. As informações dos censos são importantes para o Governo Federal, na distribuição de verbas federais para programas e serviços comunitários de educação, de moradia, de assistência médica; para os governos estaduais e locais, no planejamento e na distribuição de verbas para a construção de escolas, bibliotecas, edifícios públicos, estradas, pontes, delegacias, para segurança, transporte, corpo de bombeiros; para organizações comunitárias, no desenvolvimento de programas sociais, de projetos comunitários, na distribuição de merenda, na construção de creches; para as empresas, na tomada de decisão de onde instalar fábricas, *shopping centers*, cinemas, bancos, escritórios; para os Congressos, na distribuição do número de assentos nas câmaras e assembleias. Mas será que tais informações obtidas nos censos são tão bem utilizadas? As informações fornecidas por meio dos censos concedem “poder” ao governo, podendo ser utilizadas inapropriadamente. Hoje o censo pergunta detalhes da sua vida para que confiemos que possam planejá-la suprimindo as necessidades básicas. Pode-se questionar sobre quem de fato irá se beneficiar com as informações obtidas pelos censos.

A Estatística passa cada vez mais a ser utilizada pelo Governo Republicano brasileiro para o desenvolvimento da educação, como também para o desenvolvimento, crescimento e amadurecimento do Estado. A Estatística torna-se instrumento essencial para a definição de problemas a serem resolvidos pelo Estado, por exemplo, na Educação, buscando o progresso. Mais do que o Império, a República utilizou os números para demonstrar o desenvolvimento da educação (FARIA FILHO; NEVES, 2002). Contudo, pouco tem sido feito na prática para o estabelecimento de políticas de melhoria da nossa educação.

⁷⁵ Disponível em: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1940>. Acesso em: 18 maio 2012.

Existia a preocupação com a educação no Brasil; no entanto, na primeira República, não foi implementada uma política de educação de abrangência nacional. Existia o interesse na realização de estatísticas educacionais, mas essas não estavam organizadas durante os primeiros anos da República. As estatísticas escolares, até o ano de 1870, eram precárias, devido à ausência de um órgão responsável por elas, pois somente na segunda metade do século XIX foi organizada a Diretoria Geral de Estatística (DGE), que, além de realizar o serviço demográfico, era responsável em organizar a estatística do ensino em todos os seus graus e passou a reunir documentos antes encaminhados à Secretaria do Estado ou à Inspeção Geral (FARIA FILHO; NEVES, 2002). Entretanto, a estatística educacional continuou sem uma boa qualidade, e, em 1903, ocorreu a primeira tentativa de organizá-la por intermédio da DGE; porém, vários Estados ficaram sem entregar os questionários dos levantamentos realizados. Até 1914, segundo Bulhões Carvalho, foi visível a má vontade e a falta de compromisso dos Estados com as estatísticas educacionais. O Convênio interadministrativo de 1931 abriu novas perspectivas para a estatística escolar, possibilitando a automatização dos serviços de coleta e apuração e tornando regular e pontual a divulgação dos resultados. Com a criação do IBGE (1936), o convênio foi consolidado, ficando esse órgão responsável por todas as estatísticas nacionais, com estatísticas educacionais mais ampliadas e confiáveis (FARIA FILHO; NEVES, 2002).

Todavia, em termos críticos, cabe refletir se aquela “má vontade” política educacional para com as estatísticas educacionais nas primeiras décadas do século XX não convinha aos dirigentes, uma vez que deixavam veladas as mazelas da escola como um lugar de separação, com grande parcela de excluídos, precariedades diversas para os alunos e educadores. Talvez, fosse mesmo consequência da falta de se empregar, na prática, o que se alardeava sobre a importância maior da educação para os cidadãos. A história da educação nos mostra que, em 1910, apenas 33,3% da população em idade entre 7 e 14 anos estava na escola e, em 1930, ainda havia 74,2% de pessoas analfabetas no Brasil (SAVIANI et al, 2006, p. 77-78).

Observamos que a Estatística esteve presente na vida do homem desde a antiguidade, no entanto tem se mostrado cada vez mais próxima nos últimos tempos, revelando, pouco a pouco, que a população tem suas regularidades próprias (número de mortos, número de doenças, número de

nascimentos, número de acidente, etc.). Os conteúdos de Estatística apresentam-se, cada dia mais, como uma necessidade de conhecimento geral de cada indivíduo. De acordo com o escritor inglês H. G. Wells (1866-1946)⁷⁶, conhecido mundialmente pelo seu trabalho no gênero da ficção científica, tem-se a seguinte predição: “O raciocínio estatístico será um dia tão necessário para a cidadania eficiente como a capacidade de ler e escrever” (LOPES; MEIRELLES, 2005, p.1). Assim, constatamos que a demanda pela informação e pela formação em Estatística tem-se manifestado nas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas atualmente. As organizações modernas (políticas, econômicas, sociais) estão utilizando largamente informações estatísticas para a avaliação de seus processos de trabalho, pois as informações estatísticas são concisas, específicas e eficazes quando bem utilizadas e analisadas mediante a utilização de técnicas adequadas.

O primeiro recenseamento demográfico brasileiro foi realizado pela DGE em 1872, oito anos após o de Portugal, seguido pelos censos de 1890, 1900 e 1920. Hoje, o Brasil tem um serviço relativamente completo e confiável de estatísticas. O recenseamento é promovido pelo governo, porque, por lei, cabe a ele essa iniciativa em benefício do país, tendo o povo o dever de prestar informações verdadeiras para êxito do empreendimento. Originariamente, os censos foram elaborados para a contagem dos homens com aptidões para guerrear, para a instituição de leis para aumentos de impostos e determinação das condições políticas da população. Atualmente, os recenseamentos ocorrem para fins mais abrangentes, orientando os governos e a iniciativa privada nas suas políticas e empreendimentos. Têm caráter social, econômico e científico e são promovidos em benefício da comunidade, fornecendo aos governos conhecimento das possibilidades e das carências do povo (FIGUEIREDO, 1959).

Para o bom êxito de um Recenseamento ninguém pode ser desprezado. Ele interroga o Presidente da República e seu contínuo, o preto e o branco, o brasileiro e o estrangeiro, o rico e o pobre, o marechal e o soldado, o patrão e o empregado, o juiz e o presidiário (FIGUEIREDO, 1959, p. 152).

⁷⁶ Em 1895, Wells publicou seu clássico romance *A Máquina de Tempo*, sobre um homem que viajava no futuro. Publicou, em 1898, sua mais popular novela: *A Guerra dos Mundos*. Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/livros_online/wells/wells_bio.htm>. Acesso em: 18 set. 2011.

Além dos benefícios, podemos relacionar desvantagens na aplicação de censos gerais demográficos, tais como alto custo desse empreendimento, divulgação demorada e frequência reduzida; mas esse ainda é o principal instrumento para obter dados sobre a população. Segundo as Nações Unidas (1980) a definição de um censo é:

O processo total da coleta, processamento, avaliação, análise e divulgação de dados demográficos, econômicos e sociais referentes a todas as pessoas dentro de um país ou de uma parte bem definida de um país num momento específico (HAKKERT, 1996, p. 15).

Um levantamento geral da população deve satisfazer, no mínimo, os seguintes critérios para ser considerado um censo: respaldo legal; periodicidade; simultaneidade de todo o levantamento; referência territorial pré-fixada – todo o Território Nacional –; universalidade da enumeração dentro deste território; enumeração individual de todas as pessoas; disponibilidade dos resultados dentro de prazos compatíveis com as aplicações previstas (HAKKERT, 1996).

Até 1920, os censos faziam somente o levantamento da população. A partir daí, foram iniciados os censos da agricultura e da indústria, e outros censos complementares se iniciaram a partir de 1940. A periodicidade decenal nos censos brasileiros só aconteceu a partir de 1940, ano em que o Brasil adotou os padrões internacionais explícitos pela Liga das Nações.

Nenhum sistema estatístico está inteiramente livre de distorções; portanto, erros podem ocorrer nos censos. Os mais comuns são os de subenumeração – ocorre quando uma parcela da população não é contada –; superenumeração – ocorre em operações prolongadas de execução, em que certos indivíduos são enumerados mais de uma vez –, e classificação errônea – a informação é classificada de forma errada (HAKKERT, 1996).

Mas a multiplicidade e as interferências recíprocas dos erros que afastam da verdade os dados censitários tornam extremamente difícil toda tentativa de correção que enfrente estes erros separadamente. Além disso, em muitos casos, faltam alicerces para essa tentativa (ESTUDOS ..., 1941, p. 39).

Durante a história dos recenseamentos, poetas e músicos recitaram e cantaram, motivados pela divulgação e popularização desses acontecimentos, chamando a atenção da população para a importância das informações prestadas.

O Recenseador faz bem a todos, não prejudicando ninguém. Dificultar a nobre missão do Recenseador é reflexo de pura ignorância ou então de falta de espírito de brasilidade (FIGUEIREDO, 1959, p. 154).

As demandas pelos censos estimularam o desenvolvimento de auxílios tecnológicos para os cálculos que eram envolvidos. No ano de 1870, foi utilizada a primeira máquina para trabalhar com dados do censo. Mais tarde, Herman Hollerith (1860-1929) usou uma máquina similar que armazenava os dados em cartões perfurados – a Hollerith –, que tabulou com sucesso o censo de 1890 nos Estados Unidos. Essa máquina só foi utilizada no Brasil no censo de 1920.

Estatísticos de antigamente tinham uma enorme tarefa de executar cálculos manualmente para cada conjunto de dados, ao passo que, hoje em dia, todos os dados podem ser digitados no computador para que sejam aplicadas as ferramentas estatísticas disponíveis necessárias para as análises e elaboração dos gráficos.

As estatísticas podem iluminar os caminhos, mostrando o que se deve fazer, sendo cada vez mais renovadas por meio dos recenseamentos, estes uma fotografia instantânea do País. Quem não aparecer nela, fica suprimido da comunidade nacional.

5.2 ESTIMATIVAS POPULACIONAIS ANTERIORES AOS PRIMEIROS CENSOS

O primeiro recenseamento de população de âmbito nacional no Brasil foi realizado em 1872. Mas será que não existiam dados que informavam sobre a população antes dessa data? Existiam, sim, e esse assunto será tratado, a seguir, dada a sua importância como incentivo para a realização dos censos gerais no intuito de conhecimento e divulgação do país por uma instituição oficial encarregada dessa tarefa. Segundo Botelho (1998), pode-se identificar uma longa tradição no campo de estudos da população brasileira, remontando essa tradição à época colonial.

Preocupações dos governantes com levantamentos populacionais ocorreram ao longo dos anos da formação do Estado brasileiro. Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, houve um maior empenho na realização da contagem populacional da colônia brasileira com a utilização de levantamentos estatísticos. Apesar de tais levantamentos não serem sistemáticos, demonstrava-se um desejo de maior empenho e cuidado na obtenção desses dados para o estabelecimento de uma política de povoamento. Essa política abrangia incentivos à imigração, fixação de portugueses e outros estrangeiros para a ocupação de espaços vazios do nosso imenso território e promoção cultural do povo brasileiro, combate aos índios e distribuição de terras para serem cultivadas (BOTELHO; PAIVA, 2008). Interessava, pois, ao colonizador dominante, ter controle sobre os habitantes naturais (indígenas), nem que fosse para expulsá-los ou dizimá-los, além de conhecer os novos imigrantes, aos quais era permitido povoar as terras para que outros não as invadissem, podendo esses imigrantes, ao mesmo tempo, explorar as riquezas das terras e utilizá-las. Tais estatísticas desejadas eram obtidas por iniciativas pessoais de pesquisadores interessados em explorar o Brasil para melhor conhecê-lo, por curiosidade, para estudos, ou por solicitações do poder dominante.

Analisando dados referentes à colonização da América portuguesa, observamos forte desequilíbrio entre a população livre e a escrava. As estimativas relativas ao período 1500 a 1822 sugerem que no máximo um milhão de portugueses vieram para o Brasil, ao passo que o número de africanos preditos para a escravidão foi da ordem de três milhões. O período pós-independência acentua esse desequilíbrio: entre 1821 e 1830, estimou-se que chegaram anualmente 43 mil africanos nos portos brasileiros, ao passo que a chegada de portugueses foi inferior a mil por ano, ou seja, menos de nove mil portugueses em todo o período. Nas duas décadas seguintes – 1840 e 1850 –, o número de portugueses dobrou, mas continuou inferior às médias anuais de africanos. Foram registradas até 1850 as chegadas de 33 a 37 mil escravos negros por ano (PRIORE; VENANCIO, 2010). Os líderes do Império chegaram a alertar para o predomínio de negros no conjunto da população, com o constante risco para a segurança pública de rebelião escrava.

Segundo Botelho e Paiva (2008), até o século XVIII, existiam estimativas populacionais grosseiras. Somente a partir da segunda metade do século XVIII o interesse governamental pela contagem populacional mais real cresceu, visando à coleta de impostos e ao recrutamento militar, principalmente, para defesa territorial dos seus domínios. Em 1776, ocorreu a primeira tentativa de realização de um levantamento mais abrangente na Colônia, e seguiram-se inúmeras tentativas a partir daí, com levantamentos sistemáticos. Para esses levantamentos, quem elaborava as tabelas da população local eram os capitães municipais e os vigários das paróquias, que enviavam os dados para a administração das capitanias. Essas tabelas não expressavam a realidade, pois existia na população o temor ao fisco e ao recrutamento militar. Assim, antes de 1870, as estimativas sobre a população brasileira, muitas vezes, eram obtidas de forma conjectural, em virtude do amplo território, da dificuldade de acesso a certas regiões, da presença de tribos indígenas, etc., sendo essas estimativas resultantes, por exemplo, de informações de conhecedores da comunidade e tendo elas o objetivo de atendimento aos interesses da nossa Metrópole – Portugal. As estatísticas eram realizadas por solicitações da coroa portuguesa a autoridades eclesiásticas no Brasil, que, então, contavam a população a seu modo. Dessa maneira, até o primeiro censo brasileiro, as informações eram obtidas de forma indireta, sem a realização de um levantamento adequado, com os resultados deduzidos ou estimados, baseando-se em dados parciais de diversas fontes – igreja católica, órgãos do governo, pesquisadores, viajantes.

Durante o século XIX, uma quantidade expressiva de livros de viagem sobre o Brasil foi escrita, pois se atribuíam grande importância às narrativas de viagem como um documento histórico, possibilitando, a partir de imagens e descrições oferecidas pelo autor, um panorama e uma opinião no sentido valorativo sobre o lugar, sobre a cultura e sobre o povo. As narrativas de viagem, ao longo dos séculos, ajudaram na formação de determinada imagem do Brasil.

Vários pesquisadores⁷⁷, mais intensamente a partir do século XVIII, por iniciativas pessoais ou por solicitações governamentais, empenharam-se na elaboração de estimativas, não sistemáticas, da população brasileira no Brasil Colônia, antes dos recenseamentos gerais. Essas pessoas

⁷⁷ Alguns deles citados nos próximos parágrafos.

estimavam principalmente o tamanho da população, a cor – categorizada de várias maneiras diferentes (brancos, índios, índios independentes, negros, mestiços, etc.) – e a condição servil da população – livre ou escrava. Essas estimativas foram experiências acumuladas que serviram para consolidar os levantamentos populacionais, tendo como consequência os recenseamentos gerais da população a partir do Brasil Império.

Muitas dessas estimativas estão contidas no relatório de 1870 de Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820-1891), crítico literário e historiador brasileiro, funcionário do Ministério de Negócios do Império e depois presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Souza e Silva elaborou, em 1870, um importante documento estatístico intitulado “Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje” (SENRA, 2006a, p. 283). Ele abre esse relatório com a citação do pensador português Adrião Pereira Forjaz de Sampaio: “A estatística é a luz do legislador, do ministro de Estado e do diplomata; a prova e comentário de toda a história, e o único fundamento seguro dos cálculos do porvir” (Apud SENRA, 2006a, p. 135). Nessa citação, nota-se a importância atribuída à estatística. Segundo Souza e Silva, ocorreram alguns pequenos censos específicos na Corte para a contagem da população. O autor declara que toda a nossa estatística demográfica não passava de estimativa.⁷⁸

A atividade estatística se desenvolveu no Brasil do Século XIX em meio a muitas tensões e revoltas que acometeram esse período, entre colonialismo imperialista, regime escravocrata e república. As estatísticas existiam em grande quantidade, fruto de atuações pessoais; no entanto, faltavam instituições responsáveis pelas estatísticas com métodos de trabalho – o que se pretendeu com os congressos internacionais de Estatística. Os levantamentos coloniais e das primeiras décadas do Império visavam quantificar as forças do Estado (como o contingente militar, mão de obra escrava, as concentrações populacionais) e extorquir impostos.

⁷⁸ Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920. Vol. 1 (Introdução). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

Apresentaremos informações sobre alguns desses pesquisadores e as estimativas retrospectivas que elaboraram.⁷⁹ As estimativas apresentadas nessa seção estão contidas no trabalho *Estatísticas Retrospectivas*, realizado pelo Núcleo de Estudos em História Demográfica⁸⁰, do Departamento de Economia da USP – São Paulo.

Félix de Contreiras Rodrigues (1884-1960), advogado e literato brasileiro, foi personagem importante da história de Bagé, Rio Grande do Sul. Escreveu vários livros, destacando-se o *Compêndio de Economia Política e Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*⁸¹. Estimou a população em 15.000 (1550), 17.100 (1576), entre 184.000 a 300.000 (1690) e 2.523.000 (1780). As suas estimativas realizadas segundo a cor e o ano estão reunidas na Tabela 1.⁸²

Tabela 1 – Estimativas da População Brasileira de Félix de Contreiras Rodrigues, segundo cor, 1600, 1660, 1798

Cor/Ano	1600	1660	1798
Branços	30.000 (30%)	-	1.010.000 (31%)
Branços e índios livre	-	74.000 (40%)	-
Mestiço, negro, índio	70.000 (70%)	-	-
Escravos	-	110.000 (60%)	-
Índios	-	-	252.000 (8%)
Libertos	-	-	406.000 (12%)
Pardos escravos	-	-	221.000 (7%)
Negros escravos	-	-	1.361.000 (42%)
Total	100.000 (100%)	184.000 (100%)	3.250.000 (100%)

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.brnuede.com/pop.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

⁸⁰ Brnuede – Núcleo de Estudos em Demografia Histórica – reúne pesquisadores universitários que estudam a demografia histórica do Brasil e de outras nações latino-Americanas.

⁸¹ Disponível em: <<http://www.felixcrodrigues.com.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

⁸² Todas as tabelas construídas com base nas estimativas dos pesquisadores foram elaboradas para facilitar a observação das estimativas de forma resumida.

Pelas estimativas de Contreiras Rodrigues, o Brasil possuía, no final do século XVIII, quase metade da sua população constituída por escravos (49%), o que enfatiza a força escravagista presente naquela época.

João Pandiá Calógeras (1870-1934), professor, engenheiro, geólogo, historiador e político brasileiro, foi fundador da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro. Era erudito, polígrafo, autor de extensa obra, destacando-se *Formação Histórica do Brasil e A Política Exterior do Império*.⁸³ As estimativas da população, segundo cor, estão na Tabela 2.

Tabela 2 – Estimativa da População Brasileira de João Pandiá Calógeras, segundo cor, 1583

Ano/Cor	Branco	Índios civilizados	Escravos negros	Total
1583	25.000	18.000	14.000	57.000
	(44%)	(32%)	(24%)	(100%)

Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) – Visconde de Porto Seguro –, foi militar, diplomata e historiador brasileiro, com formação pela Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho. Foi reconhecido como historiador com a publicação da obra *História Geral do Brasil*, em dois volumes. Aprofundou-se nas pesquisas de arquivos e tornou-se o maior conhecedor da documentação sobre a história nacional. Sua obra se destaca como a mais importante História do Brasil escrita no século XIX.⁸⁴ Varnhagen estimou a população brasileira de 1585 em 57.000 indivíduos.

Thomas Ewbank (1792-1870) foi um escritor, inventor, etnólogo, cientista inglês, tendo-se dedicado aos estudos de mecânica. Veio ao Brasil em 1845/6, publicando depois um relato de sua experiência exploratória com as viagens no Brasil, com foco na observação das tribos indígenas locais. Mostrou a sociedade carioca representada principalmente pelos negros e mulatos. Seus relatos apresentavam impressões pessoais sobre a experiência de viagem, com

⁸³ Disponível em: <<http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/joaopandia.html>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/454>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

opiniões cheias de preconceitos a respeito do Brasil, encarando o brasileiro, em alguns casos, como raça inferior.⁸⁵ Suas estimativas estão na Tabela 3.

Tabela 3 – Estimativas da População Brasileira de Thomas Ewbank,
nos anos de 1766, 1798 e 1819

Ano	1766	1798	1819
Total	1.500.000	3.000.000	4.396.000

Giorgio Mortara (1885-1967), economista, demógrafo e estatístico italiano, veio para o Brasil em 1939 para ser assessor técnico do censo nacional e depois do Conselho Nacional de Estatística, criando ele uma escola de demografia. Dinamizou a contagem da população brasileira e planejou o recenseamento geral de 1940. Fez um levantamento completo retrospectivo das estatísticas demográficas brasileiras, acrescentando críticas científicas aos censos de 1872, 1890, 1900 e 1920. Observou problemas em todos esses censos, tentando corrigir com cálculos e estimativas *a posteriori*.

Os métodos que utilizei para reconstruir o movimento da população com o auxílio dos dados do recenseamento não podem ser considerados originais: alguns já tinham sido propostos, outros aplicados; original é apenas a conjunção de vários procedimentos, que conduziu a resultados inatingíveis por outros meios (IBGE, 2007, p. 15).

Mortara transformou a carência de informações em um instrumento que permitiu o desenvolvimento de métodos e técnicas originais. Seu trabalho no censo de 1940 possibilitou maior conhecimento da realidade e necessidades da população brasileira. Criou a tábua de fecundidade, utilizando proporções, médias e cálculo de probabilidades, que possibilitou estimar o número médio de filhos de uma mulher anos após o nascimento do primeiro filho. Em 2007, o IBGE publicou, em sua série *Documentos para Disseminação*, uma homenagem a Giorgio Mortara, com o título *Giorgio Mortara: Ampliando os Horizontes da Demografia Brasileira*.⁸⁶ Mortara estimou a população brasileira, sistematicamente, de 10 em 10 anos, cobrindo 100 anos

⁸⁵ Disponível em: http://usp-br.academia.edu/CarlaVivianePaulino/Papers/505609/Thomas_Ewbank_um_viajante_norte-americano_no_Rio_de_Janeiro_imperial. Acesso em: 25 abr. 2012.

⁸⁶ Disponível em: <http://blig.ig.com.br/ebomsaber/2009/08/19/historia-do-recenseamento-brasileiro-o-legado-de-giorgio-mortara/>. Acesso em: 25 abr. 2012.

e incluindo a estimativa realizada na época do 1º Censo Geral, com uma taxa média de crescimento em torno de 15%. Essas estimativas estão dadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Estimativas da População Brasileira de Giorgio Mortara, em décadas (1770 a 1870) e 1872

Ano	População
1770	2.502.000
1780	2.841.000
1790	3.225.000
1800	3.660.000
1810	4.155.000
1820	4.717.000
1830	5.354.000
1840	6.233.000
1850	7.256.000
1860	8.448.000
1870	9.834.000
1872	10.145.000

Fonte: Estatísticas Retrospectivas – Brasil – Estimativas da população (1500-2000). Disponível em: <<http://www.brnuede.com/pop.pdf>>

Podemos, abaixo, representar graficamente essa série (Gráfico 1), observando crescimento mais acentuado antes de 1870 e uma tendência linear a partir daí.

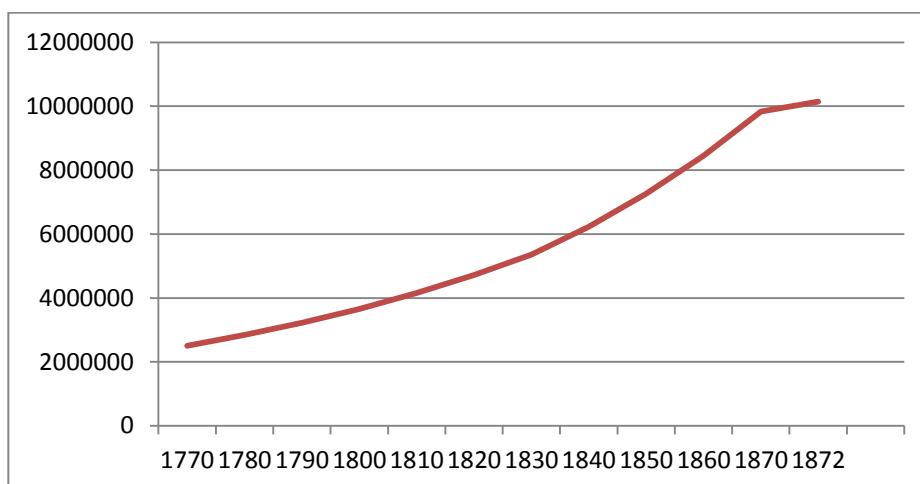


Gráfico 1 – Estimativas da População Brasileira de Giorgio Mortara, em décadas (1770 a 1870) e 1872
 Fonte: Estatísticas Retrospectivas – Brasil – Estimativas da população (1500-2000). Disponível em:
<http://www.brnuede.com/pop.pdf>

Dauril Alden, professor americano de História, apresentou dados populacionais brasileiros em seu livro *O Final do Período do Brasil Colonial (Late Colonial Brazil)* e *Governo Real no Brasil Colonial*. Fez estimativas, resumidas na Tabela 5, tratando os dados de maneiras diferentes.

Tabela 5 – Estimativas da População Brasileira de Dauril Alden, 1776, 1770/79 e 1798

Ano	Categorias de Dados			
	Originais	Ajustados	Revisados	Calculados
1776	1.505.706	1.555.200	-	-
1770/79	-	-	1.710.720 – 1.866.240	-
1798	-	-	2.188.596 – 2.387.559	1.989.633

Abade Corrêa da Serra (1750-1823) cientista e naturalista português, foi um dos fundadores da Academia de Ciências de Lisboa. Fez investigações nas áreas da botânica e geologia. Foi embaixador de Portugal nos Estados Unidos.⁸⁷ Estimou a população brasileira em 1.900.000 (1776) e em 4.000.000 (1798).

Alexander Von Humboldt (1769-1859) geógrafo, historiador, naturalista, filósofo e explorador alemão, foi um cientista polivalente, considerado o fundador da moderna geografia física.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.historiadeportugal.info/abade-correia-da-serra/>. Acesso em: 25 abr. 2012.

Participou de várias viagens científicas pelo mundo, e realizou uma expedição latino-americana que durou cinco anos. Sua principal obra foi *Kosmos*.⁸⁸ Apresentou estimativa da população brasileira em 3.800.000 (1798), 4.000.000 (1810) e segundo a cor, resumidas na Tabela 6.

Tabela 6 – Estimativas da População Brasileira de Alexander Von Humboldt, segundo cor, 1800

Ano/Cor	Brancos	Índios	Índios independentes	Negros	Mestiços	Total
1800	920.000 (25%)	260.000 (7%)	210.000 (6%)	1.960.000 (54%)	300.000 (8%)	3.650.000 (100%)

Com essas estimativas, observamos que ao iniciar o século XIX, a população brasileira estava constituída de 25% de brancos, ao passo que a maioria era negra.

Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812) – primeiro Conde de Linhares –, foi um político português, tendo sido um dos principais defensores da vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Manifestou a ideia de que a vocação econômica do Brasil não era a indústria, mas sim a mineração e a agricultura.⁸⁹ Souza Coutinho mandou efetuar um inquérito sobre a população em 1808, obtendo o resultado de 4.000.000 habitantes. Esse inquérito foi realizado para atender às necessidades de recrutamento para as forças armadas.

Pelos dados históricos dos arquivos oficiais e particulares, o 1º Recenseamento da população brasileira efetuou-se em 1808 (Tabela 7), apresentando resultados inferiores aos divulgados por Souza Coutinho,⁹⁰ mesmo não tendo sido, provavelmente, incluídos os índios nesse levantamento.

⁸⁸ Disponível em: < <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/276083/Alexander-von-Humboldt>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/sabio-conselheiro>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

⁹⁰ Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920. Vol. 1 (Introdução). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

Apresentamos, na Tabela 7, em particular, os dados do Espírito Santo, para observarmos que o resultado de 1823, que apresenta população de 120.000 indivíduos, é superior ao do relatório oficial, de 25 de maio de 1857, do Barão de Itapemirim – Vice-Presidente da Província do ES –, em que consta o valor de 49.092 habitantes no Espírito Santo. Provavelmente os índios ficaram fora da contagem; mesmo assim, há uma diferença muito grande nessas contagens. Segue o relato.

Junto vos apresento o officio do Dr. Chefe de policia e o mappa geral da população do qual vereis que conta a província 49.092 habitantes sendo livres 36.823 e escravos 12.269. É este o trabalho mais perfeito que temos sobre este objecto (Relatório do Barão de Itapemirim de 25 de maio de 1857, p. 13).⁹¹

Tabela 7 – Estimativas populacionais anteriores aos censos gerais, 1808 e 1823

	População			
	1808		1823	
	Total	Livre	Escrava	Total
Brasil	2.419.406	2.813.351	1.147.545	3.960.866
		(71%)	(29%)	(100%)
Espírito Santo	70.219	60.000	60.000	120.000
		(50%)	(50%)	(100%)

Fonte: “Memória Estatística do Império do Brasil” - *Revista do Instituto Histórico* – monografia provavelmente escrita em 1829 por autor desconhecido. Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920. Vol. 1 (Introdução). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

Conselheiro Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira (1750-1824), político brasileiro, apresentou uma dissertação sobre o novo estabelecimento da Igreja no Brasil, na qual elaborou quadros demonstrativos da distribuição dos bispados do Brasil, com vários elementos estatísticos referentes ao período de 1815 a 1819. Para a estimativa, utilizou várias fontes – informações de párocos, mapas enviados pelos ouvidores e magistrados. O processo de obtenção dos dados foi feito sem homogeneidade, tendo sido os menores de 7 anos e os índios avaliados arbitrariamente,

⁹¹ Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

ou seja, sem regras.⁹² Estimou a população em 2.860.525, excluindo índios não domesticados (1815) e obteve os dados da Tabela 8.

Tabela 8 – Estimativa da População Brasileira de Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, segundo sua condição 1819

Ano/Condição	Livres	Escravos	Índios	Total
1819	2.488.743 (57%)	1.107.389 (25%)	800.000 (18%)	4.396.132 (100%)

Com essas estimativas, temos que, ao final da primeira década do século XIX, o percentual de escravos já tinha caído para 25%, comparando com os 49% estimados no final do século XVIII.

De acordo com Joaquim Norberto de Souza e Silva, o primeiro censo da população do país, pela sua aproximação da realidade suposta, foi o de 1819, realizado pelo Conselheiro Velloso de Oliveira. Esse censo consta na memória intitulada “*A Igreja do Brasil*”. Souza e Silva organizou um quadro, em 1870, por província, confirmando os números de Velloso de Oliveira.

Henry Hill estimou a população brasileira de 1817 em 3.300.000 habitantes, distribuídas de acordo com a Tabela 9. Não se sabe quando Hill chegou ao Brasil e quem era ele – se comerciante vindo de Nova York ou funcionário credenciado do Departamento de Estado. Sabe-se que se encontrava em Salvador no início de 1808. Hill reuniu informações sobre as atividades de exportação e importação nos portos brasileiros.⁹³

Tabela 9 – Estimativa da População Brasileira de Henry Hill, segundo cor, 1817

Ano/Cor	Índios bravios	Índios domesticados	Negros e mulatos escravos	Negros livres	Mestiços	Branco	Total
1817	500.000 (15%)	100.000 (3%)	1.000.000 (30%)	80.000 (3%)	800.000 (24%)	820.000 (25%)	3.300.000 (100%)

⁹² Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1282513.pdf>. Acesso em: 1º maio 2012.

⁹³ Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/visao-norte-americana-do-comercio-no-rio-e-em-salvador-em-1808>>. Acesso em: 7 maio 2012.

Joaquim Pedro Cardoso Casado Giraldes (? ,1845), português, nasceu em Porto, foi coronel graduado de milícias e cônsul de Portugal. Foi correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, tendo publicado várias obras.⁹⁴ Estimou a população brasileira de 1825 em 5.000.000.

João Maurício Rugendas (1802-1858), artista e desenhista alemão, viajou por vários países, incluindo o Brasil. Sua obra tem características enciclopédicas, sendo voltada para tornar a América conhecida na Europa. É pioneira, pois abrange a geografia de forma integral, observando tanto a topografia quanto detalhes da vida vegetal, animal e humana, próprias de cada região. Publicou, em 1835, *Viagem Pitoresca através do Brasil*.⁹⁵ Em seu livro, apresenta estimativa da população em 3.758.500, no ano de 1827, com a classificação dada na Tabela 10.

Tabela 10 – Estimativas da População Brasileira de João Maurício Rugendas, segundo cor, 1827

Ano/Cor	Homens de cor	Negros	Índios	Branco	Total
1827	628.000	1.987.500	300.000	843.000	3.758.500
	(17%)	(53%)	(8%)	(22%)	(100%)

Essas estimativas apontam que, no final da segunda década do século XIX (1827), o percentual de brancos na população diminuiu para 22%, se comparado com o da estimativa de Henry Hill (25%). Atentamos para o aumento do número de negros, que chegavam para o trabalho escravo, bem como a diminuição do número de índios, cuja população foi se reduzindo gradativamente.

Conrad Malte-Brun (1755-1826) escritor, geógrafo e publicista francês, dinamarquês de origem, escreveu sobre assuntos geográficos, uma geografia enciclopédica do mundo.⁹⁶ Fez as estimativas da população em 1830, dadas na Tabela 11.

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.ghtc.usp.br/server/Lusodat/pes/00/pes00517.htm>>. Acesso em: 7 maio 2012.

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.estacaoliberalidade.com.br/releases/america.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.1911encyclopedia.org/Conrad_Malte-Brun>. Acesso em: 26 abr. 2012.

Tabela 11 – Estimativa da População Brasileira de Conrad Malte-Brun, segundo cor, 1830

Ano/Cor	Branco	Negro	Mestiço	Indígena	Total
1830	1.347.000	2.017.000	1.748.000	228.000	5.340.000
	(25%)	(38%)	(33%)	(4%)	(100%)

Senador José Saturnino da Costa Pereira (1780⁹⁷-1852), professor, engenheiro, político e militar brasileiro, escreveu o *Dicionário Topográfico do Império do Brasil e Apontamentos para a formação de um roteiro das Costas do Brasil*.⁹⁸ Ele estimou a população em 3.800.000, no ano de 1834.

Senador Cândido Baptista Oliveira (1801-1865), diplomata e político brasileiro, formado em Matemática e Filosofia pela Universidade da Bahia, foi sócio do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) e professor da Escola Militar. Foi também diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1851 e autor de vários trabalhos de literatura, economia e política.⁹⁹ Oliveira estimou a população brasileira, em 1850, em 8.000.000.

Senador Luiz Pedreira do Couto e Ferraz (1818-1886) – Barão do Bom Retiro –, advogado, político e professor brasileiro, foi Presidente de Província, tendo estudado a topografia da Província do Espírito Santo. Foi autor do trabalho *O Império do Brasil na Exposição Universal de Viena*, em 1874.¹⁰⁰ Estimou a população, no ano de 1854, em 7.677.800.

⁹⁷ Data de nascimento controversa; no entanto foi encontrado o registro de batizado em 29/11/1870 e o nascimento em 22/11/1870. Disponível em: < <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=7178>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1980&li=8&lcab=1850-1852&lf=8>. Acesso em: 26 abr. 2012.

⁹⁹ Disponível em: < http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroii009.asp >. Acesso em: 26 abr. 2012.

¹⁰⁰ Disponível em: < http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2046&li=13&lcab=1867-1868&lf=13 >. Acesso em: 27 abr. 2012.

Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) advogado, jornalista e político brasileiro, foi autor de várias obras, entre elas *Atlas do Império do Brasil*.¹⁰¹ Estimou a população em 11.030.000, em 1868.

Senador Tomás Pompeu de Souza Brasil (1818-1877) professor, jornalista e político brasileiro, autor de diversas obras, principalmente de História e de Geografia. Foi membro do IHGB. Criou um jornal por meio do qual expandiu o seu espírito liberalista.¹⁰² Elaborou as estimativas da população em 1869, apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12 – Estimativa da População Brasileira de Tomás Pompeu de Souza Brasil, segundo condição, 1869

Ano/Condição	Livres	Escravos	Índigenas errantes ou nômade	Total
1869	8.510.000(82%)	1.690.000(16%)	215.000 (2%)	10.415.000(100%)

Essas estimativas apontam para a redução do percentual da população escrava, no início na segunda metade do século XIX, para 16%.

Com as estimativas relatadas, construímos a Tabela 13, mostrando relações entre indivíduos não brancos e brancos, e entre escravos e não escravos, nesses anos relacionados. Como a classificação quanto à cor e à condição servil é variada, consideramos como não branco o mestiço, o negro, o negro escravo, o índio, o índio civilizado, o índio independente, o liberto, o pardo escravo; e, como não escravo, o branco e o índio livre, o branco e o índio civilizado, o livre.

¹⁰¹ Disponível em: <<http://historiadodireitocivil.blogspot.com.br/2010/10/candido-mendes-vida-e-obra.html>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

¹⁰² Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/SnPompeu.html>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Tabela 13 – Relações entre estimativas de não brancos e brancos, e de escravos e não escravos, por ano especificado

Relação/Ano	1583	1600	1660	1798	1800	1817	1819	1827	1830	1869
Não Branco/Branco	1,28	2,33	1,49	2,22	2,97	3,02	-	3,46	2,96	-
Escravo/Não Escravo	0,43	-	1,49	0,95	-	0,43	0,34	-	-	0,19

Observamos que, durante todo esse período em que essas estimativas foram elaboradas, antes do primeiro recenseamento geral (1872), não ocorreu uma tendência na relação entre as estimativas de não brancos e brancos. Verificamos, no entanto, que o número de não brancos foi sempre maior do que o de brancos, o que é justificado, pois foi o período do Brasil Colônia e depois independente, em que ocorreu a vinda de grande contingente de negros africanos para o trabalho escravo, ocasionando a miscigenação de raças. No caso da relação entre as estimativas de escravos e não escravos, podemos observar, após 1660, uma tendência na diminuição dessa relação, tendo o número de escravos diminuído gradativamente, lembrando que tivemos, nesse período, várias leis com o propósito de diminuir e eliminar a escravidão: a lei da proibição do tráfico negreiro, a Lei do Sexagenário, a Lei do Ventre Livre, e, em 1888, a lei que aboliu a escravidão no Brasil – Lei Áurea.

O relatório de Joaquim Norberto de Souza e Silva sobre a população do Brasil resume os resultados que puderam ser aproveitados de estimativas e inquéritos feitos em diversas épocas, desde os tempos coloniais, por pesquisadores em diversas províncias. Nesse relatório, são apresentadas as estimativas (Tabela 14) que foram levadas para a exposição internacional de 1867, em Paris.

Tabela 14 – Estimativa da População Brasileira, por condição, levada para a Exposição Internacional de Paris, 1867

Ano/Condição	Livres	Escravos	Índios errantes	Total
1867	9.880.000	1.400.000	500.000	11.780.000
	(84%)	(12%)	(4%)	(100%)

Segundo Souza e Silva, antes de 1870, nossas estatísticas eram estimativas para atender aos interesses da Metrópole. O maior mérito desse relatório foi o de despertar nas autoridades a consciência da necessidade de realização dos recenseamentos, de forma ampla, garantindo o seu êxito com a utilização de medidas administrativas que assegurassem informações fiéis à realidade. Na Tabela 15 apresentamos um resumo das estimativas apresentadas no trabalho de Souza e Silva.

Tabela 15 – Estimativa da População Brasileira, de Souza e Silva, em determinados anos¹⁰³

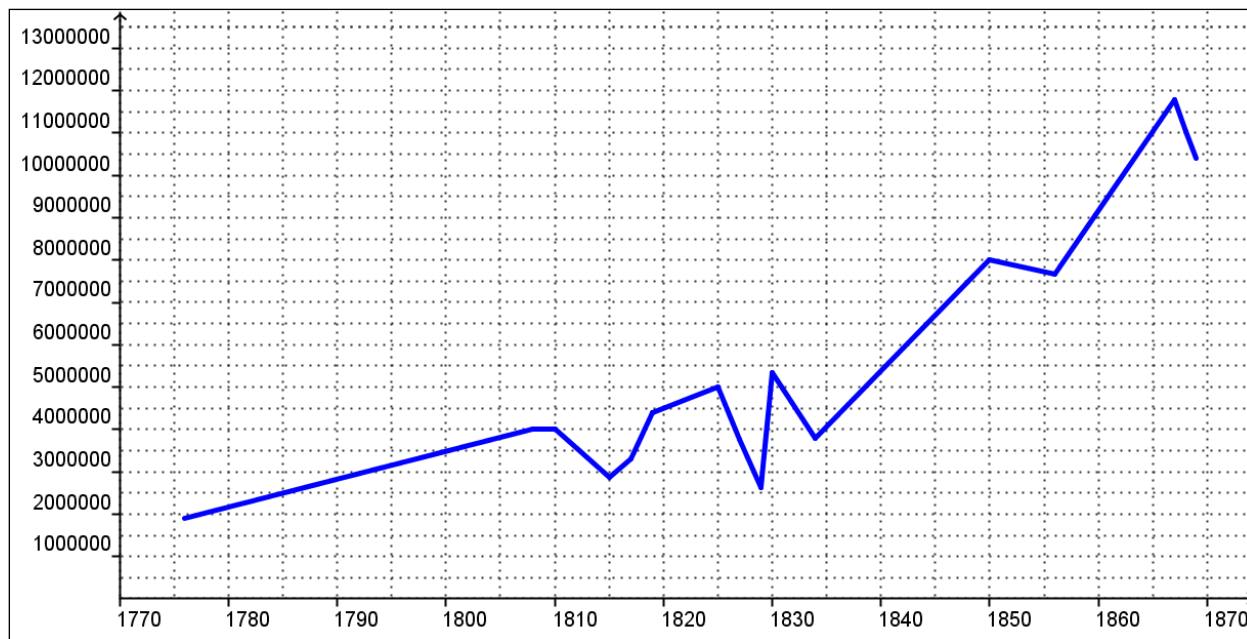
Ano	Autoridade	População
1776	Abade Corrêa da Serra	1.900.000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	4.000.000
1810	Alexander Humboldt	4.000.000
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	2.860.525
1817	Henry Hill	3.300.000
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	4.395.132
1825	Casado Giraldes	5.000.000
1827	Rugendas	3.758.000
1829	Adriano Balbi	2.617.900
1830	Malte-Brun	5.340.000
1834	Senador José Saturnino	3.800.000
1850	Senador Cândido Baptista de Oliveira	8.000.000
1856	Barão do Bom Retiro	7.677.800
1867	“O Império na Exposição, etc.”	11.780.000
1868	Cândido Mendes	11.030.000
1869	Senador T. Pompeu de Souza Brasil	10.415.000

Fonte: Silva, J. N. de S. e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1870. f. 167.

103

Temos, graficamente (Gráfico 2), o comportamento dessa série de estimativas nesse longo período de quase 100 anos.

População



Ano

Gráfico 2 – Estimativa da População Brasileira, de Souza e Silva, em determinados anos

Observamos, nesses altos e baixos do gráfico, a pertinência do comentário de Souza e Silva sobre o caráter das estimativas para atendimento dos interesses da Metrópole, pois seria mais natural um aumento contínuo da população, já que, em todo esse tempo, chegaram ao Brasil imigrantes, tanto escravos africanos quanto europeus, de várias nacionalidades, e não ocorreu nenhuma espécie de doença epidêmica que pudesse ter dizimado grande parte da população, o que poderia até justificar os altos e baixos encontrados.

O pesquisador português Luiz D'Alincourt (1787-1841), militar, escritor, ensaísta, memorialista e engenheiro, veio para o Brasil em 1809 e realizou importantes viagens de pesquisa pelo interior do país, principalmente por Mato Grosso e Goiás. Foi autor de uma série de trabalhos sobre assuntos militares e sobre a corografia brasileira, com descrição de dados sobre população, comércio, indústria, situação e origem das vilas, arraiais nascentes e confluência dos rios,

direções de serras e características dos terrenos. Fez descrições e sugestões de aproveitamento de caminhos e de estradas e desenvolvimento de vilas e arraiais.¹⁰⁴ Foi grande autoridade sobre a região Centro-Oeste. Escreveu, entre outros, o livro *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá* – um diário da jornada, no ano de 1818, desde o porto de Santos à cidade de Cuiabá, descrevendo a direção da estrada, as povoações, os rios, a qualidade do terreno, a indústria e o comércio.¹⁰⁵



Figura 14 – *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*

Fonte: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/publicacao.asp?COD_PUBLICACAO=214>

Apresentamos, na Tabela 16, um resumo das estimativas populacionais levantadas em toda essa unidade (5.2).

¹⁰⁴

Disponível

em:

<http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/publicacao.asp?COD_PUBLICACAO=214>. Acesso em: 27 jul. 2012.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300c.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

Tabela 16 – Estimativas da População Brasileira do trabalho *Estatísticas Retrospectivas* e do trabalho de Joaquim Norberto de Souza e Silva

Ano	Pesquisador	População
1550	Félix de Contreiras Rodrigues	15.000
1576	Félix de Contreiras Rodrigues	17.100
1583	João Pandiá Calógeras	57.000
1585	Francisco Adolpho de Varnhagen	57.000
1600	Félix de Contreiras Rodrigues	100.000
1660	Félix de Contreiras Rodrigues	184.000
1690	Félix de Contreiras Rodrigues	300.000
1766	Thomas Ewbank	1.500.000
1770	Giorgio Mortara	2.502.000
1776	Abade Corrêa da Serra	1.900.000
	Dauril Alden	1.505.706
1780	Giorgio Mortara	2.841.000
	Félix de Contreiras Rodrigues	2.523.000
1790	Giorgio Mortara	3.225.000
1798	Félix de Contreiras Rodrigues	3.250.000
	Thomas Ewbank	3.000.000
	Abade Corrêa da Serra	4.000.000
	Alexander Humboldt	3.800.000
1800	Giorgio Mortara	3.660.000
	Alexander Von Humboldt	3.650.000
1808	Dom Rodrigo de Souza Coutinho	4.000.000
1810	Giorgio Mortara	4.155.000
	Alexander Von Humboldt	4.000.000
1815	Conselheiro Antonio R. Velloso de Oliveira	2.860.525
1817	Henry Hill	3.300.000
1819	Conselheiro Antonio R. Velloso de Oliveira	4.395.132
	Thomas Ewbank	4.396.000
1820	Giorgio Mortara	4.717.000
1825	Casado Giraldes	5.000.000
1827	João Maurício Rugendas	3.758.000
1829	Adriano Balbi	2.617.900
1830	Giorgio Mortara	5.354.000
	Conrad Malte-Brun	5.340.000
1834	Senador José Saturnino da Costa Pereira	3.800.000
1840	Giorgio Mortara	6.233.000
1850	Giorgio Mortara	7.256.000
	Senador Cândido Baptista de Oliveira	8.000.000
1854	Senador Luiz Pedreira do Couto Ferraz	7.677.800
1856	Barão do Bom Retiro	7.677.800
1860	Giorgio Mortara	8.448.000
1867	“O Império na Exposição, etc.”	11.780.000
1868	Cândido Mendes	11.030.000
1869	Senador T. Pompeu de Souza Brasil	10.415.000
1870	Giorgio Mortara	9.834.000
1872	Giorgio Mortara	10.145.000

Muitas divergências ocorreram entre esses números e datas obtidos pelos pesquisadores em seus levantamentos populacionais, bem como não ficou suficientemente clara a forma como essas estimativas foram elaboradas. Por exemplo, em 1798, as estimativas populacionais dos pesquisadores giraram entre três milhões e quatro milhões. Outro exemplo: Mortara estimou a população de 1870 em 9.834.000 (valor próximo ao obtido no recenseamento geral de 1872, que foi de 9.939.478), e Cândido Mendes, dois anos antes – 1868 – obteve uma totalização 12% maior (11.030.000).

Na seção seguinte, serão tratados os quatro primeiros recenseamentos gerais brasileiros, que tiveram, entre suas metas, a unificação dos resultados, maior amplitude da investigação, maior precisão na obtenção e na divulgação dos resultados populacionais.

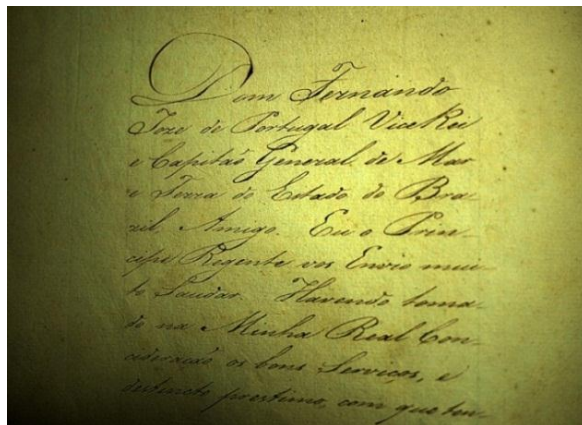
5.3 OS PRIMEIROS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS

O desejo dos políticos, governantes e parlamentares brasileiros e portugueses por estatísticas, marca a importância do campo da Estatística a partir da segunda metade do século XVII, tendo sido obtidas estimativas da população brasileira. Essas solicitações tiveram como argumento a necessidade de divulgação da nação, de suas riquezas e de seus registros administrativos, extremamente valorizados nas argumentações políticas, servindo aos governos nas suas ações diretas e indiretas e revelando tecnologia e poder (SENRA, 2006a). Ideias de progresso com o melhoramento do Estado e da sociedade são influências do Iluminismo e surgiram, com maior força, no final do século XVII. O século XVIII foi considerado o do Iluminismo, em que os homens de saber se colocavam contrários ao predomínio da religião, da superstição e valorizavam a razão (OLIVEIRA, 2005).

Desde o início da colonização portuguesa, o Brasil tinha as suas estatísticas, com significado de simples contagens. Mesmo nos anos iniciais do Brasil Colônia, podemos encontrar um começo de levantamentos estatísticos. Os primeiros dados estatísticos brasileiros de que se tem notícia são do século XVI, quando o Padre José de Anchieta registrou os habitantes de algumas

capitanias, e, de outras, apenas o número de habitações. As contagens iniciais eram realizadas, via domínio religioso, pelas autoridades eclesiásticas, nas áreas de sua atuação, em obediência às ordens de Portugal. Para essas contagens, eram elaboradas listas de frequentadores de uma paróquia ou de católicos que comungavam, sendo as crianças excluídas (GONÇALVES, 1995).

Nos séculos seguintes, XVII e XVIII, esses tipos de registros continuaram acontecendo. O início do século XIX é marcado pela fundação do positivismo por Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês que defendia a ideia de que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento verdadeiro, ou seja, aquele que era comprovado cientificamente. Para os positivistas, o progresso da humanidade dependia única e exclusivamente dos avanços científicos. No reinado de D. Pedro II, as ideias positivistas chegaram ao Brasil, trazidas por alguns brasileiros alunos de Auguste Comte. Tais ideias foram muito bem aceitas e divulgadas, devido à situação de insatisfação social e política do Brasil – como a concentração de maior poder de intervenção nas mãos do imperador, a vinculação da igreja ao Estado e a questão da escravidão. O imperador D. Pedro II, além de ter como projeto assegurar a realeza, pretendia também destacar uma memória, com o reconhecimento de uma cultura (SCHWARCZ, 1998). Com esse intuito, D. Pedro II participou da formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instalado até hoje próximo ao Paço Imperial, no centro do Rio de Janeiro, sendo seu assíduo frequentador e incentivador. O imperador interessava-se pelas pesquisas científicas e financiava trabalhos realizados por profissionais de diversas áreas. A finalidade era apresentar um país em destaque, e uma apresentação do Brasil em números era uma das maneiras de alcançar esse objetivo.



O Príncipe regente solicita ao Vice Rei do Brasil o envio de dados estatísticos exatos sobre algumas variáveis:

“[...] as mais exatas noções estatísticas sobre o estado da povoação, culturas, produções e balanços, tanto a cerca da produção e consumação nessa capitania, como da sua exportação, mandados anual e regularmente pelo meio e na forma das tabelas que para este fim se dirigirão ao vosso predecessor, é o quinto objeto que deve merecer-vos todo o cuidado, e que muito vos recomendo ficando vós na inteligência que semelhantes informações favorecerão [...]”.

Fotografia 7 - Carta Régia de 8 de julho de 1800.
Fonte: Arquivo Nacional RJ (código 67, volume 26)

Ao nos concentrarmos, de modo mais específico, em levantamentos históricos referentes à estatística no Brasil Colônia, tem-se o registro de uma carta régia (Fotografia 7) datada de 8 de julho de 1800, em que o príncipe regente D. João solicitava ao Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, Dom Fernando Toze de Portugal, que fosse feita a remessa para o reino de Portugal de dados estatísticos exatos relativos à cultura, à produção, ao consumo, à exportação e, principalmente, à população.¹⁰⁶ A coroa portuguesa queria se beneficiar ao máximo de tudo que a colônia podia propiciar. Observamos que no Brasil, a sociedade era caracterizada por uma situação típica de estrutura de classes, em que as pessoas, a cultura, a economia e a educação eram constantemente tratadas com atenção para a contabilização da força de trabalho e das riquezas.

Uma obra com registros dessa época colonial, intitulada *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica, 1804*¹⁰⁷, é de grande importância estatística e foi organizada por Herculano Gomes Mathias, sendo nela apresentadas as atividades estatísticas portuguesas, na antiga Colônia. Os resultados apresentados tinham o formato de registros administrativos, utilizando as “listas de habitantes” ou “listas de famílias”, com destaques principais de endereço da habitação, nomes dos moradores (escravos em destaque), graus de parentesco, idade e sexo. O motivo do censo foi a identificação das pessoas para a arrecadação de impostos destinados às despesas de Portugal, durante os primeiros anos do século XIX. As contribuições eram, em geral, de acordo com o número de escravos que cada um possuía. As instruções para esse censo foram do Ouvidor Geral da Comarca, apoiado pelo Governador da Capitania. Entre os resultados, foram identificadas as diversas profissões, a faixa etária dominante – entre 10 e 20 anos – e o equilíbrio entre os sexos. Listas nominativas de habitantes já tinham sido elaboradas em São Paulo, na década de 1790, com o objetivo de realização de recrutamento militar e de registro da produção econômica (PINSKY, 2010). As listas de famílias, bem como as listas de habitantes, permitiam análises variadas das condições de vida cotidiana.

¹⁰⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. COCAC/Coordenação de consultas ao acervo. Códice 67, vol. 26, p. 1-16.

¹⁰⁷ Essa obra foi encontrada no Arquivo Nacional, em 1969 (SENRA, 2006a).

Com a vinda de D. João e da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o Ministro dos Negócios da Guerra, Dom Rodrigo Domingos de Souza Coutinho, político português com formação jurídica na Universidade de Coimbra e futuro Conde de Linhares, determinou a primeira contagem da população para fins militares, com informações relativas ao exército, às milícias e às ordenanças (SENRA, 2006a). Há suspeitas de que a contagem tenha sido aumentada, pois, dois anos depois, os números encontrados por Alexander Von Humboldt foram os mesmos (Tabela 16).

Outro levantamento populacional foi aprovado pela Resolução de 24 de junho de 1818, com a elevação da Colônia à categoria de Reino, efetuado pelo conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, brasileiro, com formação em lei pela Universidade de Coimbra (SENRA, 2006a). Várias outras estimativas da população brasileira foram, portanto, realizadas por pesquisadores, demógrafos, viajantes e outros estudiosos que estiveram no Brasil a partir de 1550, como vimos na seção anterior.¹⁰⁸ Em 1822, o Brasil contava com cerca de 4,5 milhões de habitantes¹⁰⁹. No entanto, a confirmação desse dado estatístico só ocorreu 50 anos depois da Independência, com o primeiro censo da população, de abrangência nacional, ocorrido em 1872. O regulamento imperial nº 120, de 31 de janeiro de 1842 (Anexo A), atribuiu aos chefes de polícia a competência de listar a população das províncias sob sua jurisdição, medida que vigorou até 1870 (SOCIEDADE ..., 1941). Posteriormente, em 1846, foi feito o primeiro regulamento censitário no Brasil, Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846 (Anexo A). Tal regulamento definiu, em seu Art. 107, o caráter periódico do censo demográfico, fixando um intervalo de 8 anos para a sua realização (SENRA, 2006a).

A carência de dados confiáveis sobre a população brasileira na época colonial levou o governo a pensar em um censo nacional. Somente em 1850, por meio da Lei nº 586, de 6 de setembro de 1850 (Anexo A), o governo foi autorizado a utilizar os recursos financeiros necessários para a

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.historia_demografica.tripod.com/pop.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2011.

¹⁰⁹ Notamos que essa contabilização corresponde a menos de 2,5% da população do último censo (2010) – 190.732.694 habitantes. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766>. Acesso em: 5 dez. 2011.

realização de uma operação de grande vulto – um censo demográfico geral do Império, com especificação de cada província e notação de registros regulares dos nascimentos e óbitos anuais.

Assim, em 1850, a Assembleia Geral, atendendo ao Governo Imperial, autorizou a realização do primeiro censo geral do país. O governo sentia a necessidade de informações dos Presidentes das Províncias sobre o estado da instrução pública, da agricultura, da mineração, da indústria e do comércio. Tal interesse acarretou duas medidas do governo imperial: Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851 (Anexo A), para execução do regulamento e organização do censo geral do Império; e Decreto nº 798 (Anexo A), também de 18 de junho de 1851, para execução do regulamento do registro dos nascimentos e óbitos. Com esses decretos, o regulamento do censo dava como data de referência para sua realização, 15 de julho de 1852; entretanto, esse censo não aconteceu (SENRA, 2006a). Esse último decreto, trouxe graves perturbações da ordem pública, principalmente no norte do país. O povo organizou uma revolta armada contra o registro de nascimentos e óbitos, pois tinha motivos, principalmente relativos ao contexto social de opressão da escravatura, para acreditar que aqueles decretos pretendiam escravizar os homens pobres livres e reescravizar escravos libertos. O próprio censo era um registro e acabou sendo recusado. A reação popular foi contra os registros, não propriamente contra o censo geral. Assim, o Decreto nº 907, de 29 de janeiro de 1852 (Anexo A) suspendeu o decreto do censo geral e o decreto do registro dos nascimentos e óbitos (SENRA, 2006a). Apenas em 1870 voltou-se a falar em um censo geral, principalmente porque o governo estava motivado pela necessidade de: conhecer a população escrava do sexo feminino, devido à Lei do Ventre Livre; distribuir os eleitores pelas paróquias; conhecer a distribuição dos habitantes segundo a cor; investir contra o problema da educação primária; e ter informações sobre o saneamento nas grandes cidades (BOTELHO; PAIVA, 2008). No entanto, pela situação ainda submissa a Portugal e pelas carências mostradas historicamente em relação à situação brasileira, especificamente quanto à educação e às infraestruturas existentes, acreditamos que as necessidades de maior interesse ainda eram as duas primeiras. Com essa suspensão, somente após 20 anos, em 1872, foi realizado o primeiro censo geral.

Em termos de desenvolvimento científico e educacional, observamos que, a partir da metade do século XIX, começou a ocorrer um movimento internacional no campo da Estatística. Dentre as iniciativas de grande significância ligadas à estatística brasileira, no período da Colônia e do Império, destaca-se a criação da Sociedade Estatística do Brasil¹¹⁰, aprovada em 16 de julho de 1854, em seção presidida por Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1796-1865), futuro Marquês de Abrantes (SOCIEDADE ..., 1941). Era uma sociedade responsável pela estatística geral do Império, enumerando tudo que constituía a força das nações, bem como a aritmética política. Pouco ou quase nada se tem como resultados das atividades propostas para a Sociedade Estatística do Brasil. Provavelmente, faltou estrutura para o sucesso dessa sociedade, ou seja, faltou uma comunidade científica empenhada no saber fazer, e não somente em discursar sobre a necessidade das estatísticas.

Jonnès (1856), em seu livro *Éléments de Statistique*, fez valiosas reflexões sobre a natureza das estatísticas, relacionadas aos fatos naturais, sociais e políticos, expressados em números, colocando a importância das estatísticas. O autor destaca que, na vida privada, a estatística toma conta do homem desde o seu primeiro dia, considerando-o como unidade no número total de nascimentos, o que depois reproduz nos recenseamentos, nas fileiras do exército, no registro dos casamentos, na classificação das profissões, entre as capacidades políticas e as ilustrações do país. Jonnès afirma:

Nós cremos firmemente que nas ciências em geral, e particularmente nas ciências políticas, ninguém pode pretender orientar-se em palavras, é plenamente indispensável de deduzir, no contexto de uma estatística oficial, os números elementares dos fatos sociais cuja existência é afirmada. [Tradução nossa a partir de Jonnès, 1856, p. 102].¹¹¹

Finalmente, em 1863, no Brasil, a implementação do campo da Estatística foi traduzida também em termos acadêmicos, com a criação, na Escola Central, da cadeira de “Economia Política, Estatística e Princípios de Direito Administrativo”, lecionada por José Maria da Silva Paranhos,

¹¹⁰ A Sociedade Estatística do Brasil teve os seus estatutos aprovados e começou a funcionar em 1855 (SENRA, 2006a). Nos estatutos, constava que “a Sociedade Estatística do Brasil tem por objetivo colher, sistematizar e publicar os fatos que devem constituir a estatística geral do Império”; [...] “estabelecerá nas Províncias círculos filiais ou correspondentes; promoverá o ensino da economia política e da estatística; e publicará trimestralmente uma revista” (Apud SENRA, 2006a, p. 184, 185).

¹¹¹ Nous croyons fermement que dans les sciences en general, et particulièrement dans les sciences politiques, personne ne pouvant prétendre à être cru sur parole, il est tout à fait indispensable de déduire, dans une statistique officielle, les nombres élémentaires des faits sociaux dont l’existence est affirmée (JONNÈS, 1856, p. 102).

o futuro Visconde do Rio Branco, e autor do programa dessa disciplina. Havia necessidade de uma estatística aplicada, pelo menos relativa aos territórios, ao governo e à população. As bases acadêmicas vinham da França, tendo sido adotado o livro *Éléments de Statistique*, de Moreau de Jonnés (SENRA, 2006a).

Dois anos depois, foi editado no Brasil o primeiro livro de estatística, *Elementos de Estatística*, em dois volumes, de autoria de Sebastião Ferreira Soares, revelando a obra uma notável capacidade profissional desse estatístico.

A comparação das estatísticas era desejada pelas nações, e os Congressos Internacionais de Estatística queriam organizá-las. Entre 1853 e 1876, nove congressos internacionais de Estatística foram realizados em diversas cidades europeias, com o objetivo de trazer uniformidade aos temas e métodos de obtenção das estatísticas nacionais. Como já vimos, foi Quételet quem organizou o 1º Congresso Internacional de Estatística, em 1853, em Bruxelas, na Bélgica, na tentativa de suprir a necessidade de formalização e elaboração das estatísticas oficiais, uniformizando e legitimando a obtenção delas. Ele coletou e analisou, para os governos holandês e belga, as estatísticas sobre a criminalidade, a mortalidade e sobre outros assuntos e melhorias planejadas em censo.¹¹² Entre as decisões do 1º Congresso, estava a criação de uma organização centralizada, comissão ou agência, com a adoção de padrões para a nomenclatura estatística e para a geração de tabelas uniformes, avançando em métodos de trabalho na construção das estatísticas, para a garantia de resultados comparáveis e confiáveis pelos seus utilizadores. Pensava-se numa organização centralizadora – uma coordenação (SENRA, 2005).

Com a morte de seu idealizador – Adolphe Quételet –, os Congressos de Estatística perderam a sua força e chegaram ao fim. Senra (2005) faz as seguintes considerações:

O fato é que os *Congressos de Estatística* nunca conseguiram equacionar a polêmica controversa da representação. A representação aos congressos deveria ser pública e oficial, era essa a intenção, justo a fonte da polêmica. Assim, em que medida os participantes efetivamente representavam seus países? em que medida poderiam deliberar e assumir inequívocos compromissos? em que medida, ao retornarem, com as pastas

¹¹² Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/487148/Adolphe-Quetelet>>. Acesso em: 15 out. 2012.

recheadas de resoluções, conseguiam implementá-las? Em medida nenhuma, sem meias palavras, ou seja, as representações, embora oficiais, eram frágeis, ocasionais, burocráticas, não raro ignorando o cotidiano da elaboração estatística, donde a reduzida aplicação das resoluções. Ademais de serem as resoluções bastante genéricas, até para poder-se alcançar consenso, o que dificultava as aplicações práticas. Para agravar a situação, os governos nacionais tremiam diante da possível existência de estatísticas comparáveis internacionalmente (marcando suas fraquezas relativas) (SENRA, 2005, p.86).

Mesmo com as dificuldades de implementações científicas, seguindo esses movimentos internacionais, o Brasil deu um passo à frente com o funcionamento da Sociedade Estatística do Brasil, sob a proteção do Imperador D. Pedro II. Isso ocorreu antes mesmo, por exemplo, de ter sido criada na França, em 1860, a Societé Statistique de Paris.

Na segunda metade do século XX, as instituições estatísticas se tornaram centros de cálculo, elaborando registros individuais, não como os censos, que eram realizados de tempos em tempos, mas continuamente. No Brasil, o IBGE foi criado em 1936 com esse sentido de coordenação.

Apesar da orientação do Imperador de retomada da realização do censo geral brasileiro, que havia sido cancelado dois anos antes, já seguindo as posições dos Congressos Internacionais de Estatística, ele não se realizou nesse ano de 1855, devido a questões políticas e econômicas. Sem o censo, as estatísticas populacionais foram feitas, ao longo do século XIX, com os registros administrativos sobre a instrução, a justiça, e a saúde, sem método científico e com grande dificuldade, porque esses registros não só eram realizados por iniciativas pessoais e eventuais, também não eram realizados de forma contínua e sistemática.

Devido à necessidade cada vez maior de um órgão centralizador dos serviços estatísticos, o Ministro da Agricultura encarregou José Cândido Gomes, jornalista e político brasileiro, de planejar as bases para a organização da estatística, que foi alcançada em 1862, com a apresentação das “Bases para a organização da Estatística”, trabalho de grande valor, tendo sido o seu autor considerado um dos precursores da sistematização da estatística no Brasil (GONÇALVES, 1995). Nesse relatório, não ficou claro se foi uma iniciativa pessoal de Gomes ou um encargo para a formulação das bases do serviço estatístico no Império. O relatório apresentou boa visão da vida nacional relacionada à existência das estatísticas, evidenciou

conhecimento cultural do autor e mostrou consciência das dificuldades nas condições das estatísticas brasileiras. Contudo, simplificou resultados devido à falta de prática e de vivência relacionadas à apresentação e à interpretação de estatísticas, não tendo obtido grandes efeitos naquela época (SENRA, 2006a).

Mesmo em Portugal, os recenseamentos regulares iniciaram-se apenas no século XIX, no reinado de D. Luís I. O I recenseamento geral de Portugal foi realizado em 1º de janeiro de 1864, tendo por base as orientações do Congresso Internacional de Estatística, que teve lugar em Bruxelas, em 1853.¹¹³ Porém, pequenos censos localizados já eram feitos desde 1527, no reinado de Dom João III, e até mesmo anteriormente, no reinado de Dom Afonso III (1260-1279) e no reinado de Dom João I (1421-1422).¹¹⁴

Assim, foi crescendo a demanda por registros de aspectos da realidade brasileira, principalmente para evidenciar externamente as referências políticas, culturais, sociais e econômicas. Mesmo antes do 1º Censo Geral (1872), foram obtidas estatísticas por meio de produções independentes, por solicitações do Governo Imperial, envolvendo pessoalmente o Imperador Pedro II – grande interessado e participante em todos os assuntos relacionados com a ciência, a tecnologia e a educação. Dessas produções independentes, foram obtidos importantes indicadores econômicos, políticos e culturais, apresentados nas Exposições Universais ou Internacionais, quase sempre precedidas de Exposições Nacionais, em que o Império do Brasil se fez representar desde os primeiros eventos (SENRA, 2006a).

5.3.1 O Censo de 1872

A conveniência de serem os censos elaborados por comissões especiais competentes ou por uma diretoria, e não pelos chefes de polícia, como era feito, foi concretizada por meio de uma lei,

¹¹³ Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt>. Acesso em: 1º ago. 2011.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_portugal>. Acesso em: 1º ago. 2011.

dando maior confiabilidade aos dados. Em 9 de setembro de 1870, por iniciativa de Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), o Visconde de Itaboraí, jornalista e político brasileiro, professor da Academia Militar, com formação em matemática pela Universidade de Coimbra, foi elaborada e aprovada a lei¹¹⁵ que previa a realização decenal dos recenseamentos demográficos e a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE), com sede na capital do Império. A função da DGE era a de coordenação da atividade censitária de toda a população do Império e de organização e elaboração das estatísticas das repartições públicas. Essa diretoria¹¹⁶ começou a funcionar em 1º de março de 1871, sendo, assim, a primeira instituição brasileira de Estatística, de caráter público e nacional (SENRA, 2006a). Todas as ocorrências do domínio da Estatística das províncias deveriam ser remetidas à DGE. A lei de criação da DGE previa a possibilidade de essa diretoria anexar-se ao Arquivo Público, existente desde 1838 (SENRA, 2006a). O primeiro diretor da DGE foi Manoel Francisco Correia (1831-1905), advogado, deputado, ministro, senador, conselheiro, educador e animador cultural, responsável pelo primeiro recenseamento brasileiro. Correia foi escolhido por seu currículo, por sua competência e por seu gosto pelas estatísticas (SENRA, 2006a), tendo ele intensa atividade política, mas com preocupação destacada com a educação da população.

Paralelamente à DGE, havia muitos outros órgãos autônomos, federais, provinciais e municipais, que realizavam trabalhos estatísticos. Ocorria duplicação de esforços e falta de padronização nas fases da coleta, da apresentação e da análise dos dados, entre esses órgãos. Também não havia padronização de conceitos, o que dificultava o entendimento e a comparação das estatísticas brasileiras dessa época, antes do primeiro censo (PEREIRA; MORRETTIN, 1991). A maior parte do trabalho realizado pelas repartições oficiais de estatística demográfica e econômica dizia respeito à coleta, à sistematização e à apresentação de dados. Na realização dessas tarefas uma rotina bem estabelecida era suficiente a fim de garantir o bom grau de exatidão, que implicava o conhecimento do cálculo e do emprego de técnicas estatísticas simples, tais como apresentação tabular e gráfica, cálculo de proporções, formação de séries cronológicas. Os primeiros trabalhos apresentados por essas repartições continham apenas a sistematização e a apresentação de dados em longas tabelas de informações.

¹¹⁵ Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870 (Anexo A).

¹¹⁶ Criada pelo Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871 (Anexo A).

Francisco Correia foi substituído interinamente por Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1835-1892), farmacêutico e advogado, primeiro titular, pode-se dizer, da DGE e uma das figuras mais diretamente ligadas à evolução da estatística no Brasil, com espírito de iniciativa, capacidade de trabalho e entusiasmo construtivo.¹¹⁷ Albuquerque planejou e dirigiu o primeiro recenseamento geral da população do Brasil Império, de acordo com o plano organizado por ele para esse importante trabalho, tendo assinado o primeiro relatório da DGE, em 1872 (FIGUEIREDO, 1959).

Os trabalhos de estatística realizados pela DGE, foram divididos em quatro grandes classes: 1^a) todos os dados estatísticos que se referiam à população; 2^a) todos os dados que se referiam ao território; 3^a) todos os dados relativos ao estado político, intelectual e moral; 4^a) todos os dados relativos ao estado agrícola, industrial e comercial (SENRA, 2006a). A DGE deveria estabelecer os conceitos e as definições para a realização do censo geral de 1872, utilizando como base a legislação anterior, elaborada para a realização do Censo de 1852, as experiências de outros países e dos Congressos Internacionais de Estatística (SENRA, 2006a).

Essa diretoria passou por vários problemas, com muitos gastos, trabalhos morosos e resultados questionados. Os processos estatísticos eram insuficientes, pois faltavam especialistas, os funcionários tinham dificuldades na utilização das estatísticas e o trabalho era manual, mas essa diretoria existiu durante oito anos e nove meses. Durante sua existência, os relatórios com as atividades estatísticas do censo geral foram enviados aos Ministros dos Negócios do Império, sendo produzidos ao todo seis relatórios (SENRA, 2006a). Após isso, com redução de seu quadro de funcionários, a DGE passou a funcionar como Seção de Estatística, no Ministério dos Negócios do Império, de acordo com lei e decreto¹¹⁸ (SENRA, 2006a).

Em reunião do gabinete presidido por José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) – Visconde do Rio Branco –, estadista do 2º reinado, professor, político, jornalista, diplomata, foi aprovada por

¹¹⁷ *Revista Brasileira de Estatística*, ano III, n° 9, p. 127, jan-mar 1942.

¹¹⁸ Lei n° 2.940, de 31 de outubro de 1879 (Anexo A) e o Decreto n° 8.341, de 17 de dezembro de 1881 (Anexo A).

decreto¹¹⁹ a realização do primeiro censo populacional de todo o Império, no dia 1º de agosto de 1872, constando o regulamento, os conceitos e as definições, tais como população, família, boletins de família, comissão censitária, ou seja, todo o processo relativo à realização desse censo.

A *população* foi definida como “todos os habitantes do Império, nacionais e estrangeiros, livres e escravos, residentes no local (habitação) em que se acharem no referido dia”, sendo os ausentes temporários anotados em seu lugar de residência habitual. A investigação foi determinada com a utilização de *boletins ou listas de família*¹²⁰ (Anexo E), anotando-se, para cada pessoa da habitação, o nome, o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residência, o grau de instrução primária, a religião, enfermidades aparentes, relação de parentesco com o chefe da família, anotando-se, ainda, se as crianças de 6 a 15 anos frequentavam ou não a escola. Considerava-se uma *família*

a pessoa livre que vive só e por ela em uma habitação ou parte de habitação, ou um certo número de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subordinação ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, dono ou locatário da habitação e com economia comum (Art. 3º, §1º do Decreto nº 4.856 de 30 dez 1871).

O formulário de coleta deveria ser claro e autoexplicativo, com instruções visíveis e simples, de fácil leitura e apreensão. Mas nem todos os formulários foram computados. Por exemplo, em junho de 2000, Tarcísio Botelho encontrou uma dada lista de família desse censo preenchida e assinada, que não foi entregue (SENRA, 2006a). Nas listas de família, havia o local para o registro do nome da província, do município, da paróquia, do quarteirão, do lugar (proximidades), da rua e do número da casa. A ficha era intitulada “Recenseamento Geral do Império em 1872”.

¹¹⁹ Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871 (Anexo A). Portal da Câmara dos Deputados. Legislação. Coleção das Leis do Império (1808-1889). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

¹²⁰ Ou “lista de fogos”. “Fogo” era considerado o local onde se preparava refeições, em torno do qual conviviam as pessoas de um espaço definido como domicílio. “O número de fogos (famílias ou domicílios) é igual ou maior que o número de casas habitadas” (SENRA, 2006a, p. 370).

Para a execução dos trabalhos, haveria, em cada paróquia do Império, uma *comissão censitária* composta de cinco cidadãos residentes na paróquia, conhecedores dos seus habitantes, um certo número de agentes recenseadores e até três colaboradores burocráticos. Todas as autoridades e funcionários públicos eram obrigados a aceitar os encargos atribuídos, sob pena de multa e punições disciplinares. Às comissões censitárias competia dividir o território da paróquia em um número de seções indispensáveis para as operações do recenseamento, compensando a falta dos mapas territoriais com fins estatísticos. A cada agente recenseador incumbia distribuir aos domicílios, 15 dias antes ao designado para o recenseamento, os boletins ou listas de família, recolhendo-os nos 10 dias posteriores ao designado para o recenseamento, devendo entregá-los à comissão censitária até 15 dias depois do designado para o recenseamento, totalizando 30 dias de trabalho de campo. A lista ou boletim de família era preenchida pelo chefe de família ou pela pessoa responsável pelas informações daquele domicílio, ou mesmo pelo agente censitário no caso de não haver no domicílio uma pessoa que soubesse ler e escrever, ou no caso de a pessoa responsável não querer preenchê-la; mas que essa pessoa prestasse as informações.

Como primeiras medidas para um aprendizado dessa tarefa de realização do censo geral, o Ministro dos Negócios do Império – Paulino José Soares de Souza (1834-1901) –, filho do Visconde do Uruguai, formado em Letras e Direito pela Universidade de São Paulo, com papel importante no desenvolvimento das instituições estatísticas brasileiras, convocou seu funcionário Joaquim Norberto de Souza e Silva para, em 1870, avaliar o estado das estatísticas populacionais e realizar um censo somente na Corte. A população do Município da Corte foi especificada por moradia segundo idade, religião, estado civil e profissões dos habitantes (SENRA, 2006a). O relatório final foi composto de pequena introdução e de uma conclusão dividida em três partes: censo, movimento da população (nascimentos, óbitos, casamentos, população da Corte) e quadros com os números alcançados.

Finalmente, na data prevista, foi realizado o Primeiro Censo Geral do país. A preocupação vigente na época do primeiro censo foi fazer um retrato demográfico do país, sem outras preocupações. A apuração foi realizada e centralizada pela DGE (SENRA, 2006a), fornecendo o número de pessoas residentes no Império (livres e escravas), divididas por províncias,

municípios e paróquias, segundo a condição servil, a raça, a nacionalidade, o sexo, a idade, o estado civil, o grau de instrução, a profissão, a religião, os defeitos físicos.

O quinto relatório¹²¹ da Diretoria Geral de Estatística sobre o ano de 1875 e parte de 1876 foi apresentado pelo diretor geral Conselheiro Manuel Francisco Correia, declarando a conclusão do Primeiro Censo Geral, com uma síntese dos principais resultados em 10 seções temáticas: I- População segundo as condições sociais; II- População por sexo; III- População por estado civil; IV- População segundo as raças; V- Religião; VI- População segundo a nacionalidade; VII- Densidade populacional; VIII- População por profissões; IX- Instrução; X- Defeitos físicos e afecções mentais. Foram também colocados nesse censo informações sobre: estatística de criminalidade; estatística da justiça; estatística mortuária (SENRA, 2006a).

O conselheiro alegou, nesse relatório, que o primeiro recenseamento deixou algumas lacunas e imperfeições devidas às condições locais e hábitos especiais dos habitantes do interior de algumas províncias. Não foi perfeito, pois os resultados não foram de completa exatidão; mas foi o melhor realizado sob as circunstâncias, pois esses resultados se aproximaram da realidade. Os dados deixaram de ser coletados em 25 paróquias ($\approx 2\%$) de um total de 1.467, tendo sido feitos, para essas paróquias, cálculos aproximados com base no número de eleitores.¹²²

Sob o gabinete presidido pelo militar Luiz Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias¹²³, o Censo Geral do Império estava concluído, e os resultados foram divulgados em 23 volumes, em que constaram 8.546 tabelas. A conclusão só aconteceu no ano de 1876, embora fosse um trabalho iniciado em 1871. No volume síntese, constam 7 quadros (Anexo C) para todo o país, com indicação da Província e Município Neutro (SENRA, 2006a). Toda a nação foi revelada em números, dados esses nunca obtidos anteriormente, tendo sido eles apresentados em valores absolutos. Os quadros foram os seguintes: 1º.) “Quadro geral da população livre considerada em relação ao sexo, estado civil, raça, religião, nacionalidade e grau de instrução,

¹²¹ De 31 de dezembro de 1876.

¹²² DGE, Relatório de 1875. Acervo do CDDI, IBGE, Rio de Janeiro.

¹²³ Um dos mais importantes militares e estadistas brasileiros. Ele estudou na Real Academia Militar e depois ingressou na unidade de elite do Exército do Rei. Caxias tornou-se patrono do exército brasileiro por decreto federal, em 1962. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/duque-de-caxias.jhtm>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

com indicação do número de casas e fogos ¹²⁴; 2º.) “Quadro geral da população escrava considerada em relação ao sexo, estado civil, raça, religião, nacionalidade e grau de instrução”; 3º.) “Quadro geral da população considerada em relação aos defeitos físicos”; 4º.) “Quadro geral da população considerada em relação às idades”; 5º.) “Quadro geral da população em relação à nacionalidade brasileira”; 6º.) “Quadro geral da população considerada em relação à nacionalidade estrangeira”; sétimo: “Quadro geral da população considerada em relação às profissões” (SENRA, 2006a, p. 369-377).

Várias dificuldades podem ser destacadas nesse empreendimento, entre elas a dispersão geográfica da população, as condições limitadas de comunicação e a falta de prática ou experiência com processos censitários. Mas, mesmo com muitas dificuldades, esse censo foi visto como bom e considerado de valor até hoje. No entanto, Levasseur (2000) critica bastante esse censo, antes mesmo de uma segunda tentativa de recenseamento geral.

Não se tem dados precisos sobre a população do Brasil. O recenseamento de 1872 foi mal elaborado, porque a disseminação da população torna muito difícil uma enquete desse tipo em certas partes do império; porque a experiência faltava à administração; e porque, em alguns pontos, houve resistência dos administrados contra uma medida que eles compreendiam mal. Daí resulta que o número dado por esse recenseamento é inferior à realidade. É lamentável que o Brasil não tenha renovado essa operação periodicamente. No ano que vem [1890], depois de 18 anos de intervalo, haverá o segundo recenseamento do império (LEVASSEUR, 2000, p. 109).

Como síntese analítica, podemos ressaltar que, desde o século XIX, a crescente importância e a necessidade das estatísticas, para a utilização pelos dirigentes segundo os interesses da política dominante, não podem ser questionadas; porém, as condições em que foram elaboradas no final do Império foram frágeis, principalmente porque, devido às condições locais e aos hábitos dos habitantes do interior de algumas províncias, faltava a consolidação de um método claro e bem

¹²⁴ A palavra *fogo* servia para designar a casa ou parte dela, em que habitava uma pessoa livre ou uma família com economia separada. Na verdade o censo de 1872 falava de fogos ou domicílios, ficando confusa a unidade referência. Talvez essa estipulação nebulosa tivesse sua causa nas muitas unidades que eram fazendas com várias casas habitadas ou divididas por mais de uma família. Disponível em: <http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_6.pdf>. Acesso em: 27 maio 2012.

definido, inclusive para a produção dos censos, já que essa tinha sido a primeira experiência de um censo geral.

Assim, depois do primeiro censo brasileiro, em 1872, e até a criação do IBGE, em 1938, novos censos sucederam-se, em 1890, 1900 e 1920. Em 1910 e em 1930, não foram realizados os recenseamentos. A metodologia utilizada no Brasil nas primeiras experiências censitárias foi semelhante à utilizada em outros países, sendo essa metodologia guiada pelos Congressos Internacionais de Estatística (SENRA, 2010).

5.3.2 O Censo de 1890 e de 1900

Em 1885, foi criado o Instituto Internacional de Estatística, o que marcou a ascensão da estatística, com o início do aperfeiçoamento científico, tornando o método estatístico um guia seguro para todos os governos. Esse instituto teve como um de seus objetivos a uniformização das estatísticas internacionais (SOCIEDADE ..., 1941). No Brasil, a Diretoria Geral de Estatística (DGE), que havia sido transformada¹²⁵ em uma seção de estatística, anexa à Secretaria de Estado e Negócios do Império, foi recriada em um dos primeiros atos da República, dada a grande importância de um órgão estatístico oficial. A DGE foi reestruturada e reorganizada,¹²⁶ e foi mandado proceder-se ao segundo recenseamento. Essa diretoria tinha como atribuição¹²⁷ realizar o Segundo Censo Geral do país, que foi o primeiro após a abolição da escravatura (1888) e o primeiro da República, já previsto na legislação do Império e marcado para 31 de dezembro de 1890. Foi nomeado para o cargo de diretor dessa repartição o Dr. Manuel Timóteo da Costa, nascido em 1855 no Rio de Janeiro e falecido em 1934, engenheiro de minas pela Escola Politécnica, na qual foi professor. A ele se deveu o plano de reorganização do importante departamento (SENRA, 2006a). Em 29 de janeiro de 1890, Timóteo da Costa encaminhou minuciosa representação ao Ministro do Interior, formulando sugestões para o regulamento da diretoria, originando o Decreto nº 331, de 12 de abril de 1890 (Anexo A), que apresentou um

¹²⁵ Decreto nº 8.341, de 17 de dezembro de 1881 (Anexo A).

¹²⁶ Decreto nº 113-D, de 2 de janeiro de 1890 (Anexo A).

¹²⁷ Artigo 13 da Lei nº 3.348, de 20 de outubro de 1887 (Anexo A).

novo regulamento para a DGE, procurando imprimir impulso às atividades da repartição. São de sua autoria as instruções apresentadas ao Ministro do Interior, baixadas para o recenseamento de 1890, sob sua responsabilidade, em que expôs as razões por que não adotara integralmente o plano do Recenseamento de 1872.

O censo de 1890 foi considerado um fracasso. Seus resultados não chegaram a ser divulgados em volumes e, assim, não puderam ser utilizados (SENRA, 2006a). Nesse censo, a variável raça foi categorizada em branco, preto, mestiço e caboclo (índios incluídos), diferentemente do primeiro recenseamento, em que as raças foram especificadas como branco, preto, pardo e caboclo (índios incluídos, e os escravos classificados como pretos ou pardos) (IBGE, 2005).

As instruções para a realização do censo de 1890 foram dadas no Decreto n° 659, de 12 de agosto de 1890 (Anexo A). Os dados foram coletados com o preenchimento de três formulários: informações individuais (nome, sexo, idade, estado civil, cor, filiação, naturalidade, nacionalidade dos pais, defeitos físicos e residência); informações quanto ao indivíduo na família (nome dos cônjuges, ano do casamento, número de matrimônios, grau de parentesco do casal, número de filhos vivos e falecidos segundo sexo e defeitos físicos), e informações quanto ao indivíduo na sociedade (nome, nacionalidade, relação com o chefe da casa, instrução, culto, profissão, título científico, literário ou artístico e renda) (SENRA, 2006b). Os três formulários foram reunidos em um só mapa de seis páginas, medida que foi criticada devido à maior facilidade de perdas de informações durante a distribuição e o recolhimento. Os conselhos censitários locais e as repartições de estatística eram encarregados de dividir o território das paróquias em seções para que o recenseamento ocorresse tranquilamente, de nomear os agentes censitários, de distribuir o material do censo entre os agentes, de fiscalizar e de orientar os serviços. As definições de população e de família foram as mesmas do censo anterior. O trabalho de campo deveria ser realizado em 30 dias, o que não aconteceu; o que de fato ocorreu foram perdas de boletins. Enquanto no censo anterior eram 14 variáveis, nesse foram 21 variáveis, sendo assim mais trabalhoso (SENRA, 2006b). Em 1872, 25 paróquias não enviaram seus mapas; já em 1890, foram 103 ($\approx 7\%$) que não apresentaram os seus números, sendo algumas estimadas baseando-se no censo de 1872.

Os trabalhos de apuração se deram com grande morosidade. Ocorrências de natureza política, nos primeiros anos do regime republicano, relacionadas à revolta militar de 1893, além da não utilização de equipamentos mecânicos na apuração dos dados, foram fatores que atrapalharam a realização desses trabalhos. Em dois anos, foram apurados apenas o Distrito Federal e o Estado de Alagoas. Em 1899, ainda não estava concluída a publicação dos resultados, e só em 1900 foi publicado o volume síntese dos resultados. Para o censo de 1890, seriam publicados ao todo 45 volumes com os resultados, com um enorme custo de impressão, mas somente 5 volumes foram publicados, sendo os resultados questionáveis (SENRA, 2006b). Em dezembro de 1897, a DGE foi reformada¹²⁸ para melhor adaptá-la à execução do recenseamento de 1900.

Em 31 de dezembro de 1900, ocorreu o Terceiro Recenseamento Geral, e o fracasso aconteceu já em seu planejamento. A DGE funcionava com dificuldades, desorganizada, ineficiente, com técnicos não especialistas em estatísticas. Seu diretor era Francisco Mendes da Rocha (1861-1949), engenheiro militar, encarregado de realizar o recenseamento; no entanto, ele saiu da direção da DGE em agosto do ano seguinte ao do recenseamento. Esse censo foi incompleto em várias localidades, com grande quantidade de boletins censitários extraviados. A variável “raça” não foi objeto de pesquisa nesse censo. Até 1907, pouco se tinha feito para apurá-lo. Nessa época, o diretor da DGE era João Sabino Damasceno, e pouco se sabe a seu respeito; sabe-se que, antes de assumir a diretoria, ele foi inspetor geral de obras públicas (SENRA, 2006b).

O censo de 1900 não foi regulamentado por lei ou decreto, mas por uma portaria de 20 de janeiro de 1900. A estrutura censitária previa, além da DGE e de delegados da DGE nomeados pelo diretor, comissões censitárias nos distritos formadas pelo juiz de paz ou distrital, que era o presidente da comissão; pela autoridade policial mais graduada no distrito; e pelo escrivão do registro civil. Às comissões cabia dividir o território do distrito em seções, para facilitar a execução do recenseamento, sendo utilizado um recenseador por seção (SENRA, 2006b). Os delegados eram responsáveis pelo controle completo do processo. Os agentes deviam distribuir as *cartas de família* e os *boletins individuais*, 15 dias antes da data marcada para o censo; recolhiam o material 10 dias depois, e 5 dias depois o entregariam às comissões censitárias,

¹²⁸ Decreto nº 2.768, de 27 de dezembro de 1897 (Anexo A).

totalizando 30 dias para a execução do censo. O agente deveria preencher o formulário no caso de o chefe de família ser analfabeto (SENRA, 2006b). Todos eram obrigados a colaborar com o recenseamento, pois multas e punições eram previstas. A novidade desse censo foram os *boletins individuais*, preenchidos por cada indivíduo da família, essa definida como nos censos anteriores. Em 1905, saiu uma sinopse dos resultados, única publicação do censo de 1900, com um único quadro igual para o País e para cada Estado, com informações sobre número de homens e de mulheres.

João Sabino Damasceno permaneceu na direção da DGE de 1901 até 1907, quando foi substituído por José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho (1866-1940), médico sanitarista e demógrafo, formado pela Faculdade Nacional de Medicina, o qual foi encarregado de salvar em parte o censo de 1900. Elaborou ele nove tabelas com os resultados desse censo: 1º.) número de fogos, habitantes e prédios; 2º.) sexo, nacionalidade e analfabetismo dos habitantes; 3º.) população das principais religiões, por sexo, idade e grau de instrução; 4º.) sexo e idade dos habitantes; 5º.) população das principais nacionalidades, por sexo, idade, grau de instrução e religião; 6º.) idade dos habitantes, por estado civil e sexo; 7º.) filiação, defeitos físicos e residência dos habitantes, por nacionalidade e sexo; 8º.) religião e nacionalidade dos habitantes, por sexo; 9º.) profissão dos habitantes, por nacionalidade e sexo (SENRA, 2006b).

5.3.3 O Censo de 1920

Devido aos problemas de duplicação de esforços e de falta de padronização no tratamento dos dados pela DGE e outros órgãos autônomos, Bulhões Carvalho, como presidente da DGE, propôs uma completa reorganização da diretoria, que seria transformada em um órgão central para a orientação de todos os trabalhos estatísticos do país. O Decreto nº 6.628, de 5 de setembro de 1907 (Anexo A), aprovou o regulamento da DGE. Com a orientação da DGE, foi realizado o censo de 1920, que foi um censo, além de demográfico, também agrícola e industrial (PEREIRA; MORETTIN, 1991). Bulhões Carvalho permaneceu na DGE até 1909, e depois retornou novamente, em 1915, para comandar e planejar as atividades estatísticas no censo de 1920.

O quarto Censo Geral, o censo de 1920, no governo de Epitácio Pessoa, foi considerado, sim, um sucesso até hoje, principalmente para os padrões da época. Estava na direção da DGE José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, que planejou todas as etapas desse censo com cuidado e dedicação, pois era uma pessoa competente e apaixonada pelas estatísticas. Pensar no trabalho de apuração era o mais problemático, pois não adiantava uma massa enorme de informações sem um método organizado, claro e cuidadoso de visualização dessas informações. Outro problema pensado desde o início foi a questão dos prazos, do tempo para a apresentação dos resultados. E Bulhões Carvalho pensou nisso tudo, tentando combinar técnica e método.

Em geral, pode-se compreender como técnica a forma de se conduzir a determinado fim uma sequência de operações, com a utilização de meios parcialmente previstos, podendo a técnica ter adaptações nas suas sucessivas fases de aplicação. Admite-se uma diferença essencial entre a denominação de técnica e a designação de método. Método envolve um conjunto de normas fixas, de regras invariáveis para todas as suas hipóteses ou fases de aplicação. Técnica, orienta-se por simples preceitos, ditados mais pela prática e pelo bom senso, ou mesmo por intuição pessoal (O RECENSEAMENTO ..., 1943).

No dicionário Michaelis¹²⁹ da língua portuguesa, encontra-se a definição de *método* como o conjunto dos meios dispostos convenientemente para alcançar um fim e especialmente para chegar a um conhecimento científico ou comunicá-lo aos outros. *Técnica*, por sua vez, é o conhecimento prático, a prática. À técnica censitária compete orientar, na fase anterior ao censo, o projeto dos instrumentos de registro, a organização dos cadastros, o zoneamento censitário e a formação do ambiente.

Bulhões Carvalho serviu-se das experiências ruins dos censos anteriores para propor mudanças e aperfeiçoar o censo de 1920.

Os resultados obtidos nos inquéritos censitários de 1872, 1890, e 1900, conquanto deficientes na maior parte das informações registradas, serviram de ponto de partida e de confronto para uma coleta mais perfeita e exata dos elementos estatísticos investigados nos questionários do inquérito geral sobre a população, a agricultura e as indústrias levado a efeito em 1920. Essa operação censitária é incontestavelmente a mais completa

¹²⁹ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

até hoje feita no Brasil, proporcionando noções básicas para maior exatidão nos inquéritos subsequentes (CARVALHO, 1933, p. 105).

A lei¹³⁰ e o decreto¹³¹ para a execução do recenseamento de 1920 autorizou o Governo a mandar proceder, no dia 1º de setembro de 1920, ao recenseamento geral da população do Brasil e deu outras providências.

O censo de 1920 iniciou-se com os mapas de ruas, estando a DGE com o seu cartógrafo ligado aos órgãos municipais. Os delegados ou agentes de estatística fizeram a distribuição dos formulários, corrigindo os preenchimentos e evitando extravios no envio à repartição estatística, sediada na capital federal. Foi realizada também uma vasta propaganda focando a população em geral, os diversos segmentos e os órgãos públicos, para que todos se empenhassem no sucesso do empreendimento. Destacou-se a cooperação da igreja católica, da imprensa, e principalmente do Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa (SENRA, 2006b).

Para o censo de 1920, a DGE enviou aos Estados Unidos um emissário especial para colher informações sobre o XIV Censo Americano, para a compra do aparelhamento mecânico utilizado na apuração dos inquéritos, a cargo do Bureau of the Census, e para averiguar as condições do mercado de papel para a importação do material necessário. O recenseamento deveria abranger não só a população no seu aspecto demográfico, como também a situação econômica das várias localidades, devendo a produção agrícola e industrial ser objeto de metucioso balanço.

O recenseamento da população ocorreu junto com o recenseamento da agricultura e das indústrias. Em cada Estado, haveria um delegado geral e delegados das seções. As comissões distritais e municipais seriam compostas de 10 a 20 membros, com autoridades locais e com pessoas de reconhecido prestígio. O recenseamento de brasileiros no exterior seria feito pelas representações diplomáticas brasileiras. O prazo para a completa conclusão do censo era de quatro anos. Todas as pessoas, autoridades em todos os níveis e órgãos públicos e privados eram obrigadas a responder ao censo (SENRA, 2006b).

¹³⁰ Lei n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920 (Anexo A).

¹³¹ Decreto n. 14.026, de 21 de janeiro de 1920 (Anexo A).

A população foi definida como nos censos anteriores, e foram utilizadas listas de família, compostas de dois formulários, para a coleta das informações sobre as características da população, em vez do boletim individual (utilizado para a atividade censitária em outros países). No boletim demográfico, eram feitas perguntas muito simples, de fácil resposta, sobre as principais características de cada um dos membros da família, como as seguintes: nome, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, grau de instrução, residência, defeitos físicos quanto à cegueira e surdo-mudez, situação do indivíduo que habitava o domicílio e número de pessoas a seu cargo. A DGE adotou um modelo especial para os domicílios particulares e outro para as habitações coletivas. Foram utilizadas folhas suplementares e a caderneta demográfica para anotações sobre os prédios. A lista de família era dividida em 3 partes: pessoas moradoras da casa e presentes na noite de 31/08 para 01/09/1920; pessoas moradoras, mas ausentes na data; pessoas não moradoras, mas presentes na data. A caderneta demográfica foi utilizada para registros, pelos agentes, de informações sobre o prédio. Todos os encarregados da direção de serviços coletivos, públicos e particulares, deveriam preencher as listas censitárias, e, no caso de impossibilidade, o agente recenseador deveria preencher o formulário. Os agentes eram pagos por suas atividades.

Nesse censo, ocorreu a supressão do quesito cor/raça, com a justificativa de que as respostas poderiam ocultar, em grande parte, a verdade, especialmente quanto aos mestiços. Na realidade, o quesito cor foi excluído dos censos de 1900 e 1920, tendo como justificativa um possível empenho do regime republicano brasileiro em apagar a memória da escravidão ou mesmo pelo incômodo causado pela constatação de que nossa população era crescentemente mestiça. O quesito defeitos físicos foi categorizado somente como cegueira e surdo-mudez, defeitos que geralmente não são ocultados. Foi suprimido também, nesse censo, o quesito religião.

Foram utilizados recursos mais práticos e persuasivos para fazer a propaganda do recenseamento de 1920. A propaganda foi muito importante para o seu sucesso, por meio do auxílio da imprensa e das corporações interessadas pelo seu êxito. Colaborou, também, para o sucesso da campanha, a benéfica influência do alto clero.

O material recebido das delegacias gerais pela DGE era imediatamente conferido, e as pastas com os boletins eram depois colocados em estantes numeradas. Depois de ser esse material revisto e catalogado, passava-se à apuração dos resultados. A apuração dos resultados foi feita por meio do processo manual e mecânico, utilizando-se as máquinas americanas Hollerith para a perfuração, separação e tabulação. Foram designadas quatro turmas de apuradores: duas turmas de auxiliares do sexo feminino, responsáveis pelo censo demográfico e duas turmas de auxiliares do sexo masculino, responsáveis pelo censo agrícola e industrial. A previsão de custos surpreendeu pelos baixos gastos de uma operação tão grande.



Figura 15 – Máquinas Hollerith¹³².
Fonte: Recenseamento de 1920/IBGE (Introdução)

Com a conclusão dos trabalhos do censo e sem os recursos especiais destinados para este fim, a DGE entrou novamente em crise, com falta de pessoal, carência de recursos, carência de informações. Em dezembro de 1928, foi concluída a operação do censo, com a divulgação dos seus resultados em volumes estruturados e publicados pela Tipografia de Estatística da DGE. São eles: Volume 1: Introdução – Aspecto físico do Brasil, evolução do povo brasileiro e histórico dos inquéritos demográficos (1922); Volume 1: Anexos, com decretos, instruções e modelos de cadernetas e questionários (1922); Volume 2, em 3 partes, sobre a população, agricultura,

¹³² Disponível em: <<http://nexus.futuro.usp.br/blog/~calauretti/1764>>. Acesso em: 4 set. 2011.

indústrias e estatística predial do Rio de Janeiro (1923 e 1924); Volume 3, em 3 partes, sobre a agricultura no Brasil (1923 e 1927); Volume 4, em 6 partes, sobre a população e estatística predial (1926, 1928, 1929 e 1930); Volume 5, em 3 partes, sobre indústria, salários e estatísticas complementares do censo econômico (1927, 1928 e 1929). Além desses volumes, foram publicados mais 22 volumes, um para cada estado, com a relação nominal dos estabelecimentos rurais, e mais um volume, com resultados gerais estaduais em tabelas já apresentados nos outros volumes (SENRA, 2006b). Portanto, foi uma divulgação mais ampla que a do censo de 1872, não podendo nem ser comparada com os fracassados censos de 1890 e 1900. Foi publicado um total de 29 volumes para o censo de 1920, com resultados obtidos de forma criteriosa e cuidadosa, considerado um sucesso. Em 1933, Bulhões Carvalho aposentou-se e saiu da repartição de estatística.

Apesar de seus esforços, a DGE não conseguiu organizar, unificar e padronizar os serviços de estatística do país, pois a autonomia desses serviços continuou elevada. A padronização desejada só foi conseguida, mesmo incompleta, no governo de Getúlio Vargas, na década de 1930 (PEREIRA; MORETTIN, 1991).

No censo de 1920, vários gráficos ilustrativos apresentavam os resultados. Eram gráficos pictóricos ou simbólicos, com figuras alusivas aos resultados apresentados na sua quantidade e proporção, elaborados com arte e ciência. Bulhões Carvalho em seu livro – um misto de manual didático, de memória intelectual e trajetória profissional, em que ofereceu sua ciência, vivência e consciência da atividade estatística¹³³ – *Estatística: método e aplicação*, de 1933, escreveu, sobre a apresentação gráfica, o seguinte:

A utilidade dos gráficos para esclarecer ou ilustrar as estatísticas é hoje universalmente reconhecida. Facilitam e corroboram a interpretação dos algarismos, fornecendo rápida e nítida ideia dos fatos estudados pela impressão que tem a vista das relações de grandeza e quantidade entre diversos objetos.[...] Suprem, às vezes, por uma noção precisa, instantânea e quase intuitiva, o comentário dos algarismos, não raro longo e enfadonho. Particularizam detalhes, dando ao mesmo tempo a ideia do conjunto (CARVALHO, 1933, p. 242).

¹³³ Disponível em: <<http://www.revistasaludpublica.uchile.cl/index.php/RCSP/article/viewFile/18619/19673>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

Hoje confirmamos a importância da representação gráfica na apresentação de resultados estatísticos, pela sua simplicidade, beleza, e rapidez na obtenção da informação.



Gráfico 3 – População do Brasil, em certos anos, de 1776-1920
 Fonte: Recenseamento de 1920/IBGE (Vol. IV – 1ª. parte – População)

O aspecto do Gráfico 3 é de um crescimento exponencial da população, pois os números crescem rapidamente, conforme o Gráfico 4 que elaboramos. Com os sucessivos aumentos na população, e, comparando com a população do primeiro Censo Geral de 1872, temos que, de lá até o Censo Geral de 1920, a população cresceu, quase triplicando nesses 48 anos.

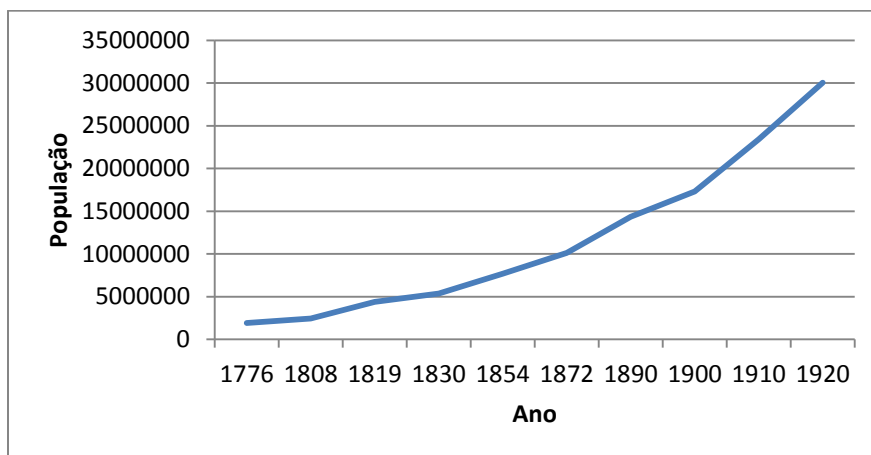


Gráfico 4 – População do Brasil de 1776-1920
Fonte: Recenseamento de 1920

Por meio da promulgação de um decreto-lei¹³⁴ foi feita a disposição sobre a realização decenal dos recenseamentos brasileiros. O art. 1º do decreto assim dispõe: “Realizar-se-á decenalmente, no dia 1 de setembro dos anos de milésimo zero, o recenseamento geral do Brasil”. A partir desse decreto, os censos abrangeram inquéritos distintos sobre aspectos demográficos, econômicos e sociais do país.

A necessidade de realização dos recenseamentos decenais foi reconhecida desde o Império pelos legisladores, de acordo com as recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística. No entanto, razões de ordem financeira e talvez política impediram que os recenseamentos gerais, no nosso país, ocorressem por décadas, dificultando a reconstituição logística do crescimento da população e o estudo retrospectivo de seu ritmo, devido à desigualdade dos períodos entre os censos. Seja pela perspectiva de elevados encargos, seja pela falta de sintonia entre os conselhos das organizações estatísticas, ou ainda pelo desinteresse dos poderes públicos, que não entendiam os benefícios do estudo levantado pelos censos, nos anos de 1880, 1910 e 1930 o recenseamento geral não foi realizado, embora previsto em lei. O quinto censo, que seria também sob a direção de Bulhões Carvalho, marcado para 1º de setembro de 1930, não aconteceu, e só ocorreu em 1940, organizado e coordenado pelo recém-criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹³⁴ Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938 (Anexo A).

Em janeiro de 1930, Bulhões Carvalho proferiu, em Salvador, uma conferência histórica para a propaganda do recenseamento, com o título “O valor da estatística e sua evolução mundial”. Ele iniciou a palestra dizendo ser a estatística “universalmente considerada uma necessidade na gerência dos negócios públicos ou particulares” (SENRA, 2006b, p. 649) e continuou sua conferência com palavras atuais para os nossos dias. A declaração de Bulhões Carvalho sobre a importância da Estatística é pertinente para o nosso trabalho, lembrando-nos dos ensinamentos de Bloch (2001a) quando afirma que o passado deve ser estudado, interrogado, para melhorar a compreensão do presente, e o conhecimento do presente fica ainda mais importante para a compreensão do passado.

As estatísticas revivem o passado, permitindo melhorar o presente, e prever o futuro; registram e perpetuam toda a atividade útil em benefício das gerações vindouras, ao descreverem expressivamente como se falassem o que de mais notável sucedeu nas mais longínquas épocas¹³⁵ (SENRA, 2006b, p. 649).

Em 2007, o IBGE publicou uma homenagem a Bulhões Carvalho, em reconhecimento ao seu trabalho, com o título *Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira*. O IBGE declarou 2007 o “Ano Bulhões Carvalho da Estatística Brasileira”.¹³⁶

O IBGE, hoje, é o principal provedor de dados e informações do Brasil e oferece uma visão completa e atual do país, ao desempenhar esse instituto suas principais funções:¹³⁷

produção e análise de informações estatísticas;
 coordenação e consolidação das informações estatísticas;
 produção e análise de informações geográficas;
 coordenação e consolidação das informações geográficas;
 estruturação e implantação de um sistema de informações ambientais;
 documentação e disseminação de informações;
 coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

A Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871, era o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas nessa época. Com a Proclamação da República, o governo ampliou as atividades do órgão, sobretudo depois da implantação do registro civil de nascimentos,

¹³⁵ Segundo Senra (2006b), esse trecho foi publicado no jornal *A Tarde*, da capital baiana, em 28 de janeiro de 1930.

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/bulhoes.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2011.

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/mtexto/funcao.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

casamentos e óbitos. A DGE originou o Departamento Nacional de Estatística, com a intenção de aprimorar a elaboração das estatísticas brasileiras. No entanto, não ocorreu melhoria nas atividades estatísticas (SENRA, 2006c).

Após ser nomeado presidente, em 1930, Getúlio Vargas procurou inovar a economia brasileira, ressaltando, com isso, a modernização revolucionária do Estado Novo. Para isso, criou importantes obras de infraestrutura, estimulou a industrialização e a substituição da mão de obra imigrante pela nacional, além de desenvolver propostas interessantes, como a criação do IBGE, inspirado pelo pensamento político de unidade e progresso do Brasil. Os serviços estatísticos e geográficos foram reorganizados, seguindo um programa administrativo, social, científico, mas sobretudo político. Os esforços investidos nessas áreas justificavam-se pela carência de informações estatísticas e geográficas encontradas no início do governo Vargas.¹³⁸

Na estatística, a carência foi fortemente sentida, pois o recenseamento que deveria ter ocorrido em 1930 não aconteceu, por causa da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. Em 29 de maio de 1936, foi estabelecido o Instituto Nacional de Estatística (INE), criado pelo decreto¹³⁹ de 6 de julho de 1934, tendo sido também constituído, em 17 de novembro de 1936, o Conselho Nacional de Estatística (CNE). Um ano depois, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia¹⁴⁰, incorporado à estrutura do INE. Depois ocorreu a mudança da designação do Conselho Brasileiro de Geografia para Conselho Nacional de Geografia¹⁴¹, que, junto com o Conselho Nacional de Estatística, compôs assim o IBGE – órgão central que renovaria a atividade estatística, fazendo surgir no país um sistema estatístico demandado pelo Estado para a produção contínua e sistemática das estatísticas. Mario Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956) foi o idealizador do processo de criação do IBGE. Baiano, formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, promoveu numerosas pesquisas estatísticas. Foi diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais; depois, a convite do Governo Provisório, transferiu-se para

¹³⁸ Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/10436/10436_5.PDF>. Acesso em: 22 abr. 2012.

¹³⁹ Decreto n° 24.609, de 6 de julho de 1934 (Anexo A).

¹⁴⁰ Decreto n° 1.527, de 24 de março de 1937 (Anexo A).

¹⁴¹ Decreto-Lei n° 218, de 26 de janeiro de 1938 (Anexo A).

o Rio de Janeiro para colaborar na organização do plano para a estruturação e unificação das estatísticas do ensino em todo o país.¹⁴²

Com o IBGE, a produção das estatísticas se modernizou e assumiu um caráter sistemático, caracterizado pela periodicidade decenal dos censos demográficos, com uma série de procedimentos que duram até hoje. Um exemplo foi a construção, por parte dos municípios, de uma base cartográfica representada pelos Mapas Municipais de 1938 (SILVA, J.H. da, 2009). Os censos posteriores assumiram uma melhor qualidade, procurando seguir as recomendações do Instituto Internacional de Estatística (IIE).¹⁴³

Apesar de vários métodos estatísticos terem sido desenvolvidos durante o século XIX e XX, esses não foram utilizados na elaboração e realização dos quatro primeiros censos gerais brasileiros. Esses censos foram basicamente descritivos, com enormes quadros de dados e alguns gráficos. Somente com a criação do IBGE, em 1936, tendo esse órgão como uma de suas funções a realização dos censos gerais, é que alguns desses métodos foram implementados, principalmente os métodos de amostragem e estimação de parâmetros baseados em amostras representativas da população, desenvolvidos por Fisher entre 1915 e 1925 (HALD, 2004).

No próximo capítulo, utilizando os quadros apresentados nos relatórios dos censos de 1872, 1890, 1900 e 1920, elaboramos algumas tabelas cruzadas para algumas variáveis, analisamos essas tabelas e tecemos alguns comentários sobre as variáveis selecionadas. Segundo Bloch (2001a), o historiador faz a leitura dos documentos que tem em mãos, procurando conhecimentos com os olhos do presente. Os acontecimentos do passado são imutáveis, mas estão sujeitos às interpretações e julgamentos dos leitores, pois “o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001a, p. 75).

¹⁴² Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/mario-augusto-teixeira-de-freitas>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

¹⁴³ Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/04-A%20Criacao%20do%20IBGE.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2011.

6 ANÁLISES RELACIONADAS AOS PRIMEIROS CENSOS – TRAÇADOS DE UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA

Entretanto, por mais bem feitos, por mais abundantes que possam ser, esses marcos indicadores seriam somente de pouca serventia para um trabalhador que não tivesse, previamente, alguma ideia do terreno a explorar (BLOCH, 2001a, p. 83).

Construir o Estado Nacional implicava conhecer os movimentos e a composição da população, orientar a ocupação dos grandes espaços vazios do interior do Brasil. Assim, as estatísticas ganharam importância, sendo desejadas como forma de conhecimento e poder. Em sua abordagem investigativa sobre essa temática, Botelho (1998) teve pretensão de ver, nos censos demográficos, elementos integrantes ao processo de construção da nação. “Território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes foram os elementos principais do “caráter nacional”, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural” (CHAUI, 2007, p. 21). Variáveis como essas foram investigadas nos quatro primeiros censos brasileiros, e as estatísticas foram revelando as populações, os territórios, a economia e a sociedade, em si e em suas relações. Assim, elas foram desejadas e destacadas, com grande importância, dentro de um contexto histórico. Bloch (2001a) acredita que a investigação histórica deve se voltar preferencialmente para o indivíduo ou para a sociedade, enquanto Senra (2005) olha para essa sociedade a partir dos números que ocuparam posição de destaque, presentes nos interesses dos Estados, revelando as realidades para o exercício do poder.

O Congresso Internacional de Estatística de São Petersburgo, realizado em 1872, votou que, no boletim individual ou na lista de família, deveriam ser registradas as seguintes características: nomes e sobrenomes; sexo; idade; relação de parentesco com o chefe da família; estado civil; profissão; religião; língua falada no país; grau de instrução (se sabe ler ou escrever); naturalidade (lugar onde nasceu); nacionalidade (país de origem); domicílio de residência; enfermidades (cegueira, surdo-mudez, idiotismo, cretinismo, alienação mental) (CARVALHO, 1933). Segundo a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), uma preocupação fundamental no estudo das populações humanas é com o seu tamanho e com os fenômenos que determinam e

afetam esse tamanho, como nascimentos, óbitos, fenômenos migratórios. Além do tamanho da população, é também importante a sua composição por idade e sexo. Outras características importantes são, por exemplo, estado civil, local de residência ou nascimento, condição de atividade econômica.¹⁴⁴ Essas variáveis e outras são investigadas nos censos.

Um conjunto de dados estatísticos, uma tabela, um gráfico podem fazer parte de um documento ou constituir por si mesmos um documento, que não representará nada se não soubermos interpretá-lo para a obtenção de informações úteis. Dessa forma, os dados dos censos, sem a sua interpretação, ficam sem utilidade adequada. De acordo com Stigler (2003, p. 1),

[...] medidas sozinhas não são o bastante. Para servir aos propósitos da ciência as medições devem ser suscetíveis a comparações. E comparabilidade de medidas requer algum entendimento de suas acurácias, algum modo de medir e expressar a incerteza em seus valores e inferências derivadas delas [Tradução nossa].

Assim, os documentos censitários podem ser considerados vestígios, de acordo com Bloch (2001a), ou sinais, de acordo com Ginzburg (1989), pois constituem uma fonte rica, se soubermos compreendê-los e analisá-los. Assim, poderemos compreender o presente pelo passado e vice-versa – método regressivo de Bloch (BLOCH, 2001a). De acordo com Pinzky e Luca (2009), o documento não é um documento em si, mas é um diálogo com o presente, em uma construção permanente, podendo gerar leituras variadas e até mesmo opostas. Embora saibamos que quantificações trazem incertezas, essas nem sempre são discutidas. Os números sempre parecem representar o peso do poder; no entanto, há muitas fontes de erros aleatórios nesses valores (MLODINOW, 2009). Além de apresentarem as populações, as estatísticas dimensionam a realidade (SENRA, 2005).

Governa-se, e governar é controlar, administrar, influenciar, monitorar, fiscalizar, dirigir, regular; vigia-se, ordena-se, disciplina-se, enfim, norteiam-se as condutas dos homens; assim sendo, todos governam (seja o pai, o patrão, o mestre, a amante, seja o Estado) (SENRA, 2005, p. 58).

Nesse sentido, passaremos a algumas análises, baseadas nos documentos oficiais dos quatro primeiros censos gerais brasileiros, com o intuito de chegarmos a novos conhecimentos ou de

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte1cap1p13a44.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2013.

contribuirmos para ampliá-los. Segundo Senra (2005, p. 16), “compreendê-las [as estatísticas] devidamente, pressupõe aplicação e empenho de quem as recebe e, claro, de quem as elabora”. Articulamos as informações trazidas pelos censos com a compreensão do contexto histórico e, dessa maneira, estamos concordando com Bloch (2001a, p. 60), quando escreveu que “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”.

O **1º Censo Geral brasileiro**, em 1872, chegou num clima de recomposição de um pós-guerra – A Guerra do Paraguai (1864-1870). A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul, em que o Brasil participou junto com a Argentina e o Uruguai, formando a Tríplice Aliança contra o Paraguai. O conflito se iniciou em dezembro de 1864, com a invasão da província de Mato Grosso pelo Paraguai. As baixas da guerra foram muito grandes, com os exércitos paraguaios praticamente dizimados e o Estado nacional bastante destruído. O Brasil enviou entre 100 mil a 140 mil homens, sendo muitos negros e escravos, e em torno de 25 mil indivíduos não voltaram (SCHWARCZ, 1998); isso sem contar os civis. Existem previsões que chegam a 50 mil perdas, entre mortos, feridos e desaparecidos, ou seja, entre 36% e 50% de perdas nos exércitos brasileiros. Assim, a guerra foi caracterizada pelo elevado número de mortos e pela crueldade das batalhas. Além disso, estudiosos chegam a avaliar que a fome e as doenças mataram 10 vezes mais soldados brasileiros do que os conflitos abertos contra os paraguaios (PRIORE; VENANCIO, 2010). Foi o último conflito em que o Brasil participou no século XIX, terminando em março de 1870.¹⁴⁵

Percebeu-se, nesse pós-guerra, que faltavam muitas informações estatísticas devido à necessidade de dados sobre a capacidade de recrutamento, abastecimento de suprimentos, localizações (referências cartográficas). Passado esse estado de conflito, o poder público brasileiro voltou os seus interesses para uma projeção internacional da nação, motivado inclusive pela importância em participar dos Congressos Internacionais de Estatística. O censo de 1872 emergiu, nesse fim de guerra, após a criação da DGE, com uma população debilitada e desestruturada pelo longo conflito. Por isso, tinha-se como importante conhecer a realidade dos

¹⁴⁵ *Revista do IHGB*, Tomo LXXVI, Parte II (1913). História da Guerra do Paraguai por Max Von Versen, major do exército real da Prússia. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1913t00762c.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2012.

dados demográficos reais do país após esse conturbado período. No campo econômico, o país não apresentou significativa transformação, estando economicamente dependente da Inglaterra, apesar de independente de Portugal. O fim da Guerra do Paraguai deixou como herança para o Brasil uma pesada dívida com a Inglaterra, devido ao custo financeiro da guerra. Apesar disso, nos campos social e cultural, ocorreram avanços. No setor público, foi inaugurada a iluminação a gás (1872), os serviços telefônicos entraram em operação (1877) e os bondes elétricos começaram a funcionar (1892). As manifestações culturais foram influenciadas pela Europa, principalmente pela França, destacando-se nomes na literatura (prosa e poesia), e foi fundada a primeira companhia de teatro nacional no Rio de Janeiro no final do século XIX.¹⁴⁶

Várias foram as motivações para o censo de 1872, entre as quais estavam o desejo pelo Estado de organização do processo eleitoral, os fins militares e a universalização do ensino primário.¹⁴⁷ Esse censo tornou-se uma das fontes mais importantes para o conhecimento da história demográfica, social e econômica do Brasil no século XIX. Iniciou-se, com ele, o processo de consolidação da estatística como um instrumento importante para o estado brasileiro conhecer sua sociedade.

Por outro lado, esse censo era um instrumento poderoso a ser apresentado em defesa da integração do Brasil no contexto das nações, mostrando civilidade e progresso, ou mesmo, um meio de controle do Estado. De acordo com Botelho (1998), tornou-se fundamental conhecer melhor a população brasileira com o intuito de controle sobre o sistema eleitoral. Ademais, provavelmente, os dados censitários apresentados podem ter sido manipulados na intenção maior de exibir resultados que permitissem destacar o Brasil no contexto internacional. Um exemplo disso, que observamos a partir das informações desse censo, refere-se aos dados contabilizados sobre a religião, em cuja categorização somente aparecem *católicos* e *não católicos*, tendo sido os escravos todos incluídos como católicos, contabilizando 99,7% de católicos no país. Outro exemplo é a ausência dos índios, sem qualquer observação ou comentário, do quadro geral da população (censo de 1872, 1890, 1900, 1920) em relação à variável “raça”, na qual somente

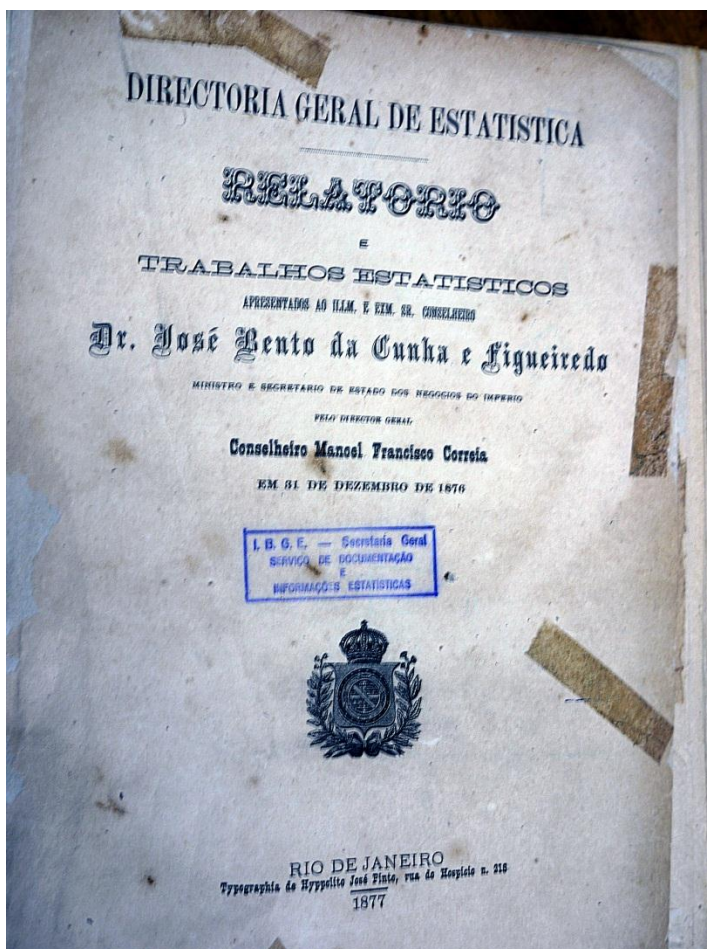
¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/segundo-reinado-no-brasil/segundo-reinado-no-brasil.php>>. Acesso em: 18 maio 2012.

¹⁴⁷ Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2013.

constaram brancos, pardos, negros e caboclos, incluindo-se os indígenas como caboclos. Isso causa estranheza e dúvidas sobre a realidade nacional, quanto à população, exibida por meio desse instrumento. Cabe, nessa oportunidade, ressaltar, mesmo fugindo de nosso recorte temporal, que isso continuou a ocorrer também nos censos seguintes (1940, 1950, 1960, 1970 e 1980). Os números dos censos analisados foram publicados em vários volumes e divulgados pela Diretoria Geral de Estatística – órgão estatístico oficial.

A foto da capa do relatório a seguir (fotografia 8) traz a conclusão e a impressão de todo o trabalho do recenseamento da população do Império, realizado em 1872. Os resultados do censo foram publicados em 23 volumes, contendo 8.546 quadros. Esse trabalho de recenseamento, pela primeira vez executado em todo o país, não pretendeu ser perfeito, em virtude de algumas lacunas e imperfeições encontradas, na maioria das vezes devido às condições locais e hábitos das pessoas do interior de algumas províncias. Mesmo não sendo perfeito, esse censo foi o melhor que, nas circunstâncias, se poderia alcançar, com resultados obtidos próximos da realidade.¹⁴⁸ Bloch (2001a) nos chama atenção sobre a busca da “verdade”. De acordo com o autor, colocando-nos como historiadores, seremos investigadores em busca da verdade, que só pode ser conhecida atentando aos vestígios com alguma parcialidade, para que o que foi feito pelo homem possa ser lembrado e estudado com o passar do tempo. Desse modo, o historiador deve reunir os documentos, lê-los com cuidado e empenhar-se em avaliar a sua autenticidade e veracidade, na busca de uma verdade daquele momento histórico, embora Bloch (2001) nos advirta que nunca poderemos preencher inteiramente as lacunas.

¹⁴⁸ Disponível no Relatório da DGE de 31 de dezembro de 1876. Acervo CDDI/IBGE.



Relatório dos trabalhos estatísticos da DGE apresentados ao Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo diretor geral Conselheiro Manoel Francisco Correia em 31 de dezembro de 1876, relativo ao ano de 1875, publicado em 1877.

Fotografia 8 – Relatório do recenseamento de 1872

Fonte: IBGE – Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Jonnès (1856), em seu livro *Éléments de Statistique*, enfatiza a importância da Estatística na busca da verdade.

Sabe-se que, entre os trabalhos mais difíceis do espírito humano, deve-se colocar em primeiro lugar a busca da verdade, e que é preciso grandes esforços para descobrir a realidade das coisas, e para evitar de se deixar possuir pelo erro e pela decepção.

A Estatística, que tem por propósito a descoberta e a constatação de uma multiplicidade de verdades úteis, importantes, essenciais, frequentemente inéditas, e de natureza e de origem muito diversas, será uma das ciências cujas operações encontram os maiores obstáculos. Ela não chega à certeza, como a história e frequentemente a justiça senão por provas escritas; mas ela tem, sobre uma e sobre outra, uma vantagem que lhe vem da linguagem dos números, que é de poder, antes de admitir fatos, verifica-los pelo cálculo, que fornece quase sempre meios de controle e de segurança. [Tradução nossa a partir de (Jonnès, 1856, p. 119)].¹⁴⁹

¹⁴⁹ On sait que, parmi les travaux les plus difficiles de l'esprit humain, on doit mettre au premier rang la recherche de la vérité, et qu'il faut les plus grands efforts pour découvrir la réalité des choses, et pour éviter de se laisser abuser par l'erreur ou la déception.

A visão de certeza da História mudou com a fundação, em 1929, da Escola dos Annales¹⁵⁰ por Lucien Febvre e Marc Bloch, que se propunham ir além da visão positivista da História, substituindo o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração. O movimento objetivava fazer uma História mais abrangente, enriquecendo a História por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática (BURKE, 1997). O historiador vive em busca da verdade, que não está posta pelos documentos, pois estes devem ser analisados cuidadosamente, já que, concordando com Bloch (2001a, p. 75), “o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”.

Muitos métodos estão à disposição dos estatísticos, mas nunca serão suficientes para atender às necessidades reais. Pistas, indícios, sintomas, alcançados em experiências, serão investigados e utilizados na busca da verdade, dando-se importância à pesquisa e à criação de novos métodos que sistematizem e generalizem essas experiências.

Com base nos quadros produzidos (quantitativos expressos em números pela DGE) para os recenseamentos de 1872, 1890, 1900 e 1920, elaboramos análises conjunturais e algumas tabelas de dupla entrada para algumas avaliações, acrescentando informações percentuais. Além disso, elaboramos gráficos para melhor visualização dos resultados obtidos. Temos, a seguir, alguns resultados de cruzamentos de variáveis avaliadas nesses quatro censos, tais como gênero, condição servil, analfabetismo, raça, religião, nacionalidade, estado civil, profissões.

La Statistique, qui a pour but la découverte et la constatation d'une multitude de vérités utiles, importantes, essentielles, souvent inédites, et de nature et d'origine très diverses, doit donc être l'une des sciences dont les opérations rencontrent le plus d'obstacles. Elle n'arrive à la certitude, comme l'histoire et souvent même la justice, que par des preuves écrites; mais elle a, sur l'une et sur l'autre, un avantage qu'elle doit au langage des chiffres, c'est de pouvoir, avant d'admettre les faits, les vérifier par le calcul, qui fournit presque toujours des moyens controle nombreuse et assurés (JONNÈS, 1856, p. 119).

¹⁵⁰ Grupo de historiadores que lançou a *Revista dos Annales* (1929), na França, composto por: Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. As principais idéias e diretrizes da Revista eram: “Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras” (BURKE, 1997, p. 11).

O censo de 1872 contou uma população com 9.930.478 indivíduos, sendo 3.459.327 (35%) com idades entre 0 e 14 anos (*Recenseamento do Brasil em 1872*¹⁵¹). O Império do Brasil era constituído, nessa época, de 21 províncias (incluindo o Município Neutro – Rio de Janeiro, município da corte), tendo cada província os seus municípios, que se subdividiam em paróquias (de domínio católico), as quais eram as unidades mínimas para a coleta de informações. Contava-se, nesse censo, com a colaboração do clero, que tinha evidente influência sobre a população brasileira, em particular nas paróquias mais afastadas dos grandes centros (BOTELHO, 1998). Para Silva, J. H. da (2009), tomando como base territorial as paróquias, esperava-se garantir a colaboração dos clérigos, que eram considerados funcionários públicos e únicos membros da burocracia estatal em todo território brasileiro, atuando como divulgadores presentes nas comissões censitárias.

O perfil da sociedade foi dado principalmente pela condição servil – livres e escravos. Com base nos dados quantitativos do censo de 1872, segue a representação gráfica (Gráfico 5), elaborada para este trabalho. Enfatizamos que para todas as elaborações (tabelas e gráficos) foram utilizados os dados oficiais censitários.

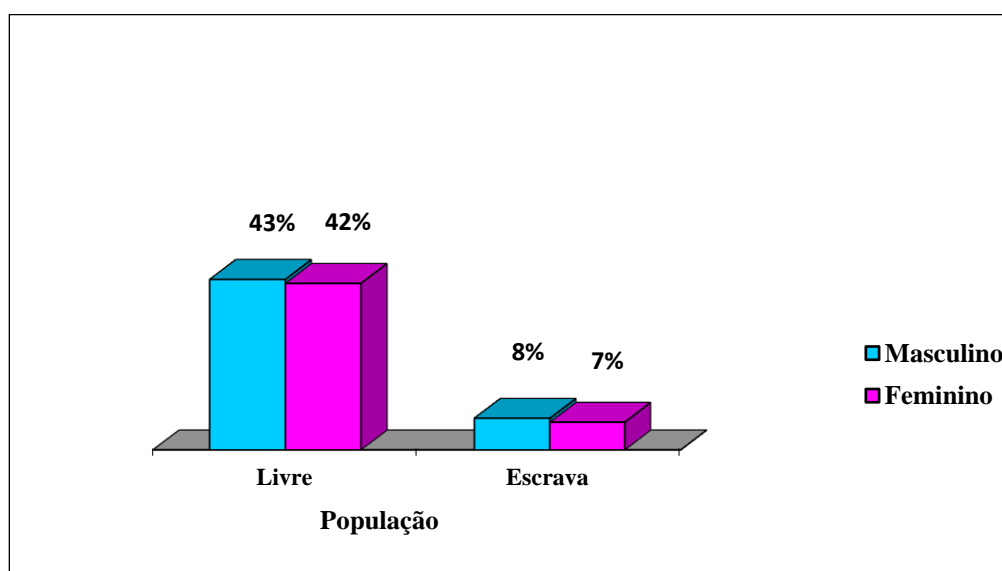


Gráfico 5 – Distribuição do percentual da população em relação ao gênero e à condição servil – Brasil – Censo 1872

¹⁵¹ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

No Brasil do descobrimento, a escravidão iniciou-se pelos índios e, pouco depois, pelos povos africanos. Até mesmo conventos e mosteiros sobreviviam à custa do trabalho escravo. Pelo censo de 1872, a província com o maior percentual de população escrava era a do Rio de Janeiro (36%), seguida pela do Espírito Santo (28%), Maranhão (21%), São Paulo (19%), Minas Gerais (18%), Município Neutro (18%) e Rio Grande do Sul (16%), sendo esses percentuais superiores ao do Império do Brasil (15%). Provavelmente, na Província do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, contavam-se maiores percentuais em virtude de estarem os portos de desembarque de escravos situados nesses locais, com uma maior permanência de escravos nessas províncias. O censo de 1872 revelou as posições controversas das províncias quanto ao fim da escravidão, mostrando a concentração do maior percentual de escravos nas quatro províncias cafeeicultoras e na corte (59%) (SCHWARCZ, 1998).

Segundo estimativas do IBGE, entre 1550 e 1850 cerca de 3,6 milhões de africanos desembarcaram no Brasil para a escravidão. Eles trouxeram seus hábitos, suas crenças, sua religião, suas danças, suas artes, seus conhecimentos de plantio e de produção. Os negros africanos, oprimidos e explorados pelos senhores das fazendas, não tinham acesso à educação, pois a educação escolar era proibida. Não sabiam ler e escrever, mas tinham rica cultura, bastante presente entre nós até hoje.¹⁵² A população escrava já estava bem reduzida na época de pós-Guerra do Paraguai, antes do Primeiro Censo Geral (1872), vítimas de doenças, maus tratos e regidos pelas primeiras leis de redução da escravidão.

Durante a segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira passou por importantes mudanças políticas, sociais e econômicas, como as seguintes: a extinção do tráfico de escravos – Lei Euzébio de Queiroz (1850); regulamento do registro dos nascimentos e óbitos no Império, apelidado de “Lei do Cativo”¹⁵³ (1851 – Anexo A); a instalação das primeiras indústrias (entre 1850 e 1860); a liberdade aos filhos de escravos – Lei do Ventre Livre (1871); a proibição do voto do analfabeto – Lei Saraiva (1881); a liberdade aos escravos com mais de 65 anos – Lei dos Sexagenários (1885); a abolição da escravatura – Lei Áurea (1888); a substituição do trabalho

¹⁵² Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/ontemhoje.html>>. Acesso em: 30 maio 2012.

¹⁵³ Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/3/03_forum_2.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2013.

escravo pelo assalariado; a modernização das lavouras; a mudança do regime de governo (Império – República) e a elaboração de uma nova Constituição (1891). Essas transformações ocorreram lentamente e não atingiram todo o país. As leis eram descumpridas, com justificativas baseadas em um escravismo racista, que continuou até o século seguinte a relegar o negro a condições inferiores, de menosprezo em geral, deixando-o marcado como sujeito passivo de exploração. O racismo perverso do século oitocentista por vezes ainda se apresenta em atitudes contemporâneas, como vestígios malévolos da situação do negro, reforçada em várias partes da obra de Lobo (2008).

Ao interpretarem a nacionalidade exclusivamente pela raça, e fornecerem todas as soluções para o “atraso brasileiro” e as evidências de sua inferioridade perante as nações adiantadas do mundo ocidental, as elites [brasileiras] pretendiam na verdade livrar-se do negro, elemento sempre reputado moralmente pernicioso e intelectualmente atrasado, e assim justificar a permanência, mesmo após a Abolição, da rígida hierarquia social do país. Por isso, muitos de seus membros foram também imigrantistas (LOBO, 2008, p. 213).

Muitos imigrantes europeus chegaram ao Brasil a partir de 1850 para irem substituindo a mão de obra escrava, essencialmente nas lavouras de café, principal produto de exportação. A configuração da população, livre e escrava, ficou diretamente alterada por essas transformações. Com a lei do cativo, em que ocorreu o temor de reescravização dos escravos já livres, o censo programado para 1852 não foi realizado. Com a Lei Euzébio de Queiroz e a Lei do Ventre Livre, ocorreu uma gradativa diminuição no número de escravos, que foram os contabilizados no Primeiro Censo Geral (1872). No entanto, afirma Lobo: “Não houve instituição mais duradora, mais persistente e mais conservadora do que a escravidão no Brasil, o último país do mundo a extingui-la” (LOBO, 2008, p. 127). A escravidão no Brasil atravessou quatro séculos, com mais de 300 anos sem grandes transformações.

Para a característica “grau de instrução”, a alfabetização era o indicador único e absoluto, reforçando a imagem de uma população basicamente iletrada (Tabelas 17 e 18).

Tabela 17 – Distribuição da população livre em relação ao gênero e ao grau de instrução
– Brasil – Censo 1872

Gênero	Grau de Instrução		Total
	Alfabetizado	Não alfabetizado	
Masculino	1.012.097 (12%)	3.306.602 (39%)	4.318.699 (51%)
Feminino	550.981 (7%)	3.549.992 (42%)	4.100.973 (49%)
Total	1.563.078 (19%)	6.856.594 (81%)	8.419.672 (100%)

Tabela 18 – Distribuição da população escrava em relação ao gênero e ao grau de instrução
– Brasil – Censo 1872

Gênero	Grau de Instrução		Total
	Alfabetizado	Não alfabetizado	
Masculino	958 (0,1%)	804.212 (53,2%)	805.170 (53,3%)
Feminino	445 (0%)	705.191 (46,7%)	705.636 (46,7%)
Total	1.403 (0,1%)	1.509.403 (99,9%)	1.510.806 (100%)

Confirmamos que, no Brasil de 1872, a educação era para poucos. Dos 9.930.478 indivíduos contabilizados na população, somente 16% eram alfabetizados, chegando o índice de analfabetismo entre a população escrava a 99,9%. Uma educação mais especializada era marca distintiva da elite, em que boa parte optava pela formação jurídica em Coimbra (SCHWARCZ, 1998). Segundo os censos, é contada como alfabetizada, não a pessoa que sabe realmente ler e escrever, mas, sim, a pessoa que declara saber ler e escrever, podendo, assim, o percentual de analfabetismo ser ainda maior nessa época – mais de 84% de analfabetos. Nas províncias do Império, o maior percentual de alfabetizados estava no Município Neutro – Rio de Janeiro (35%), capital do Império –, seguido pela Província do Rio Grande do Norte (32%), provavelmente por ser essa província ponto de estratégia militar para a defesa, pois aí estava localizado o Forte dos Reis Magos, e por concentrar ela um maior número de “letrados”. Saviani, na citação abaixo, ressalta o descompromisso do governo central com a instrução escolar.

Durante os 49 anos correspondentes ao Segundo Império, entre 1840 e 1888, a média anual dos recursos financeiros investidos em educação foi de 1,80% do orçamento do

governo imperial, destinando-se, para a instrução primária e secundária, a média de 0,47% (SAVIANI, 2006, p. 28, 29).

A inclusão do quesito relacionado à frequência escolar na população de 6 a 15 anos revelou certo interesse do Império pela educação primária e a responsabilidade do Estado (Gráfico 6).

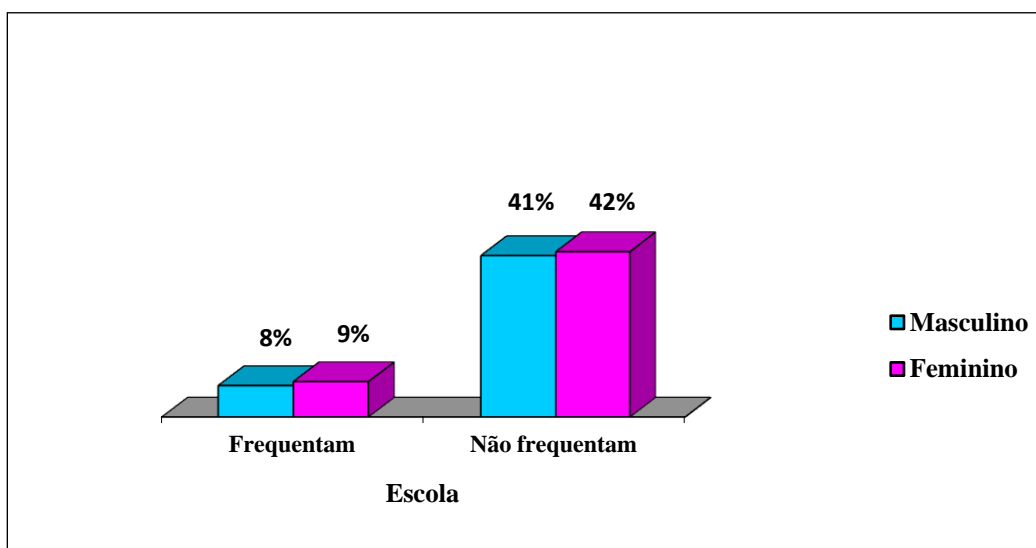


Gráfico 6 – Distribuição do percentual da população escolar de 6 a 15 anos em relação ao gênero – Brasil – Censo 1872

Chama nossa atenção o grande percentual de crianças e adolescentes que não frequentavam a escola, e entre os poucos que iam à escola a frequência maior era para os do sexo feminino. Bloch (2001a, p. 60) escreve que “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”, e procuramos analisar esse fato. Vários foram os problemas que contribuíram para a baixa frequência de crianças e adolescentes na escola primária nesse momento, por exemplo: poucas escolas, as longas distâncias que as crianças tinham que percorrer para chegar até à escola, a falta de recursos dos pais para mandarem seus filhos às escolas, o pouco apreço às letras, o escasso zelo dos professores, o descaso com a alfabetização das meninas. Os professores eram poucos e mal remunerados, sendo os melhores salários os das escolas da capital. As escolas de meninas eram poucas, já que existia certa discriminação quanto à instrução para o sexo feminino. Por exemplo, no Espírito Santo, a única escola de meninas

funcionava na capital e contava com 36 meninas no ano de 1851.¹⁵⁴ Podemos dizer, mesmo assim, que existia alguma preocupação com a educação primária em virtude de ter sido esse quesito incorporado ao censo de 1872, o que aponta certa responsabilidade do Estado.

A Lei de 15 de outubro de 1827 (Anexo B) foi a que criou a instrução primária em nosso país, bem como as escolas de primeiras letras em todas as cidades. Posteriormente, pela Lei de 12 de agosto de 1834 (Anexo B), a educação primária e secundária passou para a órbita das Assembleias Provinciais. A educação superior e a educação do distrito da Corte (RJ) ficaram sob a responsabilidade da União (Ministério do Império e Interior). Com o decreto¹⁵⁵ lavrado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, presidente da província do Rio de Janeiro, foi remodelado, em 1854, o ensino primário e secundário. No entanto, o analfabetismo persistiu por pelo menos um século com altas taxas (VIDAL; FARIA FILHO, 2005).

Outro critério de diferenciação da população era dado pela cor – brancos, pretos, pardos, caboclos –, existindo na verdade, uma ambiguidade entre cor e raça (Tabela 19 e Gráfico 7).

Tabela 19 – Distribuição da população em relação ao gênero, estado servil e à raça
– Brasil – Censo 1872

Gênero	Raça	População		Total
		Livre	Escrava	
Masculino	Branco	1.971.772(20%)	—	1.971.772 (20%)
	Pardo	1.673.971(17%)	252.824 (2%)	1.926.795 (19%)
	Preto	472.008 (5%)	552.346 (6%)	1.024.354 (11%)
	Caboclo	200.948 (2%)	—	200.948 (2%)
Feminino	Branco	1.815.517(18%)	—	1.815.517 (18%)
	Pardo	1.650.307(17%)	224.680 (2%)	1.874.987 (19%)
	Preto	449.142 (4%)	480.956 (5%)	930.098 (9%)
	Caboclo	186.007 (2%)	—	186.007 (2%)
Total		8.419.672 (85%)	1.510.806 (15%)	9.930.478 (100%)

¹⁵⁴ Informações históricas a esse respeito podem ser encontrados nos Relatórios de Província, como o escrito pelo presidente da província do Espírito Santo – o bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Província/1852_05_24_Jose_Bonifacio_Nascentes_dAzambuja.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2012. Para outras leituras e indicações mais minuciosas e críticas a respeito da situação das escolas primárias na província do Espírito Santo, deixamos como referência o trabalho de Gaudio (2010).

¹⁵⁵ Decreto n° 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 (Anexo B).

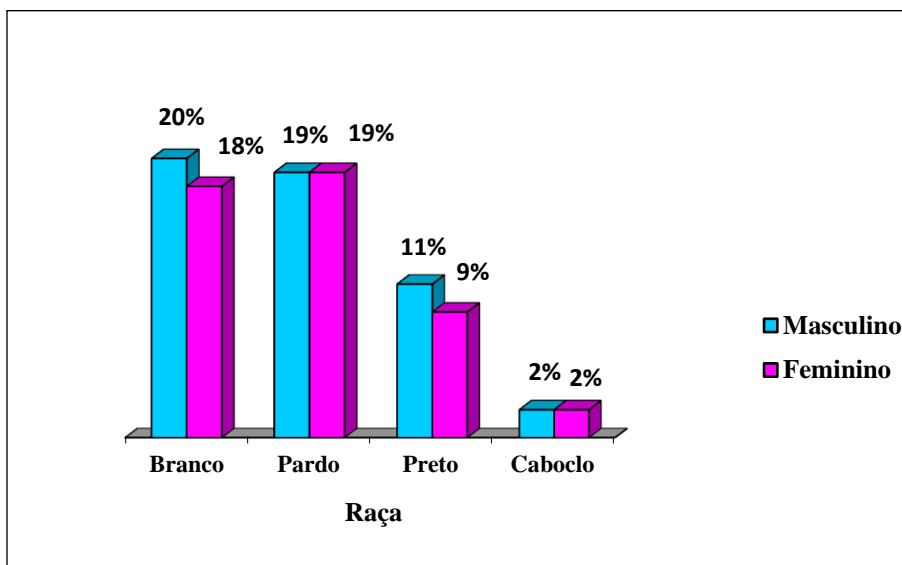


Gráfico 7 – Distribuição do percentual da população em relação ao gênero e à raça – Brasil – Censo 1872

Foi na metade do século XIX, com o Conde de Gobineau, autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855), que a noção de raça associada às características físicas e a um passado comum teve destaque. Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) era diplomata, escritor e filósofo francês e influente teórico do racismo no século XIX. Ele postulava a discriminatória superioridade da raça branca sobre as demais. Segundo Gobineau, a mistura de raças era inevitável e levaria a raça humana a graus sempre maiores de degenerescência, tanto física quanto intelectual. É atribuída ao conde a polêmica frase: "Eu não acredito que viemos do macaco mas creio que estamos indo nessa direção"¹⁵⁶.

O Brasil sempre teve uma população bastante racista, em meio à qual as reflexões e os estudos sobre a avaliação da cor da pele demorou a ocorrer. A introdução da variável “cor” nos censos do Império gerou protestos, e apenas em fins do século XIX é que intelectuais brasileiros se interessaram pelo tema. Acreditava-se que a mistura de raças gerava uma classe de pessoas impuras; por isso, muitos intelectuais racistas apostaram que o branqueamento da população seria a solução para a melhoria. Para tanto, prezava-se a miscigenação das raças (consideradas inferiores) com o branco, desde que se incentivasse a imigração europeia, o que ainda estava em confronto com a teoria dos que previam a degeneração da raça como resultado da mestiçagem

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/fcp-gobineau.html>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

(PRIORE; VENANCIO, 2010). Além do branqueamento da população, outras teorias surgiram no século XIX sobre a miscigenação de raças. Por exemplo, o elogio à mestiçagem, como uma raça mais forte e mais adaptada ao novo meio; e outra teoria que via, no cruzamento de raças, o tipo ‘superior’ absorvendo o ‘inferior’ (LOBO, 2008).

O Brasil, logo após o seu descobrimento, era habitado por brancos, africanos e indígenas, cujos cruzamentos originaram as classificações das raças/cores (SENRA, 2006a). No quesito raça/cor¹⁵⁷, no censo de 1872, o recenseado livre se autoclassificava entre estas opções: branco, preto, pardo e caboclo (índios incluídos, sendo excluídos os índios não aculturados, ou seja, não adaptados à cultura local). Essas classificações bem demonstravam a atitude discriminatória e desrespeitosa para com a identidade dos habitantes índios, que aqui já estavam antes mesmo da chegada dos dominadores “brancos”. A população indígena não foi recenseada em 1872, e nem sequer observações a respeito foram registradas. Além disso, competia ao senhor a classificação dos seus escravos em, simplesmente, pretos ou pardos.¹⁵⁸

No início da colonização portuguesa, as estimativas sugeriam um significativo contingente populacional indígena no Brasil Colônia, que variava bastante, entre 2 milhões e meio a 5 milhões ou mais de indivíduos dispersos pelo território, organizados em centenas de grupos sociais distintos, cada grupo com uma configuração particular de costumes, crenças e língua. No Brasil do descobrimento, o etnólogo de origem alemã Curt Nimuendaju (1883-1945), que percorreu o Brasil em meio aos índios por mais de 40 anos, assinalou 1.400 povos indígenas, com a distribuição da Tabela 20), diminuída pela ocupação das áreas florestais:

¹⁵⁷ Não se distinguem cor e raça, pois o decreto que manda executar esse censo (Decreto nº4.856, de 30 dez 1871) fala de “cor” e os relatórios com os resultados finais trazem “raça”.

¹⁵⁸ Chama-se pardo ou mestiço o indivíduo descendente de duas ou mais etnias ou raças, e caboclo o mestiço de branco com índio.

Tabela 20 – Distribuição da população indígena 1500, 1600, 1700, 1800 – Brasil Colônia¹⁵⁹

Ano	População (milhões)
1500	5
1600	4
1700	2
1800	1

Os índios eram escravizados, vivendo em condições precárias. Uma parcela da população indígena mais próxima às grandes províncias se tornou adaptada à cultura local. Dessa forma, pouco a pouco, a população indígena foi sofrendo reduções devido às guerras de conquista, principalmente por extermínios, escravidão e epidemias.¹⁶⁰

No censo de 1872, inicialmente foi prevista a identificação da língua falada pelas diversas tribos indígenas, mas o que prevaleceu foi simplesmente a classificação dos indígenas como caboclos, não sendo considerada toda a população indígena.¹⁶¹ Embora fora do período analisado na presente pesquisa, cabe complementar que o censo de 1991 foi o primeiro a incluir os indígenas nas estatísticas sociais e demográficas oficiais. Mesmo assim, não foi recenseada toda a população indígena. Foram contados somente indígenas dos postos da FUNAI, missões indígenas e algumas cidades, contabilizando 294 mil indígenas, correspondentes a 0,2% da população total brasileira nessa época¹⁶², o que mostra também o quanto essa população se reduziu, com a extinção gradual de vários grupos indígenas desde a colonização.

Cabia perguntar: No Brasil se falavam quantas línguas? Essa pergunta não foi respondida nos quatro primeiros censos gerais brasileiros. A investigação da língua surgiu, pela primeira vez, no censo de 1940.¹⁶³

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/indios-brasileiros/populacao-indigena.php>>. Acesso em: 27 maio 2012.

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://www.infoescola.com/brasil-colonia/escravidao-de-indios/>>. Acesso em: 27 maio 2012.

¹⁶¹ Disponível em :<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/indios-brasileiros/populacao-indigena.php>>. Acesso em: 27 maio 2012.

¹⁶² Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/tendencias.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.

¹⁶³ *Vou te contar – A Revista do Censo* n°15, mar/abr 2010. Publicação do IBGE.

Outra questão em destaque, para o momento do censo de 1872, foi a nacionalidade, destinada a mensurar a presença de estrangeiros no Brasil e suas condições de livres ou escravos (Tabela 21; Gráfico 8).

Tabela 21 – Distribuição da população em relação ao gênero, à nacionalidade e à condição servil – Brasil – Censo 1872

Gênero	Condição Servil	Nacionalidade		Total
		Brasileiros	Estrangeiros	
Masculino	Livres	4.139.362 (42%)	179.337 (2%)	4.318.699 (44%)
	Escravos	719.630 (7%)	85.540 (1%)	805.170 (8%)
Feminino	Livres	4.036.829 (40%)	64.144 (0,5%)	4.100.973 (40,5%)
	Escravos	652.616 (7%)	53.020 (0,5%)	705.636 (7,5%)
Total		9.548.437 (96%)	382.041 (4%)	9.930.478 (100%)

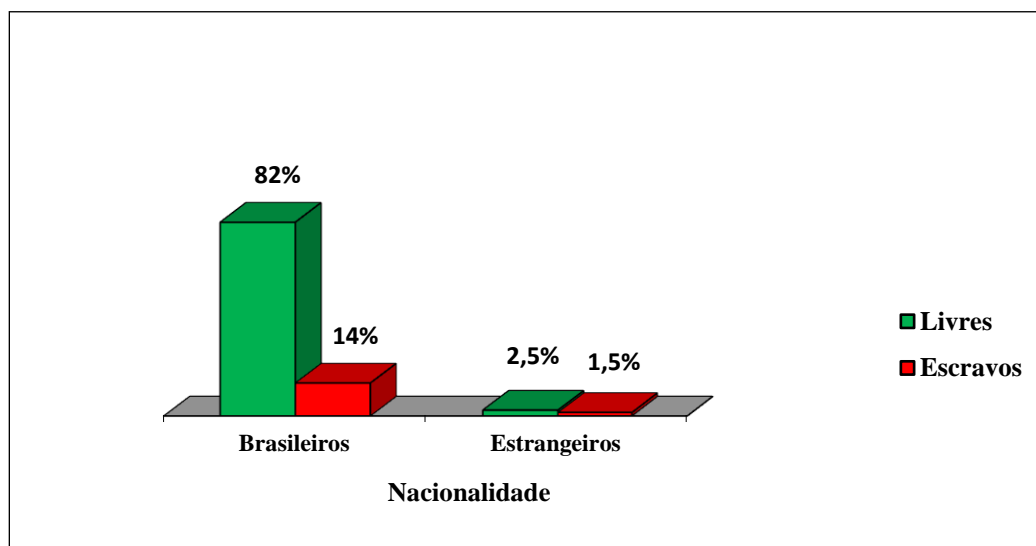


Gráfico 8 – Distribuição do percentual da população quanto à condição servil e à nacionalidade – Brasil – Censo 1872

Enquanto, no Brasil do século XIX, era importante ser conhecida a composição racial, a Europa estava voltada para a identificação das diversas línguas e dialetos em um mesmo Estado nacional ou em vários Estados. A partir do Congresso Internacional de São Petersburgo (1872), houve a recomendação de incluir a língua nos levantamentos censitários, pois se considerava que o

reconhecimento da diversidade linguística poderia ser importante para reivindicações de autonomia. Nesse congresso, o Brasil estava participando pela primeira vez, e o relatório do seu representante não mencionou essa recomendação, embora o Brasil tivesse sua população composta de estrangeiros (4%; Gráfico 8) e de várias tribos indígenas, que falavam diversas línguas (BOTELHO, 2012). Entretanto, conforme já foi comentado, a identificação das tribos indígenas, presentes desde o descobrimento do Brasil, não foi considerada para os primeiros censos, nem a identificação das línguas presentes. No entanto, no Brasil viviam estrangeiros de várias nacionalidades, principalmente africanos, portugueses, alemães, franceses, espanhóis, italianos, ingleses, que vieram imigrando aos poucos, e foram identificados como estrangeiros.

A pergunta sobre a nacionalidade, no censo de 1872, justificou-se em função das expressivas correntes migratórias que, a partir da segunda metade do século XIX, chegaram ao país.¹⁶⁴ Segundo Botelho (1998), enquanto nas províncias mais ricas recorria-se à imigração estrangeira, em outras se procurava formar uma classe trabalhadora a partir das populações existentes. Interessava transformar o indígena em trabalhador e incentivar as migrações internas.

Considera-se que foi em 1530 o início da imigração no Brasil, com a vinda, em primeiro lugar, dos portugueses, para o plantio da cana-de-açúcar. O processo migratório intensificou-se a partir de 1818, com a chegada dos primeiros imigrantes não portugueses, para o povoamento do nosso território e para o plantio do café. Assim, pouco a pouco, vieram os suíços, os alemães, os eslavos, os turcos, os árabes, os italianos, os japoneses, entre outros. Com a proibição do tráfico negreiro, em 1850, aumentou a vinda de imigrantes para o Brasil, para o trabalho nas lavouras de café e para a mineração do ouro e diamante, substituindo a mão de obra escrava pela assalariada. A abolição da escravatura trouxe um contingente ainda maior de imigrantes para as fazendas de café, para as indústrias e para a zona rural, quando, então, vieram para o país, principalmente, italianos e alemães.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Disponível em: <http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_6.pdf>. Acesso em: 27 maio 2012.

¹⁶⁵ Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/historia/imigracao/>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

Ocorreu, então, o desenvolvimento das indústrias no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, devido às mudanças nas relações de trabalho, com a expansão do emprego remunerado, a abolição do trabalho escravo e o ingresso de estrangeiros no Brasil. As indústrias desenvolveram-se desigualmente e tenderam a se concentrar na região do café (São Paulo, Rio de Janeiro). A indústria alimentícia foi uma das primeiras a ser criada. Baseava-se nos capitais da economia cafeeira e na mão de obra imigrante e foi considerada a indústria mais importante do país. A indústria têxtil também foi instalada em meados do século XIX, baseando-se no crescimento populacional e na expansão do mercado consumidor.¹⁶⁶

No quesito “religião”, confirmou-se a supremacia da religião católica, como vemos a seguir (Tabela 22 e Gráfico 9).

Tabela 22 – Distribuição da população em relação ao gênero, condição servil e à religião
– Brasil – Censo 1872

População	Gênero				Total
	Masculino		Feminino		
	Católico	Não católico	Católico	Não católico	
Livre	4.302.386 (43,3%)	16.313 (0,2%)	4.089.520 (41,2%)	11.453 (0,1%)	8.419.672 (84,8%)
Escrava	805.170 (8,1%)	_____	705.636 (7,1%)	_____	1.510.806 (15,2%)
Total	5.107.556 (51,4%)	16.313 (0,2%)	4.795.156 (48,3%)	11.453 (0,1%)	9.930.478 (100%)

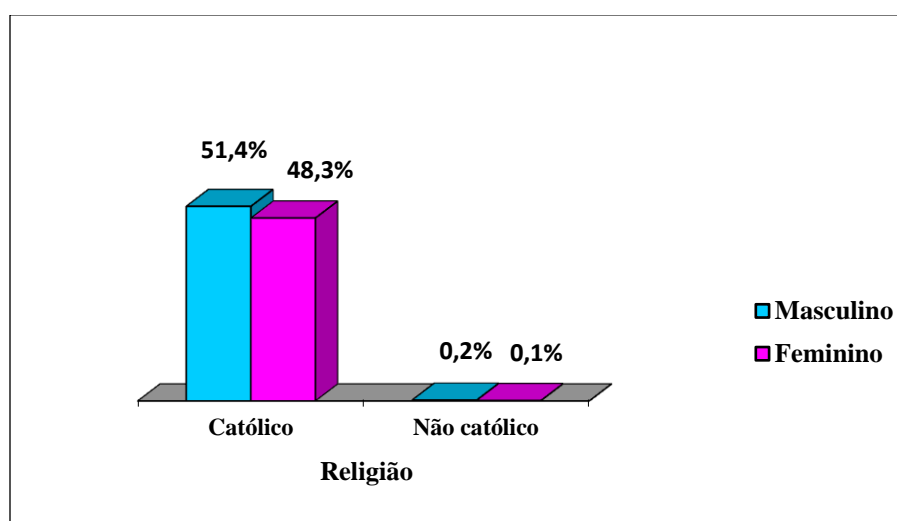


Gráfico 9 – Distribuição do percentual da população em relação ao gênero e à religião – Brasil – Censo 1872

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www.colegioweb.com.br/geografia/as-industrias-tradicionais-.html>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Até 1580, os jesuítas comportavam-se como uma espécie de missionários oficiais da coroa. Além do catolicismo, a Colônia recebeu outros credos, crenças e práticas religiosas, trazidos, por exemplo, pelos africanos. Muitos dos rituais que se encontram hoje no candomblé baiano e nos xangôs do Nordeste já estavam presentes nos rituais africanos. O protestantismo esteve presente desde 1555. No longo período do século XVI ao XVIII, ocorreram inúmeras perseguições religiosas às tradições culturais diferentes do cristianismo (PRIORE; VENANCIO, 2010).

A religião oficial do Império do Brasil era a católica, e, no censo 1872, a distribuição da população era feita somente entre católicos e não católicos. Como foi realçado anteriormente (Tabela 22), um dado duvidoso sobre essas estatísticas é que toda a população escrava foi classificada como católica. Provavelmente, isso não refletia a realidade, já que a maioria dos escravos era constituída de africanos, que, possivelmente, trouxeram as suas crenças e/ou a sua religião do país de origem, e isso não foi considerado pelo senhor que respondia ao censo pelos seus escravos.

Relacionado ao estado civil, no censo de 1872 constatou-se um país com uma população essencialmente jovem, composta, em sua maioria, por solteiros (71%). No entanto, se levarmos em conta o grande contingente infantil (35%), teremos 36% de solteiros maiores de 14 anos. O Brasil era constituído de uma população jovem, que aguentava as difíceis condições de trabalho e de sobrevivência no país.

A variável “profissões”, investigada nesse censo, foi um quesito aberto, podendo ser utilizada para avaliar o progresso da população no aspecto social, político, econômico e educacional, pois fornece elementos que concorrem para a prosperidade geral do país. Com ela, temos meios de conhecer, pela divisão do trabalho nas diversas categorias profissionais, a situação real do operariado, resumida na Tabela 23.

Tabela 23 – Distribuição das profissões na população – Brasil – Censo 1872

Profissões	Número de indivíduos
Liberais: Religiosos	2.618 (0%)
Juristas	6.958 (0,1%)
Médicos	316 (0%)
Cirurgiões	238 (0%)
Farmacêuticos	1.392 (0%)
Parteiros	1.197 (0%)
Professores e letrados	3.525 (0%)
Empregados públicos	10.710 (0,1%)
Artistas	41.203 (0,4%)
Militares	27.716 (0,3%)
Marítimos	21.703 (0,2%)
Pescadores	17.742 (0,2%)
Capitalistas e proprietários	31.863 (0,3%)
Industriais e comerciais	121.499 (1%)
Manuais e mecânicas	769.386 (8%)
Agrícolas	3.242.598 (33%)
Pessoas assalariadas	409.672 (1,1%)
Serviço doméstico	1.045.615 (10,5%)
Sem profissão	4.172.114 (42%)
Total	9.930.478 (100%)

NOTA: Não incluídos 181.583 indivíduos com profissões que não constam dos quadros gerais.

No entanto, a formação profissional no Brasil custou a ser instituída oficialmente, do ponto de vista educacional. No início do Brasil Colônia, a educação esteve por conta do ensino religioso, a cargo da Companhia de Jesus. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, para catequizar os índios.¹⁶⁷ Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, o único sistema de ensino implantado no país foi desarticulado e a educação passou a ficar sob a responsabilidade do Estado – reforma

¹⁶⁷ Disponível em <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/companhia-de-jesus/>>. Acesso em 28 mai 2013.

educacional pombalina.¹⁶⁸ Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, o ensino público era estatal e religioso, favorecendo a elite brasileira, que complementava sua formação com profissionalizações no exterior. Ao longo do século XIX, o ensino superior foi iniciado com a implantação de cadeiras, sucedendo-se os cursos que se tornaram escolas e faculdades de Medicina, Direito, Engenharia, Farmácia, Música e Agronomia.¹⁶⁹ Nos cursos de Direito, formavam-se não apenas juristas e advogados, mas também deputados, senadores e diplomatas, “toda a burocracia do Estado” (SCHWARCZ, 1998, p. 119).

Podemos observar, na Tabela 23, que, no censo de 1872, predominou, na maioria das províncias, a profissão agrícola, reforçando a imagem essencialmente agrária do país, descrita por Chauí (2000). Entretanto, segundo Holanda (1995, p. 52), certos depoimentos da segunda metade do século XIX reproduzem os processos primitivos em uso, para “extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios”. Na opinião de Holanda (1995), os portugueses iniciaram no Brasil uma civilização de raízes rurais, e não agrícola. Segue-se, em ordem decrescente de predominância, o serviço doméstico, as profissões manuais e mecânicas e as profissões industriais e comerciais. No Município Neutro, na Província do Rio de Janeiro e na Província de São Paulo, que eram os locais de maior concentração da nobreza, os serviços domésticos tinham maior percentual. A profissão de professor estava relacionada entre as profissões liberais, com um percentual bem próximo de 0% da população recenseada, reforçando mais ainda o descaso do governo com a educação, não incentivando ele essa formação. Dentre as profissões liberais, sobressaia a dos artistas.

Apesar de um Brasil imperial de grande dimensão territorial, com dificuldade de transporte e com desafios logísticos devido ao crescimento desordenado das províncias, o censo 1872, como já foi mencionado, foi considerado de sucesso. A maioria dos critérios,¹⁷⁰ modernamente

¹⁶⁸ Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 28 maio 2013.

¹⁶⁹ Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-35.htm>>. Acesso em: 28 maio 2013.

¹⁷⁰ Critérios: respaldo legal, dotação orçamentária específica, simultaneidade da pesquisa, data de referência preestabelecida, demarcação territorial pré-fixada, universalidade da enumeração dentro do território, enumeração individual de todas as pessoas (Disponível em: <http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_6.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013).

atribuídos a um censo, ficou explicitada no censo de 1872. Esse censo fez parte das políticas inovadoras de D. Pedro II. Provavelmente, o imperador queria saber mais sobre a população, a fim de conhecer a base tributável, para fins militares, ou mesmo para a implantação de políticas públicas.¹⁷¹

O censo de 1872 foi o que trouxe o único registro oficial da população escrava nacional até então. Apresentou um país predominantemente rural, sobressaindo a raça negra e a mestiça, com significativo número de escravos. Esse censo usou um critério misto (fenótipo/descendência) de caracterização racial (cor/raça) da população. Iniciou-se com ele o “embranquecimento” da população, com a chegada dos primeiros imigrantes europeus, incentivados pela implantação das primeiras indústrias.

Na visão de Botelho (1998, p. 60), “por trás da organização do censo de 1872 estava atuando uma nova geração de burocratas intelectuais”. Os conhecimentos de matemática e estatística utilizados no censo de 1872 eram simples. Foram elaboradas fichas para a coleta dos dados (boletins de família)¹⁷², foi feito o planejamento da coleta (comissão censitária) e procedeu-se à apuração dos resultados (DGE) das variáveis consideradas no levantamento para posterior publicação em relatórios. As fichas de coleta (questionários) eram de difícil transcrição e apuração, e acresceu-se a essa dificuldade a baixa escolaridade da população, contribuindo, assim, para erros na execução do censo (por exemplo: de cobertura, contabilizações, classificações). Senra (2006a) relaciona algumas dificuldades na apuração desse instrumento de coleta, a saber: a variável “gênero (sexo)” não foi explicitamente investigada e foi categorizada pelo nome, o que pode ter causado dúvidas de classificação; não houve restrição de cor, fosse o recenseado livre ou escravo, tendo sido, no entanto, as categorias “branco” e “caboclo” eliminadas para os escravos; o registro do lugar de nascimento foi deixado em aberto, gerando grande variedade de anotações; na coluna “considerações especiais”, ocorreram excessos de registros, com escrita manual e redução de letras, para o registro caber nas linhas e entrelinhas. Os critérios utilizados nos processos de coleta não foram explicitados. Não foram elaborados,

¹⁷¹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/historia/censo-de-1872-unico-registrar-populacao-escrava-esta-disponivel-7275328>>. Acesso em 8 mar. 2013.

¹⁷² Anexo E.

nesse recenseamento, gráficos para uma melhor visualização dos resultados, nem foram utilizados recursos mecânicos para a apuração, estando os resultados sujeitos a erros devido à apuração manual.

Senra (2006a) assume que, ainda hoje e mais ainda no passado, há dificuldade na apreensão do significado das estatísticas, pois elas necessitam de serem interpretadas por quem saiba traduzi-las. Em geral, antes da metade do século XX, os métodos matemático-estatísticos, já presentes em ambientes acadêmicos, não foram incorporados a esses processos. Segundo Senra, “[...] a elaboração das estatísticas não tem por imperativo a presença atuante da ciência estatística; mas, embora não seja imperativa essa presença, por certo, é altamente recomendável (sendo, não raro, imprescindível)” (SENRA, 2005, p. 79).

Por lei,¹⁷³ os censos deveriam ser realizados em intervalos de 10 anos; no entanto, isso não ocorreu. Em meio às insatisfações, revoltas e mudança de regime político, as estatísticas censitárias tiveram um período de paralisação de 18 anos. A transição política, culminando com a Proclamação da República (1889), foi intercalada de lutas políticas e de interesses de vários setores na criação do novo Estado, com um clima tenso nessa transição. As bases do novo regime preocupavam-se em conter os focos de tensão devido à instabilidade política. Previa-se um governo moderno, dinâmico e democrático. A sociedade da época era basicamente agrária e escravocrata, tendo entrado, com a abolição dos escravos, em sucessivas crises e em clima de revolta pelas promessas não cumpridas pela República. A Constituição de 1891 reforçou a determinação da regularidade na execução dos censos.

Devido a esse clima, o **Segundo Recenseamento Geral** somente ocorreu em 1890, quando houve uma retomada de interesses pela elite política e intelectual brasileira, associada ao empenho do governo em obter respostas para questões relacionadas à sociedade, ao perfil do povo brasileiro, à implantação de políticas públicas, ao processo eleitoral. A cobertura temática desse censo pretendia ser bem mais ampla e diversificada (21 variáveis investigadas) do que a do primeiro (14 variáveis), com um olhar sobre a população em seu contexto familiar e um olhar

¹⁷³ Lei n° 1.829, de 9 de setembro de 1870 (Anexo A).

mais abrangente sobre o imigrante. Em parte por isso, pode-se justificar as dificuldades de coleta dos dados, os maiores custos, as grandes lacunas, o que prejudicou o alcance da pesquisa. O levantamento de 1890 apresentou-se frágil, com limitações surgidas com o início da República, que enfrentou crises e revoltas. Entretanto, a dificuldade maior, segundo Senra (2006b), foi relacionada à mudança de regime político, e não à maior quantidade de variáveis investigadas nesse recenseamento. Esse processo censitário utilizou o mesmo paradigma do censo anterior, inclusive com ênfase no aspecto populacional quanto à cor/raça. A escravidão e a imigração eram questões-chave. A imigração estava, sem dúvida, associada à transição do trabalho escravo para o assalariado.¹⁷⁴ A variável *profissão* não foi avaliada nesse censo.

Durante longos anos, o que perturbou o país foi a escravidão e a imigração. Embora não aparecesse nas estatísticas censitárias a partir de 1890, a escravidão persistiu durante anos, pois, apesar da abolição da escravatura, os libertos não tinham condições de sobrevivência digna, e, para não passarem fome, não mendigarem pelas ruas, muitos continuavam na situação servil.

A sinopse do recenseamento de 1890, para a divulgação dos resultados, é aberta com um relatório de Francisco Mendes da Rocha, que dirigiu a DGE de 1894 até 1901. Mendes da Rocha foi sucessor de Timóteo da Costa, que iniciou o segundo recenseamento, e de Raul d'Ávila, romancista, autor de *O Atheneu*. Dos 45 volumes programados para a divulgação do censo de 1890, somente 5 volumes foram publicados (SENRA, 2006b). No site com as publicações do IBGE, relacionadas ao recenseamento de 1890, constam, porém, apenas 3 volumes: o volume sinopse do recenseamento e dois volumes temáticos (idades da população e o volume com os dados do sexo, da raça, do estado civil, da nacionalidade, da filiação e do analfabetismo na população). Os outros dois volumes citados contêm, provavelmente, os dados referentes ao Distrito Federal¹⁷⁵ e Palmas. Em seu relatório, Mendes da Rocha apresenta as seguintes considerações, relacionadas aos resultados do censo:

É, pois, em cumprimento a esse dever de probidade, que, ao apresentar hoje a sinopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o

¹⁷⁴ Disponível em: <http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_6.pdf>. Acesso em: 27 maio 2012.

¹⁷⁵ A cidade do Rio de Janeiro era o Distrito Federal.

façam senão com todo critério, não devendo considerar a segunda operação censitária da República, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro.

Muitas foram as causas que fizeram assim desmerecer essa obra, cujos resultados deveriam bem corresponder aos sacrifícios exigidos para a sua execução.

Tendo o Brasil passado pela mais completa transformação política em 15 de novembro de 1889, não era certamente em 1890, quando todo o país se preocupava com a sua reorganização, a época mais propícia para uma operação censitária (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1898, p. 2).

Ou seja, Mendes da Rocha alertava para o cuidado na utilização dos péssimos resultados desse empreendimento, devido à transformação política da época, estando os Estados sendo preparados para as eleições de suas Assembleias, consideradas mais importantes no momento. Foram muitos os motivos para a imperfeição do recenseamento de 1890, e, dessa forma, esforços foram feitos para reduzir tais irregularidades. Mais de 5 anos se passaram depois de efetuado o recenseamento, e não se conhecia o total bruto da população da República.

Apresentamos alguns cruzamentos de variáveis obtidos com os resultados do volume sinopse e dos dois volumes temáticos. As variáveis consideradas foram gênero, raça, estado civil, religião, analfabetismo e nacionalidade. Devido à lei de abolição da escravidão, a população não foi mais classificada como livre e escrava. A população do Brasil, no ano de 1890, era composta de 14.333.915 indivíduos, sendo 7.237.932 homens e 7.095.983 mulheres, praticamente 50% de indivíduos em cada gênero. Em relação ao censo anterior, ocorreu um crescimento de 44,3% na população, nesses 18 anos. A população infantil entre 0 e 14 anos foi registrada como sendo 6.000.255 (42%). Segue, na Tabela 24, Gráfico 10 e 11, a distribuição do estado civil na população, por raça e por gênero.

Tabela 24 – Distribuição da população, de acordo com gênero, raça e estado civil
– Brasil – Censo 1890

Gênero	Raça	Estado Civil				Total
		solteiro	casado	viúvo	divorciado	
Masculino	Branco	2.243.188(16%)	908.337(6,3%)	81.854(0,6%)	3.968(0,03%)	3.237.347(23%)
	Preto	767.031(5%)	253.515(1,8%)	26.723(0,2%)	1.433(0,01%)	1.048.702(7%)
	Caboclo	466.445(3%)	166.523(1,2%)	16.247(0,1%)	1.226(0,01%)	650.441(5%)
	Mestiço	1.678.327(12%)	564.511(3,9%)	55.335(0,4%)	3.269(0,02%)	2.301.442(16%)
Feminino	Branco	1.982.110(14%)	894.374(6,2%)	184.294(1,2%)	4.073(0,03%)	3.064.851(21%)
	Preto	765.298(5%)	231.068(1,6%)	50.768(0,4%)	1.590(0,01%)	1.048.724(7%)
	Caboclo	443.443(3%)	164.337(1,1%)	36.120(0,2%)	1.455(0,01%)	645.355(5%)
	Mestiço	1.641.171(11%)	564.204(3,9%)	127.379(0,9%)	4.299(0,03%)	2.337.053(16%)
Total		9.987.013(69%)	3.746.869(26%)	578.720 (4%)	21.313 (1%)	14.333.915(100)

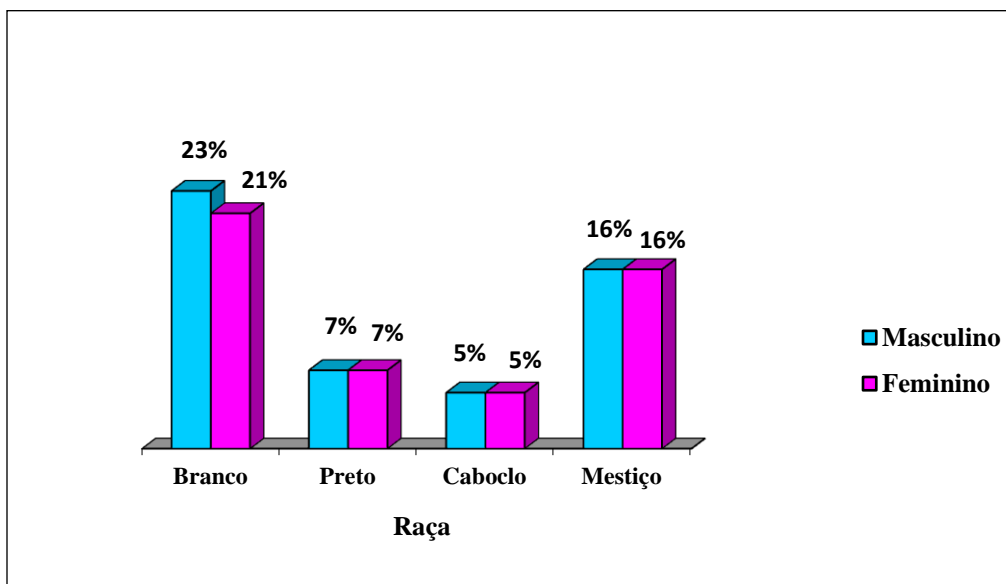


Gráfico 10 – Distribuição do percentual da população em relação à raça e ao gênero – Brasil – Censo 1890

No censo de 1890, as categorias da variável “raça” foram alteradas para branco, preto, mestiço e caboclo. Desapareceu a categoria “parda”, sendo substituída por “mestiço”, utilizando-se o termo “mestiço” para os descendentes da união de branco com preto, e “caboclo” para classificar os índios e seus descendentes.¹⁷⁶ A mestiçagem assumia o sentido racista de branqueamento da população, ou seja, era como se fosse uma “diluição” do sangue negro, com o cruzamento com outras raças. A condição de não branco era quase de uma escravatura, com poucos direitos em relação à população branca. O final do século XIX mostra que 56% da população se declarava não branca (preta, cabocla, mestiça). Chama a nossa atenção a diminuição de pretos, de 20% (censo 1872 – Tabela 19) para 14% (censo de 1890 – Tabela 24). A população negra no Brasil não conseguia crescer, com decréscimo justificado pelo alto índice de mortalidade, maus-tratos, suicídios, doenças e epidemias (LOBO, 2008). Como o censo anterior, também esse utilizou o critério misto de caracterização racial da população.

Por que o interesse na investigação da cor ou raça no censo de 1872 e no censo de 1890?

No final do Império, a associação entre a cor da pele e o conceito de raça criava um critério de exclusão social substituindo as formas de distinção entre sociedade escravagista e monárquica,

¹⁷⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 26 maio 2012.

sem que essa variável “Raça” conseguisse determinar as distinções existentes. Verifica-se dois critérios simultâneos na classificação da população no mesmo quesito: um para o registro da cor (utilizando as categorias branco, preto e pardo no censo de 1872; e branco e preto no censo de 1890) e outro referente à origem racial (caboclo no censo de 1872; e mestiço e caboclo no censo de 1890). E até hoje essa variável é questionada perante à multiculturalidade e miscigenação dos povos, não só no Brasil como em grande parte do mundo.

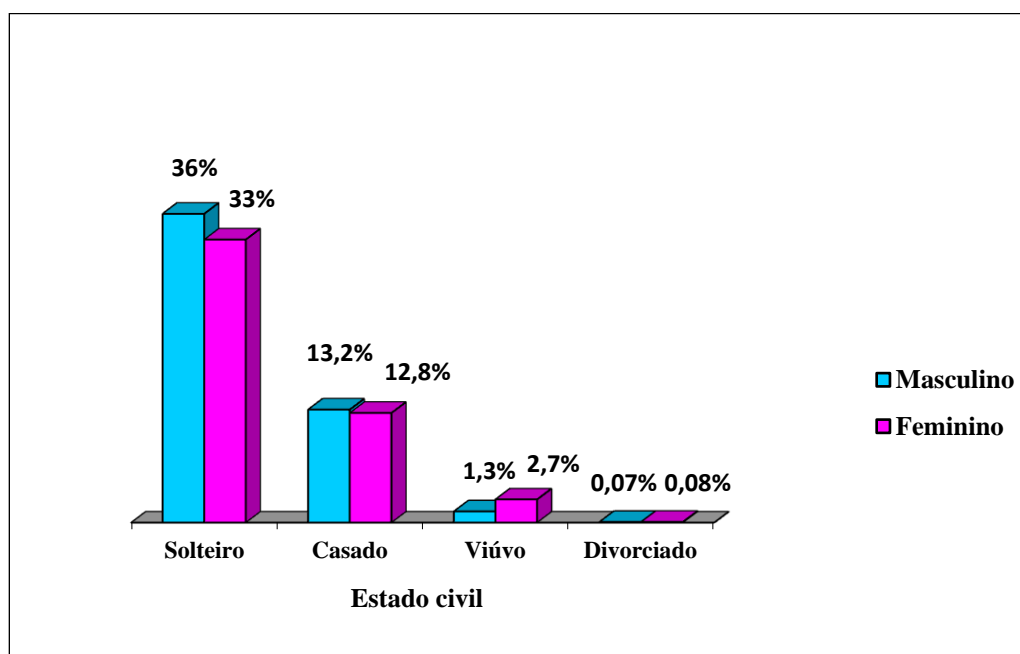


Gráfico 11 – Distribuição do percentual da população em relação ao estado civil e ao gênero – Brasil – Censo 1890

Curiosamente atentamos para uma nova categoria incluída para a variável “estado civil” – *divorciado* (Gráfico 10) –, utilizada, segundo Senra (2006b), para possibilitar comparações com dados de outros países. Apesar de o divórcio somente ter sido instituído no Brasil em 1977¹⁷⁷, o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, promulga a lei sobre o casamento civil, que trata sobre o divórcio, no Capítulo IX, de uma maneira diferente. Com esse decreto, passou a existir a separação de corpos, denominada de *divórcio*. Assim, o seu art. 88 dizia: “O divórcio não dissolve o vínculo conjugal, mas autoriza a separação indefinida dos corpos e faz cessar o regime

¹⁷⁷ Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977.

de bens, como se o casamento fosse dissolvido”.¹⁷⁸ No Brasil de 1890, a grande maioria da população era solteira, 69%. No entanto, se retirarmos as crianças entre 0 e 14 anos, esse percentual reduz-se a 27%.

A seguir, comparamos (Gráfico 12) a distribuição das raças nos dois primeiros censos brasileiros, destacando que, nos dois censos seguintes – 1900 e 1920 –, essa variável não foi pesquisada. Observamos, com essa comparação, vestígios (Bloch, 2001a) do que concebiam, discriminatoriamente, como “branqueamento” da população pela mestiçagem.

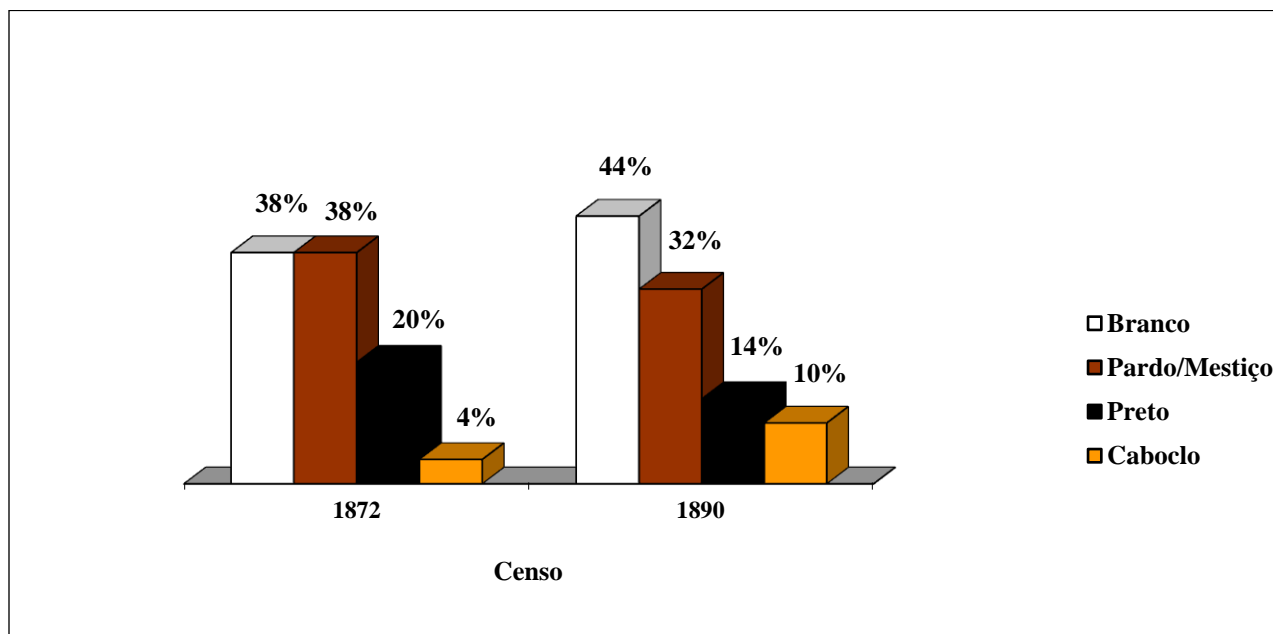


Gráfico 12 – Distribuição da raça da população em relação ao Censo – Brasil

Fato que merece atenção é que, nos censos até 1980, os índios foram classificados como caboclos. Somente no censo de 1991 ocorreu a inclusão dos indígenas nas estatísticas sociais e demográficas oficiais, com consequente definição de políticas públicas destinadas à melhoria das condições de vida dessa população.

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29383>> e em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 out. 2011.

Cada vez mais, no decorrer do século XIX, tornava-se de interesse para o país a entrada de estrangeiros como mão de obra, e, no censo 1890, essa variável foi investigada (Tabela 25). O Brasil vivia mudanças devido à abolição da escravatura, com incentivos do governo brasileiro à entrada de imigrantes europeus no território, devido à necessidade de mão de obra qualificada para substituir o trabalho dos escravos, principalmente na lavoura e na mineração (SIMÕES; FRANCO; SALIM, 2009). No entanto, isso não ficou refletido nos números desse censo, no qual o percentual de estrangeiros foi praticamente reduzido à metade do obtido no censo anterior. Isso reforça mais ainda a desconfiança nos resultados desse censo de 1890.

Tabela 25 – Distribuição da população em relação ao gênero e à nacionalidade
– Brasil – Censo 1890

Nacionalidade	Gênero		Total
	Homens	Mulheres	
Brasileiros	7.006.201 (49%)	6.976.402 (49%)	13.982.603 (98%)
Estrangeiros	231.731 (1%)	119.581 (1%)	351.312 (2%)
Total	7.237.932 (50%)	7.095.983 (50%)	14.333.915 (100%)

A variável relacionada à questão religiosa começou a apresentar-se, com a maior liberdade de opções de credos. A distribuição é mostrada na Tabela 26.

Tabela 26 – Distribuição da população em relação à religião – Brasil – Censo 1890

	Religião			Total
	Católicos	Protestantes	Outros	
Brasil	14.181.288 (99%)	143.743 (1%)	8.884 (0%)	14.333.915 (100%)

Nesse censo, outras religiões, além da católica (romana ou ortodoxa), são reconhecidas, como os seguidores do protestantismo (evangélicos, presbiterianos, seitas), do islamismo, do positivismo e os que não professavam nenhum culto. Esse reconhecimento dos demais credos veio provavelmente da abolição da escravidão, que permitiu a manifestação do negro, ex-escravo, bem como da presença dos imigrantes em maior número. No entanto, a grande maioria da população brasileira continuava formada por católicos (99%), aparecendo em seguida os protestantes e um percentual não significativo dos que professavam outras religiões.

Quanto às estatísticas educacionais, a variável era referente à alfabetização, cuja distribuição é representada abaixo (Tabela 27).

Tabela 27 – Distribuição da população em relação ao analfabetismo e à nacionalidade – Brasil – Censo 1890

Sabem ler e escrever						Não sabem ler e escrever		
Brasileiro			Estrangeiro			Brasileiro/Estrangeiro		
Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
1.237.494	684.482	1.921.976	148.360	50.223	198.583	5.852.078	6.361.278	12.213.356
(64%)	(36%)	(100%)	(75%)	(25%)	(100%)	(48%)	(52%)	(100%)

Podemos concluir que o percentual de brasileiros que declararam saber ler e escrever, entre toda a população, em 1890, era de aproximadamente 14%, e o percentual de estrangeiros era de 1%. Portanto, 85% de brasileiros e estrangeiros não sabiam ler e escrever, o que era um percentual bem alto de analfabetos no Brasil. Embora, na maioria dos Estados, o percentual de analfabetos fosse superior a 85%, no Distrito Federal (Rio de Janeiro) esse percentual era de 52%, justificando-se esse fato pela centralização do poder governamental, o que demonstra quanto era precária e descompromissada a política governamental nos Estados com a educação, situação em que perdura até hoje, conforme podemos observar em Saviani (2006):

Esse legado negativo [da educação] do século XIX atravessou todo o século XX e se faz presente ainda hoje.

[...]

Sem romper com esse legado, corremos o risco de atravessar o século XXI ainda reféns de um problema que os principais países resolveram no século XIX: a construção de um sistema nacional de educação capaz de universalizar o ensino fundamental, erradicando o analfabetismo (SAVIANI, 2006, p.30, 31).

Esses números refletem que o ensino continuava sem despertar a devida importância no governo e, por isso, era deficiente e para poucos. Também, o alto percentual de iletrados enfraquece a imagem de que a instrução no lar era razoavelmente realizada, como vemos em literaturas, pinturas e filmes de época. No entanto, acreditamos que se inicia, nesse período, um interesse “eleitoreiro” pela alfabetização, devido à primeira reforma eleitoral do País (Lei Saraiva)¹⁷⁹. Essa lei teve um caráter discriminatório em relação ao analfabeto, pois proibia o seu voto. Lembramos que a inclusão dessa variável nos censos provocou a obtenção dos resultados sobre a

¹⁷⁹ Decreto n° 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Anexo A).

alfabetização por Estado, de modo quantitativo numérico (sem utilização de porcentagens), não correspondente ao que ocorria, inclusive porque muitas províncias deixaram de ser recenseadas (SENRA, 2006b).

Também no censo de 1890, as ferramentas matemáticas e estatísticas utilizadas foram simples. Somente foram feitas contagens na população, usando-se a mesma estratégia do censo anterior – planejamento, coleta e apuração das informações –, por meio de boletins de famílias, com a formação de mapas de seção. Não foram ainda utilizados equipamentos mecânicos nos trabalhos de apuração, nem a apresentação gráfica dos resultados, embora máquinas calculadoras já existissem no mercado e os gráficos já fossem utilizados nas academias.¹⁸⁰

Devido aos resultados questionáveis do censo de 1890, o censo de 1900 – **Terceiro Recenseamento** – foi redimensionado em relação à sua cobertura, limitando as variáveis.¹⁸¹ Mesmo assim, a sua implementação foi difícil, complicada pelos erros e pelas omissões detectados na apuração dos resultados do Rio de Janeiro, o que implicou o seu cancelamento e a realização, em 1906, de um novo censo para a capital da República, na tentativa de preservar a credibilidade do processo. Olavo Bilac (1865-1918), jornalista e poeta brasileiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, na época colunista do jornal *A Gazeta de Notícias*, escreveu uma coluna em 17/06/1906 sobre esse empreendimento, com o título *Recenseamento*.

Enfim, vai o Rio de Janeiro conhecer-se a si mesmo ... Uma cidade sem recenseamento é uma cidade que a si mesma se ignora, porque não tem a consciência da sua força, do seu valor, da sua importância.

[...]

Hoje, o recenseamento tem um fim mais amplo, mais nobre, mais belo — um fim social. E uma parte essencial da estatística, que, sendo ‘o estudo numérico dos fatos sociais’, é uma das ciências tributárias e auxiliares da sociologia.¹⁸²

Com essa crônica, o poeta pretendia explicar à população sobre a importância social do recenseamento, afastando o receio da sua utilização para fins de alistamento militar.

¹⁸⁰ Disponível em: <http://euclid.psych.yorku.ca/SCS/Gallery/milestone/historia_infografia.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.

¹⁸¹ *Instruções para o Serviço do Recenseamento de 1900 em sua Phase Final*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0002.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2013.

¹⁸² Disponível em: <<http://www.consciencia.org/recenseamento-cronica-de-olavo-bilac>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

O censo de 1900 foi mais frágil ainda do que o anterior, apresentando resultados reconhecidamente não merecedores de uma completa fé, segundo consta no único volume da divulgação dos resultados – *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*¹⁸³. Na apresentação dessa sinopse, o diretor da DGE, João Sabino Damasceno, fez uma exposição das condições gerais do recenseamento nos diversos Estados. Afirmou que o recenseamento foi incompleto em muitas localidades, mas alegou que, mesmo assim, os dados estavam muito mais aproximados da verdade do que os dos censos anteriores. Essa afirmativa não é garantida, pois, de acordo com Bloch (2001a), a história se encontra desfavorável às certezas. Além disso, Damasceno alegou que, em alguns Estados, as informações podiam ser consideradas completas, mas que houve extravio de boletins censitários de um ou outro distrito. No caso das populações não recenseadas, os cálculos foram feitos sobre bases diversas. No entanto, em quase todos os Estados, o recenseamento não foi regular, e sim deficiente, com informações incompletas ou com extravios de boletins censitários. O censo da Capital Federal foi cancelado devido a dados deficientes. A única informação apresentada na sinopse foi a contagem da população de homens e mulheres e o crescimento populacional comparado com o dos dois censos anteriores. A população aumentou para 17.318.556, com um crescimento de 20,8% em relação ao censo anterior, de 10 anos atrás.

Esse terceiro censo foi realizado em 31 de dezembro de 1900. A partir dele, o *domicílio* passou a ser a unidade referência, diferentemente dos anteriores, em que o *fogo* era a unidade. Oito anos depois, a apuração ainda não estava concluída, e os trabalhos estavam completamente paralisados. Foi reconhecida a deficiência desse censo e concluída a sua apuração com imperfeições. Isso gerou consequentes lacunas para a história, as quais, de acordo com Bloch (2001a), nunca são inteiramente preenchidas.

Por que os censos de 1890 e 1900 foram prejudicados e seus resultados duvidosos?

Apesar de a DGE ter sido reorganizada em 1890, ela não conseguiu cumprir o seu programa, daí o prejuízo alcançado nos censos de 1890 e 1900. Os poderes públicos, tanto do Império como do

¹⁸³ *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/synopse_recenseamento_1900.pdf>. Acesso em: 5 out. 2011.

início da República, não consideravam a Estatística base essencial da administração. Em 1907, a DGE foi reorganizada, e Bulhões Carvalho assumiu a sua diretoria, encontrando paralisados os trabalhos do recenseamento de 1900. Com autorização para concluir os trabalhos e recuperar esse censo, Bulhões mandou analisar o estado do censo, tendo recuperado os resultados com os recursos disponíveis na repartição de Estatística. Assim, foi publicado, em 1908, o relatório de Bulhões Carvalho sobre o recenseamento de 1900. Ele conseguiu resultados de variáveis que eram considerados perdidos. Seguem alguns deles para a comparação com os demais analisados. Os resultados são relativos aos 20 Estados do Brasil.¹⁸⁴

A população recenseada em 1900, pelo relatório de Bulhões Carvalho, foi de 16.626.991, contabilizando 10.339.751 (62%) de 0 a 14 anos. O grau de instrução, marcado pelo analfabetismo na população, está na Tabela 28.

Tabela 28 – Distribuição da população segundo o grau de instrução e o gênero
– Brasil – Censo 1900

Gênero	Grau de Instrução		Total
	Alfabetizados	Não alfabetizados	
Masculino	2.486.680 (15%)	5.950.393 (36%)	8.437.073 (51%)
Feminino	1.540.929 (9%)	6.648.989 (40%)	8.189.918 (49%)
Total	4.027.609 (24%)	12.599.382 (76%)	16.626.991 (100%)

Nesse censo, o percentual de analfabetismo no país era de 76%, com o maior percentual encontrado no Estado da Paraíba (83%) e no Piauí (83%). O Rio Grande do Sul foi o Estado com o menor percentual de analfabetos (67%), seguido pelo Amazonas (68%). Em 1910, o ensino primário atingia menos da metade da população em idade escolar. A expansão do ensino não acompanhou a demanda e o crescimento demográfico (SOUZA, 2006).

A distribuição da variável “nacionalidade” está na Tabela 29. Faremos, posteriormente, uma comparação, para essa variável (nacionalidade), com os demais censos.

¹⁸⁴ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/relatorio_synopse_1900.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Tabela 29 – Distribuição da população segundo a nacionalidade e o gênero
– Brasil – Censo 1900

Gênero	Nacionalidade		Total
	Brasileiros	Estrangeiros	
Masculino	7.842.913 (47%)	594.160 (4%)	8.437.073 (51%)
Feminino	7.746.866 (47%)	443.052 (2%)	8.189.918 (49%)
Total	15.589.779 (94%)	1.037.212 (6%)	16.626.991 (100%)

A distribuição da variável “religião” é apresentada a seguir (Tabela 30) e pode ser comparada graficamente (Gráfico 13) para os três primeiros censos, já que, no censo de 1920, essa variável não foi investigada, provavelmente no intuito de não polemizar sobre os vários credos existentes no país.

Tabela 30 – Distribuição da população segundo a religião e o gênero – Brasil – Censo 1900

Gênero	Religião		Total
	Católicos	Outros ^(*)	
Masculino	7.871.932 (47%)	565.141 (3%)	8.437.073 (50%)
Feminino	7.700.739 (47%)	489.179 (3%)	8.189.918 (50%)
Total	15.572.671 (94%)	1.054.320 (6%)	16.626.918 (100%)

(*) Ortodoxos, protestantes, islamitas, israelitas, outros.

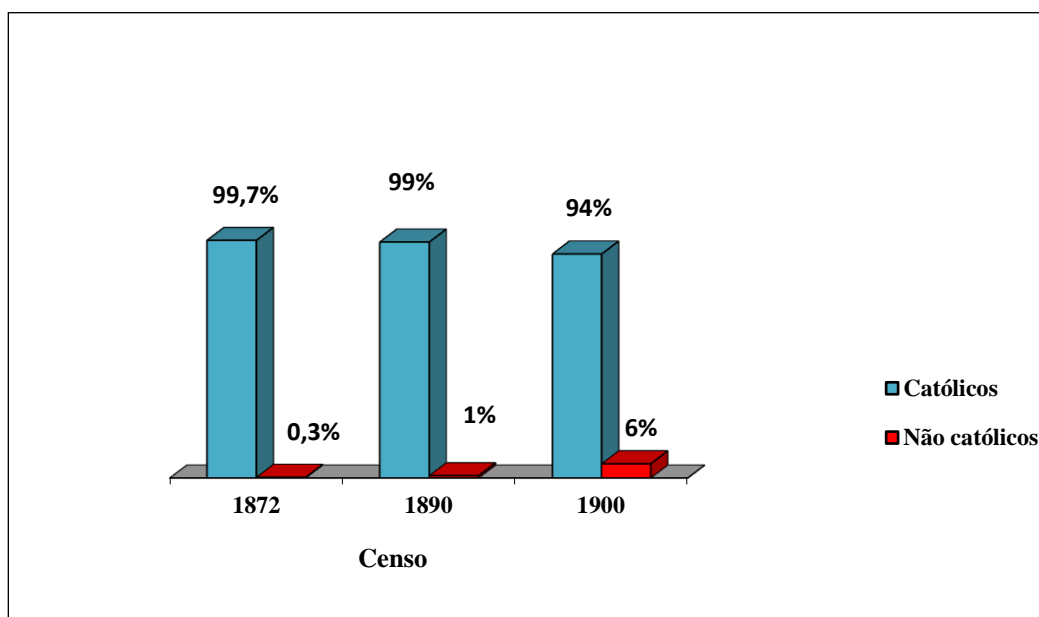


Gráfico 13 – Distribuição da religião em relação ao Censo – Brasil

Já podemos observar uma pequena redução no percentual de católicos no censo de 1900, comparando com os dois primeiros censos. Essa é uma tendência que se mantém a partir de então.

Com relação à variável “profissões”, temos, para o censo de 1900, a distribuição na Tabela 31.

Tabela 31 – Distribuição das profissões na população segundo o Censo 1900 – Brasil

Profissões	Número de indivíduos
Industriais	5.250.506 (31,4%)
Religiosas	4.725 (0%)
Liberais	36.971 (0,2%)
Artes e ofícios	963.968 (6%)
Administração	45.710 (0,3%)
Força pública	31.945 (0,2%)
Comércio	322.858 (2%)
Capitalistas	23.271 (0,1%)
Transporte	71.986 (0,4%)
Serviço doméstico	2.358.759 (14%)
Mal especificada	225.574 (1,4%)
Improdutivas*	6.624.123 (40%)
Ignoradas	666.595 (4%)
Total	16.626.991 (100%)

NOTA: Não compreendido o recenseamento do DF, pois o censo foi cancelado.

(*) Não encontramos esclarecimentos sobre as profissões ditas “improdutivas”. Provavelmente eram pessoas que não tinham profissões remuneradas.

Até a proclamação da República, ainda eram poucas as instituições de nível superior no Brasil, todas públicas. Somente a partir da Constituição de 1891, obteve-se a permissão para a instalação de instituições privadas de ensino superior. Ocorreram várias tentativas, sem êxito, para a criação da universidade brasileira. Segundo Holanda (1995, p. 156), a propensão pelas profissões liberais pode ser interpretada como aliada à formação colonial e agrária brasileira e “relacionada com a transição brusca do domínio rural para a vida urbana”, com apego particular aos valores da personalidade, como a dignidade, e à importância do título de bacharel. Os cursos superiores mais valorizados continuavam sendo os cursos de Medicina, Direito e Engenharia.¹⁸⁵

¹⁸⁵ Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2013.

Na Tabela 31, podemos notar que, no censo de 1900, desconsiderando as improdutivas, predominaram as profissões industriais, influenciadas pelo início da industrialização no país, seguidas pelo serviço doméstico, pelas artes e ofícios, pelo comércio e pelo transporte. Em todos os Estados, predominaram as profissões industriais (incluídas as agrícolas) e, em seguida, os serviços domésticos. A profissão de professor não foi diretamente mencionada nesses resultados; provavelmente, como no censo de 1872, estava contida dentro das profissões liberais, com um percentual bem pequeno desses profissionais, próximo de zero. As profissões ditas improdutivas apresentaram um maior percentual em quase todos os Estados, menos no Amazonas, no Espírito Santo, no Pará, no Piauí e no Rio Grande do Norte.

Os censos de 1872, 1890 e 1900 abrangeram somente características da população. Já o recenseamento de 1920, além dos dados sobre a população, abrangeu também dados sobre a agricultura e a indústria.

A partir de estudos abordados no Capítulo 4, 5 e no presente capítulo, merece destaque observar que as pessoas envolvidas na elaboração do primeiro e do segundo recenseamentos (1872 e 1890) tinham formação em Engenharia ou Matemática pela Escola Militar, ou pela sua sucessora, a Escola Politécnica. Portanto, a formação em Estatística/Probabilidade era básica, pois a Estatística estava associada à Sociologia ou a disciplinas de Economia e Finanças.¹⁸⁶ O que estava contido nos livros indicados nas respectivas formações tratava dos princípios gerais da ciência ou de definições gerais. A Probabilidade, geralmente, estava contemplada em disciplinas da Matemática, por vezes apresentada como uma filosofia das probabilidades. Ou seja, tópicos de Probabilidade e de Estatística eram incluídos em disciplinas de cursos superiores que envolviam matemática, sociologia, economia, administração e finanças. Somente em 1972, com a Escola de Engenharia, foi que ocorreu a separação da disciplina Estatística Industrial, que teve, depois, o nome de Probabilidade e Estatística, em 1978.

O diretor da DGE – Manoel Francisco Soares –, encarregado da realização do primeiro censo, era político, mas também educador. Ele foi escolhido pela sua competência e pelo gosto pelas

¹⁸⁶ *Catálogo da Escola Politécnica* (1900). Biblioteca de Obras Raras/UFRJ.

estatísticas, mas sem formação diretamente ligada à Estatística. Lembramos que Soares foi interinamente substituído por Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, que estava mais diretamente ligado à evolução da estatística no Brasil. Apesar de ser farmacêutico e advogado, Albuquerque dirigiu, planejou e organizou o plano para o Primeiro Censo Geral. Estiveram também envolvidos no Primeiro Recenseamento, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Paulino José Soares de Souza, com importante papel no desenvolvimento das instituições estatísticas brasileiras. No Segundo Censo, o diretor da DGE era Manuel Timóteo da Costa, engenheiro da Escola Politécnica. Assim, podemos concluir que a maioria das pessoas responsáveis pelos dois primeiros censos estava mais envolvida com atividades políticas e menos informados acerca dos desenvolvimentos matemático-estatísticos. Faltavam especialistas no manuseio e na utilização da estatística, o que leva a acreditar que essas pessoas foram nomeadas mais pela influência política do que pelo real saber sobre o assunto (SENRA, 2006b). Durante o Terceiro Censo (1900), o diretor da DGE foi João Sabino Damasceno, com formação em Direito, mas pouco se sabe sobre ele. Sabemos que, antes de assumir a direção, esteve ligado à inspeção de obras públicas.

O **Quarto Censo brasileiro** (1920), o que foi tido como o de maior sucesso até então, teve um diferencial dos censos anteriores, devido à paixão do seu condutor – Bulhões Carvalho – pelas estatísticas e em virtude de que tinha cuidado com elas. Como vimos no Capítulo 5, Bulhões Carvalho, além de ser médico sanitarista e demógrafo, era também um estudioso da Estatística, o que refletiu sobre as suas atividades. Tentou combinar técnica e método¹⁸⁷ no empreendimento de realização do Quarto Recenseamento, elaborando um planejamento minucioso. Assim se referiam a ele seus colaboradores: “mestre querido de todos nós, nosso modelo, nosso guia, nosso oráculo”.¹⁸⁸

Bulhões considerou o censo de 1920 uma missão pessoal e, para isso, planejou cuidadosamente cada etapa. São palavras de Eptácio Pessoa, então Presidente do Brasil:

O mérito de toda a obra do recenseamento cabe ao Dr. Bulhões Carvalho, a cujo espírito organizador, a cuja inteligência e capacidade, a cujo conhecimento perfeito do assunto e

¹⁸⁷ Lei n° 4.017, de 09 de janeiro de 1920 (Anexo A) e Decreto n° 14.026, de 21 de janeiro de 1920 (Anexo A).

¹⁸⁸ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/bulhoes.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2011.

inteira identificação com o patriótico empreendimento deve o Brasil o seu triunfo.¹⁸⁹

Contudo, para Bulhões Carvalho, a glória do empreendimento realizado pela Diretoria Geral de Estatística coube ao Presidente Dr. Epitácio Pessoa, sempre com intervenções em benefício da regularidade dos trabalhos do recenseamento. Os resultados do recenseamento foram satisfatórios em todo o território nacional.

Esse recenseamento geral de 1920 veio com a missão de preencher uma lacuna – a falta de bons resultados dos censos de 1890 e de 1900 e a não realização do censo de 1910. O censo considerado bom até então tinha sido o de 1872, apesar da inexperiência de um primeiro censo geral, ou seja, havia quase 50 anos sem bons resultados para serem divulgados no país. O censo de 1920 foi favorecido pelo interesse do poder público em obter dados para a exposição internacional do centenário da Independência do Brasil que se aproximava – 1922 –, e o país precisava de números que revelassem sua realidade. Portanto, esse censo foi considerado até hoje o melhor entre os quatro primeiros, conquistando a solidariedade da sociedade e dos poderes regionais da época.¹⁹⁰ Teve uma grande cobertura e ampla divulgação. É importante destacar que a preocupação com a cor desapareceu nos censos de 1900 e 1920, e concordamos com as análises de que isso ocorreu como um desejo de apagar a memória da escravidão, em uma época de subjugação e de exploração do trabalho humano.¹⁹¹ Especificamente, pode ser realçado, nesse censo, o aumento da população no número de mestiços, descendentes de duas ou mais raças diferentes. Iniciou-se, a partir dessa época, o aceleração do crescimento populacional, com uma tendência desejada para o declínio do analfabetismo – política de alfabetização. As seguintes variáveis foram consideradas: gênero, alfabetismo, nacionalidade, estado civil e profissão.

Para os responsáveis pelo censo, o quesito *cor* foi omitido em razão da dificuldade em se obterem respostas verdadeiras sobre essa variável, pois era o indivíduo que declarava a sua cor.

¹⁸⁹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/bulhoes.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2011.

¹⁹⁰ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/brasilnumeros/Brasil_numeros_v17_2009.pdf>. Acesso em: 18 maio 2012.

¹⁹¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 27 maio 2012.

A supressão do quesito relativo à cor explica-se pelo fato das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os Estados do Brasil e, de ordinário, os mais refratários às declarações inerentes à cor originária da raça a que pertencem.¹⁹²

No caso da *religião*, segundo os ideais republicanos, o Estado e a Igreja deveriam ser separados. O quesito religião não foi investigado, tendo como justificativa o caráter sintético dos levantamentos censitários e por seguir o modelo adotado pelo Bureau of the Census americano.

Foi também suprimido o quesito referente à religião, porque o estudo estatístico das diversas confissões exorbita do caráter sintético que devem ter as investigações do recenseamento geral da população, parecendo que deve ser antes objeto de um inquérito especial, capaz de revelar o fenômeno religioso na multiplicidade e complexidade dos seus interessantes aspectos. É esse, aliás, o critério adotado na América do Norte, onde em março de 1918 ficou concluído o último censo decenal das corporações religiosas efetuado pelo sistema de correspondência direta entre o Bureau of the Census e os representantes dos diversos cultos professados naquela República, que, ao contrário do que sucede no Brasil, não registra a preponderância quase absoluta de uma só confissão.¹⁹³

O Recenseamento de 1920 foi considerado um sucesso pela abrangência e resultados alcançados. No volume *Introdução*, Bulhões Carvalho escreveu um prefácio falando sobre os resultados apresentados por esse censo. Considerou que esse recenseamento é uma preciosa fonte de informação que nunca desaparecerá, sendo um poderoso instrumento para o trabalho do historiador. Segundo Bloch (2001a), o historiador trabalha com documentos e estes devem ser interpretados, já que eles não falam por si; daí a importância das informações obtidas com fidedignidade, para a sua devida interpretação.

No volume *Introdução*, também são apresentados os aspectos físicos do Brasil; a geologia estratigráfica e econômica; a flora do Brasil; um esboço geral da fauna brasileira; o povo brasileiro e sua evolução relacionada à sociedade, raça e instituições políticas, bem como um resumo histórico dos inquéritos censitários já realizados no Brasil. No resumo histórico dos inquéritos censitários, são relatadas as várias ocorrências de pequenos censos desde 1776, trazendo experiências para os recenseamentos gerais ocorridos a partir de 1872.

¹⁹² Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920. Vol. *Introdução* pp. 488-489. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 5 out. 2011.

¹⁹³ Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920. Vol. *Introdução* p. 489. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 5 out. 2011.

A divulgação dos resultados do censo de 1920 foi intensa, tendo sido eles noticiados por jornais, revistas, missas, cinemas. Nos 50 anos precedentes ao censo de 1920, a população do Brasil aumentou em aproximadamente 20,7 milhões de habitantes, passando a ter 30,6 milhões, indicando um acréscimo de mais de 200% no contingente populacional.

Nesse censo, diminuiu, em relação ao censo anterior, a diferença na distribuição entre os gêneros. A população aumentou para 30.635.605, com um crescimento populacional aproximado de 76% em relação ao censo anterior (1900) – 20 anos antes. A população entre 0 e 14 anos foi contabilizada em 12.631.575 (41%) indivíduos.

Apresentamos, na Tabela 32, uma comparação entre as taxas de crescimento populacional nos períodos entre os quatro censos considerados.

Tabela 32 – Quadro da taxa de crescimento da população no período entre os quatro primeiros censos - Brasil

	Taxa de crescimento populacional no período		
	De 1872 a 1890 (18 anos)	De 1890 a 1900 (10 anos)	De 1900 a 1920 (20 anos)
Taxa	0,4434	0,2082	0,7689

Observamos que as taxas de crescimento anual¹⁹⁴ da população no Brasil estiveram próximas entre o 1º e o 2º recenseamentos ($\approx 0,02$) e entre o 2º e o 3º recenseamentos ($\approx 0,02$), e dobrou entre o 3º e o 4º recenseamentos ($\approx 0,04$).

Nesses quatro primeiros censos, as distribuições entre os gêneros mantiveram-se sempre bem próximas, com um percentual ligeiramente maior de homens nos censos de 1872, 1900 e 1920 (Tabela 33).

¹⁹⁴ Os valores das taxas de crescimento foram obtidos por proporcionalidade. Por exemplo: A população no censo de 1872 era de 9.930.478 e no censo de 1890 era de 14.333.915, portanto a população aumentou em 4.403.437 nesses 18 anos, equivalente a uma taxa de crescimento de 0,4434; ou a uma taxa de crescimento anual entre o primeiro e o segundo censo de aproximadamente 0,02.

Tabela 33 – Distribuição comparativa das populações em relação ao gênero
– Brasil – Censo 1872, 1890, 1900, 1920.

Censo Brasil	Gênero		Total
	Homens	Mulheres	
1872	5.123.869 (51%)	4.806.609 (49%)	9.930.478 (100%)
1890	7.237.932 (50%)	7.095.983 (50%)	14.333.915 (100%)
1900	8.855.237 (51%)	8.515.832 (49%)	17.371.069 (100%)
1920	15.443.818 (50,4%)	15.191.787 (49,6%)	30.635.605 (100%)

Em relação aos números do censo de 1920, a DGE assinalou que, em matéria de instrução elementar, o grau de aperfeiçoamento estava longe de ser atingido – embora vários países já houvessem abolido, nessa época, o quesito relativo ao analfabetismo de seus inquiridos.¹⁹⁵ Segundo comentário de Souza (2006, p. 77) sobre essa época, “a expansão do ensino não acompanhou a demanda e o crescimento demográfico”. Tínhamos alta porcentagem de analfabetos, em torno de 76% (censos de 1900 e 1920). O menor percentual de analfabetos estava no Distrito Federal (39%), seguido pelo Rio Grande do Sul (61%). E o maior percentual de analfabetismo era do Piauí (88%). A seguir, apresentamos a Tabela 34 e o Gráfico 14, que comparam a situação do analfabetismo no Brasil para os quatro primeiros censos.

Tabela 34 – Distribuição comparativa das populações em relação ao analfabetismo
– Brasil – Censo 1872, 1890, 1900, 1920

Censo/Brasil	Alfabetizado	Não alfabetizado	Total
1872	1.564.481 (16%)	8.365.997 (84%)	9.930.478 (100%)
1890	2.120.559 (15%)	12.213.356 (85%)	14.333.915 (100%)
1900	4.027.609 (24%)	12.599.382 (76%)	16.626.991 (100%) ¹⁹⁶
1920	7.493.357 (24%)	23.142.248 (76%)	30.635.605 (100%)

¹⁹⁵ *Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Vol. 4 (4ª. parte). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

¹⁹⁶ Considerando os resultados obtidos por Bulhões Carvalho e publicados no relatório de 1908.

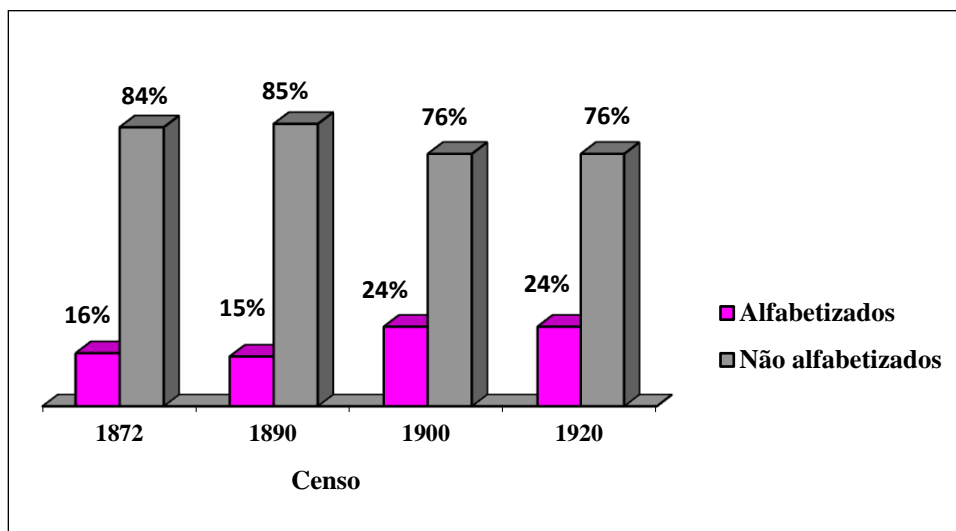


Gráfico 14 – Distribuição do analfabetismo em relação ao Censo – Brasil

Os percentuais de analfabetismo mantiveram-se excessivamente elevados e próximos nos dois primeiros censos, ocorrendo uma pequena diminuição no percentual de não alfabetizados nos dois censos seguintes, que permaneceram os mesmos. Lembramos, porém, conforme análise no início deste capítulo, que os números do censo de 1890 e 1900 devem ser olhados com cuidado e desconfiança.

Uma observação pertinente é que os levantamentos censitários estão sujeitos a distorções devido a planejamentos, coletas e análises inadequadas; portanto, sujeitos a conclusões erradas. Por exemplo, temos que o analfabetismo apurado pelo censo de 1900 é praticamente o mesmo do apurado no censo de 1920. Esse resultado causa estranheza e induz a concluir que ocorreu uma subestimação do analfabetismo em 1900, provavelmente devido à péssima qualidade reconhecida dos dados desse censo. Além disso, encontramos reforço em Vidal e Faria Filho (2005), para os quais existiram estatísticas controversas, em que o analfabetismo ora era elevado, com percentuais na ordem de 70% a 80%, ora assumia proporções inversas.

Analisar a alfabetização e o letramento ou cultura de uma população ao longo dos censos implica lidar com as estatísticas educacionais e com a qualidade dessas estatísticas. Assim, as estatísticas dos quatro primeiros censos, embora com algumas imprecisões, não deixam de evidenciar as

condições de exploração, discriminação, alto índice de analfabetismo e miséria, reinantes no Brasil nas últimas décadas do século XIX.

Provavelmente, foi com a reforma eleitoral de 1882 – Lei Saraiva – que o analfabetismo passou a ser um problema que incomodava politicamente, pois essa lei estabeleceu a proibição do voto do analfabeto, passando ele a ser discriminado por essa condição. O analfabetismo, que então apareceu como uma questão política, indicou como justificativa a incapacidade do indivíduo, o que não é uma verdade, porque ser analfabeto não é ser incapaz, pois o analfabeto pode ser um chefe de família, trabalhador, com conhecimentos advindos de sua experiência, com suas obrigações e compromissos, pagando impostos, participando de associações e partidos políticos. Será que resultados como os censitários, implementados pelo governo, serviram a ações educacionais para a diminuição do número de analfabetos? Pelos indícios; não, tudo leva a crer que eram interesses políticos que mais influenciavam a obtenção desses dados para conhecimento da distribuição dos alfabetizados votantes, e não a preocupação com a educação da população.

Com relação à variável “nacionalidade”, os resultados do censo de 1920 indicaram que o Brasil não era um país essencialmente “imigrantista”, apesar de possuir um considerável percentual de imigrantes (Tabela 35) de várias nacionalidades. O maior contingente de imigrantes concentrava-se na zona meridional do país. Como era pequeno o número de estrangeiros, havia o incentivo do governo em facilitar a entrada de imigrantes.¹⁹⁷

Tabela 35 – Distribuição da nacionalidade da população – Brasil – Censo 1920

	Brasileiros	Estrangeiros ¹⁹⁸	Total
População	29.045.227 (94,8%)	1.590.378 (5,2%)	30.635.605 (100%)

Elaboramos o Gráfico 15 a fim de favorecer uma visualização comparativa da distribuição da nacionalidade nos quatro primeiros censos.¹⁹⁹ Entre 1872 e 1920, vieram morar no Brasil

¹⁹⁷ *Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Vol. 4 (1ª. parte). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

¹⁹⁸ Incluídos os de nacionalidade ignorada.

aproximadamente 1.200.000 estrangeiros de variadas nacionalidades, valor pouco considerável, que ocasionou uma política de facilitação da entrada de estrangeiros no país, devido à crescente industrialização e à necessidade da ocupação do território brasileiro, não somente para a produtividade agrícola, mas também como forma de segurança nacional contra invasores.

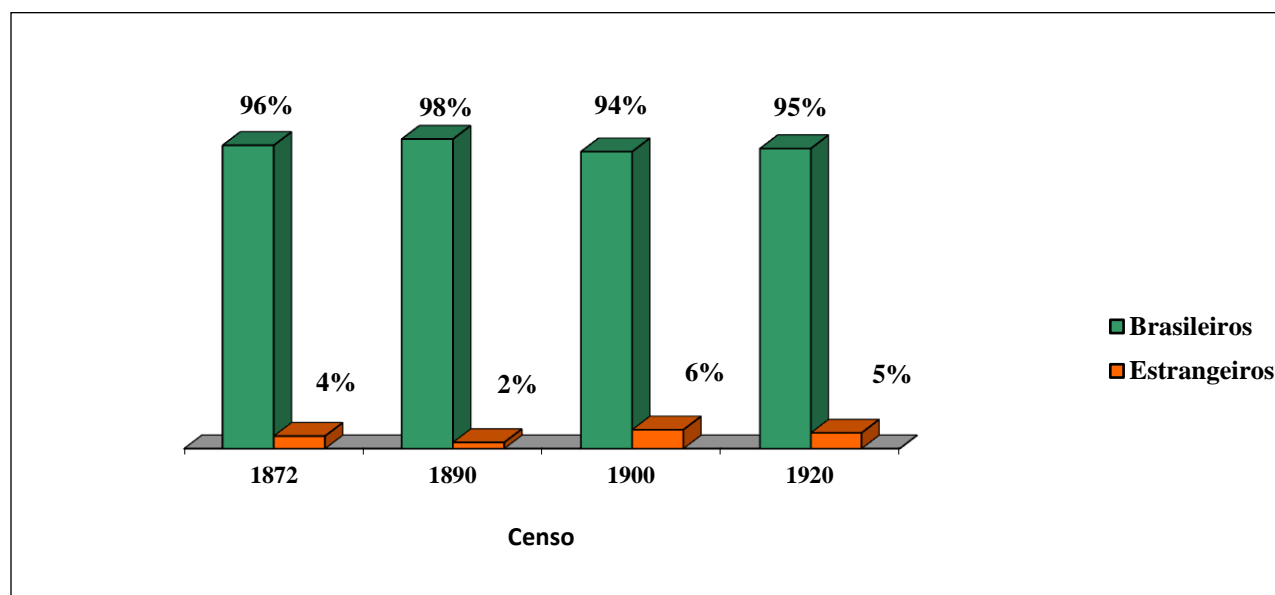


Gráfico 15 – Distribuição da nacionalidade em relação ao Censo - Brasil

No censo de 1920, em relação ao estado civil, não foi mais considerada a categoria de “divorciado”, presente no censo de 1890, aparecendo, em seu lugar, a categoria de estado civil “ignorado” (Tabela 36).

Tabela 36 – Distribuição da população em relação ao gênero e ao estado civil
– Brasil – Censo 1920

Estado Civil	Homens	Mulheres	Total
Solteiro	11.023.060 (36%)	10.294.327 (34%)	21.317.387 (70%)
Casado	3.998.743 (13%)	3.885.084 (13%)	7.883.827 (26%)
Viúvo	386.959 (1%)	986.251 (3%)	1.373.210 (4%)
Ignorado	35.056 (0%)	26.125 (0%)	61.181 (0%)
Total	15.443.818 (50%)	15.191.787 (50%)	30.635.605 (100%)

Nas primeiras décadas do século XX, começaram a ocorrer demandas por novas formações de mão de obra. A primeira universidade brasileira foi criada em 1920, no Rio de Janeiro, ocorrendo o movimento de modernização da educação, marcado pela diversificação do ensino superior.²⁰⁰ Considerando o quesito “profissões”, temos a distribuição dada na Tabela 37, para o censo de 1920, na qual se apresenta a classificação em grupos.

Tabela 37 – Distribuição das profissões na população segundo o Censo 1920 – Brasil

Profissões	Número de indivíduos
Exploração solo/sub-solo	6.450.527 (21%)
Industriais	1.189.337 (4%)
Transportes	253.587 (0,8%)
Comércio	497.548 (2%)
Força pública	88.363 (0,3%)
Administração	109.439 (0,4%)
Profissionais liberais	168.113 (0,5%)
Vivem de suas rendas	40.790 (0,1%)
Serviço doméstico	363.879 (1%)
Mal definidas	416.568 (1%)
Profissão não detectada/ sem profissão	21.027.993 (68%)
Total	30.635.605 (100%)

²⁰⁰ Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2013.

Realçaram-se, nesse censo, as profissões ligadas à exploração do solo e do sub-solo (profissões agrícolas incluídas), seguidas pelas industriais, pelo comércio, pelo serviço doméstico, pelos transportes e pelas profissões liberais. Considerando as profissões por Estado, a exploração do solo e sub-solo (mineração, agricultura, criação, caça e pesca) foi predominante na grande maioria dos Estados, com um maior percentual na Paraíba do Norte, seguida das profissões industriais. Pequena parte da população se aplicava à extração mineral, com maior percentual em Minas Gerais. A profissão transportes teve percentual elevado em quase todos os Estados. Os maiores percentuais das profissões industriais, do comércio, da força pública, da administração pública e particular, e das profissões liberais encontravam-se no Distrito Federal. Nesse recenseamento, a profissão de magistério estava classificada também dentro das profissões liberais e o percentual de indivíduos nessa ocupação continuava praticamente nulo, apesar de ser a profissão com maior número de indivíduos, entre as profissões liberais. Nenhuma das reformas até 1930 resolveu o problema da inexistência de escolas para a formação de professores.²⁰¹

Abrimos parênteses para chamar a atenção para o quanto pode ser importante a leitura dos documentos nas suas entrelinhas. Notamos, por exemplo, que, no total de 30.635.605 de indivíduos contados no censo de 1920, também se incluía crianças e jovens, contabilizando os, praticamente, 30% que tinham a profissão definida. No entanto, retirando os de 0 a 14 anos (12.631.575), a população se reduz a 18.004.030 indivíduos, o que altera a contabilização para 51% com profissão definida, em vez dos 30%, conforme resumido na Tabela 38.²⁰² Isso realça o pensamento de Bloch sobre a necessidade da leitura investigativa e minuciosa dos documentos., Segundo o autor “[...] ela [a história] deixou de se limitar a ponderar as afirmações [explícitas] dos documentos. Foi-lhe necessário também extorquir as informações que eles não tencionavam fornecer” (BLOCH, 2001a, p. 95).

²⁰¹ Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu07.pdf>> sobre o magistério>. Acesso em: 28 maio 2013.

²⁰² *Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Vol. 4, parte 5, tomo 1. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Tabela 38 – Distribuição da população segundo a caracterização profissional, excluía a faixa etária de 0 a 14 anos – Brasil – Censo 1920

Profissão	População
Definida	9.191.044 (51%)
Mal definida	416.568 (2%)
Não declarada/sem profissão	8.396.418 (47%)
Total parcial	18.004.030

Nos censos de 1872, 1900 e 1920, ocorreu grande divergência no modo de classificar as profissões; por isso, não foi fácil e nem precisa a comparação dos resultados relacionados às profissões nesses censos. No entanto, agrupando as profissões mais ou menos equivalentes, temos a Tabela 39 comparativa.

Tabela 39 – Distribuição da população segundo a profissão de acordo com os censos 1872, 1900, 1920 – Brasil

Profissões	Censo		
	1872	1900	1920
Exploração solo/sub-solo	3.261.340 (61%)	5.250.506 (64,3%)	6.451.530 (70%)
Industriais	788.752 (15%)		1.189.357 (13%)
Transportes	21.703 (0,4%)	71.986 (0,9%)	253.587 (3%)
Comércio	102.133 (2%)	322.858 (4%)	497.548 (5%)
Força Pública	27.716 (0,5%)	31.945 (0,4%)	88.363 (1%)
Administração	10.710 (0,2%)	45.710 (0,6%)	137.879 (1,5%)
Profissões liberais	58.860 (1,1%)	41.696 (0,5%)	168.111 (2%)
Vivem de suas rendas	31.863 (0,6%)	23.271 (0,3%)	40.790 (0,5%)
Serviço doméstico	1.045.615 (19,2%)	2.358.759 (29%)	363.879 (4%)
Total	5.348.692 (100%)	8.146.731 (100%)	9.191.044 (100%)

NOTA: Recenseamento Geral de 1920, v4, Parte 5, Tomo 1, *População* (Site IBGE).

Confrontando os percentuais desses três recenseamentos, verificamos que as profissões que aumentaram progressivamente de contingente foram ligadas aos transportes, ao comércio e à administração. As que diminuíram de 1872 para 1900, e depois aumentaram, de 1900 para 1920, foram as de força pública, as profissões liberais e as de pessoas que viviam de suas rendas. No caso dos serviços domésticos, verificamos aumento de 1872 para 1900 e uma redução significativa de 1900 para 1920, provavelmente, pela preferência por outras profissões mais vantajosas, pela diminuição do trabalho escravo e pela proliferação, nesse período, das indústrias, o que abriu melhores oportunidades para as mulheres.

Este censo – 1920 – foi mais abrangente do que os anteriores, pois englobou o censo demográfico e o econômico (agrícola e industrial). Os métodos matemáticos e estatísticos foram simplesmente contabilizações e enumerações simples, porém o planejamento dos trabalhos de coleta teve maior alcance. A metodologia utilizada foi diferente das anteriores, por ser mais ampla, com um número maior de pessoas envolvidas e com maior cuidado nas etapas de realização do empreendimento. A coleta de informações foi realizada por meio da lista de família, utilizada também em outros países. O instrumento de coleta foi a caderneta demográfica, apropriada ao registro pelos agentes recenseadores das informações referentes a cada prédio e para à anotação das ocorrências durante o trabalho de campo – organização da estatística predial. Os trabalhos foram realizados com disciplina, comprometimento, ordem, seguindo um cronograma estipulado. Os apuradores da DGE seguiram as instruções gerais para os trabalhos de apuração descritos no Volume 1 – Anexos²⁰³. Foi utilizada pela primeira vez, nesse censo, a apuração mecânica – máquinas Hollerith – e foram elaborados gráficos para a apresentação dos resultados, feitos com arte e ciência, pois, segundo Senra (2006b), até então os gráficos eram precários.

Verificamos que, apesar de vários métodos matemáticos e estatísticos de análises terem sido desenvolvidos durante o século XIX, foi no século XX que a estatística revolucionou a ciência, quando, gradualmente, começou a trabalhar com o modelo estatístico da realidade. Foi no início do século XX que Fisher e Kolmogorov desenvolveram os primeiros métodos estatísticos para

²⁰³ Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Volume 1, *Anexos*. Rio de Janeiro. Typ. Da Estatística, 1922.

manipular uma sequência de observações, sendo derivadas distribuições que são amplamente utilizadas em estimação e testes de hipótese estruturados, com o uso da matemática formal. Essas ferramentas estatísticas são adotadas, atualmente, em pesquisa científica para análise de dados.

O método estatístico observado nos primeiros censos foi basicamente a descrição de números tabelados a respeito das variáveis consideradas de importância para serem apresentadas, analisadas, divulgadas e trabalhadas quantitativamente. Utilizamos algumas dessas variáveis na esperança de utilizar dados do passado para a obtenção de novos conhecimentos, já que o conhecimento do passado incessantemente se transforma e aperfeiçoa (BLOCH, 2001a).

Foi o quarto censo o mais cuidadoso com a metodologia, na coleta dos dados, na organização, na apuração e na divulgação dos resultados. Embora com esse objetivo geral, de divulgação e desenvolvimento, os censos muitas vezes também serviam a interesses políticos diversos, não éticos e discriminatórios, como o caso da desconsideração dos indígenas como um povo de identidade própria entre os habitantes brasileiros, ou da negação do voto aos analfabetos – maioria significativa da população. Temos, em Bloch (2001a), que a história não é o passado, e sim uma compreensão do presente pelo passado, e vice-versa, e, compreendendo-o, podemos buscar respostas para nossas investigações.

As informações conhecidas por intermédio dos censos gerais são consideradas fundamentais para o conhecimento da realidade do país por meio dos números, que podem ser representativos do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Esse conjunto dos quatro primeiros censos gerais incluiu, em seus questionários, questões relativas, basicamente, às características gerais da nossa população. Os conhecimentos matemático-estatísticos (se é que se pode classificar assim) utilizados nos primeiros censos foram conhecimentos matemáticos básicos de contagem, operações e tabulações numéricas de variáveis; muito pouco, inclusive, envolviam a noção de porcentagem e representações gráficas, e os conhecimentos estatísticos eram descritivos, incluindo o planejamento da coleta e da apresentação dos dados. Isso nos mostrou que a aplicação da teoria estatística nessa prática censitária ainda estava distante de aproveitar vários conhecimentos já inseridos nas formações superiores brasileiras, inclusive daqueles

conhecimentos presentes no desenvolvimento internacional do campo científico da Estatística, por exemplo, a utilização da teoria da amostragem e a obtenção de medidas estatísticas. Faltava uma maior relação entre a Estatística, já desenvolvida como ciência, e a produção das estatísticas que buscavam retratar a realidade, pois essas não passavam de simples contagens.

Na questão da instrumentalização censitária, Silva, J. H. da (2009) comenta que é de grande importância o aperfeiçoamento de mapas para fins estatísticos e um sistema de cadastros atualizado – Base Territorial –, para evitar problemas de cobertura (duplicação ou omissão de áreas cobertas em um levantamento estatístico) no planejamento dos censos, o que não ocorreu nos primeiros censos brasileiros.

Contudo, pouco a pouco, os métodos vão surgindo, com o empenho dos estudiosos da Estatística, que muito contribuiriam na melhoria dos processos censitários, os quais contavam com um método básico de pesquisa na sua elaboração. Desse modo,

[...] configura-se esse processo de pesquisa em quatro etapas: primeira, a etapa de conceituação/concepção (claro, tendo em mente os fatos que se quer revelar e desvelar); segunda, a etapa de obtenção dos registros individuais, fundadores das estatísticas (depois de planejadas devidamente); terceira, a etapa de elaboração das estatísticas, fazendo-se a agregação sucessiva dos registros individuais (depois de planejada devidamente); quarta, a etapa de avaliação e exploração das estatísticas realizadas *vis-à-vis* a realidade subjacente (SENRA, 2005, p. 100).

Embora saibamos que temos que dar um ponto final para a nossa história, concordamos que “as causas, em história como em outros domínios, não são postuladas. São buscadas” (BLOCH, 2001a, p.159). Sobre nossas várias buscas, sobre os alcances obtidos e sobre as análises realizadas, tendo em vista os limitantes da pesquisa, tecemos, no próximo capítulo, as considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E assim o texto se cala, por mais que o leitor, angustiado com esse término inesperado, tente ler nas entrelinhas ou em algum outro sinal que ficou sem querer ficar (BLOCH, 2001a, p. 11).

O propósito deste trabalho, de construir uma história relacionada aos primeiros censos demográficos, aos métodos matemático-estatísticos empregados, aos conhecimentos de estatística na época oitocentista e ao contexto histórico da época, constituiu-se em uma motivação crescente para alcançar os objetivos que contemplariam esse propósito. Do lado profissional, consideramos que leitores interessados ganhariam em entender que, na Estatística, além da teoria, dos métodos, dos cálculos, das análises, existe a sua história. Ela é de importante relevância para a compreensão da constituição e do desenvolvimento dessa ciência, mas nem sempre é valorizada, especificamente na prática pedagógica de disciplinas próprias do campo da estatística. Esse movimento de investigação histórica nos exigiu conhecer contextos em uma sociedade de um país em transformação – do Brasil Colônia para o Brasil independente de Portugal. Esse desafio e esses conhecimentos puderam trazer compreensão no tempo presente, porque o tempo de hoje pode ser apreendido pelo tempo de ontem (BLOCH, 2001a).

Passamos a seguir, a sintetizar o que alcançamos de acordo com os objetivos que foram propostos no início da realização da pesquisa, mesmo sabendo que nunca conseguiremos preencher inteiramente as lacunas (BLOCH, 2001a), já que existirá sempre a subjetividade do olhar do pesquisador, que trabalha para o seu tempo. No entanto, no processo dinâmico, porém lento, de crescimento da história da Estatística no Brasil, quaisquer contribuições são sempre um enriquecimento. Novamente lembramos as palavras de Bloch, que nos tranquiliza: “Pois toda originalidade tem seus limites. O estilo de Pascal [físico, matemático, filósofo e teólogo francês] não pertence senão a ele; mas sua gramática e a base de seu vocabulário são de seu tempo” (BLOCH, 2001a, p.115).

Na avaliação de possíveis articulações dos conhecimentos matemático-estatísticos, observamos rastros históricos de conhecimentos estatísticos nas primeiras instituições brasileiras de nível

superior, inauguradas com a vinda da corte portuguesa, presentes em disciplinas dos cursos de Engenharia, de Ciências Matemáticas e de Economia, como as de Cálculo Integral e Economia Política. Apesar do progresso lento na introdução e utilização dos conhecimentos estatísticos no mundo, mesmo com o aumento e o avanço nos estudos de métodos para a produção e interpretação de dados, a Estatística teve grande desenvolvimento no século XX e começou realmente a existir como uma disciplina separada da Matemática. Essa prática foi continuada durante aquele século, sendo aí o início da Estatística contemporânea. Essa ciência se revolucionou com a adoção dos métodos estatísticos de pesquisa, que aumentaram a confiabilidade de seus resultados. Em geral, aos poucos se começou a trabalhar com um novo paradigma – o modelo estatístico da realidade – e quase toda ciência passou, assim, a utilizar os métodos estatísticos. No entanto, nas análises sobre os primeiros censos, observamos um grande distanciamento entre os conhecimentos estatísticos internacionalmente elaborados e os que eram utilizados nas formações superiores brasileiras, quiçá aqueles empregados nos processos censitários.

À medida que a sociedade se mostrava interessada em coletar e em usar dados para variadas aplicações, as ideias e os métodos da Estatística desenvolveram-se, como bem cita Moore:

Não podemos escapar dos dados, assim como não podemos evitar o uso de palavras. Tal como palavras os dados não se interpretam a si mesmos, mas devem ser lidos com entendimento. Da mesma maneira que um escritor pode dispor as palavras em argumentos convincentes ou frases sem sentido, assim também os dados podem ser convincentes, enganosos ou simplesmente inócuos. A instrução numérica, a capacidade de acompanhar e compreender argumentos baseados em dados, é importante para qualquer um de nós. O estudo da Estatística é parte essencial de uma formação lógica (MOORE, 2000, p. 2).

Todavia, antes dos primeiros censos gerais, vários pequenos censos parciais, principalmente com o objetivo de contagem da população, ocorreram desde o Brasil Colônia, por solicitações da coroa portuguesa ou mesmo por iniciativas particulares de pesquisadores. As utilizações iniciais de conhecimento dos números da população foram para o recrutamento militar e arrecadação de impostos. A investigação mostrou que os métodos para essas contagens não eram claros e os procedimentos na obtenção desses números eram variados, conforme foi apresentado no item 5.2

do Capítulo 5. Portanto, não poderíamos esperar precisão nos processos; mesmo assim, alguns resultados publicados por diferentes pesquisadores estiveram próximos.

Com esses censos parciais, foi crescendo cada vez mais, por parte do governo, a demanda por registros que evidenciassem a realidade brasileira, principalmente para a divulgação externa do Brasil em seus aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos. Existia, assim, já no período imperial, a conveniência de serem os censos elaborados e realizados por comissões especiais competentes ou por uma diretoria. Coube a Joaquim José Rodrigues Torres – Visconde de Itaboraí –, jornalista, político e professor com formação matemática, a iniciativa de aprovar a realização decenal dos censos gerais brasileiros e a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE), encarregada desse empreendimento. Os primeiros levantamentos gerais brasileiros foram realizados pela DGE, por interesses governamentais, para a contagem populacional.

O Primeiro Censo Geral (1872), sob a responsabilidade da DGE, tinha a importante tarefa de fazer um retrato demográfico do Brasil. Esse órgão governamental teve como primeiro diretor Manoel Francisco Correa, advogado, político, educador, com gosto pelas estatísticas, formado em Humanidades Superior pela Faculdade de Direito de São Paulo. Pouco tempo depois, ele foi substituído por Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, advogado e farmacêutico, diretamente ligado à evolução da Estatística no Brasil, com pesquisas sistemáticas de condições existentes no país, com o recolhimento de dados sobre população, sobre o estado político, intelectual e moral, sobre o estado agrícola, industrial e comercial.

Albuquerque estudou na Faculdade de Direito, em Recife, e recebeu o grau de doutor. Realizou trabalhos de evidente alcance e utilidade, tendo sido ele quem planejou e dirigiu o Primeiro Censo. No entanto, faltou um método bem elaborado, que fosse acompanhado, para a produção desse censo. Os fundamentos matemático-estatísticos empregados foram simples contabilizações. Foram utilizadas a coleta, a sistematização e a apresentação dos dados, que requeriam conhecimentos de cálculo matemático e de técnicas básicas da Estatística Descritiva, com apresentação tabular.

Apesar de terem sido enfrentadas várias dificuldades para a sua realização – dispersão geográfica, limitação de comunicações, falta de prática ou experiência com processos censitários –, esse Primeiro Censo foi considerado bom no seu objetivo de unificação da contagem populacional para algumas características, tais como gênero, condição servil, alfabetização, cor/raça, religião, estado civil, nacionalidade e profissão. Com foco nessas características, adicionamos algumas análises de natureza histórica, articuladas com ideias teóricas dos autores referenciados.

O Segundo Censo (1890) aconteceu após 18 anos da realização do primeiro, com grande atraso na entrega de resultados pelas previsões iniciais. Ocorreu em uma época de intensa conturbação política, logo após a mudança do sistema de governo do Império para a República, afetando diretamente a boa realização desse recenseamento, que foi marcado pela morosidade e fracasso. O diretor da DGE era Manuel Timóteo da Costa, professor e engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que não adotou integralmente o plano do censo de 1872.

O Terceiro Recenseamento não foi regulamentado por lei ou por decreto e ocorreu em 1900, sob a responsabilidade do diretor da DGE, João Sabino Damasceno, inspetor de obras públicas. Foi um fracasso maior ainda do que o anterior, pois faltava à DGE, além de pessoas comprometidas, conscientes da importância do processo e com conhecimentos adequados para a função, o tratamento padronizado dos dados.

No entanto, o Quarto Censo (1920) foi um destaque pelo seu sucesso, tendo sido planejado cuidadosamente pelo diretor da DGE, Bulhões Carvalho, formado pela Faculdade Nacional de Medicina e completamente envolvido com as atividades estatísticas brasileiras. Antes de Bulhões Carvalho, a DGE esteve dirigida por advogados e engenheiros nomeados mais por influências políticas do que por real saber no assunto. Como médico, demógrafo e sanitário, Bulhões Carvalho estava acostumado a lidar com estatísticas vitais e criticava os números divulgados pela DGE. No planejamento desse levantamento, ele tentou combinar técnica e método para a coleta das informações, conforme foi visto nas análises (Capítulo 6). Esse foi o primeiro censo demográfico, agrícola e industrial. A novidade foi a apuração dos dados realizada por meio do

processo manual e mecânico (com uso de máquinas calculadoras), o que conferiu maior precisão e rapidez na obtenção dos resultados. Outra novidade foi a apresentação gráfica dos dados, inclusive utilizando gráficos pictóricos, com os resultados divulgados de uma maneira mais simples e fácil para compreensão e análises dos resultados. Apesar dos avanços tecnológicos, somente em 1928 foi concluída a operação censitária de 1920 e foi feita a divulgação dos resultados.

Após a realização desses primeiros censos gerais (1872, 1890, 1900 e 1920), a DGE entrou em crise por falta de pessoal, falta de recursos e falta de informações. Essa diretoria foi extinta, originando o Departamento Nacional de Estatística, que culminou na criação do IBGE (1938), desde então responsável pela elaboração dos censos. Dois desses censos – 1872 e 1920 – foram considerados um sucesso; os outros dois – 1890 e 1900 –, um fracasso assumido. O censo de 1900 foi o pior deles, com resultados não divulgados, tendo publicações desacreditadas, ao passo que, no censo de 1920, os resultados foram apresentados em grande número de volumes publicados, considerados confiáveis, sendo o melhor censo dentre os quatro, no sentido da grande quantidade de informações mais cuidadosas e com maior comprometimento das pessoas envolvidas.

Podemos sintetizar que, para esses quatro primeiros censos, os métodos matemáticos e estatísticos utilizados foram bem simples procedimentos de coleta, apuração e organização dos dados, para a apresentação em tabelas com cálculos, razões e proporções, e gráficos. Cabe destacar que a apresentação dos gráficos, recurso utilizado somente no último desses quatro censos, era feita sem a utilização de índices percentuais, ou seja, os resultados eram apenas quantitativos. A dificuldade estava na técnica, na estratégia de realização e, principalmente, no treinamento do pessoal convocado para a grande tarefa de recenseamento, em uma vasta região, com locais de difícil acesso. A esse pessoal faltava experiência, motivação e interesse, pois pareceu não terem sabido lidar com as dificuldades e imprevistos de um território imenso e com diversidade populacional. As pessoas responsáveis pelos censos não possuíam formação em Estatística, no sentido de serem estudiosos dedicados à teoria estatística; eram, na maioria das vezes, advogados, políticos, engenheiros, médicos, professores, matemáticos, em suas profissões

específicas. Alguns, no entanto, demonstravam interesse pela estatística e pela sua divulgação. Provavelmente, pela falta de pessoas diretamente ligadas à Estatística e com conhecimentos especializados nessa área, e pela atuação de profissionais com pouca experiência em levantamentos censitários, esses censos já se iniciavam com prejuízos e comprometidos em seus resultados.

Não se configurou, na metodologia utilizada, a associação entre conhecimentos científicos e aplicação prática, e não se tinha um método previamente traçado para esse fim, mas, sim, práticas com poucos recursos financeiros disponíveis, de pessoal e de equipamentos.

Com as análises, destacamos, nesses censos, a situação do Brasil relacionada a vários aspectos da sociedade, tais como os aspectos descritos a seguir:

- O índio foi escravizado e, em seguida, o negro africano, que foi trazido para que sua força de trabalho fosse explorada de forma desumana, caracterizando o racismo brasileiro.
- O indígena não foi contabilizado diretamente, passando longo tempo sem participar das estatísticas oficiais. Os censos parciais permitiram evidenciar que o contingente populacional indígena foi reduzido ao longo dos anos por situações adversas e desprezíveis, com um modo desumano de exclusão social.
- Embora a escravidão continuasse mesmo após a lei da abolição, controversamente ela não aparece nas estatísticas oficiais censitárias, e nem sequer a variável “condição servil” foi investigada depois do censo de 1872.
- O analfabetismo ficou marcado nesses primeiros censos pelos altos percentuais, com exceção da elite dominante, que tinha uma educação diferenciada (SCHWARCZ, 1998).
- Relacionada às “raças”, evidenciamos a miscigenação da população, com o cruzamento entre elas. No Primeiro Censo, alguns indígenas foram incluídos na categoria de “caboclos”, e a categoria “pardos” foi utilizada para caracterizar a mistura de branco com preto, ao passo que, no censo seguinte, a categoria “pardo” foi substituída por “mestiço”. Essa variável não foi investigada nos censos de 1900 e 1920.
- O país foi marcado pela religião católica, como se as demais religiões e credos praticamente não existissem no Brasil.

- A profissão agrícola predominava, mas concordamos, com Holanda (1995), que isso ocorreu mais com a intenção de explorar a terra sem a sua preservação, extraindo do solo quantidade excessiva de bens.
- Dentre as profissões liberais, estava a de professor, com um percentual próximo a zero, caracterizando o descaso com a educação, o que confirma o comentário de variados autores, como: Saviani (2006); Vidal e Faria Filho (2005); Lima (2006); Holanda (1995); Schwarcz (1998).
- Devido à precária qualidade de planejamento dos processos de coleta e à ação de pessoal responsável não especializado, tudo indica que chegaram ao governo central números apurados sem serem checados, bem como faltou o envio de dados de algumas províncias/estados, principalmente nos três primeiros censos.

Censos demográficos, destinados à realização de estudos estatísticos, auxiliam os governos a entenderem melhor a sua população e a organizarem os seus gastos e ações com educação, saúde, saneamento básico, infraestrutura e muito mais. No entanto, nem sempre os resultados desses estudos são utilizados de forma eficiente e adequada, mesmo que, na ocasião, transpareça o contrário. A competência de Bloch (2001a, p. 45) de grande historiador nos diz: “A experiência não apenas nos ensinou que é impossível decidir previamente se as especulações aparentemente as mais desinteressadas não se revelarão, um dia, espantosamente úteis à prática”. A experiência nos ensinou também que é possível constatar, posteriormente, terem sido importantes achados estatísticos pouco aproveitados.

Ao contarmos esta história da Estatística, consideramos que a tarefa a que nos propusemos realizar nos rendeu satisfação pelo aprendizado obtido com a gama de acontecimentos históricos envolvidos na empreitada que foi a organização e a realização dos primeiros censos gerais brasileiros. Tivemos, no método regressivo de Bloch, o apoio para a construção deste trabalho, cuja vertente central nos conscientiza de que a história é construída no presente, embora com olhos voltados para o passado. As buscas não são pela obtenção de uma verdade factual, mas por compreensões que os pesquisadores constroem a partir das fontes disponíveis, produzindo múltiplas verdades por diferentes leituras, o que nos remete à reflexão filosófica de Umberto

Eco²⁰⁴: “Eu definiria o efeito poético como a capacidade que um texto oferece de continuar a gerar diferentes leituras, sem nunca se consumir de todo”.

Aprendemos que devemos fazer do nosso ofício uma prática (BLOCH, 2001a). Um próximo desafio na prática docente está em intensificar a utilização da história da Estatística no enriquecimento do seu ensino. Novos horizontes de pesquisa podem ser explorados; por exemplo, é de nosso interesse a investigação sobre a história da Estatística no Estado do Espírito Santo, relacionada aos censos demográficos gerais e/ou censos parciais, ou mesmo ao ensino de Estatística, que, nesse Estado, foi inicialmente instalado, verificando os apontamentos os manuais e/ou os livros utilizados. Outros tipos de pesquisas podem ser desenvolvidos como sobre a história do ensino/curso de Estatística da UFES ou sobre evolução histórica da utilização dos métodos estatísticos nos censos pós IBGE. Com grandes chances de sucesso, um conhecimento mais familiarizado da história da estatística em geral, ou específica, poderá despertar nos nossos alunos respeito e carinho ainda maior por essa ciência de grande aplicabilidade, que está sempre auxiliando as demais ciências em seus trabalhos de pesquisa, em seus conhecimentos da realidade vigente e em suas extrapolações. Por que, então, não a conhecer melhor?

Atualmente, os dados estatísticos são obtidos, classificados e armazenados em forma digital e disponibilizados em diversos sistemas de informação abrangentes, que fornecem aos pesquisadores, aos cidadãos e às organizações da sociedade informações estatísticas necessárias à tomada de decisões, por vezes, à manutenção de interesses político-sociais. Em virtude de ser cada vez maior a necessidade de utilização da Estatística, torna-se importante conhecer matizes no desenvolvimento da sua história, e, nessa direção, temos ainda um longo caminho a percorrer. Temos o seguinte pensamento: “A vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade” (BLOCH, 2001, p. 68).

²⁰⁴ Disponível em: <<http://entreaspas.org/frases/13414>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

Com toda a diversidade de documentos investigados formamos uma compreensão do contexto histórico da época em que foram realizados os quatro primeiros censos gerais brasileiros. Nessa busca desejada pelas informações estatísticas, formamos análises com olhos para os instrumentos utilizados nesses processos, avaliamos os conhecimentos matemático-estatísticos e identificamos os responsáveis por essas tarefas. Nesse movimento de pesquisa, campos sempre são abertos, pois essas informações nunca se esgotam.

8 REFERÊNCIAS

- 1 BARRETO, A. R. *Uma Abordagem Histórica do Desenvolvimento da Estatística no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: 1999. 94f.
- 2 BENTO, C. M. *A Academia Real Militar A Atual Aman: uma decorrência da vinda da Família Real para o Brasil de 1808*. Publicado em 2009. Disponível em: http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php. Acesso em: 12 maio 2011.
- 3 BÍBLIA SAGRADA. Antigo Testamento. *Êxodos*, cap. 30 (11-16).
- 4 BÍBLIA SAGRADA. Antigo Testamento. *Números*, cap. 1 (1-3), cap. 26 (1-4).
- 5 BÍBLIA SAGRADA. Antigo Testamento. *Segundo Livro de Samuel*, cap. 24 (1-15).
- 6 BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. *Evangelho de São Lucas*, cap. 2 (1-7).
- 7 BLOCH, M. *Apologia da História, ou, o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a.
- 8 BLOCH, M. *A Terra e seus Homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: EDUSC, 2001b.
- 9 BOLETIM DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA, Casa do Trem – 1792 Berço da Engenharia Nacional e do Ensino Superior no Brasil. Boletim mensal, janeiro 2003, n° 50.
- 10 BOTELHO, T. R.; PAIVA, C. A. *Políticas de população no Período Joanino*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP. Caxambú – M.G. 2008.
- 11 BOTELHO, T. R. *População e Nação no Brasil do Século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. São Paulo: 1998. 247f.
- 12 BURKE, P. *A Escola dos Annales 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- 13 BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- 14 CAMPOS, C. A.; WODEWOTZKI, M. L. L.; JACOBINI, O. R. *Educação Estatística teoria e prática em ambientes de modelagem matemática*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

- 15 CARVALHO, B. *Estatística: método e aplicação*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1933.
- 16 CHAUI, M. *Brasil Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- 17 CORDEIRO, G. M. *O Amadurecimento da pesquisa e Ensino de Estatística no Brasil*. Disponível em: <http://www.arscientia.com.br/materia/ver_materia.php?id_materia=273#> 2006. Acesso em: 30 jun. 2009.
- 18 COSTA, S. C. da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- 19 COSTA, S. F. *Introdução Ilustrada à Estatística*. São Paulo: Editora Harbra, 2005.
- 20 DE CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 2010.
- 21 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/synopse_recenseamento_1890.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- 22 DUBY, G. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- 23 DUPÂQUIER, J.; DUPÂQUIER, M. *Histoire de la Démographie*. Paris: Librairie Academique Perrin, 1985.
- 24 ESTUDOS sobre a utilização do Censo Demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, Ano II, nº 5, jan/mar, 1941, p. 43.
- 25 FARIA FILHO, L. M. de (Org.). *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias*. São Paulo: Universidade São Francisco. Editora Autores Associados, 2000.
- 26 FARIA FILHO, L. M. ; NEVES, L.S. *Os serviços estatísticos educacionais e a instrução pública no Brasil: das 'deduções' ao convênio interadministrativo de 1931 – (1889-1945)*. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. História e Memória da educação brasileira. Natal : UFRN/SBHE, 2002. v. 1. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0658.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2012.
- 27 FERREIRA, T. M. T. B. da C.; SANTOS, G.; ALVES, I.; PINTO, M. V.; HUE, S. (Orgs.). *D. João VI e o oitocentismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2011.
- 28 FIGUEIREDO, J. de. *Coisas que acontecem num recenseamento*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1959. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/coisasqueacontecem.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

29 GAUDIO, E. V. *A Reforma Coutto Ferraz e um Ensino Primário de Matemática na província do Espírito Santo durante o Período Imperial Brasileiro: uma história a partir de leitura indiciária*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

30 GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

31 GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

32 GINZBURG, C. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

33 GONÇALVES, J. de M. M. *IBGE: um retrato histórico*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1995. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/05-IBGE%20-%20Um%20retrato%20Historico.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

34 HALD, A. *A History of Parametric Statistical Inference from Bernoulli to Fisher, 1713 to 1935*. Copenhagen: Department of Applied Mathematics and Statistics University of Copenhagen, 2004.

35 HALD, A. *A History of Probability and Statistics and their Applications before 1750*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., Publication, 2003.

36 HAKKERT, R. *Fontes de Dados Demográficos*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 1996.

37 HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

38 HOUAISS, A; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia. 3. Ed. Rio de Janeiro: 2009.

39 IBGE. *Giorgio Mortara: ampliando os horizontes da demografia brasileira*. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/giorgiomortaraampliando.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

40 JONNÈS, A. M. de. *Éléments de Statistique*. Paris: Guillaumin et C^{ie}, 1856. Disponível no Google Books.

- 41 KATZ, V. J. *A history of mathematics*. v.2. New York: Happer Collins College, 1993.
- 42 LACROIX, Par S. F. *Traité Élémentaire du Calcul des Probabilités*. Paris: Chez M^{me} V^e Courcier, 1816. Disponível no Google Books.
- 43 LAPLACE, P. S. *Ensaio Filosófico sobre as Probabilidades*. Editora PUC Rio. Rio de Janeiro. 2010.
- 44 LAPLACE, P. S. *Théorie Analytique des Probabilités*. Paris: M^{me} V^e Courcier, 1814. Disponível no Google Books.
- 45 LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A Construção do Saber*. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.
- 46 LE GOFF, J. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- 47 LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.
- 48 LE GOFF. Prefácio. In: BLOCH, M. *Apologia da História, ou, o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a.
- 49 LEVASSEUR, E. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Tempo e Letras & Expressões Editoras, 2000.
- 50 LIMA, O. D. *João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2006.
- 51 LISBOA, J. da S. *Estudos do Bem-Comum e Economia Política, ou Ciência das leis Naturais e Civis de Animar e Dirigir a Geral Indústria e promover a Riqueza Nacional, e Prosperidade do Estado*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.
- 52 LOBO, L. F. *Os infames da história – Pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- 53 LOPES, C. E.; MEIRELLES, E. *O Desenvolvimento da Probabilidade e da Estatística*. Disponível em: <http://www.ime.unicamp.br/erpm2005/anais/m_cur/mc02_b.pdf>, 2005. Acesso em: 15 jul. 2009.
- 54 MEMÓRIA, J. M. P. *Breve História da Estatística*. Disponível em: <http://www.im.ufrj.br/~lpbraga/prob1/historia_estatistica.pdf>, 2004. Acesso em: 30 jun. 2009.
- 55 MLODINOW, L. *O Andar do Bêbado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- 56 MOORE, D. *A Estatística Básica e sua Prática*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2000.

- 57 NOVAIS, F. A. *História da Vida Privada no Brasil I*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- 58 OLIVEIRA, J. C. de. *D. João VI Adorador do Deus das Ciências?* E-Papers Serviços Editoriais. Rio de Janeiro. 2005.
- 59 O RECENSEAMENTO de 1940 do ponto de vista da técnica censitária. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, Ano IV, nº 14, abr/jun., 1943, p. 257.
- 60 O SENTIDO do Termo “Estatística”. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, Ano II, nº 5, jan/mar., 1941, p. 109.
- 61 PAPANÇA, F. *A Matemática, a Estatística e o Ensino nos Estabelecimentos de Formação de Oficiais do Ensino Português no Período 1837-1926: uma caracterização*. Castelo Branco: Edium Editores, 2011.
- 62 PARDAL, P. *Primórdios do Ensino de Estatística no Brasil e na UERJ*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 154(378): 1-152, jan/mar. 1993.
- 63 PENHA, E. A. *A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/CDDI. Rio de Janeiro. 1993.
- 64 PEREIRA, J. S. de C.; MORETTIN, P. A. *Las Estadísticas Brasileñas y la enseñanza de la Estadística en Brasil*. *Estadística Española*: vol. 33, num. 128, p. 559-574, 1991. Reimpresso pela ABE.
- 65 PINSKY, C. B. (Org.); BACELLAR, C.; GRESPAN, J.; NAPOLITANO, M.; JANOTTI, M. de L.; FUNARI, P. P.; LUCA, T. R. de; BORGES, V. P.; ALBERTI, V. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- 66 PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- 67 PORTER, T. M. *The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900*. United Kingdom: Princeton University Press, Chichester, West Sussex, 1986.
- 68 PRIORE, M. D.; VENANCIO, R. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- 69 ROONEY, A. *A História da Matemática*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2012.
- 70 SAD, Ligia Arantes. O cálculo Diferencial e Integral na formação de estudantes da Academia Real Militar. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. *Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória: SBHE / UFES, 2011a.

- 71 SAD, L. A. Rastros do ensino de Cálculo Diferencial e Integral nas décadas iniciais da Academia Militar do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História da Matemática*, v. 11, n. 21, 2011b, p. 45.
- 72 SAD, L. A.; DYNNIKOV, C. M. S. da S. Reflexões teórico-metodológicas para investigações em História da Matemática. *Bolema*, Rio Claro (S.P.). Ano 21, no. 30, p. 27-46, 2008.
- 73 SALSBURG, D. *Uma Senhora toma Chá ...* como a estatística revolucionou a ciência no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- 74 SANTOS, P. C. M. *O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócio e publicações*. Dissertação (Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra). Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, S.P.: 2009. 295 fls.
- 75 SARAIVA, L. The beginnings of the Royal Military Academy of Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História da Matemática*, v. 7, n. 13, 2007.
- 76 SAVIANI, D. O Legado Educacional do “Breve Século XIX” Brasileiro. In: SAVIANI et al. *O legado educacional do século XIX*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- 77 SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- 78 SCHWARCZ, L. M. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 79 SENRA, N. *História Censitária no Brasil*. Entrevista concedida à TV Seplan da Bahia. Estado da Bahia: Internet, 10 dez. 2010.
- 80 SENRA, N. *História das Estatísticas Brasileiras*, vol. 1, Estatísticas desejadas (1822-1889). Rio de Janeiro: IBGE. 2006a.
- 81 SENRA, N. *História das Estatísticas Brasileiras*, vol. 2, Estatísticas legalizadas (1899-1936). Rio de Janeiro: IBGE. 2006b.
- 82 SENRA, N. *História das Estatísticas Brasileiras*, vol. 3, Estatísticas organizadas (1936-1972). Rio de Janeiro: IBGE. 2006c.
- 83 SENRA, N. *O Saber e o Poder das Estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2005.

- 84 SILVA, C. M. *O livro didático mais popular de Leonardo Euler e sua repercussão no Brasil*. Revista Brasileira de História da Matemática, v. 9, n. 17, 2009.
- 85 SILVA, J. H. da. *Viabilidade da utilização do Google Earth na construção de mapas de setores urbanos para fins censitários*. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Computação – Área de concentração Geomática). Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009. 85f.
- 86 SIMÕES, R. H. S.; FRANCO, S. P.; SALIM, M. A. A. *História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção*. Vitória, ES: EDUFES: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.
- 87 SOARES, S. F. *Elementos de Estatística Compreendendo a Teoria da Ciência e a sua Aplicação à Estatística Comercial do Brasil*, Tomo I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865a.
- 88 SOARES, S. F. *Elementos de Estatística Compreendendo a Teoria da Ciência e a sua Aplicação à Estatística Comercial do Brasil*, Tomo II. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865b.
- 89 SOCIEDADE Statistica do Brazil – 1854. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, Ano II, nº 5, jan/mar, 1941.
- 90 SOUZA, R. F. de. Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- 91 STIGLER, S. M. *The History of Statistics – The Measuring of Uncertainty before 1900*. USA: Belknap Press of Harvard University Press, 2003.
- 92 VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- 93 WODEWOTZKI, M. L. L.; JACOBINI, O. R. in BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. de C. (Orgs). *Educação Matemática : pesquisa em movimento*. Cortez Editora: São Paulo, 2005. p. 232-249.
- 94 WUSSING, H. *Lecciones de historia de las matemáticas*. Madri: Siglo XXI, 1998.

SITES PESQUISADOS

<<http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?sec=40&art=99>>

<<http://www.infoescola.com/biografias/gottfried-leibniz/>>

<<http://www.educ.fc.ul.pt/icm/icm98/icm25/pag1.htm>>

<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/102022/census>>

<<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/duvidas/censodemografico.html>>

<<http://www.brasilecola.com/sociologia/censo-contagem-populacao.htm>>

<<http://www.dejovu.com/mensagens/ver/?68>>

<<http://www.ibge.gov.br/censo/revista3.pdf>>

< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/estatisticametodoaplicacao.pdf>>

<<http://www.crcrs.org.br/memorial/rs.htm>>

<<http://www.redeabe.org.br/abe.htm>>

<http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Exposicoes_Universais_Sociedade_no_seculo_XIX_0.pdf>

<<http://veja.abril.com.br/historia/republica/exposicao-universal-paris-torre-eiffel.shtml>>

<<http://www.flickr.com/photos/rickipanema/46397337/>>

<<http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliانا/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=722&sid=14>>

>

<<http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/72227/paulo-coelho-mesquita-santos/>>

<<http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/39451/antonio-rodolfo-barreto/>>

<http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1864>

<<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=8064879032964307>>

<<http://www.ibge.gov.br/home/>>

<<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>

<<http://www.infoescola.com/biografias/marc-bloch/>>

<<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond39.htm>>

<<http://www.methodus.com.br/artigo/922/ler-e-escrever-na-era-digital.html>>

<<http://www.ime.unicamp.br/~calculo/history/leibniz/leibniz.html> >

<<http://history-computer.com/People/ColmarBio.html>>

<<http://www.alea.pt/html/nomesEdatas/swf/biografias.asp?art=10>>

<<http://www.dicio.com.br/atuarios/>>

<http://www.dmat.uevora.pt/index.php/pt/sobre_a_matematica/maticos_famosos/thomas_bayes>

<<http://www.ufrgs.br/engcart/PDASR/conceitos.html>>

<<http://www.alea.pt/html/nomesEdatas/swf/biografias.asp?art=1>>.

<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/466561/Simeon-Denis-Poisson>>

<<http://www.brasilecola.com/biografia/florence-nightingale.htm>>

<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/448102/Karl-Pearson> >

<[http://www.infopedia.pt/\\$charles-spearman](http://www.infopedia.pt/$charles-spearman) >

<<http://www-history.mcs.st-and.ac.uk/Biographies/Kolmogorov.html>>

<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/365793/Andrey-Andreyevich-Markov> >

<http://www.mundofilosofico.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247:michel-foucault-sociedade-disciplinar-e-biopolitica&carid=3;filosofia&Itemid=2>

<<http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/004e4.pdf>>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_03/ordenamento%20jur%20brasil.htm>

<http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php>

<<http://www.technonews.com.br/2011/newintegra.php?corpo=conteudointegra.php&tabela=tabram07&pg=1&cod=31>>

<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=131:jose-maria-da-silva-paranhos-visconde-do-rio-branco&catid=53:personalidades-historicas&Itemid=87>

<<http://www3.poli.usp.br/a-poli/historia/galeria-de-diretores/196-prof-dr-antonio-francisco-de-paula-souza.html>>

<<http://www.algosobre.com.br/biografias/benjamin-constant.html>>

<http://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=31>

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_apresentacao.php>

<<http://www.estadistica.ccet.ufrn.br/historia.php>>

<http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1629.html>

<<http://www.historylearningsite.co.uk/domesday.htm>>

<<http://pessoas.hsw.uol.com.br/censo-eua1.htm>>

<http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_bhistoria>

<http://www.ibge.gov.br/home/estadistica/populacao/default_censo_2000.shtm>

<http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt>

<http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1940>

<http://virtualbooks.terra.com.br/livros_online/wells/wells_bio.htm>

<<http://www.brnuede.com/pop.pdf>>

<<http://www.felixcrodrigues.com.br/>>

<<http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/joaopandia.html> >

<<http://www.brasiliana.usp.br/node/454>>

<http://usp-br.academia.edu/CarlaVivianePaulino/Papers/505609/Thomas_Ewbank_um_viajante_norte-americano_no_Rio_de_Janeiro_imperial>

<<http://blig.ig.com.br/ebomsaber/2009/08/19/historia-do-recenseamento-brasileiro-o-legado-de-giorgio-mortara/>>

<<http://www.historiadeportugal.info/abade-correia-da-serra/>>

<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/276083/Alexander-von-Humboldt>>

<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/sabio-conselheiro>>

<<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>.

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1282513.pdf>

<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/visao-norte-americana-do-comercio-no-rio-e-em-salvador-em-1808>>

<<http://www.ghtc.usp.br/server/Lusodat/pes/00/pes00517.htm>>

<<http://www.estacaoliberalidade.com.br/releases/america.htm>>

<http://www.1911encyclopedia.org/Conrad_Malte-Brun>

< <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=7178>>

<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1980&li=8&lcab=1850-1852&lf=8>

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroii009.asp>

<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2046&li=13&lcab=1867-1868&lf=13>

<<http://historiadodireitocivil.blogspot.com.br/2010/10/candido-mendes-vida-e-obra.html>>

<<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/SnPompeu.html> l>

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacenso2000.pdf> >

<http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/publicacao.asp?COD_PUBLICACAO=214>

<<http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300c.pdf>>

<http://www.historia_demografica.tripod.com/pop.pdf>

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766>

< <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/487148/Adolphe-Quetelet>>

<http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_portugal>

<<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>

<<http://educacao.uol.com.br/biografias/duque-de-caxias.jhtm>>

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>

<<http://nexus.futuro.usp.br/blog/~calauretti/1764>>

<<http://www.revistasaludpublica.uchile.cl/index.php/RCSP/article/viewFile/18619/19673>>

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/bulhoes.pdf>>

<<http://www.ibge.gov.br/mtexto/funcao.htm>>

<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/10436/10436_5.PDF>

<<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/mario-augusto-teixeira-de-freitas>>

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/04-A%20Criacao%20do%20IBGE.pdf>>

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte1cap1p13a44.pdf>>

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/tendencias.pdf>>

<<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1913t00762c.pdf>>

<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/segundo-reinado-no-brasil/segundo-reinado-no-brasil.php>>

<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf>

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>

<<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/ontemhoje.html>>

<http://www.almanack.usp.br/PDFS/3/03_forum_2.pdf>

<http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1852_05_24_Jose_Bonifacio_Nascentes_dAzambuja.pdf>

<<http://www.cobra.pages.nom.br/fcp-gobineau.html>>

<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/indios-brasileiros/populacao-indigena.php>>

<<http://www.infoescola.com/brasil-colonia/escravidaao-de-indios/>>

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/tendencias.pdf>>

<http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_6.pdf>

<<http://www.suapesquisa.com/historia/imigracao/>>

<<http://www.colegioweb.com.br/geografia/as-industrias-tradicionais-.html>>

<<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/companhia-de-jesus/>>

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>

<<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-35.htm>>

<<http://oglobo.globo.com/historia/censo-de-1872-unico-registrar-populacao-escrava-esta-disponivel-7275328>>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>

<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29383>>

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>>

<http://euclid.psych.yorku.ca/SCS/Gallery/milestone/historia_infografia.pdf>

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0002.pdf>

<<http://www.consciencia.org/recenseamento-cronica-de-olavo-bilac>>

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/synopse_recenseamento_1900.pdf>

<<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/synopse_recenseamento_1900.pdf>

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/brasilnumeros/Brasil_numeros_v17_2009.pdf>

<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_028_a_035.pdf>

<<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu07.pdf> sobre o magistério>

<<http://entreaspas.org/frases/13414>>

ANEXO A

Decretos e Leis do Império²⁰⁵**- Regulamento Imperial n. 120 – de 31 de janeiro de 1842.**

Encarrega os chefes de polícia de listar a população das províncias.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1842.

TOMO 5.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 8.ª

REGULAMENTO N.º 120 — de 31 de Janeiro de 1842.

Regula a execução da parte policial e criminal da Lei N.º 261 de 3 de Dezembro de 1841.

Hei por bem, Usando da attribuição que Me confere o Art. 102 § 12 da Constituição do Império, Decretar o seguinte:

[...]

CAPITULO IV.

Das attribuições dos Empregados de Policia.

SECÇÃO I.

Das attribuições do Chefe de Policia.

Art. 58. Aos Chefes de Policia na Côrte e em toda a Província, a que pertencerem, competem as seguintes attribuições policiaes:

[...]

(51)

17. Organisar, por meio dos seus Delegados, Subdelegados, Juizes de Paz e Parochos, o arrolamento da população da Província.

[...]

²⁰⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

reito e quaesquer outros recursos.
 Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho,
 Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça,
 assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio
 de Janeiro em trinta e hum de Janeiro de mil oitocentos
 e quarenta e dois, vigesimo primeiro da Independencia
 e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

- Lei n. 387 – de 19 de agosto de 1846.

Regula a maneira de proceder às Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Municipais.

No Art. 107 está o 1º. Regulamento Censitário, censo de 8 em 8 anos.

Lei nº 387, de 19 de Agosto de 1846

Regula a maneira de proceder ás Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciaes, Juízes de Paz, e Camaras Municipaes.

Dom Pedro por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

[...]

TITULO

V

Disposições Geraes

Art. 107. De oito em oito annos proceder-se-ha ao arrolamento geral da população do Imperio, pela maneira, que o Governo julgar acertada; devendo conter os mappas geral, a parciaes, além de outras declarações que forem julgadas necessarias, a do numero de fogos de cada huma Parochia. Este arrolamento determinara o numero de Eleitores, correspondendo cem fogos a cada Eleitor, e dando hum Eleitor mais a Parochia, que, além de hum multiplo qualquer de cem, contiver mais huma fracção maior de cincoenta fogos. Nenhuma Parochia porêem deixará de dar ao menos hum Eleitor, por menor que seja o numero dos seus fogos. O arrolamento será enviado á Assembléa Geral para o fim de fixar-se por Lei o numero de Eleitores de cada Parochia do Imperio. Por fogo entende-se a casa, ou parte della, em que habita huma pessoa Iivre, ou huma familia com economia separada, de maneira que hum edificio pode conter dois, ou mais fogos.

[...]

Palacio do Rio de Janeiro aos dezenove de Agosto de mil oitocentos e quarenta e seis, vigesimo quinto da Independencia e do Imperio. IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda. Joaquim Marcellino de Brito.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade imperial Mande executar o Decreto d'Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, regulando as Eleições do Imperio do Brasil, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Albino dos Santos Pereira a fez.

José Joaquim Fernandes Torres.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1846.

João Carneiro de Campos.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 20 de Agosto de 1846.

Antonio José de Paiva Guedes de Andrade.

Registrada a fl. 13 v. do Livro 9º de Leis, Alvarás, e Cartas. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 21 de Agosto de 1846.

João Gonçalves de Araujo.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 13 Vol. 1 pt. I (Publicação Original)*

- Lei n. 586 – de 6 de setembro de 1850.

Manda reger no exercício de 1851 a 1852 a Lei do Orçamento no. 555 de 15 de junho do corrente ano.

Art. 17, parágrafo 3º. autoriza o governo a despender o necessário para o recenseamento geral.

Lei nº 586, de 6 de Setembro de 1850

Manda reger no exercicio de 1851 a 1852 a Lei do Orçamento N.º 555 de 15 de Junho do corrente anno.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

[...]

Art. 17. Fica o Governo autorizado:

[...]

§ 3º Para despender o que necessario for a fim de Levar a effeito no menor prazo possivel o Censo geral do Imperio, com especificação do que respeita a cada huma das Provincias: e outrosim para estabelecer Registros regulares dos nascimentos e obitos annuaes.

[...]

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos seis dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos e cincoenta, vigesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Joaquim José Rodrigues Torres.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, mandando reger no exercicio de 1851 - 52 a Lei do Orçamento nº 555 de 15 de Junho do corrente anno; e dando outras providencias, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim Diniz da Silva Faria a fez. Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 11 de Setembro de 1850.

Josino do Nascimento Silva. Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda em 17 de Setembro de 1850.

João Maria Jacobina.

Registrada na mesma Secretaria d'Estado a fl. 155 verso do Livro 1º de Cartas de Leis. Rio de Janeiro em 17 de Setembro de 1850.

José Julio Dreys.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 279 Vol. 1 pt. I (Publicação Original)*

- Decreto n. 797 – de 18 de junho de 1851.

Manda executar o Regulamento para a organização do censo geral do Império.

Decreto nº 797, de 18 de Junho de 1851

Manda executar o Regulamento para a organização do Censo geral do Imperio.

Em virtude do disposto no § 3º do Art. 17 da Lei Nº 586 de 6 de Setembro de 1850: Hei por bem que se proceda á organização do Censo geral do Imperio pela maneira disposta no Regulamento que com este baixa, assignado pelo Visconde de Mont'alegre, do Meu Conselho d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negacios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Junho de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

REGULAMENTO PARA A ORGANISAÇÃO DO CENSO GERAL DO IMPERIO MANDADO EXECUTAR PELO DECRETO DESTA DATA

Art. 1º Haverá na Capital do Imperio hum Director Geral do Censo, ao qual competirá:

- 1º Formar o mappa geral da população do Imperio;
- 2º Fazer o alistamento especial do Municipio da Côrte
- 3º Decidir as duvidas que ocorrerem no processo do alistamento;
- 4º Requerer ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio as providencias necessarias para a formação do Censo;
- 5º Expedir ordens para a boa execução deste Regulamento;
- 6º Em geral, regular os trabalhos concernentes ao Censo, entendendo-se directamente com os Directores Provincias;
- 7º Propor ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio as modificações de que carecer este Regulamento.

Art. 2º Em cada Provincia do Imperio haverá hum Director do Censo Provincial, ao qual competirá:

- 1º Formar o Censo da Provincia;
- 2º Requerer ao Presidente da Provincia as medidas necessarias para a prompta organização do Censo Provincial;
- 3º Expedir ordens, e executar as que lhe forem dirigidas pelo Presidente da Provincia, e Director Geral do Censo, na fôrma deste Regulamento;
- 4º Propor ao Director Geral do Censo as modificações, de que carecer este Regulamento, segundo as circunstancias especiaes das Provincias.

Art. 3º Haverá em cada Municipio hum Director, nomeado pelo Presidente da Provincia sob proposta do Director do Censo Provincial; e em cada Freguezia hum Commissario tambem nomeado pelo Presidente, ouvido o Director do Municipio. Na Côrte serão estes empregados nomeados pelo Ministro do Imperio sob proposta do Director Geral.

Art. 4º Compete ao Director Municipal:

- 1º Formar o Censo do Municipio;
- 2º Requerer ao respectivo Director Provincial (ou ao Geral no Municipio da Côrte) as medidas que julgar necessarias para melhor desempenho de seus deveres;
- 3º Propor aos referidos Directores Geral ou Provinciaes as modificações de que carecer este Regulamento segundo as circunstancias locais do Municipio.

Art. 5º O Ministro do Imperio no Municipio da Côrte, e os Presidentes nas Provincias poderão dividir em circulos os Municipios que forem muito extensos, ou muito populosos. Para cada hum dos circulos será nomeado hum Sub-Director, ficando sempre hum circulo a cargo do Director. Se porêem para os trabalhos do alistamento, ainda quando sejam creados os circulos, houver Freguezia que não convenha reunir a outra, não se nomeará Sub-Director para essa Freguezia.

Art. 6º Nas mesmas circunstancias de grande extensão, ou população, o Ministro do Imperio, e os Presidentes de Provincias poderão dividir as Freguezias em bairros, para cada hum dos quaes será nomeado hum Sub-Commissario, ficando sempre hum bairro a cargo do Commissario.

Art. 7º Os Empregados nos trabalhos do Censo em qualquer dos seus grãos, serão nomeados dentre as pessoas que mais conhecimento tenham dos moradores dos respectivos lugares, e que sejam intelligentes, honestas e activas; qualquer que seja a profissão particular que tenham, ou o emprego publico que exerção.

Art. 8º Serão tomados a rol nas suas respectivas Freguezias todos os Cidadãos naturaes ou naturalisados, e todas as pessoas de condição servil; e bem assim todos os estrangeiros naquellas em que se acharem, terão ou não intenção de ahi permanecerem.

Art. 9º O alistamento se fará por fogos, effectuando-se por listas de familia, nas quaes serão comprehendidas todas as pessoas que a compõe, quer estejam presentes, quer ausentes; fazendo-se na columna das observações expressa declaração desta circumstancia.

Art. 10. Devendo todas as pessoas entrar nas listas de suas familias, se acontecer que não as tenham os individuos das classes abaixo declaradas, serão elles tomados a rol do modo seguinte:

§ 1º Os militares que residirem nos quartéis dos seus Corpos, em guarnições ou destacamentos, serão contemplados nas listas das Freguezias, onde estiverem esses Corpos, guarnições ou destacamentos; não se comprehendendo nesta regra os Guardas Nacionaes, ainda em serviço.

§ 2º Os Empregados publicos nas Freguezias em que exercerem as funções dos seus empregos.

§ 3º Os estudantes de Academias, Seminarios, Collegios, e em geral de qualquer casa de educação; os aprendizes de officios mecanicos, residindo em casa de seus Mestres; os doentes nos Hospitales, ou quaesquer casas de caridade; os presos de qualquer classe; e em geral todos os que vivem em Estabelecimentos, ou em Communidades que não sejam professas, e de que fazem parte só temporariamente; todos estes serão tomados á rol nas Freguezias dos Estabelecimentos á que elles estejam ligados, e serão comprehendidos nas listas desses Estabelecimentos.

§ 4º Os monges, e em geral todos os que vivem em Communidades professas, o serão nas Freguezias em que estas estiverem.

Os caixeiros que morarem em casa de seus patrões fazem parte das familias destes, e devem ser comprehendidos nas suas listas de familia.

Art. 11. As listas deverão conter:

1º Os nomes de todas as pessoas da familia, menos dos escravos, dos quaes bastará referir o numero por sexo;

2º O estado (casado, solteiro, ou viuvo);

3º A idade;

4º A condição (ingenuo, liberto, ou escravo);

5º O lugar do nascimento;

6º Se he estrangeiro, de que Nação. Sendo Brasileiro se fará declaração do Cidadão naturalisado, e do que o não he. Sendo indigena (caboclo) será feita menção da tribu a que pertence.

7º A profissão ou modo de vida;

8º A qualidade que representa na familia (cabeça de familia, mulher, filho, parente, aggregado, ou outra qualquer qualidade, por que se repute fazer parte da familia): tudo na conformidade do modelo nº 1.

Art. 12. O Director Geral do Censo fará imprimir listas em numero sufficiente para se distribuirem pelos Directores Provinciaes, os quaes as enviarão aos dos Municipios, e estes aos Commissarios das Freguezias.

Art. 13. O arrolamento será feito em todo o Imperio no dia 15 de Julho de 1852.

Art. 14. No primeiro de Junho de 1852 os Directores Geral e Provinciaes farão annunciar nos Jornaes, e por editaes affixados nas portas das Matrizes, que no 1º de Julho de 1852 os Commissarios e Sub-Commissarios hão de entregar nas casas da Freguezia as listas em branco para se encherem na fôrma deste Regulamento.

Art. 15. No dia 1º de Julho de 1852 os Commissarios, seguindo, quanto for possivel, a ordem da numeração das casas, começarão a entrega das listas a cada cabeça de familia, ou pessoa que o represente, e lhes advertirão que ellas devem ser cheias precisamente no dia 15 de Julho de 1852.

Art. 16. Do dia 16 de Julho de 1852 até o fim do dito mez os cabeças de familia irão, ou mandarão entregar as listas, depois de cheias, aos Commissarios, os quaes, no acto de as receber, examinarão se estão regulares, e perfeitas; e procurarão corrigir os erros e defeitos que encontrarem, por meio de declarações, que exigirão do mesmo cabeça da familia, ou de outras pessoas da casa, ou da visinhança, que para isso forem idoneas.

Art. 17. Os Commissarios terão hum livro ou caderno, no qual lançarão por lembrança a entrega e recebimento

das listas. Na pagina esquerda escreverão a entrega da lista, declarando o numero della, o dia, mez e anno desse acto, o nome do cabeça de familia, a rua, numero da casa, e andar ou pavimento em que mora: na pagina direita notarão a data do recebimento, da lista, e se fará qualquer observação que occorrer, por exemplo, a mudança de habitação.

Art. 18. Se o cabeça de familia não puder ou não souber encher a lista, nem tiver pessoa de sua confiança que o faça, o Commissario a encherá conforme as declarações do cabeça de familia.

§ 1º Tambem encherá a lista, servindo-se das informações que obtiver pelas diligencias do Art. 16º, se o cabeça de familia recusar as informações.

§ 2º E poderá para melhor desempenho desta incumbencia recorrer ás Repartições Fiscaes, e Collectorias, aos Parochos, Juizes de Paz, e mais Autoridades, a fim de conseguir as informações, de que carecer, as quaes lhe serão dadas.

Art. 19. Se no 1º de Agosto não tiverem sido entregues todas as listas do seu districto, o Commissario procurará supprir essa falta, indo pessoalmente ás casas dos omissos, e fazendo as diligencias do Artigo antecedente, de maneira que até o fim do dito mez estejam todas as listas em seu poder.

Art. 20. Recolhidas as listas, os Commissarios as entregarão com o livro ou caderno do registro ao Director do Municipio, declarando quaes forão as listas por elles organisadas, e acompanhando-as das informações, e observações necessarias. Nas Freguezias que forem divididas em bairros, os Sub-Commissarios entregarão aos Commissarios as listas, e livros, para que estes os entreguem com os seus ao Director do Municipio.

Art. 21. Os Directores de Municipio formarão os mappas por Freguezias, conforme o modelo nº 3 e 4, e até o dia 15 de Novembro os remetterão aos Directores Provinciaes, acompanhando-os de todos os papeis que servirão para a sua formação. O mappa do Municipio da Côte será remetido ao Director Geral. Nos Municipios que forem divididos em circulos, os Sub-Directores formarão os mappas de seus circulos, e os remetterão ao Director respectivo, que os incorporará no de todo o Municipio.

Art. 22. Os Directores Provinciaes tendo recebido os mappas dos Municipios, formarão o de toda a Provincia, com attenção ás observações dos Directores dos Municipios, e os remetterão até o dia 15 de Dezembro ao Director Geral, com as necessarias informações, e copias dos mappas dos Municipios, que devem ficar depositados nas Secretarias dos Governos Provinciaes com os papeis, que lhes servirão de base.

Art. 23. O Director Geral do Censo, tendo presentes os mappas Provinciaes, e o do Municipio da Côte, e attendendo ás observações dos Directores Provinciaes, e do do Municipio da Côte, formará o mappa geral do Imperio, com especificação do que pertence á cada hum das Provincias, e depois de assignado o entregará ao Ministro do Imperio, que o mandará imprimir em numero sufficiente para se distribuir convenientemente.

Art. 24. Todos os papeis que servirão para a organização do mappa geral do Imperio serão depositados no Archivo Publico.

Art. 25. O Director Geral e Provinciaes empregarão no trabalho da escripturação necessaria para a formação do Censo as pessoas que mais idoneas lhes parecerem, precedendo approvação do Ministro do Imperio na Côte, e dos Presidentes nas Provincias.

Art. 26. Os Commissarios e Sub-Commissarios, Directores e Sub-Directores, e mais pessoas empregadas na organização do Censo, receberão em retribuição do seu trabalho huma gratificação pecuniaria, que será arbitrada pelo Ministro do Imperio, ouvidos os Presidentes das Provincias pelo que respeita aos empregados destas, e tendo em consideração a natureza do trabalho, a dispersão ou agglomeração da população, e outras circumstancias locaes.

Art. 27. O cabeça de familia remisso e refractario, e a pessoa que recusar as informações, que lhes forem requeridas pelos empregados do Censo, incorrerão nas penas de desobediencia. O que der falsas informações será punido conforme o Art. 167 do Codice Criminal.

Art. 28. Os defeitos que se encontrarem nos arrolamentos, depois de entregues os mappas ás Autoridades serão punidos nas pessoas dos Commissarios responsaveis com a perda da gratificação arbitrada. Além disto incorrerão nas penas de falsidade, se ella se der no defeito verificado.

Art. 29. Para facilidade e melhor fiscalisação do alistamento, as Camaras Municipaes mandarão verificar, rectificar e completar a numeração das casas dos seus Municipios.
Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1851. Visconde de Mont'alegre.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1851, Página 161 Vol. 1 pt II (Publicação Original)*

- Decreto n. 798 – de 18 de junho de 1851.

Manda executar o Regulamento do registro dos nascimentos e óbitos.

Decreto n° 798, de 18 de Junho de 1851

Manda executar o Regulamento do registro dos nascimentos e obitos.

Em virtude do disposto no § 3º do Art. 17 da Lei N° 586 de 6 de Setembro de 1850: Hei por bem Approvar, e Mando que se observe em todo o Imperio o Regulamento do registro dos nascimentos e obitos, que com este baixa, assignado pelo Visconde de Mont'alegre, do Meu Conselho d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar.
Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Junho de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Visconde de Mont'alegre.

REGULAMENTO PARA A EXECUÇÃO DA SEGUNDA PARTE DO ART. 17 § 3º DA LEI N° 586 DE 6 DE SETEMBRO DE 1850, A QUE SE REFERE O DECRETO DESTA DATA

[...]

Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1851. Visconde de Mont'alegre.

Publicação:

- *Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento 1 - 1851, Página 168 Vol. 1 pt II (Publicação Original)*

- Decreto n. 907 – de 29 de janeiro de 1852.

Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo geral do Império de 1852, e para o Registro dos nascimentos e óbitos.

Decreto n° 907, de 29 de Janeiro de 1852

Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo geral do Imperio, e para o Registro dos nascimentos e obitos.

Hei por bem que, em quanto não for determinado o contrario, se sobr'esteja na execução dos Regulamentos para a organização do Censo geral do Imperio, e para o Registro dos nascimentos e obitos, approvados pelos Decretos N.º 797 e 798, ambos de 18 de Junho de 1851. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Visconde de Mont'alegre

Publicação:

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1852, Página 19 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)

- Lei n. 1.829 – de 9 de setembro de 1870.

Sanciona o Decreto da Assembleia Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Império.

Lei nº 1.829, de 9 de Setembro de 1870

Sancciona o Decreto da Assembléa Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Imperio.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Sabditos que a Assembléa Geral Legislativa decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1º De dez em dez annos proceder-se-ha ao recenseamento da população do Imperio.

§ 1º O Governo designará o dia em que se ha de effectuar o primeiro recenseamento, contando-se porém o prazo decennal para o seguinte do dia 31 de Dezembro de 1870.

[...]

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Paulino José Soares de Souza.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa geral, que Houve por bem Sanccionar, sobre o recenseamento da população do Imperio, creando uma Directoria Geral de Estatistica.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Pedro Guedes de Carvalho a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. - Barão de Muritiba.

Transitou em 13 de Setembro de 1870. - Registrado. - José da Cunha Barbosa.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870. - José Bonifacio Nascentes de Azambuja, Director geral substituto.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1870 , Página 89 Vol. 1 pt I (Publicação Original)*

- Decreto n. 4.676 – de 14 de janeiro de 1871.

Cria a Directoria Geral de Estatística para a execução do Art. 2º. Da Lei n. 1.829.

Decreto nº 4.676, de 14 de Janeiro de 1871

Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatistica, em virtude da autorização concedida pelo art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, e manda executar o respectivo Regulamento.

Usando da autorização concedida pelo art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, e da attribuição que Me confere o art. 102, §12 da Constituição do Imperio, Hei por bem Crear nesta Côrte uma Directoria Geral de Estatistica, cujo Regulamento com este baixa, assignado pelo Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que o tenha assim entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Janeiro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Regulamento para a execução do art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, na parte em que autoriza a criação e marca as attribuições da Directoria geral de Estatistica, a que se refere o Decreto nº 4676, desta data

CAPITULO I

DA DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA E DOS TRABALHOS A SEU CARGO

Art. 1º E' creada, nesta Côrte, uma Directoria geral de Estatistica, á qual incumbe:

§ 1º Dirigir os trabalhos do censo em todo o Imperio, e proceder ao recenseamento da população do municipio neutro, segundo as disposições deste Regulamento do que se expedir para se proceder ao censo geral, e das ordens e instrucções que receber do Ministro do Imperio.

§ 2º Organizar annualmente quadros ou mappas estatisticos dos nascimentos, casamentos e obitos.

§ 3º Coordenar e apurar todos os dados estatistico: recolhidos pelas diversas Repartições Publicas do Imperio.

§ 4º Formular os planos estatísticos que forem necessarios para a exacta apreciação de toda a ordem de factos do dominio da estatistica, quer em relação todo o Imperio, quér a cada provincia, quando a isso fôr chamada.

[...]

Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Janeiro de 1871. - João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1871 , Página 35 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)*

- Decreto n. 4.856 – de 30 de dezembro de 1871.

Manda executar o Art. 1º da Lei n. 1.829.

Decreto nº 4.856, de 30 de Dezembro de 1871

Manda proceder, em execução do art.1º da Lei nº 1829, de 9 de Setembro de 1870, ao primeiro recenseamento da população do Imperio.

A Princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador, Ha por bem que, para a execução do que dispõe o art. 1º da Lei nº 1829, de 9 de Setembro de 1870, se observe o regulamento, que com este baixa, assignado pela Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, aos trinta de Dezembro do anno de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Regulamento para execução do art. 1º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, a que se refere o Decreto nº 4856 desta data

CAPITULO I

Da época do recenseamento, dos boletins ou listas de familia, das pessoas que as devem encher e das penas e multas em que incorrem

Art. 1º O primeiro recenseamento da população será feito simultaneamente, em todo o territorio do Imperio, no dia 1º de Agosto de 1872.

Art. 2º Todos os habitantes do Imperio, nacionaes e estrangeiros, livres e escravos, serão recenseados no lugar ou habitação em que se acharem no referido dia. As pessoas, todavia, que nesse dia estiverem ausentes temporariamente do lugar de sua residencia habitual, serão tambem ahi inscriptas com a nota de - ausentes - e a declaração do lugar em que se acharem, se fôr sabido.

Art. 3º O recenseamento será feito por meio de boletins ou listas de familia, em que se declare, a respeito de cada pessoa - o nome, o sexo, a idade, a côr, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residencia o gráo de instrucção primaria, a religião e as enfermidades apparentes. Tambem se declarará relação de parentesco ou de convivencia de cada pessoa com o chefe da familia, e a respeito das crianças de 6 a 15 annos se notará se frequentam ou não as escolas.

§ 1º Constitue uma familia, para os effeitos de recenseamento (art. 6º, 1ª parte e art. 7º), a pessoa livre, que vive só e sobre si, em uma habitação ou parte de habitação. ou um certo numero de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subodinação ou de simples dependencia, vivem un uma habiação ou parte de habitação, sob o poder, a direcção ou a protecção de um chefe, dono ou locatario da habitação e com economia commum.

[...]

Art. 8º Para executar, fazer executar, inspecionar e dirigir os trabalhos do primeiro recenseamento geral, haverá:

§ 1º Em cada parochia do Imperio:

1º Uma comissão censitaria, composta de cinco cidadãos residentes na parochia, conhecedores dos limites e dos habitantes della, nomeados pelo Ministro do Imperio, no Municipio da Côrte, e pelos Presidentes, nas Provincias. São indistinctamente obrigados a aceitar o encargo todos os fuuccionarios publicos, de nomeação ou de eleição, retribuidos ou não retribuidos e os que o não aceitarem ou exercerem ficarão sujeitos á multa de 200\$, que lhes poderá ser imposta pelo Ministro do Imperio no Municipio da Côrte, e pelos Presidentes, nas Provincias; [...]

Art. 9º Incumbe á comissão censitaria:

§ 1º Dividir o territorio da parochia em tantas secções, quantas forem indispensaveis para que as operações do recenseamento, em cada uma dellas sejam esculpola e facilmente executadas por um só agente recenseador.

§ 2º Nomear os agentes recenseadores, devendo recahir a escolha em pessoas que, além de saberem ler e escrever correntemente, sejam intelligentes, activas, probas'e muito conhecedoras da parochia ou das secções para que forem nomeadas. Em geral, e quando os proprietarios, foreiros, rendeiros, administradores ou feitores se prestem a fazer o recenseamento das pessoas que habitarem e trabalharem nas fazendas, estancias, engenhos e quaesquer outros estabelecimentos ruraes, serão as terras destes estabelecimentos consideradas secções das parochias a que pertencerem.

§ 3º Distribuir, pelos agentes recenseadores, o numero de listas de familia, de boletins especiaes, de quadros e mapps de secção correspondente ao numero de fogos e estabelecimentos das respectivas secções.

§ 4º Propôr ao Ministro do Imperio no Municipio da Côrte, e aos Presidentes nas Provincias; a retribuição pecuniaria que deverão perceber os agentes recenseadores, quando estes se não prestem a servir gratuitamente.

§ 5º Fiscalisar esculpulosamente as operações dos agentes recenseadores, dando-lhes ás instrucções necessarias, e resolvendo as difficuldades que occorrerem no curso das operações.

§ 6º Proceder, depois de terminado o recenseamento á verificação das listas e boletins, preenchendo as lacunas, rectificando os esclarecimentos inexactos, examinando se os chefes de funilia ou de estabelecimentos commetteram erros ou fizeram occultações pelos quaes não dessem os agentes.

§ 7º Impôr aos chefes de familia e mais pessoas designadas no art. 6º, e aos agentes recenseadores, as multas de que tratam os arts. 7º e 11, e remetter á autoridade criminal competente os documentos comprobatorios da criminalidade de que tratam os citados artigos.

§ 8º Remetter, no Municipio da Côrte, ao Director geral da estatistica, e nas Provincias aos respectivos Presidentes, todas as listas de familia, boletins especiaes, mapps, quadros e mais papeis relativos ao processo do recenseamento, fazendo-os acompanhar de um relatorio circunstanciado dos trabalhos da comissão e dos agentes, e de uma relação das pessoas particulares e dos agentes recenseadores, que por sua diligencia e bons serviços se tenham tornado dignos de louvor ou de recompensa, indicando, a respeito de cada uma, a natureza e importancia dos serviços prestados.

Art. 10. A cada um dos agentes recenseadores incumbe:

§ 1º Fazer, dentro dos quinze dias, anteriores ao designado para o recenseamento, a distribuição domiciliaria das listas de familia e boletins especiaes notando, na lista dos fogos, que lhe será fornecida pela comissão censitaria, os nomes dos lugares, povoações e sitios comprehendidos em sua secção, os nomes das ruas, beccos, travessas, praças, estradas e caminhos, os numeros das casas (se os tiverem) com designação das habitadas e deshabitadas, das de um só ou de mais de um pavimento, os nomes dos chefes de familia ou pessoas a quem incumbe encher as listas de familia ou boletins especiaes, o numero de ordem destes, e a distribuição feita.

§ 2º Proceder, nos dez dias posteriores ao designado para o recenseamento, ao recolhimento, por domicilios, das listas e boletins distribuidos, tomando nota desse recolhimento, na lista dos fogos, e devendo em cada domicilio ou morada verificar a lista ou boletim com o chefe de familia, ou pessoa que encheu a mesma lista, a fim de serem corrigidos os erros e inexactidões. Aos mesmos agentes incumbe encher as listas ou boletins doa chefes de familia, que não souberem ler e escrever, e dos que se tiverem recusado a enhêl-as, solicitando para isso dos mesmos chefes de familia, ou de pessoas da vizinhança, as informações e esclarecimentos necessarios.

§ 3º Entregar, até quinze, dias depois do designado para o recenseamento, a respectiva comissão censitaria as listas e boletins recolhidos, e a lista dos fogos de sua secção, acompanhada de uma relação nominal das pessoas que se recusaram a receber, a encher, ou a entregar as listas ou boletins, com indicação de suas moradas, a fim de lhes serem applicadas as penas e multa do art. 7º

[...]

Art. 16. Todas as autoridades, civis, militares e ecclesiasticas, são obrigadas a auxiliar os empregados do recenseamento com os esclarecimentos, que lhes forem requisitados, sob as penas e multa do art. 7º
[...]

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1871. - João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Publicação:

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1871 , Página 786 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)

- Lei n. 2.940 – de 31 de outubro de 1879.

Fixa a despesa e orça a Receita Geral do Império para os exercícos de 1879-1880 e 1880-1881, e dá outras providências.

Extingue a DGE, parágrafo único do Art. 2º.

Lei nº 2.940, de 31 de Outubro de 1879

Fixa a Despeza e orça a Receita Geral do Imperio para os exercicios do 1879-1880 e 1880-1881, e dá outras providencias

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

[...]

Art. 2º *O Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Imperio é autorizado para despender, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de.....7.983:522\$400*

[...]

Paragrapho unico. Fica supprimida a Directoria Geral de Estatica. Os empregados respectivos formarão uma Secção da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio ou da Fazenda, que se incumbirá do serviço que estava a cargo daquella Directoria. Na organização que o Governo lhe dér, harmonisal-a-ha com a Repartição creada pelo art. 17 da Lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877.

[...]

Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1879. - Affonso Celso de Assis Figueiredo.

Publicação:

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1879 , Página 104 Vol. 1 pt. I (Publicação Original)

- Decreto no. 3.3029 – de 9 de janeiro de 1881.

Primeira reforma eleitoral do país.

Decreto nº 3.029, de 9 de Janeiro de 1881

Reforma a legislação eleitoral.

Hei por bem Sancconar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1º As nomeações dos Senadores e Deputados para a assembléa geral, membros das Assembléas Legislativas Provinciales, e quaesquer autoridades electivas, serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com esta lei.

A eleição do Regente do Imperio continúa a ser feita na fórma do Acto Adicional á Constituição Política pelos eleitores de que trata a presente lei.

Dos eleitores

Art. 2º E' eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda líquida annual não inferior a 200\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.

Nas exclusões do referido art. 92 comprehendem-se as praças de pret do exercito, da armada e dos corpos policiaes, e os serventes das repartições e estabelecimentos publicos.

[...]

O Barão Homem de Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1881, 60º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão Homem de Mello.

Chancellaria-mór do Imperio. - Manoel Pinto de Souza Dantas.

Transitou em 10 de Janeiro de 1881. - José Bento da Cunha Figueiredo Junior. - Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 10 de Janeiro de 1881. - O Director da 1ª Directoria, Manoel Jesuino Ferreira.

Este texto não substitui o original publicado no Coleção de Leis do Império do Brasil de 1881

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881, Página 1 Vol. 1pt1 (Publicação Original)*

- Decreto no. 8.341 – de 17 de dezembro de 1881.

Anexa à Secretaria de Estado dos Negócios do Império os serviços da extinta Diretoria Geral de Estatística.

Decreto nº 8.341, de 17 de Dezembro de 1881

Annexa á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio os serviços da extincta Diretoria Geral de Estatistica.

Usando da autorização concedida no art. 2º, paragrapho unico, da Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1º Os serviços que, em virtude do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de Setembro de 1870 e do Decreto n. 4676 de 14 de Janeiro de 1871, estavam a cargo da Directoria Geral de Estatistica serão executados na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, por uma Secção annexa á 3ª Directoria da dita Secretaria de Estado, ficando assim alterada a disposição do § 7º do art. 2º do Decreto n. 5659, de 6 de Junho de 1874.

[...]

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1881. - Manoel Pinto de Souza Dantas.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881, Página 1245 Vol. 2 (Publicação Original)*

- Lei n. 3.348 – de 20 de outubro de 1887.

No Art. 13 fala do recenseamento de 1890.

Lei nº 3.348, de 20 de Outubro de 1887

Orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1888 o dá outras providencias

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Faz saber a todos os subditos deste Imperio que a Assembléa Geral decretou e Ella Sanccionou a Lei seguinte:

Receita Geral

[...]

Art. 13. Fica espaçado para o anno de 1890 o recenseamento geral da população do Imperio.

[...]

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 20 de Outubro do 1887, 66º da Independencia e do Imperio.

Princeza Imperial Regente.

F. Belisario Soares de Souza.

Carta de lei pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, orçando a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1888, e dando outras providencias, como nella se declara.

Para Vossa Alteza Imperial Ver.

Francisco Augusto de Attayde a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. - Samuel Wallace Mac-Dowell.

Transitou em 22 de Outubro de 1887. - José Julio de Albuquerque Barros.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 22 de Outubro de 1887. - José Severiano da Rocha.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1887, Página 33 Vol. 1 pt I (Publicação Original)*

- Decreto no. 113-D – de 2 de janeiro de 1890.

Restaura e reorganiza a DGE, criada pelo art. 2º. Da lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870, e manda proceder ao segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 113-D, de 2 de Janeiro de 1890

Restaura e reorganiza a Directoria Geral de Estatistica, creada pelo art. 2º da lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870, e manda proceder ao segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brazil.

Tendo de proceder-se, no dia 31 de dezembro de 1890, ao segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brazil, de conformidade com o que dispõe o art. 13 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887, e sendo indispensavel, para esse e outros fins de administração publica, reorganizar o serviço da estatistica, que não pôde continuar insufficientemente constituído como foi pelo decreto n. 8341 de 17 de dezembro de 1881, mórmente depois da installação do importante serviço do registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, o Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1º Fica restaurada a Directoria Geral de Estatistica, creada, em virtude da disposição do art. 2º da lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870, pelo decreto n. 4676 de 14 de janeiro da 1871, e revogado o decreto n. 8341 de 17 de dezembro de 1881 que annexou os serviços de estatistica á 3ª Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, hoje do Interior.

Art. 2º A Directoria Geral de Estatistica reger-se-ha pelo regulamento promulgado com o decreto n. 4676 de 14 de janeiro de 1871, feitas as alterações seguintes:
[...]

Art. 3º O segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brazil deverá realizar-se no dia 31 de dezembro de 1890, devendo observar-se nesse serviço as disposições do regulamento promulgado com o decreto n. 4856 de 30 de dezembro de 1871.
[...]

Manoel Deodoro Da Fonseca.

Aristides da Silveira Lobo.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 2 Vol. 1 fasc. 1º (Publicação Original)*

- Decreto n. 181 – de 24 de janeiro de 1890.

Promulga a lei sobre o casamento civil.

Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890

Promulga a lei sobre o casamento civil.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Conselho de Ministros, resolve decretar a lei seguinte:

[...]

CAPITULO IX DO DIVORCIO

Art. 80. A acção do divorcio só compete aos conjuges e extingue-se pela morte de qualquer delles.

Art. 81. Si o conjuge, a quem competir a acção, for incapaz de exercel-a, poderá ser representado por qualquer dos seus ascendentes, descendentes ou irmãos, e na falta delles pelos parentes mais proximos, observada a ordem em que são mencionados neste artigo.

Art. 82. O pedido de divorcio só pôde fundar-se em algum dos seguintes motivos:

§ 1º Adulterio.

§ 2º Sevicia, ou injuria grave.

§ 3º Abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dous annos continuos.

§ 4º Mutuo consentimento dos conjuges, si forem casados ha mais de dous annos.

[...]

Sala das sessões do Governo Provisorio, 24 de janeiro de 1890, 2º da Republica. - Manoel Deodoro da Fonseca. - M. Ferraz de Campos Salles. - Demetrio Nunes Ribeiro. - Aristides da Silveira Lobo. - Ruy Barbosa. - Benjamin Constant Botelho de Magalhães. - Eduardo Wandenholk.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Brasil - 1890 , Página 168 Vol. 1 fasc. 1º (Publicação Original)*

- Decreto n. 331 – de 12 de abril de 1890.

Dá novo regulamento a Diretoria Geral de Estatística

Decreto nº 331, de 12 de Abril de 1890

Dá novo regulamento á Directoria Geral de Estatistica.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo á conveniencia de dar novo regulamento á Directoria Geral de Estatistica, restaurada nesta Capital pelo decreto n. 113 D de 2 de janeiro ultimo,decreta:

Art. 1º A repartição terá por fim:

§ 1º Executar directamente e aproveitar, coordenar e analysar todos os trabalhos estatisticos que se relacionarem com o estado physico, demographico, economico, commercial, industrial, politico, administrativo, moral e intellectual da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

§ 2º Formular planos e dados necessarios á exacta apreciação de qualquer ordem de factos occurrentes no paiz e susceptiveis de redução a formulas numericas.

§ 3º Prestar as informações estatisticas de que carecer a administração publica.

§ 4º Dirigir os trabalhos do recenseamento geral da população, segundo o programma e os mappas que houver organizado, e dar-lhes publicidade.

§ 5º Classificar os dados estatisticos e censitarios que recolher, agrupal-os scientificamente, estabelecer as proporções arithmeticas e geometricas a que elles se prestarem, expol-os em diagrammas ou por outro methodo graphico, e procurar a sua relatividade com os das estatisticas das nações da America e dos demais paizes, de accordo, sempre que convier, com as bases e instrucções votadas pelos congressos internacionaes de estatistica.

§ 6º Publicar annualmente o relatorio dos trabalhos executados, e, logo que seja possivel, o resultado parcial destes.

§ 7º Propagar, pelos meios a seu alcance, o conhecimento da necessidade e das vantagens da estatistica, promovendo o concurso da iniciativa individual para a prestação dos dados e das informações convenientes.

[...]

Sala das sessões do Governo Provisorio, 12 de abril de 1890, 2º da Republica.

Manoel Deodoro da Fonseca.

José Cesario de Faria Alvim.

Publicação: *Coleção de Leis do Brasil - 1890 , Página 600 Vol. 1 fasc. IV (Publicação Original)*

- Decreto no. 659 – de 12 de agosto de 1890.

Manda observar as instruções para o segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto n° 659, de 12 de Agosto de 1890

Manda observar as instruções para o segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brazil.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve que, no segundo recenseamento da população da Republica, a que, na conformidade do art. 15 do decreto n. 331 de 12 de abril do corrente anno, se tem de proceder no dia 31 de dezembro proximo vindouro, sejam observadas as instruções annexas, assignadas pelo Dr. José Cesario de Faria Alvim, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Interior.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 12 de agosto de 1890, 2º da Republica.

Manoel Deodoro da Fonseca.

José Cesario de Faria Alvim.

Instruções para o 2º recenseamento da população do Brazil a que se refere o decreto n. 659 desta data.

[...]

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1890. - José Cesario de Faria Alvim.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Brasil - 1890 , Página 1843 Vol. Fasc.VIII (Publicação Original)*

- Decreto n. 2.768 – de 27 de dezembro de 1897.

Altera o papel e dá nova distribuição aos serviços a cargo da Directoria Geral de Estatística.

Decreto n° 2.768, de 27 de Dezembro de 1897

Altera o papel e dá nova distribuição aos serviços a cargo da Directoria Geral de Estatistica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Considerando que, pelo decreto n. 2763, de 24 de dezembro de 1897, foram extinctos diversos logares na Directoria Geral de Estatistica;

Considerando que, á vista disso, torna-se necessario dar nova distribuição aos serviços a cargo daquella Repartição, pelo que ficam alterados os arts. 2º e 3º e supprimido o art. 4º do regulamento approved pelo decreto n. 331, de 12 de abril de 1890;

[...]

Capital Federal, 27 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

Prudente

J.

De

Moraes

Barros.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Brasil - 1897 , Página 967 Vol. 1 pt.II (Publicação Original)*

- Decreto n. 6.628 – de 5 de setembro de 1907.

Aprova o regulamento da Diretoria Geral de Estatística.

Decreto nº 6.628, de 5 de Setembro de 1907

Approva o regulamento da Directoria Geral de Estatistica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida no n. XXVI, alinea a, do art. 35 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906,

Decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento da Directoria Geral de Estatistica, que com este baixa, assignado pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Publicação:

- *Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/10/1907 , Página 7563 (Publicação Original)*

- Lei no. 4.017 – de 9 de janeiro de 1920.

Autoriza o Governo a mandar proceder, no dia 1 de setembro de 1920, ao recenseamento geral da população do Brasil e dá outras providências.

Lei nº 4.017, de 9 de Janeiro de 1920

Autoriza o Governo a mandar proceder, no dia 1 de setembro de 1920, ao recenseamento geral da população do Brasil e dá outras providencias.

O Presidente da Republica, dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º O Poder Executivo mandará proceder, no dia 1 de setembro de 1920, ao recenseamento geral da população do Brasil, aproveitando a oportunidade para colligir tambem, em todo o territorio da Republica, informações de interesse economico, principalmente no que diz respeito á agricultura e á industria.

Art. 2º Os dous censos, demographico e economico, se realizarão segundo os planos organizados pela Directoria Geral de Estatistica.

Art. 3º Nos Estados, no Districto Federal e no Territorio do Acre, o serviço censitario obedecerá, de preferencia, á divisão administrativa, e, nos municipios, sempre que for possivel, á divisão judiciaria districtal.

Art. 4º A Directoria Geral de Estatistica superintenderá os trabalhos censitarios em todo o territorio nacional e os executará sem prejuizo dos seus encargos.

[...]

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1920, 99º da Independencia e 32º da Republica.

EPITACIO

Simões Lopes

PESSÔA

Publicação:

- *Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/01/1920 , Página 875 (Publicação Original)*

- Decreto no. 14.026 – de 21 de janeiro de 1920.

Aprova o regulamento para execução da lei n. 4.017 de 9 de janeiro de 1920.

Decreto nº 14.026, de 21 de Janeiro de 1920

Approva o regulamento para execução da lei n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição Federal, e dando cumprimento ao que dispõe o art. 25 da lei n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920,

DECRETA:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento que a este acompanha, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, para execução da lei n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920, sobre o processo de recenseamento geral da população do Brasil, a realizar-se no dia 1 de setembro do anno corrente.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1920, 99º da Independencia e 32º da Republica.

EPITACIO PESSÔA

Simões Lopes

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 14.026, DE 21 DE JANEIRO DE 1920

Art. 1º No dia 1 de setembro de 1920 far-se-ha em todo o territorio nacional o recenseamento geral da população, conjuntamente com os recenseamentos da agricultura e das industrias.

Paragrapho unico. Nas localidades em que por qualquer motivo não se possa fazer o censo na data marcada, poderá o director geral de Estatistica adiar os trabalhos censitarios para época proxima, indicando ao ministro da Agricultura, Industria, e Commercio não só os logares em que esta providencia se torne necessaria, como tambem o dia em que deve ser executado o recenseamento.

Art. 2º Serão recenseados todos os habitantes do Brasil no logar e domicilio em que se acharem.

Paragrapho unico. Além das pessoas presentes no domicilio, serão tambem incluidas no boletim censitario não só as que estiverem temporariamente ausentes no dia 1 de setembro de 1920, como tambem as que, embora não morando no domicilio, tenham ahi passado a noite de 31 de agosto para 1 de setembro.

[...]

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1920. - Simões Lopes.

Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/01/1920 , Página 1491 (Publicação Original)

- Decreto n. 24.609 – de 6 de julho de 1934.

Cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos.

Decreto nº 24.609, de 6 de Julho de 1934

Cria Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos

O Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930:

Considerando a conveniência de estabelecer, de modo permanente e sistemático, a coordenação de todos os serviços estatísticos de interêsse geral, já existentes ou que vieram a existir nas várias esferas e dependências da administração pública ou em instituições privadas, e de fixar, bem assim as mais favoráveis condições para o progresso desenvolvimento técnico dêsses serviços;

E atendendo, outrossim, a que essa coordenação completará o programa que o Govêrno Provisório procurou realizar em benefício da estatística nacional; Decreta:

Art. 1º Fica criado o Instituto Nacional de Estatística como entidade de natureza federativa, tendo por fim mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tènicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas ns estatísticas nacionais.

Parágrafo único. As estatísticas elaboradas sob a responsabilidade do instituto deverão obedecer a planos de conjunta anualmente fixados, e aproximar-se quanto possível dos melhores padrões que a técnica da especialidade aconselhar ou já estiverem firmados por acôrdos internacionais, das respeitadas as necessidades e contingências peculiares a vida brasileira.
[...]

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

GETÚLIO VARGAS

Juarez do Nascimento Fernandes Tavora

Oswaldo Aranha

Joaquim Pedro Salgado filho

Francisco Antunes Maciel

José Americo de Almeida

Protogenes Guimarães

P. Goes Monteiro

Felix de Barras Cavalcanti de Lacerda

Washington Pires

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 14/07/1934

Publicação:

- *Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1934, Página 14257 (Publicação Original)*

- Decreto n. 1.527 – de 24 de março de 1937.

Institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto nacional de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências.

Decreto nº 1.527, de 24 de Março de 1937

Institue o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão á União Geográfica Internacional e dá outras providências.

O Presidente da República:

Considerando a conveniencia da participação do Brasil nos empreendimentos científicos internacionais, para os quais é solicitada a sua colaboração;

[...]

DECRETA:

Art. 1º Fica instituido o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística o destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sôbre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos Serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar e sistematizado do território pátrio.

[...]

Rio de Janeiro, em 24 de março de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

Odilon Braga.

Gen. Eurico Gaspar Dutra.
Henrique A. Guilhem.
Gustavo Capanema.

Publicação:

- *Diário Oficial da União - Seção 1 - 01/04/1937, Página 7187 (Publicação Original)*

- Decreto-Lei n. 218 – de 26 de janeiro de 1938.

Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia.

Decreto-Lei nº 218, de 26 de Janeiro de 1938

Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição da República:

ATENDENDO à estrutura definitiva com que ficou o Instituto Nacional de Estatística, ex-vi, dos Decretos ns. 24.609, de 6 de julho de 1934, 1.200, de 17 de novembro de 1936 e 1.527, de 24 de março de 1937;

CONSIDERANDO o que propuseram o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia, respectivamente, pelas resoluções ns. 31 e 6, de 10 e 13 de julho de 1937;

CONSIDERANDO, ainda, a conveniência de uniformidade na designação dos órgãos deliberativos do Instituto;

DECRETA:

Art. 1º O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficando ambos os seus órgãos colegiais de direção - o de Geografia e o de Estatística - com a denominação de "Conselho Nacional".

[...]

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

A. de Souza Costa

João de Mendonça Lima

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

Fernando Costa

Mario de Pimentel Brandão

Gustavo Capanema

Waldemar Falcão

Publicação: *Diário Oficial da União - Seção 1 - 01/02/1938, Página 1961 (Publicação Original)*

Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 59 Vol. 1 (Publicação Original)

- Decreto-Lei n. 969 – de 21 de dezembro de 1938.

Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil.

Decreto-Lei nº 969, de 21 de Dezembro de 1938

Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição nos termos do art. 3º do Decreto-lei n. 237, de 2 de fevereiro de 1938,

DECRETA:

Art. 1º Realizar-se-á decenalmente, no dia 1 de setembro dos anos de milésimo zero, o recenseamento geral do Brasil.

§ 1º Cada recenseamento abrangerá em censos distintos realizados simultaneamente, os aspectos demográficos, econômicos e sociais do País especificados no regulamento que for para esse fim expedido.

[...]

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Campos

ANEXO B

Leis e Decretos Federais sobre Ensino²⁰⁶

- Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810.

Cria uma Academia Real Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro.

Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810

Crea uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro.

D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber a todos os que esta carta virem, que tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem publico dos meus vassallos, e á defesa e segurança dos meus vastos dominios, que se estabeleça no Brazil e na minha actual Côrte e Cidade do Rio de Janeiro, cumcurso regular das Sciencias exactas e de observação, assuim como de todas aquellas que são applicações das mesmas aos estudos militares e praticos que formam a sciencia militar em todos os seus difficeis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos de estudos se formem haveis officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo Officiaes da classe de Engenheiros geographos e topographos, que possam tambem Ter o util emprego de dirigir objectos adminsitrativos de minas, de caminhos, portos, canaes, pontes, fontes, e calçadas: hei por bem que na minha actual Corte e Cidade do Rio de Janeiro se estaveleça uma Academia Real Militar para um curso completo de sciencias mathematicas, de sciencias de observações, quaes a physica, chimica, mineralogia, metallurgia e historia natural, que comprehenderá o reino vegetal e animal, e das sciencias militares em toda a sua extensão, tanto de tactica como de fortificação, e artilharia, na fôrma que mais abaixo mando especificar; havendo uma Inspeção geral que pertencerá ao Ministro e Secretario de Estado da Guerra, e immediatamente debaixo das sua ordens á Junta Militar que mando crear para dirigir o memso estabelecimento, que sou servido ordenar na fôrma dos seguintes estatutos.

[...]

Pelo que mando á Mesa do Desembargo do Paço; Presidente do meu Real Erario; Conselhos Supremo Militar, e da minha Real Fazenda; Regedor da Casa da supplicação do brazil; Governador da Relação da Bahia; e bem assim a todos os Desembargadores, Corregedores, Provedores, Juízes, Justiças e masi pessoas dos meus Estados, a quem o conhecimento desta Carta pertencer, que a cumpram, guardem e a façam cumprir e guardar com inteira e inviolável observancia. E a mesma presente Carta valerá, como se fosse passada pela Chancellaria, posto que or ella não há de passar, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de um e muitos annos, não obstante as ordenações em contrario, que hei outrosim por derogadas para este effeito sómente. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1810.

PRINCIPE com guarda.

Conde de Linhares

Carta por que Vossa Alteza Real há por bem estabelecer na sua Côrte e Cidade do Rio de Janeiro uma Academia Real Militar, erigindo nella um Curso completo de mathematicae sciencias de physica, chimica e historia natural, para mais perfeita intrucção dos Officiaes do seu Exercito; dando-lhe para seu governo os convenientes Estatutos, e creando uma Junta Militar para a dirigir: tudo na fôrma acima declarada.

Para Vossa Alteza Real ver.

Agostinho Rodrigues Cunha a fez.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1810 , Página 232 Vol. 1 (Publicação Original)*

²⁰⁶ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

- Lei de 15 de outubro de 1827.

Lei de 15 de outubro de 1827²⁰⁷

Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

[...]

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 15 dias do mês de outubro de 1827, 6º da Independência e do Império.

IMPERADOR com rubrica e guarda Visconde de São Leopoldo.

Carta de Lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, na forma acima declarada.

Para Vossa Majestade Imperial ver.

- Lei de 12 de agosto de 1834.

Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834

Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832.

A Regência permanente, em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Faz saber a todos os súditos do Império que a Câmara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Império, nos termos da Carta de Lei de 12 de outubro de 1832, decretou as seguintes mudanças e adições à mesma Constituição.

[...]

Art. 10. Compete às mesmas Assembléas legislar:

1º) Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva Província e mesmo sobre a mudança da sua Capital, para o lugar que mais convier.

2º) Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral,

[...]

Palácio do Rio de Janeiro, aos 12 de agosto de 1834, 11º da Independência do Império.

FRANCISCO LIMA E SILVA.

João Bráulio Moniz.

Antônio Pinto Chichorro da Gama.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834 , Página 15 Vol. 1 (Publicação Original)*

²⁰⁷ Disponível em: < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>>. Acesso em: 20 out. 2012.

- Decreto n. 1.331 A – de 17 de fevereiro de 1854.

Decreto nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854

Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.

Hei por bem, na conformidade do artigo 1º do Decreto nº 630 de 17 de Setembro de 1851, Approvar o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte, que com este baixa, assignado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezeseite de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Regulamento da instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte, a que se refere o Decreto desta data

[...]

Art. 134. O presente Regulamento será desde já posto em execução, dependendo porém da definitiva aprovação do Poder Legislativo, na conformidade do Art. 2º do mesmo Decreto.

Em quanto não for definitivamente approvedo, o Governo poderá fazer em alguma, ou algumas de suas disposições as modificações que a experiencia aconselhar.

Art. 135. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1854.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Publicação:

- *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854 , Página 45 Vol. 1 pt I (Publicação Original)*

- Decreto n. 1.536 – de 23 de janeiro de 1855.

Cria a Escola de Aplicação do Exército, na conformidade do regulamento, que com ele baixa.

Decreto nº 1.536, de 23 de Janeiro de 1855

Crêa huma Escola de Applicação do Exercito, na conformidade do Regulamento, que com elle baixa.

Usando da autorisação concedida pelo Artigo terceiro do Decreto numero seiscentos trinta e quatro de vinte de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, Hei por bem Crear huma Escola de Applicação do Exercito, onde se ensinarão theorica e praticamente as doutrinas militares do quinto e sexto anno da Escola Militar, da qual ficão desligadas, na conformidade do Regulamento que com este baixa, assignado por Pedro d'Alcantara Bellegarde, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e tres de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e cinco, trigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Pedro d'Alcantara Bellegarde.

- Decreto no. 2.116 de 1º. De março de 1858.

Approva o regulamento reformando os da Escola de Aplicação do exército e do curso de infantaria e cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte.

Decreto nº 2.116, de 1º de Março de 1858

Approva o Regulamento reformando os da Escola de aplicação do exercito e do curso de infantaria e cavallaria da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Côrte.

Hei por bem, em virtude da autorisação concedida pelo § 3.º do art. 5.º da Lei n.º 862 de 30 de Julho de 1856, approvar o regulamento, que com este baixa, informando os da escola de applicação do exercito, o do curso de cavallaria e infantaria da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da escola militar da Côrte, assignado por Jeronimo Francisco Coelho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. O mesmo Ministro e Secretario d`Estado dos Negocios da Guerra assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Março de mil oitocentos cincoenta e oito, trigesimo setimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronimo Francisco Coelho.

Publicação:

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1858 , Página 108 Vol. 1 pt II (Publicação Original)

- Decreto no. 5.600 de 25 de abril de 1874.

Dá estatutos à Escola Politécnica.

Decreto nº 5.600, de 25 de Abril de 1874

Dá estatutos á Escola Polytechnica.

Hei por bem, para execução da Lei nº 2261 de 24 de Maio de 1873, art. 3º, nº 3, Reorganizar a Escola Central, dando-lhe a denominação de Escola Polytechnica, e os estatutos, que com este baixam, assignados por João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Abril de mil oitocentos setenta e quatro, quinquagesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Estatutos a que se refere o Decreto supra

TITULO I

DA ORGANIZAÇÃO SCIENTIFICA

CAPITULO I

Dos cursos

Art. 1º A actual Escola Central passará a denominar-se - Escola Polytechnica - e se comporá de um curso geral, e dos seguintes cursos especiaes:

1º Curso de Sciencias Physicas e Naturaes;

2º Curso de Sciencias Physicas e Mathematicas;

3º Curso de Engenheiros Geographos;

4º Curso de Engenharia Civil;

5º Curso de Minas;

6º Curso de Artes e Manufacturas.

[...]

Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1874.

João Alfredo Correa de Oliveira.

Publicação:

▪ *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874 , Página 393 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)*

ANEXO D

INFORMAÇÕES E VARIÁVEIS CONTIDAS NOS FORMULÁRIOS DOS CENSOS

Informações/Variáveis	Censo			
	1872	1890	1900	1920
	01/08/1872	31/12/1890	31/12/1900	01/09/1920
Nome	X	X	X	X
Sexo	X	X	X	X
Idade	X	X	X	X
Condição servil	X	-	-	-
Cor/raça	X	X	-	-
Lugar de residência/Condição de presença	X	X	X	X
Relação com o chefe da casa	X	X	X	-
Religião	X	X	X	-
Alfabetização	X	X	X	X
Frequência à escola	X	-	-	-
Estado civil	X	X	X	X
Naturalidade	X	X	X	X
Nacionalidade	X	X	X	X
Profissão	X	-	X	X
Defeitos físicos	X	X	X	X
Ano do casamento	-	X	-	-
Grau de parentesco do casal	-	X	-	-
Número de casamentos	-	X	-	-
Número de filhos	-	X	-	-
Número de filhos nascidos vivos	-	X	-	-
Número de filhos mortos	-	X	-	-
Filiação	-	X	X	-
Nacionalidade paterna	-	X	-	-
Nacionalidade materna	-	X	-	-
Ano de chegada ao Brasil (estrangeiro)	-	X	-	-
Língua falada no domicílio	-	X	-	-
Instrução	-	X	-	-
Renda	-	X	-	-

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados dos censos

ANEXO E

Lista de família elaborada a partir da original do Censo de 1872

Província _____
Município _____
Parochia _____

Recenseamento Geral do Império

LISTA DE FAMÍLIA No. _____

Quarteirão _____
Lugar _____
Rua _____
Casa _____

(Deve-se compreender todas as pessoas que pernoitaram na casa na noite de __ para __ de ____ de 1872)

Número de ordem	Nomes, sobrenomes e apelidos (Declara-se primeiramente o nome do chefe de família, depois o da mulher, dos filhos, dos outros parentes que com ele moram e em seguida o dos criados, escravos, agregados e hóspedes)	Cor (Declara-se se a pessoa é branca, parda cabocla ou preta, compreendida na designação de caboclas de raça indígena)	Idade (Anos completos. Só se declaram os meses das criaças de menos de um ano)		Estado (Declara-se o estado pelas palavras solteiro, casado ou viúvo)	Lugar de Nascimento		Nacionalidade		Profissão (Declara-se a profissão, ofício ou ocupação habitual ou os meios de vida)	Religião (Declara-se se católico, comprre endidas nesta última designação todas as outras religiões)	Instrução		Condições especiais e observações (A respeito dos hóspedes e transeuntes deve-se declarar o lugar de seu domicílio e dos ausentes o lugar em que se acham, sendo sabido. Se algumas das pessoas da relação forem surdo-mudos, cegos, tortos, aleijados, dementes, alienados isto será aqui declarado. A respeito das crianças de 6 a 15 anos deve-se declarar se frequentam ou não a escola)
			Anos	Messes		No Brasil (Deve-se declarar a província em que nasceu)	Fora do Brasil (Declara-se somente o Estado ou País em que nasceu)	Brasileira (Declara-se se é nato, adotivo ou naturalizado)	Estrangeira (Declara-se o Estado ou Nação a que pertence)			Sabe ler? (Responde-se sim ou não)	Sabe escrever? (Responde-se sim ou não)	
1°														
2°														
3°														
4°														
O Recenseador: _____										O Chefe de família _____				

Fonte: <<http://oglobo.globo.com/historia/censo-de-1872-unico-registrar-populacao-escrava-esta-disponivel-7275328>>